

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

REGINA ESTEVES LUSTOZA

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E QUESTÃO AMBIENTAL:
a urbanização entre mar e montanha na Cidade do Rio de Janeiro

NITERÓI
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

REGINA ESTEVES LUSTOZA

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E QUESTÃO AMBIENTAL:
a urbanização entre mar e montanha na Cidade do Rio de Janeiro

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Grau de Doutor. Área de concentração: Ordenamento territorial e ambiental.

Orientador: Prof^a Dr^a Ester Limonad

Co-orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz Barbosa

Niterói
2006

• Tese/2006

REGINA ESTEVES LUSTOZA

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E QUESTÃO AMBIENTAL:
a urbanização entre mar e montanha na Cidade do Rio do Janeiro

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Geografia da Universidade Federal Fluminense,
como requisito para obtenção do Grau de Doutor.
Área de concentração: Ordenamento territorial e
ambiental

Aprovada em 24 de Agosto de 2006

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Ester Limonad – orientador
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Jorge Luiz Barbosa – co-orientador
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. José Augusto Martins Pessoa
Universidade Federal de Viçosa

Profª Drª Vera Lucia Ferreira Motta Rezende
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Reiner Olibano Rosas
Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Lucia Maria Sá Antunes Costa
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Niterói
2006

• Tese/2006

L972 Lustoza, Regina Esteves

Produção do espaço urbano e questão ambiental: a urbanização entre mar e montanha na cidade do Rio de Janeiro / Regina Esteves Lustoza. – Niterói : [s. n.], 2006. 295f.

Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, 2006.

1. Urbanização - Rio de Janeiro (RJ) . 2. Espaço urbano – Rio de Janeiro. 3. Planejamento ambiental. 4. Proteção ambiental.
I. Título.

CDD 307.1216098153

SUMÁRIO:

AGRADECIMENTOS.....	01
EPÍGRAFE.....	02
RESUMO.....	03
ABSTRACT.....	04
LISTA DE QUADROS.....	05
LISTA DE FIGURAS e IMAGENS.....	06
LISTA DE MAPAS.....	07
INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1: SOCIEDADE-NATUREZA: a busca de uma interpretação.....	18
1.1. homem-natureza.....	19
1.2. Sociedade-natureza: algumas visões e interpretações.....	24
1.3. natureza, sociedade e racionalidade	38
CAPÍTULO 2: O URBANISMO, A QUESTÃO AMBIENTAL E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO:	
Uma reflexão esclarecedora.....	47
2.1. o urbanismo: A cidade dos CIAM e a Carta de Atenas	56
2.2. a questão ambiental: a trajetória do planejamento, da política e da gestão ambiental.....	64
2.3. a produção do/no espaço.....	76
CAPÍTULO 3: A OCUPAÇÃO DA COSTA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO:	
o espaço urbano carioca.....	89
3.1. a Cidade do Rio de Janeiro como uma segunda natureza.....	90
3.2. as primeiras ocupações da Cidade.....	99
3.2.1. o início de tudo.....	99
3.2.2. a segunda metade do século XIX – 1850 a 1930: o avanço da urbanização a elaboração do quadro urbano e os elementos do sítio.....	101
3.2.3. o século XX – o perfil de uma Cidade Nova sobre uma República Velha – 1903 a 1930.....	106
3.3. os bairros da Zona Sul na Cidade do Rio de Janeiro.....	118
3.3.1. os loteamentos e o litoral: o início e evolução.....	122
3.3.2. padrões de assentamentos.....	125

<i>CAPÍTULO 4: O OLHAR SOBRE UMA “NOVA” RARIDADE DO ESPAÇO:</i>	
a Cidade do Rio de Janeiro.....	142
4.1. a construção do espaço e a cidade	148
4.2. a reprodução do espaço na Cidade.....	159
4.3. os instrumentos de gestão da Cidade: o discurso que legitima a ação do Estado para a produção do espaço urbano.....	166
<i>CAPÍTULO 5: DO ESPAÇO CONCEBIDO AO PRODUZIDO:</i>	
o plano urbanístico e a intervenção no espaço carioca	185
5.1. aspectos históricos e caracterização da Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras.....	187
5.1.1. <i>aspectos históricos</i>	188
5.1.2. <i>caracterização da Bacia das Lagoas Costeiras</i>	193
5.2. a produção do Espaço: o caso da Barra da Tijuca.....	198
5.2.1. <i>o Plano Lúcio Costa: o concebido e o produzido</i>	200
5.2.2. <i>o Decreto 3.046 e a consolidação das alterações do Plano</i>	210
5.3. o pólo de crescimento urbano da Bacia: a Barra da Tijuca um espaço de segregação.....	213
5.3.1. <i>os agentes envolvidos na produção do espaço</i>	214
5.3.2. <i>a fragmentação do tecido sócio-político-espacial</i>	218
5.3.3. <i>a Barra da Tijuca em números: o licenciamento de construções nos anos 2000 a 2001</i>	224
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	236
<i>BIBLIOGRAFIA</i>	242
<i>ANEXOS I (QUADROS)</i>	251
<i>ANEXOS II (IMAGENS)</i>	276
<i>ANEXOS III (MAPAS)</i>	287

AGRADECIMENTOS

Uma tese resulta de um conjunto de contribuições e circunstâncias, que tornam possível a um indivíduo desenvolver a investigação sobre um tema. O registro destes auxílios tem a finalidade de expressar o reconhecimento a todos, sem no entanto, comprometer a quem quer que seja com os conceitos, opiniões e propostas aqui apresentados.

Esta é parte de mais uma jornada na busca de um conhecimento maior; são tantos os agradecimentos e reconhecimentos, que corro o risco de esquecer algum...

À Deus, pela Luz que está no meio de nós.

À luz espiritual de meus pais Léa e José, que me ensinaram sobre a vida, o homem e o amor à Natureza.

Aos Esteves Affonso e aos Lustoza que torceram e incentivaram esta caminhada tão sinuosa.

A Rita que compartilhou das ansiedades, angústias e preocupações e através da acupuntura me ajudou a manter a mente quieta e a espinha ereta.

A Maria do Carmo e Alberto pelo carinho, pelas valiosas discussões e informações a respeito das águas e das cidades.

À orientadora Ester Limonad, obrigada.

A paciência e atenção do Jorge Barbosa em participar dos seminários e trazer sempre contribuições através de sua co-orientação, principalmente nos momentos finais do trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense - UFF, aos geógrafos colegas de academia da Universidade Federal de Viçosa - UFV, que acreditaram e apoiaram uma arquiteta na Geografia.

A CAPES pela bolsa PICDT, que através do auxílio financeiro ajudou muito nos últimos meses da elaboração e conclusão da tese.

A atenção, a dedicação e a delicadeza de Vera Rezende, uma orientadora de coração. Sua participação no seminário de Qualificação, o rigor de suas análises e as discussões a respeito do tema, foram fundamentais para o prosseguimento do trabalho.

Aos colegas e professores do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU da UFF pelo convívio e oportunidade da troca de experiências.

A Prof^a. Dr^a. Aristéia Alves Azevedo, da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da UFV, pelo apoio, atenção e orientação quanto aos procedimentos institucionais.

As funcionárias Suely e Madalena da PPG-UFV pela atenção e delicadeza em atender e responder as minhas dúvidas e questionamentos, quanto aos relatórios, formulários e tantos papeis que sempre temos de preencher.

Ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFV, pelo apoio necessário tanto da chefia, como dos colegas de departamento e da secretaria.

Ao amigo e colega José Augusto, pelas valiosas indicações bibliográficas além do carinho e amizade, mesmo estando ele as voltas com seus questionamentos finais de tese.

Aos amigos e colegas Cláudio, Denise, Pedro e Marta, pela torcida e apoio em todos os momentos.

Aos ex-alunos e alunos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia de Agrimensura, pelo carinho e incentivo nesta jornada. Vocês foram ótimos!

A todos que, próximos ou distantes, apoiaram e acreditaram neste trabalho, muitíssimo obrigado!

Ufa!

EPÍGRAFE

RIOS DA TERRA, RIOS DA NOSSA ALDEIA

(...) Dizem que o Oceano Atlântico surgiu por um incidente sísmico fenomenal, e fez desaparecer o fabuloso continente a que chamavam Atlântida, uma remota civilização que se crê ter sido afogada quando as partes que antes eram unas, onde os lugares hoje ocupados por Lisboa e Nova Iorque então se beijavam. Mas ambos os lados foram afastados por essa linha, deixando um enorme vazio que as águas que ocorreram do Ártico e do Antártico preencheram, formando este nosso vasto Oceano. Águas que hoje banham parte da Europa, da África, e das Américas, que separam continentes e os ligam, cruzando segredos e recados, que vão e vêm de Norte a Sul do hemisfério, em linhas paralelas e cruzadas, nos trazem desde as nascentes dos rios Hudson, Mississipi, Amazonas, ou La Plata, de um lado e, do outro, pelo Tamisa, Douro, Tejo, Niger, Quanza ou Kimberley, os misteriosos e enigmáticos segredos vindos do interior de todos aqueles países.

Amar o mar é amar a alma de todos esses e muitos outros rios que desaguam nos oceanos as alegrias e mágoas dos povos que banham. É amar os povos que esses mesmos rios atravessam e alimentam corpo e espírito, e dão sinal de força viva que se renova a cada instante. Águas a correr pelo tempo, por córregos, por leitos e pelos espaços históricos desses povos de diferentes raças, hábitos e costumes, não obstante unidos pela mesmíssima raiz humana que os liga, que nos liga e nos iguala a todos nós.

Dos quatro rios portugueses nascidos em Espanha, dois são meieiros e por isso traçam a linha que serve de fronteira: o Minho ao norte e o Guadiana ao sul. Os outros dois são transversais, ao norte o Douro, que desagua no Porto, e ao sul o Tejo, que desagua em Lisboa, cidade onde viveu e morreu Fernando Pessoa, e que ele disse ser – "o rio da minha aldeia" (...).

(...) Destes pesares nascera talvez o fado que é de Lisboa e canta o destino que pertence a cada um no seu marear na vida. Destinos dedilhados nas cordas duma guitarra e cantados pela voz magoada duma qualquer Amália. Como homem do Porto e do cinema fiquei mais apegado ao Douro, que este sim "é o rio da minha aldeia". Nele me vejo e me revejo como num espelho multifacetado, pois ontem era uma cousa e hoje já é outra, outra será certamente amanhã. Assim como ele mudou também eu mudei e já não sou hoje o que fui ontem e não serei amanhã o que sou hoje. O que quer dizer que a vida corre por dentro da gente como as águas nos cursos talhados para os rios até chegar ao seu finamento.

Finamento que é a nossa entrada para esse grande espírito, esse imenso Oceano onde todos acabaremos por desaguar.

Manoel de Oliveira

RESUMO

Este estudo busca tratar das transformações espaciais relacionadas aos processos de produção/reprodução/apropriação do espaço urbano. Procura-se discutir a urbanização, que conforma as novas formas espaciais, e seus impactos no meio natural.

O processo de reprodução da sociedade se realiza no processo de reprodução espacial em consequência da socialização da sociedade, que tem como foco principal a urbanização, que se revela através de uma planificação racional do espaço. Esse processo pode ser refletido no espaço da cidade através da propriedade privada do solo, que transforma o espaço em raridade.

A urbanização do município do Rio de Janeiro, em especial na Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras, mostra uma malha urbana, que se expande de maneira descontínua com a criação de novos loteamentos. Essa expansão descontinuada tem por objetivo a valorização de áreas intermediárias, que permanecem desocupadas, e que irão se beneficiar com a extensão da infra-estrutura. Assim que os loteamentos mais distantes são ocupados, exerce-se pressão, para que sejam servidos por infra-estrutura. A medida que são atendidos, valorizam-se os espaços intermediários, permitindo que o mercado imobiliário obtenha lucro por meio da criação de loteamentos nessas áreas mais afastadas.

Um dos grandes problemas dessa forma de expansão é a pressão que exerce sobre as áreas de interesse ambiental no município do Rio de Janeiro, mais especificamente aquelas áreas que deveriam ser destinadas à preservação dos ecossistemas costeiros – manguezais, restingas, praias, dunas, lagoas - no caso da Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras. A Cidade está crescendo sobre áreas que deveriam ser preservadas, para garantir a própria sobrevivência da Cidade e de sua faixa litorânea em um processo completamente insustentável em médio e longo prazos.

É imprescindível a interface entre os Planos de Bacias Hidrográficas, os Planos de Gerenciamento Costeiro (no caso de municípios com áreas litorâneas) e os Planos Diretores, principalmente ao se tratar do uso e ocupação do solo. Todas as bacias têm uma importância vital para os municípios ou mesmo estados que a compõem. A situação ambiental vem se tornando gravíssima pelo fato de que muitas cidades não possuem tratamento de esgoto ou este é insuficiente, não cuidam de suas águas, sejam elas de rios, lagoas, manguezais, restingas e praias e não cuidam do seu lixo.

As águas têm um importante papel na sociedade urbano-industrial e sua a gestão deve compreender uma visão integrada das diferentes funções, tais como: elemento vital para a sobrevivência da biodiversidade e das sociedades; recurso vital para o desenvolvimento de diversas atividades econômicas; recurso natural que por seu caráter limitado adquire valor econômico e como recurso ambiental, enquanto patrimônio comum que a sociedade deve usar, preservar e conservar, considerando os aspectos espirituais e culturais envolvidos.

Palavras – chave: urbanização; produção do espaço; bacia hidrográfica

ABSTRACT

This document deals with spacial changes related to the process of producing/reproducing/taking ownership of urban areas. It discuss a way of development which defines the new urban shape and its impacts in natural environment.

The process of "society reproduction" happens within the process of "spacial reproduction" as a result of socialization of society, which places its principal focus on urban development and revels itself through the rational planning of territory. This process usually is reflected in the city spaces through private property transforming land itself in a rare product.

The urban development process in the municipality of Rio de Janeiro and most specifically in the Coastal Lagoons Hydrografic Basin, presents an urban grid that expands in a descontinuous manner, with the creation of each new development. This descontinuous expansion has the objective of increasing value of areas located between developments, which are not yet occupied, but will benefit for developments and infrastructure placed in future areas. As soon as new developments increase density, population requires complete infra-structure. The same infrastructure that serves them is the infrastructure that increase value of empty areas where it passes through, allowing real estate to increase profit based in the establishment of new developments in farther areas.

One of the biggest problems of this kind of urban sprawl is the pressure on environmental areas in the municipality of Rio de Janeiro, most especifically in those areas that should be preserved to protect coastal ecosystems - such as mangroves, "restingas", beaches, dunes and lagoons - in the case of Coastal Lagoons Hydrografic Basin. The city has grown on parts of the territory that should be preserved in order to guarantee the city and its shoreline own survival from completely unsustainable process, as in the midium and long terms.

It is crucial that the Hydrographic Basin Plans and the Coastal Management Plans (in the case of municipalities located along the coast) to have an interface with Comprehensive Urban Development Plans, especially regarding land use laws and regulations.

All basins have vital importance for municipalities and States. Environmental conditions of those areas have decreased strongly due to the fact that many cities do not provide sewage treatment or it is not just enough, or they do not take good care of their waters - rivers, lagoons, mangroves, "restingas", beaches - or do not have appropriate solid waste management.

Water resources have an important role in industrial-urban societies. Its management must include an integrated approach for its various vital functions, such as: biodiversity and society maintainance, and development of various economical activities. It is a natural resource that has economical value due to its restricted character, as common heritage to be used, preserved, and conserved by society, considering the espiritual and cultural aspects involved.

Keywords - urban development, espacial production, watershed, basin water resources, urban planning, city shape

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Síntese do Pensamento Urbanístico – Culturalista e Progressista (<i>anexo I</i>).....	252
Quadro 2. Síntese das Cidades da Urbanística Formal (<i>anexo I</i>).....	256
Quadro 3. Síntese do abastecimento de água e esgoto na Cidade do Rio de Janeiro (<i>anexo I</i>)	261
Quadro 4. Síntese do processo de urbanização da Cidade do Rio de Janeiro século XIX (<i>anexo I</i>).....	266
Quadro 5. Síntese do processo de urbanização da Cidade do Rio de Janeiro século XX (<i>anexo I</i>).....	267
Quadro 6. Síntese das intervenções realizadas por Pereira Passos na urbanização da orla carioca – os aterros (<i>anexo I</i>)	270

LISTA DE FIGURAS e IMAGENS

Figura 1. Vista panorâmica da Cidade do Rio de Janeiro.....	08
Figura 2. Vista aérea da Cidade do Rio de Janeiro.....	17
Figura 3. Vista aérea 2 da Cidade do Rio de Janeiro.....	46
Figura 4. Vista panorâmica Baía de Guanabara – Cidade do Rio de Janeiro.....	88
Figura 5. Localização do Município do Rio de Janeiro e seus municípios limítrofes.....	91
Figura 6. Vista aérea das Lagoas da Tijuca, Marapendi, Camorim e Jacarepaguá.....	95
Figura 7. Vista panorâmica do Morro do Sumaré na Cidade Rio de Janeiro.....	141
Figura 8. Obras da Vila do Pan-Americana (2005).....	153
Figura 9. Obras da Vila do Pan-Americana 2.....	153
Figura10. Obras da Vila do Pan-Americana 3.....	153
Figura11. Obras da Vila do Pan-Americana 4.....	153
Figura12. Vista aérea 3 da Cidade do Rio de Janeiro.....	184
Figura13. Lagoa da Tijuca.....	187
Figura14. Praia da Barra da Tijuca.....	187
Figura15. o morar na Barra da Tijuca – condomínio.....	187
Figura16. Praia da Barra da Tijuca “a”.....	187
Figura17. Parque de Educação Ambiental Mello Barreto.....	221
Figura18. Parque de Educação Ambiental Professor Mello Barreto - área de mangue.....	221
Figura19. Parque Municipal Ecológico de Marapendi.....	222
Figura20. Parque Municipal Ecológico de Marapendi – vista para a lagoa.....	222
Figura21. Vista ilhas da Baía de Guanabara – Cidade do Rio de Janeiro.....	235
IMG 01. Fotoaérea Barra da Tijuca – 1969 (<i>anexo II</i>).....	277
IMG 02. Fotoaérea Barra da Tijuca – 1975 (<i>anexo II</i>).....	278
IMG 03. Fotoaérea Barra da Tijuca – 1984 (<i>anexo II</i>).....	279
IMG 04. Fotoaérea Barra da Tijuca – 1994 (<i>anexo II</i>).....	280
IMG 05. “Plano Lúcio Costa” – croqui 1969 (<i>anexo II</i>).....	281
IMG 06. A Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras – ontem (<i>anexo II</i>).....	282
IMG 07. Imagem satélite _ Cidade do Rio de Janeiro (<i>anexo II</i>).....	283
IMG 08. Imagem satélite – Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras (<i>anexo II</i>).....	284
IMG 09. O espaço urbano – a Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras (<i>anexo II</i>).....	285
IMG10. O espaço urbano – a Barra da Tijuca (<i>anexo II</i>).....	286

LISTA DE MAPAS

MP 01. A Cidade do Rio de Janeiro – 1565.....	137
MP 02. A Cidade do Rio de Janeiro – 1922.....	138
MP 03. A Cidade do Rio de Janeiro – 1965.....	139
MP 04. As praias e lagoas aterradas.....	140
MP 05. Hidrografia e Localização.....	227
MP 06. Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras.....	228
MP 07. Relevo.....	229
MP 08. Viário – 2004.....	230
MP 09. Bairros da Bacia Hidrográfica.....	231
MP 10. Bairros que mais cresceram – 1991- 2000.....	232
MP 11. Densidade na Bacia Hidrográfica – 1991–2000.....	233
MP 12. Área construída na Bacia Hidrográfica.....	234
MP 13. Barra da Tijuca – condomínios – 2001 (<i>anexo III</i>).....	288
MP 14. Barra da Tijuca – serviços – 2001 (<i>anexo III</i>).....	289
MP 15. Licenças de construção – 2000 – 2001 (<i>anexo III</i>).....	290
MP 16. Empreendimentos licenciados – 2000 – 2001(<i>anexo III</i>).....	291
MP 17. Loteamentos irregulares e clandestinos - 2004 (<i>anexo III</i>).....	292
MP 18. Favelas - 2004 (<i>anexo III</i>).....	293



Figura 1. Vista panorâmica da Cidade do Rio de Janeiro
Foto: Regina Esteves Lustoza – Dez./2005

*“Que cidade é essa? Será a cidade do Tudo?
A cidade em que todas as partes se conjugam, as escolhas se contrabalaçam,
onde se enche o vazio que existe sempre entre o que se espera da vida e
aquilo que nos toca?”*

*Ítalo Calvino,
“O castelo dos destinos cruzados”*

• Tese/2006

INTRODUÇÃO

Nos últimos 50 anos a sociedade brasileira vem se transformando de rural para urbana. Segundo dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), apenas 19% da população vive no campo, enquanto 81% vive nos centros urbanos, sendo a Zona costeira habitada por 22% da população que se concentra em 7% dos municípios brasileiro. A zona costeira brasileira corresponde a uma faixa de transição onde interagem três grandes sistemas: oceânico, atmosférico e continental. Possui uma extensão de aproximadamente 7.400 km de extensão e largura que varia entre 70 a 480 km, de acordo com a posição geográfica.

O maior foco de adensamento populacional do país, está localizado na zona costeira, que abriga a sede de várias regiões metropolitanas como Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

A zona costeira não se limita ao mar territorial e às praias, segundo a Lei federal nº 7.661/88, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, define em seu art. 2º, parágrafo único:

“Para efeitos desta Lei, considera-se Zona Costeira o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre...”

O Estado do Rio de Janeiro tem um litoral, que se estende por mais de 800 km, entrecortado por baías e repleto de lagunas, com grandes áreas de restingas, brejos, mangues, costões rochosos e diversas ilhas – áreas com características peculiares no que diz respeito aos interesses de preservação – onde vive cerca de 80% da população

fluminense, com uma densidade demográfica de 585 hab/km², uma das maiores dentre os Estados costeiros da Federação.

O Rio de Janeiro está inserido na terceira maior faixa litorânea do Brasil e é importante frisar que grande parte das soluções, para as relações desiguais entre o crescimento demográfico e urbano e a disponibilidade/qualidade hídricas, são apontadas nas próprias políticas públicas relacionadas aos recursos hídricos e gerenciamento costeiro

Os limites territoriais das bacias hidrográficas ou seus subsistemas nem sempre coincidem com as delimitações político-administrativas, desta forma uma bacia pode ser compartilhada por diferentes países, estados, municípios ou mesmo bairros, criando algumas dificuldades para a gestão ambiental.

No caso do município do Rio de Janeiro esse compartilhar hidrográfico nem sempre é observado pelos gestores municipais. No que se trata da delimitação político-administrativa, na Cidade, a divisão por bacia hidrográfica (no caso 3 bacias hidrográficas), existente não coincide com as delimitações de Áreas de Planejamento - APs¹ (num total de 5 APs) e Regiões Administrativas - RAs (num total de 30 RAs), tornando-se assim as condicionantes para o planejamento urbano da Cidade muitas vezes incompatível com a política de recursos hídricos, seja a nível municipal, estadual ou mesmo federal.

Em muitos momentos a água tem sido vista ora como um bem renovável da natureza, que circula da atmosfera ao subsolo, ora como um ecossistema. Como afirma Rutkowisk e Santos (1998) ambas perspectivas conduzem a gestão da água a partir da bacia hidrográfica, tal qual ela é definida hidrologicamente – área de contribuição da drenagem natural. Ao se buscar amparo nesta isenção técnica as variáveis sociais, econômicas, políticas e culturais são abandonadas em nome de uma variável natural a muito inexistente, pois a diversidade de variáveis que conduzem à expansão espacial das cidades, mesmo das que surgiram às margens de cursos d'água, definem novos desenhos hidrográficos com novas paisagens.

A Cidade do Rio de Janeiro, como estudo de caso, não é o objetivo final deste trabalho. A preocupação fundamental é entender e proceder a uma leitura da produção do espaço urbano através do impacto da urbanização e da valorização da natureza, sob o ponto

¹ No caso o município possui 5 Áreas de Planejamento – AP, são elas: AP-1 Portuária; AP-2 regiões administrativas (RAs) Botafogo, Copacabana, Lagoa, Vila Isabel e Rocinha; AP-3 regiões administrativas; AP-4 regiões administrativas Barra da Tijuca e Jacarepaguá e AP-5 regiões administrativas Bangu, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba.

de vista da planície costeira, no caso: a orla² carioca. O estudo da Cidade, o conhecimento de algumas realidades urbanas, nos encaminhou para uma teorização sobre a produção e valorização destes espaços ao longo da costa³.

O ser humano necessita para viver, ocupar um determinado lugar no espaço. O ato em si não é apenas o de ocupar uma parcela deste espaço, mas sim; de produzir o lugar. O uso do solo ligado ao processo de produção das relações capitalistas é o modo de ocupação de determinado lugar da Cidade, a partir da necessidade de realização de determinada ação.

As águas doces têm um importante papel na sociedade urbano-industrial. Portanto, a gestão das águas deve compreender uma visão integrada das diferentes funções, tais como: elemento vital para a sobrevivência da biodiversidade e das sociedades; recurso vital para o desenvolvimento de diversas atividades econômicas; recurso natural que por seu caráter limitado adquire valor econômico e como recurso ambiental, enquanto patrimônio comum que a sociedade deve usar, preservar e conservar, considerando os aspectos espirituais e culturais envolvidos.

Uma proposta de desenvolvimento que trate das águas nesta dimensão deve estar sustentado pela prudência ecológica, eficiência econômica, justiça social, buscando a solidariedade em detrimento da superioridade de uma região sobre as demais, ou de um grupo social sobre os demais.

A tese procura apresentar algumas reflexões a respeito das questões ambientais contemporâneas, como: as alterações na conformação do ordenamento territorial e ambiental do espaço urbano em especial na Cidade do Rio de Janeiro. Toma-se como recorte territorial a Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras, em especial um dos bairros de maior expressão nos limites da bacia hidrográfica: a Barra da Tijuca.

A temática deste trabalho emerge por um lado das inquietações diante do papel e responsabilidade social do arquiteto urbanista e do geógrafo no mundo, de hoje, e de outro lado das questões provenientes da reflexão sobre o urbano e o ambiental, a partir da análise do espaço.

Este estudo busca tratar das transformações espaciais relacionadas aos processos de produção/reprodução/apropriação do espaço urbano. Procura-se discutir a urbanização, que conforma as novas formas espaciais, e seus impactos no meio natural. Busca-se

² A orla foi pensada como escala de planejamento e gestão, e mais, como um detalhamento de espaços da Zona Costeira com foco em realidades espaciais intra-municipais (ver "Projeto Orla: subsídios para um projeto de gestão" – Ministério do Meio Ambiente – 2004)

³ região à beira mar; litoral; praia

recuperar a discussão feita por Henri Lefebvre e Karl Marx a respeito dos valores de uso e valores de troca e como vem se dando as apropriações do/no espaço urbano.

O processo de reprodução da sociedade se realiza no processo de reprodução espacial em consequência da socialização da sociedade, que tem como foco principal a urbanização, que se revela através de uma planificação racional do espaço. Esse processo pode ser refletido no espaço da cidade através da propriedade privada do solo, que transforma o espaço em raridade.

A urbanização do município do Rio de Janeiro em especial da Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras, mostra uma malha urbana que se expande de maneira descontínua, com a criação de novos loteamentos as vezes distante das áreas onde já existe infra-estrutura (água, esgoto e eletricidade). Essa expansão descontinuada tem por objetivo a valorização de áreas intermediárias que permanecem desocupadas e que irão se beneficiar com a extensão da infra-estrutura para os locais mais afastados. Assim que os loteamentos mais distantes são ocupados, exerce-se pressão, para que sejam servidos por infra-estrutura. A medida que são atendidos, valorizam-se os espaços intermediários que permaneceram vazios, permitindo que o mercado imobiliário obtenha lucro por meio da criação de loteamentos nessas áreas mais afastadas.

Um dos grandes problemas dessa forma de expansão é a pressão que exerce sobre as áreas de interesse ambiental no município do Rio de Janeiro, mas especificamente aquelas áreas que deveriam ser destinadas à preservação dos ecossistemas costeiros – manguezais, restingas, praias, dunas, lagoas - no caso da Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras. A Cidade está crescendo sobre áreas que deveriam ser preservadas para garantir a própria sobrevivência da Cidade e de sua faixa litorânea, em um processo completamente insustentável em médio e longo prazos como se poderá verificar no desenvolvimento do trabalho.

O objetivo do trabalho é compreender e refletir a respeito dos seguintes itens: os interesses que envolvem as questões ambientais contemporâneas; o caráter geopolítico da produção/reprodução e apropriação dos espaços urbanos perante os recursos naturais, a gestão e a escassez dos recursos naturais e o fim da “natureza natural”.

A intenção é traçar algumas considerações através de certos parâmetros para a implementação de ações e sugestões, que procurassem promover o desenvolvimento local e regional em termos sócio-econômicos, sem deixar de lado as preocupações ambientais no âmbito da cidade.

No primeiro capítulo os estudos se iniciam, procurando nas bases conceituais da Geografia, analisar através da dialética homem-natureza as questões ambientais.

No enfoque da Geografia Humana, o espaço geográfico é produzido pelo homem através de um processo de transformação da natureza. A “socialização da natureza” é entendida quando a animalidade do homem vai sendo perdida a medida em que ele se apropria da natureza, transformando-a a fim de garantir sua sobrevivência e suas necessidades.

Seguindo uma trilha de investigação a respeito do tema procurou-se integrar e refletir as visões geográfica e urbanística, que ordenaram o conhecimento e o cruzamento das idéias desta pesquisa ao se tratar de natureza, sociedade e racionalidade.

No segundo capítulo é feita a apresentação das diferentes ideologias da forma pela qual as cidades eram tratadas, buscando uma compreensão do urbanismo aplicado na Cidade do Rio de Janeiro.

A questão ambiental é abordada através de algumas linhas de pensamento, que deram origem a leitura ambiental e ao planejamento ambiental urbano. Procurou-se esclarecer o surgimento e a influência de certos pressupostos no desenvolvimento das políticas públicas ambientais. É feita uma análise da situação ambiental da Cidade do Rio de Janeiro no seu percurso histórico e o que levou a Cidade a produzir seu espaço urbano.

Ainda no segundo capítulo é feita uma discussão do processo de produção do espaço, sobre o ponto de vista da reprodução social. Busca-se então; recuperar a discussão feita por Henri Lefebvre e Karl Marx a respeito dos valores de uso e valores de troca e como vem se dando as apropriações do/no espaço.

O terceiro capítulo apresenta e caracteriza a Cidade do Rio de Janeiro, de maneira que a preocupação fundamental foi entender e proceder a uma leitura da produção do espaço urbano através do impacto da urbanização e da valorização da natureza, sob o ponto de vista da planície costeira, levando em consideração a delimitação territorial através da bacia hidrográfica, no caso a Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras. A meta, nesta etapa do trabalho foi reconstituir os principais atos que aconteceram, através da observação e estudo do percurso sinuoso das proposições ou intervenções pelas quais passou o sítio costeiro da Cidade e a valorização ou desvalorização da produção do espaço urbano ao longo do século XX, embora se tenha iniciado as reflexões na segunda metade do século XIX, vale ressaltar que a pesquisa tomou como recorte temporal o século XX.

No quarto capítulo após uma avaliação a respeito da ocupação da costa da Cidade do Rio de Janeiro, retoma-se a discussão sobre o processo de produção do espaço, através do

ponto de vista da reprodução social, que segundo Carlos (2001) com a generalização da urbanização surge uma nova contradição: a que se refere a antiga ocupação de áreas como lugares de expansão da mancha urbana e a impossibilidade diante da escassez de áreas. Isto porque como é visto, o espaço enquanto valor, entra no circuito da troca geral da sociedade – produção; repartição e distribuição, fazendo parte assim, da reprodução da riqueza, constituindo-se em raridade.

Os instrumentos de gestão como o Plano Diretor para a Baixada de Jacarepaguá, o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, o Estatuto da Cidade, o Projeto de Estruturação Urbana das Vargens– o PEU e outros aparecem como uma necessidade imposta por esse processo de reprodução espacial.

Surge ainda a preocupação com as questões ambientais e a natureza se torna mais um elemento a ser agregado a este valor.

A dinâmica capitalista observa que o homem não se separa da natureza, mesmo que a evolução técnica conduza a esta ilusão. Os discursos a respeito da questão ambiental, dos recursos naturais, são capturados, criam-se novos mercados, porque torna-se raridade e isso significou ganhar valor de troca.

Verifica-se a necessidade de uma interface entre os Planos de Bacias Hidrográficas, os Planos de Gerenciamento Costeiro (no caso de municípios com áreas litorâneas) e os Planos Diretores. Todas as bacias têm uma importância vital para os municípios ou mesmo estados que a compõem. A situação ambiental vem se tornando gravíssima pelo fato de que muitas cidades não possuem tratamento de esgoto ou este é insuficiente, não cuidam de suas águas, sejam elas de rios, lagoas; manguezais, restingas e praias e não cuidam do seu lixo.

O quinto capítulo procura como ponto de partida para uma melhor compreensão a respeito da ocupação do território da Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras, uma reflexão através de um histórico sobre o processo de ocupação da área, e uma análise da produção do espaço.

Procura-se nesta fase do trabalho um estudo sobre o planejamento espacial da Bacia, tomando um dos bairros de maior expressividade, para tratar da expansão urbana – *o produzido*, associada ao sistema costeiro.

Discute-se neste capítulo o que foi realizado pelo Plano Piloto da Baixada de Jacarepaguá (O Plano Lúcio Costa) original do bairro – *o concebido*, e que sofreu modificações, apontando as interferências no ambiente costeiro, analisando como ele se encontra na atualidade.

Neste capítulo a Barra da Tijuca é apontada como um espaço de segregação e surgem os impasses no processo de urbanização, os agentes envolvidos na produção do espaço; a fragmentação do tecido sócio-político-espacial e o *boom* imobiliário.

É difícil a idealização de um lugar imune às contradições do mundo urbano, uma vez que ele está aí circunscrito. Parece ingenuidade supor que muralhas, câmaras, segurança sejam capazes de constranger a violência que ronda o dia a dia do carioca. Parece ingenuidade acreditar nas promessas de lançamentos dos condomínios fechados de que “*você vai morar perto da natureza...*” que natureza é essa? Parece infantilidade acreditar que os segmentos mais pobres apesar de suas ações nem sempre vivenciadas como políticas possam restringir seus passos, no bairro, exclusivamente a locais destinados ao trabalho, não vislumbrando a possibilidade de outra circulação pelo espaço público, mesmo que se queira fazê-lo privado.

Finalmente as considerações finais sintetizam as principais conclusões do trabalho e apontam para algumas futuras linhas de pesquisa.

O resultado deste trabalho de tese é a expressão em que chegou nossa reflexão sobre as questões urbanas e ambientais sem a intenção de entregar uma teoria pronta e acabada, mostra a necessidade do debate no avanço do processo do conhecimento.

Uma pesquisa não pode simplesmente tangenciar certas questões, sendo assim, encontraremos ao longo do trabalho alguns deslizes, que podem ser considerados pecados absolvíveis, uma vez que são o resultado da incessante e apaixonante busca por respostas, que as investigações nos iam colocando.

O caminho do conhecimento é emocionante e ao mesmo tempo árduo, penoso e muitas vezes solitário, nem sempre o amadurecimento das idéias é possível, e o tempo é uma incógnita.

Enveredar pelo caminho da Geografia foi um desafio e também algo fascinante e enriquecedor, para quem cursou e trilhou sua trajetória na direção da Arquitetura e Urbanismo.

Em nenhum momento houve a intenção de mudar esse caminho, mas sim; de torná-lo mais largo, interessante e completo. A Arquitetura e Urbanismo continua sendo a estrada principal deste percurso, mas agora; com um diferencial a mais, uma descoberta que trouxe um crescimento e aprimoramento para futuras pesquisas.

Não podemos negar que o trabalho projetou desejos, necessidades e sem dúvida uma certa impotência diante de algumas questões que o percurso colocou e que tentamos da melhor forma possível superar e transpor.

“Tinha uma pedra no meio do caminho..., no meio do caminho tinha uma pedra.”

Todavia, acreditamos na liberdade de pensar, na troca de experiências e principalmente nas relações entre os seres humanos.



Figura 2. Vista aérea da Cidade do Rio de Janeiro
Foto: Regina Esteves Lustoza – Dez./2005

Muito estranhamente, o direito à natureza (ao campo e à “natureza pura”) entrou para a prática social há alguns anos em favor dos lazeres. Caminhou através das vituperações, que se tornaram banais, contra o barulho, a fadiga, o universo “concentracionista” das cidades (enquanto que a cidade apodrece ou explode). Estranho percurso, dizemos: a natureza entra para o valor de troca e para a mercadoria; é comprada e vendida. Os lazeres comercializados, industrializados, organizados institucionalmente, destroem essa “naturalidade” da qual as pessoas se ocupam afim de traficá-la e trafegar por ela. A “natureza”, ou aquilo que é tido como tal, aquilo que dela sobrevive, torna-se o gueto dos lazeres, o lugar separado do gozo, a aposentadoria da “criatividade”.

Henri Lefebvre

CAPÍTULO I

**SOCIEDADE-NATUREZA:
a busca de uma interpretação**

...Vocês devem ensinar a suas crianças que o solo a seus pés é a cinza de nossos avós. Para que respeitem a terra, digam a seus filhos que ela foi enriquecida com as vidas de nosso povo. Ensinem a suas crianças o que ensinamos às nossas, que a terra é nossa mãe. Tudo o que ocorrer à terra, acontecerá aos filhos da terra. Se os homens cospem no solo, estão cuspidos em si mesmos. Isto sabemos: a terra não pertence ao homem; o homem pertence à terra. isto sabemos: todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. Há uma ligação em tudo. O que ocorrer com a terra recairá sobre os filhos da terra. O homem não tramou o tecido da vida: ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo...

*trecho da "Carta da Terra" de 1854
Chefe Seattle*

Como se trata de um trabalho que procurou articular uma interface entre a visão geográfica e urbanística através da relação homem-natureza, as reflexões se iniciaram, buscando na gênese da geografia a interpretação e a concepção destes conceitos. A pesquisa procurou compreender e refletir sobre as conseqüências da produção/apropriação/reprodução do espaço sobre a natureza e a forma como as cidades brasileiras passaram a remodelar suas águas, em especial na Cidade do Rio de Janeiro, onde isso aconteceu muitas vezes através dos aterros sofridos e ocupações indevidas, ampliando assim, a oferta de solo para ocupação urbana.

Na discussão com relação à interpretação e concepção de alguns geógrafos, precursores da Geografia Humana, foi visto como se formou a geografia do homem e como se deu sua relação com a natureza e seus recursos naturais.

Ao se traçar um paralelo entre cidade-urbano, a pesquisa apresentou uma concepção do espaço urbano, e a nova tentativa de re-adequação do homem a natureza, que se tornou um espaço produzido, melhor, uma segunda natureza.

Ao mencionar as questões de apropriação do solo, valoração e uso do espaço procurou-se a visão e o conceito de natureza em Marx e as interpretações de Foladori.

Serão apresentados neste capítulo alguns elementos que fazem parte das questões ambientais contemporâneas e, que se julgou ser de grande relevância para uma reflexão da sociedade, para o avanço da prática do planejamento ambiental urbano e do que começa a ser discutido, o eourbanismo. Vale ressaltar que foi necessária uma breve abordagem histórica a respeito de algumas questões, para que pudesse haver uma melhor compreensão das conseqüências atuais dos impactos ambientais na natureza em especial no âmbito das cidades e do urbano. Desta forma este capítulo foi estruturado a partir das considerações que se seguem.

1. 1. HOMEM(SOCIEDADE)-NATUREZA

No início de sua existência, a Humanidade teve certamente uma forte ligação com a natureza. Porém, graças a sua inteligência e iniciativa o homem se tornou um elemento que exerce sobre o meio uma ação poderosa. Torna-se um agente da natureza transformando a paisagem natural, criando associações novas de plantas e animais, oásis para as culturas de irrigação, as formações vegetais em detrimento da floresta. E essas transformações se estendem por diversas regiões porque há, de grupo para grupo de homens, as migrações, os empréstimos, as imitações. Essa ação das sociedades humanas sobre a natureza é tanto mais rica e mais forte quando as suas iniciativas as têm tornado mais capazes de ampliar seu raio de ação.

Na Geografia clássica, o meio natural era visto com a predominância do pensamento determinista, sendo a natureza colocada como condição ou obstáculo para o desenvolvimento de certa sociedade. A partir dos anos 60, com a Geografia Crítica, o caráter predatório provocado pelo processo industrial, foi enfatizado por diversos autores (Bernardes *et al.*, 2003).

O meio natural sempre esteve em pauta no debate geográfico, mas hoje a Geografia e outras ciências sofrem a influência do surgimento de novos paradigmas e o debate ambiental ressurgue com força (BERNARDES e FERREIRA, 2003).

BECKER e GOMES (1993:149) ressaltam que:

o tema vem cercado de novas indagações e de um contexto efetivamente diverso. Afinal, uma das considerações mais atuais se refere exatamente ao papel da ciência e da técnica na produção de conceitos, no uso e gestão do ambiente e na incontrolável política do problema (...) Sem dúvida, não é possível contar com muitas certezas, mas, pelo menos, na Geografia pode contribuir para revelar algumas das múltiplas dimensões do problema, reconhecendo, assim, a complexidade do tema atualmente.

Para Milton Santos (1996: 51):

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai se fazendo, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos fábricas, cidades etc.; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada.

Paul Vidal de La Blache, francês, trabalhava com os conceitos de gêneros de vida e região (1894, 1911), que, para Milton Santos, era uma Geografia Regional dualista e reducionista. Griffith Taylor, Ellen C. Semple, e E. Huntington foram geógrafos que trabalharam com conceitos deturpados de Ratzel, criando o Determinismo geográfico (primórdios do século XX).

Demangeon (1952) afirma que o progresso da Geografia Humana como ciência remonta ao progresso do nosso conhecimento do globo, efetuado em consequência de viagens de descobertas e de colonização do século XVIII. Viagens estas feitas por cientistas e por exploradores animados pela curiosidade científica. Obtiveram através do mundo elementos de comparação das sociedades humanas em diferentes civilizações; o espírito de comparação desperta o espírito científico, porque cria o sentido da generalidade dos fatos.

Vidal de La Blache (1913) que foi o iniciador da Geografia Humana, mostrou que o caráter científico desta geografia remonta a dois geógrafos alemães: Alexandre Von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859), quando os dois demonstram que entre os fenômenos físicos e os fenômenos da vida há relações constantes de causa e efeito, todavia; cada um deles trouxe a sua maneira de conceber esta conexão.

A Ecologia Humana (Urbana) separava o homem da natureza, pois utilizava a natureza "primária", e não da natureza "socializada". A Geografia Cultural (Regional) isolava os locais e definia as construções humanas como resultados diretos da cultura de seus habitantes. Com isto, a Geografia Clássica, re-aparece em meados do século XX, com o

Determinismo geográfico, o Possibilismo (Região, Gênero de vida) e as “áreas culturais”, ofereceu-nos noções “positivistas” da realidade, pois eram mecanicistas, causais e análogas às ciências naturais.

No enfoque da Geografia Humana, o espaço geográfico é produzido pelo homem através de um processo histórico de transformação da natureza. A base teórica que os geógrafos encontraram em Marx, em especial quando ele trata da relação entre homem-natureza, é a dialética entre sujeito e objeto. O processo conhecido como “socialização da natureza” é entendido à medida que o homem vai se apropriando da natureza, transformando-a, a fim de garantir sua existência.

O espaço geográfico é produzido pelo homem através de um processo de transformação da relação homem-natureza. Santos afirma que o espaço geográfico é trabalho humano, sendo assim, o espaço social é um produto das relações sociais de produção, além de ser o *locus* da sua realização. Enquanto dimensão da sociedade, o espaço é homem e natureza, manifestando-se como espaço físico e social das relações entre sujeito e objeto, que o torna humanizado. O homem se diferencia nestas relações, quando de posse de sua liberdade de ter consciência de sua ação, trabalho e busca pela satisfação. O momento marca o processo em que o homem passa a fazer a sua própria história e deixa de pertencer a história da natureza, da Terra, do universo. Com isso o homem não é parte da natureza, uma vez que a natureza é socializada, ela se torna para a consciência humana sua própria extensão.

A divisão do trabalho, fragmenta a visão da relação homem-natureza. Segundo SANTANA (1999) a técnica adotada na prática produtiva, serve de mediação no desenvolvimento da ação do homem na natureza. A sofisticação dos instrumentos de trabalho gera um distanciamento entre homem e natureza, devido à distinção do que é artificialmente produzido e o que é tido como natural. É neste momento que se evidencia o discurso que aponta o homem na posição de “vilão” por sua obra e seu produto ao tomar como símbolos desta oposição à natureza exemplos como: a cidade, as indústria de grande porte e outros. Contudo, o homem consegue reunir a capacidade de ser animal que adapta a natureza a si, produzindo sua humanidade. É o trabalho do homem que muitas vezes torna o espaço humano.

Reconhecer o espaço na geografia, hoje, implica em apreender o momento histórico da sociedade e o modo de produção com o qual as relações sociais se estabelecem. Ao se observar que o espaço além de ser produzido é também consumido, mais do que ser espaço das relações de produção significa espaço de consumo e consumo do espaço. SANTANA

■ Tese/2006

(1999) afirma que as relações capitalistas não se limitam ao uso, uma vez que este passa a obedecer às determinações de valores de uso e valores de troca vinculadas à circulação de mercadorias. Conforme mencionado por Santana a regulação da sociedade se torna notória, antes restrita à produção, expande-se para os momentos restantes da vida.

O contexto histórico é imprescindível para a compreensão das condições gestoras dos problemas ambientais amplamente debatidos na atualidade: as condições estabelecidas pelo modo de produção e regulação da sociedade, assim como as relações sociais.

Focar como os discursos ecológicos assumem a natureza como algo externo ao homem, como produção não-humana. Uns presumem uma separação entre o homem e a natureza, outros, reivindicam a idéia do homem ser parte da natureza como parte de um todo. Se a noção de meio ambiente surge como utilidade para o homem. Em ambos os casos, negligenciam-se obra e produto como ganho proveniente do homem. Instiga-se uma revisão do valor de utilidade das fontes e recursos naturais na produção - subordinado às necessidades econômicas do homem. Segundo LUC FERRY (1994), estas dariam uma visão antropocêntrica ao pensamento ecológico. No entanto, para a versão biocêntrica, a qualquer ser da natureza, às vezes reduzido aos animais, é atribuído valor intrínseco independentemente da vida e ação de interesses objetivos para o homem, como direitos iguais à natureza diante do homem - postura em contestação a tese de que a atitude humana tem assumido uma pretensa superioridade frente às outras formas de vida existentes na natureza (SANTANA, 1998).

Através desta valorização pelo natural, o enfoque ecológico pode sugerir a superação da percepção referente à ação humana de transformação da natureza. No entanto, o discurso ecológico obscurece o fato da lógica da apropriação da natureza pelo homem dever ser a mesma que separa os homens - e que distingue desenvolvimento de subdesenvolvimento, pobreza de riqueza. Baseado na desigualdade, Juan Martinez Alier defende a tese da existência de um "ambientalismo da abundância" e outro "ambientalismo da sobrevivência", são lutas de preservação com origens em circunstâncias opostas. Ademais, a suposta postura de superioridade do homem diante da natureza, na realidade pressupõe alienações endógenas às relações humanas e situações diversas de um lugar para outro.

Os discursos ecológicos podem, numa certa medida, reproduzir as relações sociais de produção capitalista, então vale perguntar quais seriam os espaços capturados e onde estariam as possibilidades de contestação. É neste sentido que a ação de valorização da natureza pode implicar numa desvalorização do homem. LUC FERRY (1994) caracteriza a Ecologia Profunda como uma forma de anti-humanismo. Este processo se dá diferentemente

entre diversos modos de pensar e agir ligados à chamada questão ecológica, quer sejam marcados por influências provenientes dos ecologistas profundos (biocêntricos), quer sejam das diretrizes apontadas pela Organização das Nações Unidas (paradigma do desenvolvimento sustentável), ou dos eco-socialistas, etc. Além disso, variados grupos da sociedade, como as organizações não governamentais ambientalistas nacionais e internacionais, os representantes governamentais, agentes empresariais, pesquisadores, etc., apropriam-se desigualmente destes discursos, ora produzindo formas próprias ora reproduzindo outras mais hegemônicas.

A questão ecológica invade a vida cotidiana, produzindo uma nova necessidade sob o impulso de uma diversidade de discursos. Apesar das diferenças inerentes a cada discurso, há um aspecto que, contraditoriamente, revela-se como unidade, como se uma fusão se realizasse através do consumo. Isso é ressaltado pela indução a uma modificação nos artigos e serviços consumidos, a serem substituídos por “produtos verdes”, como se fosse um movimento aliado ao processo de reprodução das relações sociais de produção capitalista. A possibilidade de legitimação de uma tendência a homogeneização da ação dos diversos grupos e discursos ecológicos pode estar também revestida da proposta de “desenvolvimento sustentável”. Esta vem sendo intensamente difundida e isso significa pensar na sua adoção como uma não disposição para se abdicar dos resultados não simplesmente da produção técnica, tecnológica e científica, mas igualmente ao modo de vida da sociedade de consumo. Isso motiva a conjecturar a hipótese de que o discurso ecológico possua um viés ideológico.

Milton Santos critica o regionalismo geográfico, pois entende o mundo como um sistema único, com partes interdependentes (e isto se acentua com o avanço da tecnologia e da ciência). Porém, defende o localismo cultural, pois os cotidianos (modos de vida) locais não deveriam sucumbir àqueles impostos “de fora”, através do poder do capital, que tira a solidariedade das pessoas.

A Nova Geografia (“*New Geography*”), surgida após a Segunda Guerra Mundial, foi fruto das novas tecnologias (como a automação), das novas necessidades (e dos novos usos) criados com a guerra. De certa forma, mesmo o objeto geográfico mudou, pois as tradicionais “Escolas Nacionais” que geravam pensamentos globais e individualizados cederam lugar à difusão de estudos “locais” (pelo poder econômico e político anglo-saxão, principalmente), cujo método era objetivo, com o uso da Matemática, Informática, Probabilidade.

“... Isso dotou a pesquisa de meios que... deviam permitir uma definição mais exata das realidades, ensejando chegar assim à postulação de leis cuja pertinência pode, todavia, ser discutida”. (Milton Santos).

A Geografia foi utilizada para o planejamento, sendo, portanto, utilitarista. Isto excluiu o movimento social do processo de realização dessa ciência. A Nova Geografia acabou:

“...despersonalizando o homo sapiens, substituindo-o pelo homo economicus, que é nada mais que uma média: e o homem médio não existe. A chamada ‘nova geografia’ também excluiu o movimento social e dessa forma eliminou de suas preocupações o espaço das sociedades em movimento permanente. A geografia tornou-se viúva do espaço. (...) Então, o espaço geográfico é estudado como se ele não fosse o resultado de um processo onde o homem, a produção e o tempo exercem o papel essencial” (SANTOS,)

Quanto aos modelos e aos sistemas, Milton Santos ressalta a importância do fator histórico na análise correta dos “fatos”, pois a simples análise de sistemas e a modelização/quantificação de fatos geográficos não levam em conta as condições precisas de tempo e espaço nas quais as variáveis sistêmicas combinam-se entre si. Diz ele, ainda, que a modelização permite a prospecção (previsão) de situações futuras, e foi utilizada largamente pela planificação, engajada à geografia. Porém, ela desconsidera o tempo, sendo uma sucessão de estágios “prontos” e matematizados (resultados), e não mostra ou analisa os processos de formação da paisagem, ou seja, ignora a dinâmica do espaço.

Milton Santos vem propor uma geografia nova, preocupada sobretudo, com o bem-estar do homem; uma ciência que seja atuante em prol da restauração da dignidade humana, através da construção de um espaço mais humanizado. É, por isso, considerado como um dos fundadores da Geografia Crítica, paradigma vigente desde os anos setenta e produtor de profundas reflexões na ciência geográfica, tentando transformar a realidade cotidiana no mundo capitalista.

1.2. SOCIEDADE-NATUREZA: algumas visões e interpretações

VISÃO HUMANÍSTICA

Como pode ser percebido, a natureza transformada vem recebendo diversas nomenclaturas, definições e diferentes análises, seja de positivistas, marxistas e humanísticos.

O homem estabelece a sua visão da natureza recorrendo a vários elementos, bens e frutos oferecidos pelo meio ambiente. Isto exige trabalho, arte, empenho e inteligência. A

tarefa é conduzida de tal maneira que os limites entre o ambiente natural e o humanizado acabam se confundindo.

Como afirma Pontes (1999), a geografia humanística preocupada com a morada do homem tem procurado explorar a influência da natureza e, enfocar intervenções humanas no espaço, através de sua busca pela felicidade. Este conceito foi trabalhado inicialmente por Yi-Fu Tuan⁴, em sua obra *The Good Life*.

Na geografia o humanismo é uma corrente holística não interessada em enfocar apenas o meio ambiente construído pelo homem, surgiram questões pertinentes as alegrias e celebrações como também as amarguras, lutas e lendas ocorridas no levantamento e manutenção do meio ambiente que são tratados na geografia humanística.

TUAN (1985: 146) menciona que a meta da orientação humanística é o seguinte:

Especificamente entender como as atividades e os fenômenos geográficos revelam a qualidade da conscientização humana

Na geografia humanística as perspectivas científicas são claras: o homem trabalha sobre elas, mas não impede as críticas radicais dirigidas ao positivismo que omite as questões da vida e fala de um mundo habitado por homens contados friamente.

Segundo Pontes (1999: 35) os fenômenos da natureza, como a chuva que abranda as temperaturas, ajuda a germinar as sementes e torna as plantas exuberantes, são bem-vindos. Contudo, o excesso prejudica o desenrolar dinâmico da vida. As chuvas torrenciais destroem as plantas nas áreas rurais e, no espaço urbano, atrapalham o transcorrer diário da vida, quando não causam danos irreparáveis. Na ausência de explicações para a violência da natureza, o povo prefere decifrar o enigma apelando para as razões sobrenaturais. Em meados da década de 60 quando o Rio de Janeiro foi assolado por dois verões consecutivos por temporais, a população carioca julgou que a retirada do feriado de São Sebastião, padroeiro da Cidade, havia provocado tal ira. Mesmo assim, com o retorno oficial do feriado de 20 de Janeiro, as chuvas dos primeiros meses do ano, continuaram a ocorrer.

A maior floresta urbana do mundo (a Floresta da Tijuca), replantada a partir de 1861, por um período de quase 30 anos domina uma boa parte montanhosa da Cidade do Rio de Janeiro – o Maciço da Tijuca, em uma área anteriormente ocupada pela Mata Atlântica. O reflorestamento realizado por escravos, obedeceu as ordens de D. Pedro II atento à devastação causada pelas plantações de café. O replantio procurou vencer as agressões ao meio ambiente, assim como procurava recompor a exuberância da floresta e afastar o perigo

⁴ Geógrafo chinês, radicado nos Estados Unidos, autor de *The Good Life*

da falta de água para a população carioca. Quase um século depois, em 1943, a Floresta da Tijuca recebeu um novo reflorestamento, oferecendo algumas atrações, como áreas de piquenique, trilhas para caminhadas e passeios, cascatas e grutas abertas para visitação. Com isso tornou-se Patrimônio Histórico da Humanidade e possui *status* de Reserva Mundial da Biosfera conferido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

Por outro lado a dupla de cantores Sá e Guarabira saúda os lugares atingidos pelo reservatório de Sobradinho, na Bahia, evidenciando como o homem constrói uma obra dessa magnitude, evidenciando uma alto estágio tecnológico, mas para isso desfaz a natureza e arranca o próprio homem de seu lugar vivido. Os versos são bem enfáticos:

“Adeus Remanso, Casa Nova, Sento Sé/ adeus Pilão Arcado, vem o rio te engolir/ debaixo d’água lá se vai a vida inteira/ por cima da cachoeira o gaiola vai subir/ vai ter barragem no salto do Sobradinho/ e o povo vai-se embora com medo de se afogar/ o sertão vai virar mar, dá no coração/ o medo que algum dia o mar também vire sertão.”

Como afirma MELLO (1993: 37) citado por Pontes (1999: 37) diversos municípios cederam seu território e suas populações foram transferidas para locais previamente edificadas, segundo as normas ditadas por dirigentes e planejadores, como foi o caso de Remanso; Casa Nova Sento Sé e Pilão Arcado. Todavia resta, ainda, o consolo de continuar navegando nas águas do “Velho Chico” e usufruir do potencial e fartura oferecidos pela represa de Sobradinho.

No âmbito da reorganização do espaço, algumas obras construídas para trazer progresso ensejam conflitos e, depois de terminadas, continuam a ser rejeitas por outros motivos. Passar pelos túneis cavados nas montanhas ou viajar de metrô debaixo da terra, muitas vezes é recusado por uma determinada camada da população temerosa de algum tipo de desabamento. Os *shopping centers* mudaram o ritmo de vida tradicional e impediram as caminhadas nas calçadas e o acompanhamento das coisas simples do mundo vivido.

E os *shopping centers*? O que seriam? Os *shopping centers* construídos segundo os ditames de sub-centros fechados e de luxo, não devem ser confundidos com as galerias comerciais, constituem o lócus da pós-modernidade, oferecendo a comodidade, música, pequenos lagos, canteiros, iluminação, comércio e serviços refinados, além de proteção contra violência, a poluição, as intempéries e a miséria do mundo.

Mas, afinal, o que é o paraíso? Onde se encontra? A humanidade continua na busca.

Algumas características do humanismo foram pois retomadas pela geografia: a visão antropocêntrica do saber; a posição epistemológica holística; o homem sendo considerado como produtor de cultura (no sentido de atribuição de valores às coisas que o cerca); dentre outras.

Para fazermos ciência, necessitamos de fundamentos teórico-metodológicos sobre nossa forma de compreendermos o mundo. A filosofia designa uma metodologia de interpretação e de pesquisa que advém da análise da realidade feita pelo cientista e a organização de seu conhecimento para entendê-la. Neste processo, o instrumental teórico é o principal elemento para a compreensão da produção do espaço geográfico, que é o objetivo da ciência geográfica.

Com o conhecimento histórico das teorias geográficas, podemos perceber como o homem entende o seu universo de diversas maneiras distintas, de acordo com suas concepções pessoais (e suas próprias condições para tal), no transcorrer da história da humanidade. Aplicando-se a estes conhecimentos adquiridos novos conhecimentos, pode-se tentar facilitar a vida humana, em termos de convívio social, buscando a felicidade de cada um, individualmente.

Neste início do século XXI, em que o mundo passa por um processo de reorganização, a questão ambiental busca resgatar sua essência frente às relações sociedade-natureza, buscando desta forma uma visão marxista da relação homem-natureza.

Bernardes e Ferreira (In: Sociedade e Natureza, 2003) afirmam que a compreensão tradicional das relações entre sociedade-natureza desenvolvidas no passado (vide a respeito RATZEL, 1891; VIDAL DE LA BLACHE, 1913/1920; DEMANGEON, 1952), estão vinculadas ao processo de produção capitalista, que considerava o homem e a natureza como pólos excludentes, tendo subjacente a concepção de uma natureza objeto, fonte iluminada de recursos à disposição do homem.

Essa concepção foi o início, para que se desenvolvessem práticas, por meio de um processo de industrialização, onde a acumulação se realizava por meio da exploração dos recursos naturais, com danos para a natureza e os homens.

Bernardes e Ferreira comentam em seu texto, que o crescimento econômico não tinha limites e que o desenvolvimento significava dominar a natureza.

Callai, 1993 menciona:

os avanços da ciência e da tecnologia postos a serviço da produção e do bem estar social, permitem o surgimento de concentrações populacionais oriundas de liberação de mão-de-obra do campo. Estas concentrações tendem a ampliar-se até atingirem o seu ponto máximo com a criação da cidade.

A natureza é substituída e/ou recriada não sendo percebida como natural.

Já Milton Santos, (1988. p. 42) menciona o seguinte:

O espaço do homem (...) vai tornando-se um espaço cada vez mais instrumentalizado, culturizado, tecnificado e cada vez mais trabalhado segundo os ditames da ciência. Tudo isso se dá em um quadro de vida onde as condições ambientais são ultrajadas com agravo à saúde física e mental das populações. Deixamos de entreter a natureza amiga e criamos a natureza hostil.

Callai, 1993, considera que dentro da cidade esta relação não se mantém igual. Ocorre uma diferenciação no tempo e também no espaço. No tempo se considera as diferenças da cidade, as relações que ocorrem entre os homens no seu interior, os motivos desta relação e as situações históricas nos diferentes momentos.

Nos anos 60/70 percebe-se que os recursos naturais podem se esgotar e que o crescimento descontrolado começa a se revelar insustentável. Neste contexto emerge a necessidade de se eleger valores e paradigmas, que sejam capazes de romper com a dicotomia sociedade-natureza (BERNARDES e FERREIRA, 2003).

Pereira, 2001 ao citar Carlos, 1994, afirma que:

o homem, para sobreviver, necessita ocupar um lugar no espaço e essa ocupação envolve o ato de produzir o lugar. A produção do espaço é ação cotidiana do homem e aparece na forma de ocupação de um determinado lugar em um momento histórico

Ainda, segundo Pereira, os problemas ambientais dizem respeito às formas pelas quais o homem produz esse lugar com o objetivo de garantir suas condições de sobrevivência.

Deve-se ressaltar que a compreensão das relações sociedade-natureza e da questão ambiental passam pelo conhecimento do processo de produção do espaço, uma vez que a devastação do planeta pela técnica leva o homem a pensar na produção do espaço de forma também técnica.

Pereira (2001) afirma que a compreensão da questão ambiental passa, pela compreensão da complexidade do processo de apropriação, produção e consumo do espaço, que é um processo “no qual se produzem e/ou reproduzem relações dominantes de

produção e de reprodução como parte integrante das relações societárias com a natureza” (Rodrigues, 1998. p.24)

A VISÃO MARXISTA

Na obra de Marx, as condições naturais são abordadas, enquanto recursos para a vida humana, em envolvimento com os processos produtivos. Os fenômenos naturais são considerados como pressupostos gerais de toda a produção. (Moraes, 1994) (Bernardes e Ferreira, 2003).

MORAES e COSTA (1999) mencionam que a obra de Marx constitui uma teoria geral da história da sociedade, visa dar conta de um movimento social em diferentes períodos da história da humanidade, apesar de sua ênfase estar centrada na sociedade vivenciada por ele, o capitalismo.

"O Capital" foi à suprema conquista de Marx, o centro da obra de sua vida. Seu objeto era: "revelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna". Pensadores econômicos anteriores haviam captado um ou outro aspecto do funcionamento do capitalismo. Marx procurou entendê-lo como um todo. Analisou o capitalismo não como o fim da história, como a forma de sociedade correspondente à natureza humana, mas como um modo de produção historicamente transitório cujas contradições internas o levariam à queda.

No capítulo I, do livro I de O Capital, Marx trata do valor do capital. Via como base de toda sociedade humana o processo de trabalho, a cooperação entre si dos seres humanos, para fazer uso dos recursos da natureza e satisfazer suas necessidades, em outras palavras, ser útil. Marx chama de valor de uso. O valor se refere primeiro e principalmente em ser útil a alguém. Afirma que a necessidade satisfeita por um valor de uso, não precisa ser uma necessidade física. Os valores de uso podem satisfazer diversos propósitos. Um livro é um valor de uso, porque pessoas necessitam ler, a arma de um policial é um valor de uso tanto quanto o bisturi de um cirurgião.

Marx compreende a natureza, enquanto matéria reelaborada pelo trabalho humano, daí, o conceito de trabalho é fundamental (Schmidt, 1996).

como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é uma das condições de existência do homem, independentemente de todas as formas sociais, e constitui uma necessidade natural eterna para mediar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, a vida humana.

No pensamento de Marx, as relações sociedade-natureza são enfocadas em termos das formas como determinada sociedade se organiza para o acesso e uso dos recursos naturais (Schmidt, 1996).

Bernardes et al, 2003 afirmam que ao atuar sobre a natureza, o trabalho produz não apenas uma simples mudança na forma da matéria, mas, também um efeito simultâneo sobre o trabalhador.

Na concepção marxista, a relação do homem com a natureza é sempre dialética: o homem informa a natureza ao mesmo tempo em que esta o informa. Marx introduz uma nova concepção na relação do homem com a natureza, o homem socialmente vivo.

põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços e pernas, cabeça e mãos, para apropriar-se da substância natural em uma forma utilizável para sua própria vida. Na medida em que o homem, mediante esse movimento, atua sobre a natureza exterior a ele e a transforma, modifica ao mesmo tempo a sua própria natureza (Marx, in Schmidt, 1976).

Marx afirma que "todas as relações sociais estão medidas por coisas naturais e vice-versa. São sempre relações dos homens entre si e com a natureza (Marx, in Schmidt, 1976), significando que a natureza é uma categoria social e a sociedade uma categoria natural.

Marx mostra que sob o capitalismo, os produtos do trabalho tomam forma de mercadorias e como assinala Adam Smith, uma mercadoria não tem simplesmente um valor de uso. Mercadorias são feitas, não para serem consumidas diretamente, mas para serem vendidas no mercado. São produzidas para serem trocadas. Desse modo cada mercadoria tem um valor de troca, "a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de um outro tipo". (O Capital vol. 1)

No final do século XX, a sociedade nos coloca diversas questões diferentes das vivenciadas por Marx, no século XIX. Concordamos com Carlos (378:1986), quando afirma que não buscamos em Marx as respostas para as novas questões.

Carlos(379:1986) afirma que é muito difícil construir uma sociedade plenamente democrática e socialista. O socialismo não pode ser imaginado de forma romântica ou prosaica, mas sim; no interior das comunidades.

Em 1999 dois livros foram publicados nos Estados Unidos que demonstram o método e a teoria marxista com relação à questão ambiental. São os livros de Paul Burkett, *Marx and Nature. A red and green perspective*, que tratou basicamente, da teoria econômica de Marx em relação à natureza, e o livro de John Bellamy Foster, *Marx's ecology. Materialism and nature*,

este já foi um estudo sobre as raízes filosóficas e do método do materialismo histórico em relação à natureza.

Foladori (s/d) afirma que ambos os estudos citados acima, mostram que nos escritos de Marx e Engels existe uma fonte metodológica para se tratar a questão ambiental.

Procuraremos a seguir trazer a discussão algumas reflexões de Foladori a respeito da teoria da renda do solo e suas relações com a questão ambiental contemporânea observadas nos livros mencionados. Foladori procurou mostrar como a teoria da renda do solo de Marx explica dentre outras questões, as causas que hoje reconhecemos como (in)sustentabilidade urbana e rural, as transformações das riquezas naturais em riquezas monetárias, a forma como as relações capitalistas convertem as diferenças naturais em diferenças sociais e as causas da depredação capitalista do solo.

Marx entende que transformar a natureza externa constitui o processo de trabalho, e seu efeito sobre a natureza interna e manifesta na forma como se estabelecem as relações sociais de produção. No início do capítulo V de O Capital, sobre o processo de trabalho. Marx escreve:

Acima de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza.(...)

ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.⁵

Hoje em dia ao se discutir a necessidade de uma teoria interdisciplinar e de uma filosofia holística, para analisar o problema ambiental, no sentido de considerar o ser humano em sua inter-relação com o meio, ocorre como afirma Foladori (s/d), que o conceito de metabolismo⁶ social de Marx oferece grandes perspectivas. Vejamos uma célula como unidade elementar de vida. Ela cria uma membrana que a separa do entorno, mas tem uma inter-relação de materiais e energia com o ambiente externo.

Marx analisa como a membrana da célula que é a sociedade, vai se fazendo as relações com o mundo externo e cada vez mais são mediadas por instrumentos e coisas previamente produzidos. Ao mesmo tempo em seu interior os elementos que a compõem se separam em uma divisão social do trabalho. Como afirma Foladori, o que Marx quer dizer, é que não é a unidade do ser humano com a natureza que requer uma explicação, mas sim; o

⁵ Marx, Karl. O Capital. São Paulo: Nova Cultura, 1985, v. 1, p.149

⁶ segundo Foster (1999), o termo metabolismo era utilizado pelos fisiólogos alemães durante os anos de 1830 a 1840, para se referir aos intercâmbios materiais no interior do corpo e com a relação à respiração. No início de 1840, Liebig estende seu significado para considerar a degradação dos tecidos

processo pelo qual se separa – a existência humana dos condicionantes naturais necessários para reproduzir-se.

Marx escreve:

O que exige explicação não é a unidade de seres humanos vivos e ativos com as condições naturais e inorgânicas de seu metabolismo com a natureza e, portanto, sua apropriação da natureza; nem isto é resultado de um processo histórico. O que tem de ser explicado é a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e a existência ativa, uma separação somente completada, plenamente, na relação entre o trabalho-assalariado e o capital.

A propriedade privada da natureza e a preocupação com sua sustentabilidade em função das futuras gerações não é uma novidade do ambientalismo contemporâneo. Marx a distinguiu da seguinte forma:

Do ponto de vista de uma formação econômica superior da sociedade, a propriedade privada de certos indivíduos sobre o globo terrestre parecerá tão absurda quanto a propriedade privada de um ser humano sobre o outro ser humano. Mesmo uma sociedade inteira, uma nação, mesmo todas as sociedades coesas em conjunto não são proprietárias da Terra. São apenas possuidoras, usufrutuárias dela, e como boni patres famílias devem legá-la melhorada às gerações posteriores.⁷

Burkett (1999) afirma que a característica da sociedade capitalista é que a riqueza material se traduz em riqueza social chamada dinheiro. Daí o que o primeiro parágrafo de O Capital menciona:

A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias⁸

A mercadoria tem um duplo caráter: é um objeto externo que satisfaz necessidades, ou seja, é riqueza material, e pode ser trocada por outros objetos úteis, tem valor de troca. O dinheiro nada mais é que a expressão do valor de troca. Marx mostra como a riqueza é, num primeiro momento, a natureza adaptada às necessidades humanas, e é claro ao afirmar que não se trata das necessidades materiais, mas das espirituais que devem ser satisfeitas a partir da riqueza natural. A natureza é valorizada em função da história particular que a sociedade tem com o seu ambiente. A essa natureza adaptada às necessidades humanas, Marx chama valor de uso. A natureza tem valor genericamente, como valor de uso, como riqueza material que satisfaz necessidades sociais.

⁷ Marx, Karl. O Capital. Op. cit. v.5, p. 239

⁸ Marx, Karl. O Capital. Op. cit. v.1, p.45

O valor de uso se expressa por meio do valor de troca na sociedade capitalista. A natureza é valorizada no capitalismo somente se puder ser trocada por outra mercadoria, ou, mais comumente, por dinheiro.

Foladori (s/d) menciona que Marx entendia que a separação capitalista entre o campo e a cidade era uma ruptura radical, o que hoje chamamos de insustentabilidade. Insustentabilidade urbana por inchaço, poluição do ar, da água, visual, crescimento desordenado, congestionamento do tráfego; insustentabilidade rural pela erosão, salinização, degradação da cobertura vegetal, compactação do solo, ou acúmulo de substâncias tóxicas.

No sistema capitalista, a natureza é valorizada pelo produto mercantil que se pode extrair, Foladori denomina de produção futura. Por exemplo, o cultivo que possa render. O preço de um terreno está dado por sua renda capitalizada. É importante destacar que se um solo é cultivado, isso não significa que não tenha preço. O preço estará dado pelos solos vizinhos de semelhantes características de fertilidade/localização e destino econômico, e considerando-se as melhorias incorporadas. Dessa forma uma região onde os preços dos solos aumentam, os proprietários que não produzem verão aumentar os preços de suas parcelas. É essa a causa da especulação da terra (FOLADORI, s/d).

Já a especulação imobiliária, segundo Foladori (s/d), constitui a causa de insustentabilidade. Subutiliza as vias e os meios de comunicação, pode aumentar os tempos de transporte, impede a produção de bens etc. Nas cidades, isso se torna ainda mais visível. Zonas novas, que antes eram agrícolas, são loteadas para a construção de moradias. Com isso, os especuladores imobiliários compram terras ao preço de suas rendas agrícolas e as vendem ao preço de suas rendas urbanas, uma especulação derivada da mudança na orientação econômica do solo. O resultado é o crescimento desordenado das cidades, com os conseqüentes aumentos nos tempos de percurso das pessoas, congestionamento do tráfego, maiores custos na rede de serviços, em contrapartida, o abandono do centro das cidades, prevalecem muitas vezes cortiços, apesar de contar com infra-estrutura já instalada.

Foladori (s/d) mencionam que a valorização capitalista do solo tem outro efeito negativo sobre o meio ambiente: a corrida pela apropriação de terras virgens. Tão logo delas alguém se aproprie, automaticamente passam a ter um preço de mercado, segundo o produto que se possa extrair. É por isso mesmo que o sistema capitalista tem de criar zonas de proteção ambiental, parques nacionais, áreas de conservação etc., resguardando assim, a natureza de sua apropriação. Foladori complementa que essa legislação é a demonstração de que a propriedade privada é a causa da depredação e degradação da natureza e não a propriedade coletiva, como preferem dizer os defensores de ambientalismo neoliberal.

■ Tese/2006

O capital ao se apropriar de condições naturais “virgens”, embolsa de uma só vez o produto da fertilidade natural histórica, como é o caso da madeira da floresta tropical, ou da mineração. Apropria-se da natureza gratuitamente⁹

Foladori procurou nos mostrar através de uma análise dos escritos de Burkett e de Foster, um Marx diferente, voltado para uma teoria sobre a relação natureza externa e a sociedade humana, uma teoria que buscou compreender a relação entre a sociedade capitalista e seu ambiente e uma preocupação ética com a natureza e as futuras gerações.

O homem procura seus vínculos com a natureza por diferentes meios, um deles é através de uma visão crítica da degradação que ele mesmo provocou e que o tempo ajuda a revelar. Esta pesquisa trouxe uma reflexão sobre a Cidade do Rio de Janeiro, a partir do estudo da apropriação do território natural das águas, que perderam seus espaços para o crescimento e progresso urbano ilimitado, gerador de soluções, mas também de inúmeros problemas atuais de assentamento.

VISÃO DA SUSTENTABILIDADE

Satisfazer as necessidades e aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Os países que se encontram nesse caminho, as necessidades básicas dos homens é o alimento, as roupas, a habitação e o emprego. Todavia, essas necessidades não estão sendo atendidas. Além disso as pessoas aspiram uma melhor qualidade de vida e, para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas suas necessidades básicas e que sejam proporcionadas as oportunidades de concretizar as suas aspirações e uma vida melhor.

O debate ambiental contemporâneo adota alguns termos que incorporam valores capitalistas, como por exemplo: sustentabilidade – a idéia não é nova suas raízes são encontradas nas ciências economias.

⁹ muitos dos economistas ecológicos recorram a Malthus para apoiar suas teses da contradição entre recursos naturais limitados e demandas ilimitadas, ao mesmo tempo em que reclamam a necessidade de que a natureza tenha “valor” e não seja considerada “grátis” à la Marx; esse é o caso, por exemplo, de Georgescu-Roegen, o reconhecido “papa” da economia ecológica. Porém, ocorre que Malthus defendeu haver descoberto no presente gratuito que dava a natureza ao homem a fonte de renda do solo. Escreveu: “As qualidades do solo e de seus produtos, aqui considerados como as primeiras causas do alto preço da matéria-prima, são os presentes da natureza para o homem. Estão bastante conectados do monopólio, mas são tão absolutamente essenciais para a existência da renda, que, sem eles, nenhum grão de escassez ou monopólio pode ter ocasionado tal aumento de preço das matérias-primas sobre o custo de produção, que se mostra assim próprio em suas formas (Thomas Malthus. *An inquiry into the nature and progress of rent, and the principles by which it is regulated*. London, Murray 1815. p.8-9) Malthus criticava os economistas anteriores a ele, e em especial Adam Smith, por identificar a fonte de renda como monopólio do solo; entretanto, argumentava que a fonte de renda estava presente com que a natureza brindava gratuitamente o ser humano. Malthus se referia à renda diferencial, que também Ricardo e West consideravam haver descoberto.

Acsehrad (1999) afirma que a noção de sustentabilidade associada a possibilidade de haver uma forma social de apropriação e uso do meio ambiente dada pela própria natureza das formações biofísicas, significa ignorar a diversidade de formas sociais.

Aceitar que haja uma única forma considerada adequada de uso sustentável e que esta encontra-se sobre interesses específicos relacionados à apropriação material dos recursos naturais e do próprio território.

É notório que a questão da sustentabilidade esta quase sempre relacionada ao discurso da escassez.

Os padrões de vida que estejam além do mínimo básico só serão sustentáveis se os padrões gerais de consumo tiverem como objetivo alcançar o desenvolvimento sustentável a logo prazo. Mesmo assim os homens vivem acima dos meios ecológicos do mundo, como demonstra por exemplo, o uso da água. As necessidades são determinadas social e culturalmente e o desenvolvimento sustentável requer a promoção de valores que mantenham os padrões de consumo dentro do limite das possibilidades ecológicas.

O desenvolvimento sustentável exige que haja um crescimento econômico em regiões onde as necessidades básicas não estejam sendo atendidas. Por outro lado, onde tais necessidades já estejam sendo atendidas o desenvolvimento sustentável deve ser compatível com o crescimento econômico, desde que esse crescimento reflita os princípios amplos da sustentabilidade e da não-exploração dos outros. Mesmo assim, apenas o crescimento não é suficiente, uma grande atividade produtiva pode coexistir com a pobreza disseminada, e isto constitui um risco para o meio ambiente. Por isso o desenvolvimento sustentável exige que as sociedades atendam às necessidades humanas, seja aumentando o potencial de produção, seja assegurando a todos as mesmas oportunidades.

Se os números populacionais aumentarem, pode crescer também a pressão sobre os recursos, e o padrão de vida se elevará mais devagar em áreas onde existe dificuldades de sobrevivência. A questão não é o aumento populacional, mas sim, a distribuição dos recursos; sendo assim o desenvolvimento sustentável só pode ser atingido se a evolução demográfica se harmoniza com o potencial produtivo dentro do ecossistema.

Existem várias maneiras de uma sociedade se tornar menos capaz de atender no futuro às necessidades básicas de seus membros, como por exemplo a excessiva exploração dos recursos naturais. Dependendo da orientação do progresso tecnológico, alguns problemas imediatos podem ser resolvidos, mas podem surgir outros ainda maiores, pois uma tecnologia mal empregada pode marginalizar alguns segmentos da população.

Com afirma PONTES (1999: 40) a monocultura, o desvio de cursos d'água, a extração mineral, a emissão de calor e de gases nocivos a atmosfera, as florestas comerciais e a manipulação genética, todos estes são exemplos de intervenção humana nos sistemas durante o desenvolvimento. Há pouco tempo essas intervenções eram em pequena escala e seu impacto era limitado. Contudo; hoje, esse impacto é drástico, a escala é maior, e por isso ameaçam os sistemas naturais, tanto em nível local como global. O desenvolvimento sustentável não deve por em risco os sistemas naturais, que sustentam a vida na Terra: a atmosfera, a água, o solo e os seres vivos.

O crescimento não estabelece um limite a partir do qual o tamanho da população ou o uso do recurso natural pode levar a uma catástrofe ecológica. Os limites diferem para o uso de energia, de matérias primas, de água e de terra. Alguns deles se imporão por si mesmos mediante elevação de custos e diminuição de retornos. O conhecimento acumulado e o desenvolvimento tecnológico podem aumentar a capacidade de produção da base de recursos. Todavia, existem limites e extremos e, para que haja a sustentabilidade é preciso que antes desses limites serem atingidos, o mundo garanta acesso equitativo ao recurso ameaçado e reoriente os esforços tecnológicos no sentido de aliviar a pressão.

Sem dúvida o crescimento e o desenvolvimento econômico produzem mudanças no ecossistema e nenhum ecossistema, seja onde for, fica intacto. Não é preciso esgotar os recursos renováveis como florestas e peixes, desde que sejam usados dentro dos limites de regeneração e crescimento natural. Mas a maioria dos recursos renováveis faz parte de um ecossistema complexo e interligado e, levando em consideração os efeitos da exploração sobre todo o sistema é necessário definir a produtividade máxima sustentável.

O desenvolvimento busca a simplificação dos ecossistemas e a redução da diversidade das espécies que neles vivem. A extinção de espécies vegetais e animais pode limitar muito as opções das gerações futuras, por isso o desenvolvimento sustentável requer a conservação das espécies vegetais e animais.

Para que haja um desenvolvimento sustentável é preciso minimizar os impactos sobre a qualidade do ar, da água e de outros elementos naturais, afim de manter a integridade do ecossistema.

O desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos naturais, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, afim de atender as necessidades e os desejos humanos.

A busca de um novo conceito de natureza e uma nova forma de se relacionar com ela; um redimensionamento da tecnologia, um certo questionamento da produtividade às custas da natureza e do trabalhador, uma alteração nos valores e nas necessidades das pessoas, uma busca na igualdade dos direitos humanos; seriam algumas das propostas para melhor viabilizar o diálogo sociedade-natureza.

As cidades nunca abrigaram tantas pessoas, nem tão grande proporção da raça humana. Segundo RODGER e GUMUCHDJIAN (2001) , entre 1950 e 1990 a população das cidades no mundo duplicou, chegando a mais de dois bilhões.

Atualmente as cidades consomem três quartos de toda a energia do mundo e causam pelo menos três quartos da poluição global e se tornaram o centro da produção e do consumo da maior parte dos bens industriais.

Em 1990 havia 35 cidades com populações acima de 5 milhões, sendo 22 delas no mundo em desenvolvimento. Estimou-se para o ano de 2000 a existência de 57 cidades acima da marca de cinco milhões, 44 das quais no mundo em desenvolvimento (RODGER e GUMUCHDJIAN, 2001).

A previsão é de que aproximadamente nos próximos 30 anos, o número de habitantes nas cidades dos países em desenvolvimento deverá ser acrescido de 2 bilhões de pessoas. Essa urbanização poderá causar um crescimento no volume dos recursos consumidos e da poluição gerada. Todavia, tendo uma visão pessimista do quadro, pelo menos metade desta população urbana em crescimento estará morando em favelas, ou seja, sem água, sem eletricidade, sem esgoto e praticamente sem esperança.

A cidade é uma matriz complexa e mutável de atividades humanas e feitos ambientais. Planejar uma cidade auto-sustentável exige uma compreensão das relações entre cidadãos, serviços, políticas públicas, transporte e energia, bem como seu impacto total no meio ambiente local e numa esfera geográfica. Não haverá cidade sustentável, do ponto de vista ambiental, até que a ecologia urbana, a economia e a sociologia sejam fatores presentes no planejamento urbano. Lidar com a crise ambiental global, do ponto de vista de cada cidade, é uma tarefa ao alcance do cidadão.

As questões ambientais não são diferentes das questões sociais. As políticas de meio ambiente podem também melhorar a vida social dos cidadãos. As soluções ecológicas e ambientais se reforçam e garantem cidades mais saudáveis, cheias de vida e multifuncionais. Acima de tudo uma cidade auto-sustentável é sinônimo de qualidade de vida para futuras gerações.

1.3. NATUREZA, SOCIEDADE E RACIONALIDADE

O século XX testemunhou o maior e mais rápido avanço tecnológico da história da humanidade e também as maiores agressões ao meio ambiente, decorrentes de um desenvolvimento que não levou em consideração os impactos relevantes da revolução industrial e a finitude dos recursos naturais. Todavia, segundo afirma Schramm (1999), as últimas décadas, trouxe ao conceito ecológico uma ampliação, dentro de um modelo de desenvolvimento que procurou um equilíbrio, regatando uma nova ética da relação homem-natureza.

A Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que aconteceu em Estocolmo em 1972, projetou mundialmente a necessidade de tomadas de decisões dos países, em especial aos industrializados, diante de um modelo de desenvolvimento vigente, caracterizado por ações econômicas, que consideravam os recursos naturais uma fonte inesgotável de riqueza, levando a degradação ambiental e humana. E isto pode ser percebido com clareza nas cidades brasileiras, embora o Brasil seja um dos países que mais vem respeitando os acordos internacionais e os compromissos firmados na referida Conferencia, através da Agenda 21.

SOARES, NAVARRO e FERREIRA (s/d) afirmam em um artigo que historicamente o capitalismo subsidiado pela ciência e pela tecnologia moderna consolidou o processo de desumanização da natureza e desnaturamento do homem, elaborados pelas etapas da construção da ciência moderna, baseada no racionalismo, confirmando que o homem é entendido como ser excluído do conceito de natureza, estando acima desta, pela superioridade de sua propriedade racional, legitimando a degradação da natureza percebida apenas como fonte inesgotável dos recursos naturais.

Soares et. al. fazem uma reflexão sobre a relação entre ambiente, desigualdade, violência e afirmam que a construção da base da sociedade brasileira é uma exemplar desta situação, não só em termos concretos mas também no plano da subjetividade, dos valores e da mentalidade, fatores que orientam as ações da sociedade.

A complexidade da questão ambiental colocou para o mundo contemporâneo o debate que hoje presenciamos, ou seja; os investimentos das nações no sentido de valorizar o paradigma ambiental, que tira a natureza de uma posição passiva e inércia, concebendo o meio ambiente como expressão de criatividade, diversidade e depositário da inter-relação de todos os seres, visando uma boa sobrevivência e qualidade de vida, procurando a construção de uma ética ambiental, entendida como conscientização ambiental, que exige a intervenção da ciência com apelo preponderante para os valores de preservação, assim como o

■ Tese/2006

cruzamento de preocupações que abrangem a saúde, a educação, a qualidade de vida, o direito, a política e cultura nos desafios presentes de uma perspectiva sustentável, que por sua vez requer uma articulação entre os valores de justiça social, democracia, direitos humanos, satisfação das necessidades humanas básicas.

Mas uma pergunta não se cala: que espaço natural é esse? Como compreendê-lo? Para Lefebvre (1991) citado por Limonad (2004) o espaço natural, a natureza seria o que escapa a racionalidade e é atingido através do imaginário. Mas dizer o que não escapa a racionalidade atualmente é complicado, pois tudo sofre a influência das atividades humanas. Buscando em Lefebvre uma base de referência, foi percebido que o autor faz menção e interage com as esferas da produção social do espaço e as relações sociais do espaço: a reprodução da sociedade; a reprodução da força de trabalho e a reprodução dos meios de produção.

É admissível como trata Lefebvre que a sociedade, assim como o modo de produção possuem seu próprio espaço, conseqüentemente a sociedade elabora suas práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representações, que em cada momento histórico terá concepções diferentes ao tratar de natureza ou do espaço natural. Os argumentos pelos quais esta natureza deveria ser preservada pode ser encontrado seja nas representações hegemônicas, seja no imaginário da vida social. A primeira manifestação ocorre de diversas formas, pode se apresentar através do discurso ambiental e da preservação da natureza enquanto recurso para as futuras gerações, através do valor de troca ou até mesmo expresso sob a forma de legislação com a proposição de normatizar ou regular a relação homem-natureza. Já a segunda manifestação se insere no imaginário social e na apropriação do homem pela natureza, enquanto valor de uso, sendo que em certos casos a identidade social de um determinado grupo.

Atualmente o espaço natural constitui uma dimensão do espaço social e ao se admitir que o **espaço social** é um **produto social** (*grifo da autora*), o espaço natural torna-se um produto social particular, que se relaciona as três esferas da reprodução social do espaço, que embasa os discursos e interesses sociais de cada modo de produção em relação ao espaço social. Cabe neste momento uma análise dos discursos de sustentabilidade¹⁰ e desenvolvimento urbano.

¹⁰ O desenvolvimento sustentável surgiu com a necessidade de conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental, duas questões antes tratadas separadamente e que aparece como uma alternativa da comunidade internacional. A consciência de que é necessário tratar com racionalidade os recursos naturais mobiliza a sociedade no sentido de se organizar, para que o desenvolvimento econômico não seja predatório, mas sim, sustentável.

O espaço natural é fonte, recurso e ponto de partida do espaço social, desta maneira tornou-se um elemento “desejado”, em que todos querem salvar ou preservar a natureza, desde organismos não governamentais até instituições de porte internacional (LIMONAD, 2004).

Limonad (2004) menciona que ao ser submetido as exigências da sociedade neocapitalista, o espaço natural reaparece reorganizado, seja como reserva de valor, seja enquanto espaço de lazer e consumo.

Após o Relatório de Brundtland a questão ambiental assumiu um importante papel para o desenvolvimento econômico e social para os países de capitalismo tardio e não industrializados. A preservação dos recursos naturais converteu-se em uma questão primordial na geopolítica mundial. A água desponta como o fator essencial para a política dos recursos naturais – neste sentido já se encontram em curso nas mais diversas partes do planeta, conflitos, lutas e disputas territoriais relacionadas ao controle das reservas hídricas. Cabe aqui uma menção um pouco maior a respeito deste recurso natural tão importante.

“(...) Essa água brilhante que corre nos riachos não é apenas água, mas o sangue de nossos antepassados. Se lhes vendermos a terra, vocês devem lembrar-se que ela é sagrada, e devem ensinar a suas crianças que ela é sagrada e que cada reflexo nas águas límpidas dos lagos fala de acontecimentos e lembranças da vida de meu povo. O murmúrio das águas é a voz de meus ancestrais.

Os rios são nossos irmãos, saciam nossa sede. Os rios carregam nossas canoas e alimentam nossas crianças. Se lhes vendermos nossa terra, vocês devem lembrar e ensinar a seus filhos que os rios são nossos irmãos e seus também. E, portanto, vocês devem dar aos rios a bondade que dedicaríamos a qualquer irmão (...).”

*trecho da “Carta da Terra” de 1854 –
Chefe Seattle*

A consciência de que a água é vida, rejuvenesce, perifica vem acompanhando a história da humanidade. Basta dizer que a fase mais importante da vida do homem ele passa mergulhado na água, no útero materno. Além disso, o indivíduo é 70% água, da mesma forma que o planeta.

De acordo com MORELLI (2001: 25) existem cerca de 1,43 bilhão de quilômetros cúbicos de água, ocupando cerca de 71% da crosta terrestre. Desse total menos de 3% é doce e está na superfície, sendo que 2,15% dela estão concentrados nas geleiras. Atualmente, devido à poluição e exploração dos recursos naturais, menos de 1% da água doce superficial está disponível para o consumo humano, sendo inevitável os conflitos.

Um ser humano pode passar até cinquenta dias sem comer, mas não fica cinco dias sem água, sendo assim; mais que uma relação poética, a realidade exige que repensemos nossa relação de vida com a água, se quisermos garantir o acesso a ela.

As duas últimas décadas trouxeram a percepção mais abrangente da água como bem escasso e dos crescentes problemas relacionados à falta e poluição dos recursos hídricos tem exigido dos governos e da sociedade em geral uma maior atenção sobre esse assunto.

Ao buscar uma compreensão melhor a respeito do problema da água, verifica-se que não será uma questão simples de se resolver, pois o maior problema não deverá ser a falta de água, mas sim; a sua gestão.

O planeta tem uma quantidade de água que é sempre a mesma, no que diz respeito a doce, salgada, subterrânea e as águas de evaporação na atmosfera. O que vem ocorrendo é um problema de distribuição, que se altera conforme aumenta a degradação do ambiente.

O que tende a acabar é a água potável, acessível ao homem, se medidas urgentes não forem tomadas. Não que ela seque, mas que se transforme em ácida, salobra ou sem vida, afetando uma enorme cadeia onde se insere o homem. Desta forma, a medida que se avançam as técnicas de exploração dos recursos naturais sem sustentabilidade, esgotam-se as possibilidades de renovação desses mesmos recursos.

Os escritos de Foladori a respeito da visão de natureza em Marx e quando se busca uma relação homem-natureza em Marx, o modelo de desenvolvimento humano mais eficiente e com maior capacidade de crescimento e ampliação de ocupação espacial, é o capitalismo. Sua lógica se apresenta correspondendo a duas necessidades humanas: *dinheiro e poder*.

As correntes socialistas européias colocam ao mundo uma nova lógica, a terceira via, onde prometem ser melhor caminhar na direção da prosperidade com liberdade, igualdade de oportunidades, desenvolvimento sustentável, socialmente justo e com ética na ação pública.

O que torna o socialismo ainda uma alternativa é a lógica de que o modelo capitalista tem coisas boas e eficientes, mas uma verocidade que destruirá muita coisa.

O capitalismo pode ser limitado por sua insuficiência na produção de energia pela deficiência na gestão dos recursos naturais.

As origens da organização institucional dos serviços públicos, em especial, aqueles relativos aos recursos hídricos e saneamento, setores importantes pela manutenção adequada da qualidade de vida¹¹ e conseqüentemente da saúde coletiva.

Com isso se pode afirmar que os aspectos qualitativos e quantitativos dos recursos hídricos para garantir uma forma de vida saudável.

O meio ambiente marinho oceanos, mares e zonas costeiras adjacentes, formam um conjunto integrado. Trata-se de um componente do sistema que possibilita a existência de vida sobre a Terra. É uma fonte de riqueza para o desenvolvimento sustentável, que sofre degradação contínua por falta de consciência. A Bacia Hidrográfica das Lagos Costeiras (objeto de preocupação deste trabalho) na Cidade do Rio de Janeiro é um exemplo da diversidade desse ecossistema, que vem sendo degradado pela intervenção do homem, pela apropriação da natureza. Uma área que necessita de atenção urgente, para evitar a proliferação do *gangsterismo* ecológico.

O final do século XX, Perón e Rieucou (1996), relata que o interesse pelo mar torna-se verdadeiro fenômeno da sociedade. A base destas transformações situa-se entre os séculos XVI – XVII, momento em que os europeus se aventuram pelos mares, em esforço alimentado pelo comércio, pela geração de novos instrumentos, como por exemplo: a bússola e, até mesmo pela reversão do quadro repulsivo associado ao mar.

Com as grandes navegações, o mar torna-se uma via de circulação necessária (La Blache, 1995). Graças ao comércio o homem abre o mar para a circulação sem limites, revelando uma familiaridade dos europeus com a água. Isso implicou na expansão para o continente Americano, Australiano e Africano, que possibilitou o contato, a comunicação, com diferentes povos.

Kathouni (2004) menciona que com as primeiras civilizações, denominadas de “civilizações hidráulicas”, o fator água é vinculado não só à sobrevivência, mas também ao desenvolvimento socioeconômico das populações, que, a partir da necessidade de controle hidráulico, desenvolveram técnicas em relação ao domínio dos recursos naturais, tanto em casos de escassez quanto de controle da área ocupada pela água.

A verdadeira origem das cidades encontra-se há mais de cinco mil anos, no controle e administração do excedente agrícola, que possibilitada pelos avanços técnicos e pela

¹¹ O termo qualidade de vida possui conotações amplas e subjetivas, estando condicionado a valores, que podem ser determinados por critérios e preferências de cada indivíduo. COIMBRA (1985: 50) define o termo como: “o somatório de todos os fatores positivos, ou ao menos de parte significativa dos mesmos, que determinado meio reúne para a vida humana em conseqüência da interação Sociedade - Meio Ambiente, e que atinge a vida como fato biológico, de modo a atender às suas necessidades somáticas e psíquicas, assegurando índices adequados ao nível qualitativo da vida que se leva e do meio que a envolve”

irrigação, quando a geometria, que depois norteou os planos urbanísticos, surgiu e se desenvolveu a partir da divisão agrícola e do traçado dos primeiros canais de irrigação.

O controle do rio Nilo, do Tigre e do Eufrates, apresentam uma engenhosa trama, que além da técnica origina também a formação dos primeiros jardins da humanidade. Seguindo o traçado dos canais, o povo persa desenvolveu recintos análogos aos das civilizações egípcia e mesopotâmica, cuja temática está presente em seus trabalhos de tapeçaria (KATHOUNI, 2004).

Nas cidades atuais, o homem procura readquirir, artificialmente, os elementos que, em seus processos de antropização, perdeu com o tempo. As águas dos rios, agora poluídas são substituídas, simbolicamente por águas tratadas estrategicamente, distribuídas em fontes, reservatórios, piscinas e lagos. A água potável não é um recurso infinito, dela depende a sobrevivência do homem.

Esse mesmo homem agora busca novamente seus vínculos com a natureza, da qual se descuidou durante longos séculos. Por meio de uma visão crítica de suas próprias ações degradadoras, que aos poucos vai se revelando. A Cidade do Rio de Janeiro através da produção e apropriação do espaço urbano, tomando os mangues, as restingas, as lagoas e os rios, conseguiu consolidar o progresso urbano. Uma verdadeira luta entre terra e água, que perdeu muitos de seus espaços para os aterros, as avenidas e os novos loteamentos.

Segundo HARVEY (1996) a idéia de escassez e superpopulação é que, onde a escassez for definida, será estabelecido um ótimo nível de população e de aproveitamento dos recursos naturais em nome da humanidade, da civilização, ou mesmo das gerações futuras.

Harvey (1996:148) salienta que “todo o debate sobre ecoescassez, limites naturais, superpopulação, e sustentabilidade é um debate sobre a preservação de uma ordem social particular mais do que um debate sobre a preservação da natureza *per se*”.

Enfim, parece necessário reconhecer que os discursos da questão ambiental e da preservação e/ou conservação da natureza podem contribuir para acentuar e fortalecer sistemas dominantes de poder e proteger uma visão hegemônica da alocação racional de recursos naturais para a acumulação de capital (HARVEY, 1996:174), bem como base para a conscientização política e organização social.

Os políticos perseguem as percepções de suas populações sobre a problemática ambiental, que incluem as questões de bem estar e qualidade de vida. Contudo, a crise ambiental é acima de tudo um problema de conhecimento (LEFF, 2000).

Quando o homem procura compensar a sua falta de ser pelo conhecimento, procura idéias ordenadoras e absolutas sobre si e sobre a natureza, que faz uma obstrução de sua

capacidade de escolher e respeitar à biodiversidade. A princípio as políticas públicas devem ser redirecionadas no sentido de respeito à biodiversidade e as diferenças, obedecendo a complexidade ambiental.

Tudo o que se diz e faz está imbuído de uma concepção de natureza. Como foi visto desde os movimentos sociais até o Banco Mundial comungam hoje da “paixão” pela preservação e/ou conservação da natureza. Um olhar mais atento, todavia, permite afirmar que a questão ambiental se converteu em mais uma dimensão social da luta (OFFE, 1991) entre distintos grupos sociais e políticos no capitalismo contemporâneo. Neste sentido a contradição ambiental, não é um espaço neutro e desinteressado, mas sim uma dimensão a mais nas arenas de enfrentamento entre capital e trabalho, entre produção e reprodução, entre a dominação e apropriação do espaço social.

Como afirma Macedo (1999: 153) as paisagens litorâneas são as que mais sofreram e ainda sofrem alterações com os procedimentos sociais de ocupação do território brasileiro. Todo processo de colonização se deu a partir de núcleos instalados ao longo da costa que, basicamente durante todo o período colonial direcionaram a organização espacial do país. Apenas no século XX com a consolidação das fronteiras agrícolas na direção do interior do país, com a criação de uma rede de cidades, foi que a expansão se voltou para o interior deixando a área costeira. Macedo (1999: 153) diz que este é um processo em andamento e novos grupos são formados ano a ano, de modo espontâneo ou intencional.

Atualmente, afirma Macedo (1999: 153), mais da metade da população brasileira encontra-se assentada a uma distância de aproximadamente 60 km do mar e nesta faixa localizam-se os mais importantes centros industriais do país, como os pólos petroquímicos de Camaçari e Cubatão, assim como os pólos siderúrgicos.

Esses fatos acompanhados da expansão do sistema rodoviário litorâneo brasileiro, abriram à ocupação humana em praticamente todas as regiões costeiras, que estão atualmente todas ligadas por rodovias.

Segundo Macedo (1999: 166) devido a proximidade das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro às praias do litoral tornam esses espaços alvo especial do processo de especulação imobiliária, que implanta seus empreendimentos de forma intensiva.

Os ecossistemas das áreas costeiras podem ser caracterizados e identificados morfológicamente através de duas estruturas básicas, a saber:

- a) aquelas situadas ao longo da linha da costa – manguezais, praias, costões rochosos e estuários;

- b) aqueles situados perifericamente à linha da costa – dunas e restingas, mas que mantêm dependência direta com o oceano em termos de fluxo de energia.

Mesmo admitindo que o conhecimento tenha avançado em relação ao próprio conceito de natureza e à necessária visão integrada do universo, continua-se a enxergar o mundo através das lentes cartesianas de separação radical entre homem e natureza. A natureza é segmentada de acordo com sua utilidade (para quem?) e, assim, transformada em coisa. Este processo de reificação cria uma mentalidade que entende a natureza como mais um dos objetos de que se pode dispor, artificializando-a.

Na tentativa de compreender melhor a relação homem-natureza fez-se uma reflexão a respeito das visões geográficas e urbanísticas, que ordenam o cruzamento de conceitos que nortearam as pesquisas relacionadas ao tema, como o urbanismo e a questão ambiental.



Figura 3. Vista aérea 2 da Cidade do Rio de Janeiro
Foto: Regina Esteves Lustoza - Dez./2005

*Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver no Universo...
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer
Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não do tamanho da minha altura...*

*Nas cidades a vida é mais pequena
Que aqui na minha casa no cimo deste outeiro.
Na cidade as grandes casas fecham a vista à chave,
Escondem o horizonte, empurram o nosso olhar para longe
[de todo o céu,
Tornam-nos pequenos porque nos tiram o que os nossos
[olhos nos podem dar,
E tornam-nos pobres porque a nossa única riqueza é ver.
Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não do tamanho da minha altura...*

*Alberto Calheiro
(Fernando Pessoa)*

■ Tese/2006

CAPÍTULO II***O URBANISMO, a QUESTÃO AMBIENTAL e a PRODUÇÃO DO ESPAÇO: uma reflexão esclarecedora***

Este capítulo procura integrar e refletir as visões geográfica e urbanística, que ordenaram o conhecimento e o cruzamento das idéias deste trabalho.

Cabe aqui um primeiro esclarecimento a respeito da expressão meio ambiente urbano, na busca de sintetizar dimensões físicas (naturais e construídas) do espaço urbano, com dimensões de ambiência, de possibilidades de convivência e de conflito, associadas às práticas da vida urbana e à busca de melhores condições de vida, seja no sentido da cidadania, seja no sentido da qualidade de vida urbana. Trata-se da busca da justiça socio-ambiental em si, bem como da criação e/ou manutenção das condições materiais/ambientais que dêem suporte e expressem tal justiça.

É feita de maneira resumida a apresentação das diferentes ideologias da forma pela qual as cidades eram tratadas, buscando uma compreensão do urbanismo contemporâneo, que vem sendo aplicado na Cidade do Rio de Janeiro.

A questão ambiental é abordada através de algumas linhas de pensamento, que deram origem a leitura ambiental e ao planejamento ambiental urbano, procura-se esclarecer o surgimento e a influência de certos pressupostos no desenvolvimento das políticas públicas ambientais. É feita uma análise da situação ambiental da Cidade do Rio de Janeiro no seu percurso histórico e o que levou a Cidade a produzir seu espaço urbano.

As transformações almejadas para cidades e agrupamentos humanos acabam em intervenções que deviam ser localizadas e em espaços singulares. Assim, urbanistas, arquitetos e engenheiros foram convencidos e convertidos. Os espaços produzidos serviram de prova e de modelo da excelência das idéias. As questões abrangentes com relação à

região, à economia e à cultura foram desprezadas, foram encaradas como metas, algo a ser moldado não no presente, mas no futuro. Começaram a surgir responsáveis pela forma dos novos espaços. Arquitetos e urbanistas se filiaram a duas correntes principais, daí por diante, lutaram para transferir o patrocínio dos mecenas à aceitação pelo ensino oficial e pelos governos locais e nacionais. Trata-se do que Choay (1992) designou por CULTURALISMO e RACIONALISMO/PROGRESSISMO (SANTOS, 1985: 33) (*ver quadro 1 e 2 – anexo I*).

COSTA (2001) afirma que um aspecto importante a ser mencionado diz respeito aos momentos de surgimento das preocupações urbana e ambiental. No primeiro caso, mesmo sob o risco de excessiva simplificação, pode-se dizer que a tomada de consciência para com as questões tipicamente urbanas e a necessidade de intervir sobre elas surge juntamente com a consolidação do capitalismo ocidental em sua versão de concentração urbano-industrial iniciada na Europa e expandida para diferentes partes do mundo. Assim há uma associação clara entre a generalização do processo de urbanização e a consolidação de um determinado projeto de modernidade. Nesta perspectiva, modelos urbanísticos assim como o próprio planejamento urbano são vistos como formas de manutenção e/ou de organização, ao nível do espaço, desta mesma modernidade. As avaliações que usualmente são feitas de tais modelos variarão de liberatórios a repressivos em função da avaliação feita do projeto de modernidade.

Já a preocupação ambiental, segundo Costa (2001), surge e ganha corpo no bojo de um amplo conjunto de reações ao caráter massificante, predatório e opressor, entre outros atributos igualmente negativos, do desenvolvimento dos modos de produção capitalista e estatista, para usar da distinção feita por Castells (1996), que passaram a caracterizar a implementação do projeto da modernidade. Ao nascer de um questionamento geral ao projeto, a análise ambiental em suas diversas vertentes questiona também, necessariamente, o modelo de organização territorial associado àquele projeto, expresso nas diferentes formas assumidas pela urbanização contemporânea.

Costa ainda argumenta que do ponto de vista da análise social de forma mais ampla, a preocupação com o meio ambiente e, conseqüentemente, os estudos ambientais em sua interface com as ciências sociais, (re)aparecem num momento em que a abordagem pós-estruturalista se dissemina como a vanguarda da análise social crítica. Assim, por um lado, a trajetória da ecologia política é construída com forte contribuição da antropologia, a partir de inúmeros estudos de caso, de etnografias que, apesar de enriquecedoras em suas múltiplas formas de apreensão da realidades, não tem, por definição, maiores preocupações com uma estrutura teórica rigidamente demarcada. A maior parte destes estudos ambientais tem como

objeto, pequenas comunidades, de origem rural, com fortes tradições (leia-se: diferentes do ocidente industrializado) culturais e étnicas, onde a natureza via de regra corresponde aos espaços não construídos, algumas vezes intocados. Por outro lado, da mesma forma, neste mesmo momento, multiplicam-se as análises urbanas que dentro da tradição pós-estruturalista vão também privilegiar a fragmentação, o local, o estudo de caso, com todas as implicações, em termos de perdas e ganhos inerentes à adoção desta perspectiva de análise. Em ambos os casos, parece claro que uma versão urbana contemporânea da ecologia política ainda está para ser problematizada e construída.

No final do século XIX, os assuntos urbanos não interessavam nem à especulação nem à prática científica. Já existia o profissional especializado em agir sobre as cidades. Nos séculos XVII, XVIII e XIX faz parte da Academia de Belas-Artes e sua preocupação é com o que hoje se chama de “desenho da cidade”, de “boa forma urbana” (SANTOS, 1985: 31).

Os mentores do poder político absolutista e burguês, que encontra sede e símbolo em renovados conceitos de cidades, querem aplicá-los a espaços concretos. Percebem o quanto avenidas, palácios e monumentos contribuem para definir o novo mundo de relações sociais. Existe um esforço que, começando nas cidadelas dos poderosos, chega, em trezentos anos, a se estender para as cidades inteiras, tornando-as ao mesmo tempo bonitas e “transparentes” (SANTOS, 1985: 31).

Na cidade dos homens, o construtor não é mais o intérprete das ordens exotéricas do divino. Vai sendo empurrado para uma das muitas seções do novo reino desse mundo – a arte. Urbanistas e arquitetos-persepectivistas da renascença têm extraordinário prestígio. Sua supremacia intelectual é aceita nos meios em que viviam (SANTOS, 1985: 32).

Na formação do Estado moderno foram atribuídos a médicos e a arquitetos-urbanistas papéis diferentes. Aos primeiros coube, no início da versão científica da profissão, a tarefa fundamental de contar pessoas e identificar suas condições de saúde. Assim, as potências que surgiam estavam aptas a programar ações econômicas (força de trabalho podia produzir bens exploráveis) e políticas (sabiam quantos homens podiam mobilizar para a guerra). Quanto aos especialistas em espaço, encomendaram expressar através de um repertório de símbolos, o que seria o novo *status quo* (SANTOS, 1985: 32).

O urbano começa a ser repensado para se ajustar às condições do campo intelectual hegemônico. E não são os arquitetos ou os urbanistas que se ocupam primeiro do assunto. São os profissionais, técnicos e filósofos, preocupados em racionalizar o comportamento social, em criar teorias para explicá-lo e para lidar com ele. No século XIX, as cidades européias, se tornam incompreensíveis para os que as representavam segundo os velhos

modelos. Cresciam para além dos limites que as definiam. Eram destruídas para demonstrar, em certos trechos, novas linguagens econômicas e políticas que, às vezes, não se harmonizavam e suscitavam conflitos (SANTOS, 1985: 33).

A história do urbanismo brasileiro no período da colônia e do Império já evidenciou a importância da medicina como fonte das regulações na organização e no crescimento das cidades e vilas da época. No fim do século XIX e nas décadas iniciais do XX, esta proeminência ficou diluída, em parte devido à abrangência interdisciplinar da doutrina positiva do higienismo. Esta doutrina, enquanto visava a difusão e massificação de valores culturais com propósitos morais sobre a limpeza, sobre a ordem e sobre a organização dos lugares de morar, de trabalhar e de uso público, também permitiu que o engenheiro sanitário assumisse o papel de co-orientador das medidas - “práticos” e “moderados” segundo o engenheiro Saturnino de Brito, visando a melhoria de saúde pública especialmente nas aglomerações urbanas (GUNN, 2002).

Em seu texto Philip Gunn tenta examinar diversas facetas de uma ‘confraria’ entre os médicos da área de saúde pública e os engenheiros civis de saneamento, que tiveram repercussões imediatas no urbanismo em São Paulo. Investiga como - tendo as epidemias de peste como ‘princípio ativo’ na vida política dominada pelo Partido Republicana Paulista - firmou-se esta parceria entre a engenharia e a medicina, inaugurada nos entendimentos ‘práticos’ das profilaxias públicas contra a peste que irromperam nas cidades paulistas no fim do século XIX. Na década logo após a abolição de escravidão, a manutenção dos fluxos alternativos de mão-de-obra imigrante enfatizou o papel logístico, crucial para a economia cafeeira no território paulista, da cidade de Santos e seu porto, do Vale de Paraíba e de Campinas, além do papel capital de São Paulo com sua confluência das principais linhas ferroviárias e com a Hospedaria de Imigrantes no bairro do Brás. No início da Primeira República, por necessidade absoluta, uma proporção crescente e principal do orçamento do novo governo estadual seria alocada para despesas com uma política de Saúde Pública. Cresceu, nesta década e nas décadas seguintes, a presença de médicos e engenheiros nas repartições, comissões e institutos criados pelas atividades de Saúde Pública. Iniciaram-se as iniciativas de organização de ensino e de representação profissional para a formação endógena dos profissionais relevantes em São Paulo (GUNN, 2002).

No decorrer do século XIX, a influência da orientação médica com sua preocupação sobre miasmas, levou ao uso de novas terminologias nas quais a *saúde pública* aproveitou noções abrangentes de teoria médica nas profilaxias de higiene. Depois de 1889 e do fim da escravidão, houve as mudanças formais na organização Imperial e Republicana do Estado

com implicações para a transformação de um mundo profissional de 'higene' em um mundo 'sanitário', no momento em que a 'inspeção' virou um 'serviço' (GUNN, 2002).

O crescimento da engenharia civil na atividade higienista do Governo do Estado poderia ser exemplificado pelo presidente do Governo, em 1895, que indicava que o serviço sanitário de saúde pública agora necessitava da presença de engenheiros no saneamento das cidades paulistas. Bernardino de Campos declarava:

O governo compreende a necessidade de levar o auxílio do Estado a todos os municípios, quanto a obras necessárias para torna-os inexpugnáveis diante de qualquer assalto de enfermidades que possam aparecer. Por hora tem facilitado os estudos das localidades por engenheiros competentes e experimentadas neste ordem de trabalhos (GUNN, 2002).

Os sanitaristas eram os reformadores sociais, tidos como utopistas com sede de saber, típico da época, desejavam "esclarecer", "limpar" suas cidades escuras e sujas. Era necessário poder ver o que acontece por trás das fachadas decadentes, dentro dos casarões promíscuos, nos pátios e arrabaldes onde se adivinha instalada a doença física e a moral. Trata-se de deixar entrar a luz. E ordem: quem vê tudo controla tudo e pode tudo (SANTOS, 1985: 33).

Santos (1985: 33) menciona que as técnicas disciplinares de arranjos espaciais, que com sucesso passaram das prisões, internatos e outras instituições para as fábricas de trabalho metodizado, começaram a ser sonhadas para as cidades. Os médicos higienistas (mais os sociólogos e pedagogos que médicos no atual sentido), tinham objetivos conservadores, queriam maior controle do espaço, para garantir uma maior produtividade da força de trabalho e menor ameaça a saúde das classes altas.

Os utopistas e reformadores renunciaram à ordem existente, e enunciaram propostas inéditas de relações sociais que exigiram cidades e edificações adequadas. Essas eram expressivas e induziam, pela forma e disposição, a inovação no trabalho, na família, na religião e no lazer. Em ambos os casos prevalece o autoritarismo. Os pensadores por filosofarem melhor, o que convém ao conjunto das sociedades urbanas e para dar o convencimento indispensável, transvestiram suas idéias com os adereços de ciência positivista que tinham direito (SANTOS, 1985: 33).

O esforço empreendido para criar e dar solidez a teorias respeitáveis, foi notório. As transformações almejadas para cidades e agrupamentos humanos acabam em intervenções que deviam ser localizadas e em espaços singulares. Assim, urbanistas, arquitetos e engenheiros foram convencidos e convertidos. Os espaços produzidos serviram de prova e de modelo da excelência das idéias. As questões abrangentes com relação à região, à

economia e à cultura foram desprezadas, foram encaradas como metas, algo a ser moldado não no presente, mas no futuro. Começaram a surgir responsáveis pela forma dos novos espaços. Arquitetos e urbanistas se filiaram a duas correntes principais, daí por diante, lutaram para transferir o patrocínio dos mecenas à aceitação pelo ensino oficial e pelos

No final do século XIX e início do XX os reformadores concebem projetos de cidade ideal, como as Cidades Jardim e Cidade Industrial (*ver quadro 2- anexo I*).

Como relata Harouel (1985: 104) visando frear o crescimento excessivo, a partir do final do século XIX, algumas cidades recorrem a cidades-satélites. Este movimento surge com a fundação, próxima a Chicago¹², de Pullman City, pelo industrial de mesmo nome para abrigar suas usinas e seus operários. Em seguida são as cidades de cinturão verde, como Radburn, cujos trabalhos de criação servem à batalha contra o desemprego.

Muitas cidades são fundadas para servir de capital. Na metade do século XIX são elas: Ottawa e Pretória; no início do século XX Camberra, Nova Delhi e Ankara; e no final dos anos 50 início dos 60, Brasília.

Segundo Cardoso (2000: 120) a constituição do urbanismo como disciplina significou o surgimento de um novo campo de saber, com pretensões científicas. Isso fez com que se transformasse a realidade das cidades em um objeto de conhecimento científico. No caso do urbano a aplicação de um MÉTODO, permitiu através de um novo olhar, embasado em um conjunto de conceitos, superar as impressões mais ou menos confusas advindas da percepção imediata da realidade e descrever assim os fenômenos observados. Com isso ainda segundo Cardoso pôde-se definir as relações e hierarquias entre esses fenômenos e chegar a uma classificação. Mesmo assim ainda foi necessário, estabelecer certos critérios e instrumentos de medidas, que permitissem a quantificação dos fenômenos.

Como menciona Cardoso (2000: 121), o precursor da configuração do urbanismo como ciência foi Ildefonso Cerdá. Em 1867 foi encarregado de elaborar um plano para cidade de Barcelona (*ver quadro 3*), publica o livro: “Teoria Geral da Urbanização”, com o objetivo de estabelecer as bases de uma nova ciência em que apresenta o plano de Barcelona como um dos exemplos possíveis de sua aplicação. Segundo Choay (1985) a “Teoria”, embora não tenha tido uma grande repercussão no território espanhol, mostra com muito cuidado todos os elementos básicos que viriam a marcar a formulação do método do urbanismo no século XX.

Cardoso (2000: 121) afirma que Cerdá se preocupa com a questão terminológica, considera importante a criação de novos termos, para designar com clareza e objetividade

¹² ver HALL Peter, Cidades do Amanhã, São Paulo: Editora Perspectiva, 1995

aquilo que pretendia dizer. Julgava que o termo CIDADE daria margem a confusões, já que descrevia a materialidade do urbano. Cerdá sugere o uso de uma expressão, que tivesse como significado o objeto concreto – a cidade –, mas visto através de uma perspectiva explicativa. Essa perspectiva tinha um objetivo claro: explicar, para propor mudanças capazes de restaurar o funcionamento adequado da vida nas cidades. Para isso Cerdá propõe o termo “urbanização” (CARDOSO, 2000: 121).

Segundo Cerdá (1979: 82) citado por Cardoso (2000: 121) este termo designaria o conjunto de ações, que levariam ao agrupamento das construções e à regularidade do seu funcionamento, assim como o conjunto de princípios, doutrinas e regras que devessem ser aplicadas para que as construções e seus agrupamentos, antes de reprimir, fragilizar e corromper as faculdades físicas, morais e intelectuais do homem social, contribuiriam para favorecer o seu desenvolvimento assim como o crescimento do bem-estar individual e a felicidade pública.

*BARCELONA DE CERDÁ E A PARIS DE HAUSSMANN (ver quadro 3 – anexo I)
A extensão da quadrícula, a subversão do quarteirão e os traçados barrocos e quarteirões*

O crescimento econômico e cultural da Catalunha proporcionou, nos meados do século XIX, a realização de um plano de expansão da capital que absorveu e ordenou as energias econômicas, demográficas e sociais. Assim, Barcelona destrói as muralhas que envolvem o núcleo medieval ao que se segue as decisões de organizar a expansão Idelfonso Cerdá é encarregado pelo rei da execução de um plano de expansão para Barcelona (o *ensanche*) (LAMAS, 1992: 216).

Em 1859, o plano de Cerdá, foi aprovado por ordem real e imposto com autoridade ao Município. Consegue organizar a expansão até os princípios do século XX, moldando a imagem que se tem hoje de Barcelona (LAMAS, 1992: 216).

Cerdá aborda duas ordens de problemas:

- a organização da grande expansão – o *ensanche*
- a investigação sobre a quadrícula e o quarteirão.

O plano fica completo com a publicação *Teoria Geral de la Urbanizacion* onde Cerdá expõe a metodologia, pensamento urbanístico e preocupações de caráter sociológico. Segundo afirma Lamas, Cerdá será o primeiro urbanista no sentido moderno do termo a medida que consegue coordenar os aspectos espaciais e físicos com preocupações funcionais, sociológicas, econômicas e administrativas, tratando pela primeira vez a cidade como um organismo complexo e integrador de vários sistemas.

O Plano desenha uma grelha ortogonal, com módulos ou quarteirões de centro e treze metros de lado e vias de vinte metros de perfil, de tal forma que cada conjunto de nove quarteirões e vias correspondentes se inscrevem num quadrado de quatrocentos metros de lado.

O sistema é cortado por diagonais que confluem numa grande praça. A quadrícula regular estende-se até aos municípios vizinhos e envolve a antiga cidade medieval, como se fosse um corpo distinto, rasgado por três artérias que dão continuidade aos eixos do *ensanche*. Preparado para 800.000 habitantes, o plano de Barcelona contém uma escala pouco comum para Europa do século XIX, aproximando-se mais das expansões americanas da mesma época, como no caso de Nova Iorque e Filadélfia (LAMAS, 1992: 218).

Embora contemporâneos, as visões de Haussmann e Cerdá são diferentes. Uma primeira distinção é evidente: num caso trata-se de reordenar e adaptar a cidade existente; no outro, de organizar o crescimento em expansão – o *ensanche*. O interior do quarteirão que em Paris é espaço privado, ou semiprivado, em Barcelona pode se tornar espaço público (LAMAS, 1992: 218).

As transformações de Haussmann em Paris (futuramente influenciarão a Cidade do Rio de Janeiro) incidem fundamentalmente na parte mais antiga da cidade. São renovações com novos traçados, reestruturação fundiária, construção de infra-estrutura, equipamentos e espaços livres, que obedeceram, segundo Lamas (1992: 212), a três objetivos:

1. circulação fácil e cômoda dentro da cidade, indo de bairro a bairro;
2. eliminação da insalubridade e degradação dos bairros, “arejando” os densos interiores, estabelecendo uma imagem geral de modernidade, criando uma cidade com luz, espaço e arborização e uma nova arquitetura urbana;
3. revalorização e reenquadramento dos monumentos, unindo-os através de eixos viários e perspectivas.

As sucessivas intervenções de Haussmann constróem uma obra-prima de arte urbana, pois até os dias de hoje, está é a imagem pela qual Paris é conhecida. Isso faz com que países da Europa, outras cidades francesas e até mesmo o Rio de Janeiro, seja contemplado com as idéias hausmanianas.

Lamas (1992) relata, que Haussmann recorta a cidade segundo traçados que partem em feixes de praças ou cruzamentos(ver figura 02 e 03). No essencial este desenho é uma continuidade dos traçados barrocos do século XVIII. Haussmann trabalha a cidade existe numa sucessão de intervenções que, embora sem um plano prévio, revelam uma coerência no final.

Os elementos que Haussmann utiliza são:

- traçado em avenida – o *boulevard* que une pontos da cidade;
- a praça como lugar de confluência de vias, e placa giratória das circulações , quase sempre em rotunda, que organiza o cruzamento de vários traçados;
- o quarteirão, que é determinado como produto residual de vários traçados, e não como módulo da composição urbana. Tem forma irregular, poligonal, retangular, triangular ou se aproxima da forma de “bloco”, sendo compacto.

A estrutura interna do quarteirão corresponde a uma lógica de reparcelamento, segundo as seguintes regras, mencionadas por Lamas (1992: 214)

1. cada lote é definido por perpendiculares à rua;
2. a divisa entre os lotes corresponde a bissetriz do ângulo formado pelas ruas;
3. a forma dos lotes é desenhada de modo a evitar parcelas de rua a rua ou detemasiado extensa sobre o plano marginal.

A tipologia edificada de Haussmann tem uma unidade que concorre para a alta qualidade formal da cidade: na organização das fachadas e coberturas, nos materiais e elementos construtivos, como: portas, janelas, cantarias, cornijas e outros detalhes (LAMAS, 1992: 214).

Em algumas situações o quarteirão é cortado por galerias comerciais – as “passagens parisienses”, aí se propondo o fim do quarteirão como unidade impenetrável, mostra-se aí a evolução da morfologia que surgirá no século XX (LAMAS, 1992: 214).

No século XX a cidade passou a ser encarada de forma mais atenta pela sociedade como um todo. Foi também quando se deu o aparecimento do planejamento urbano e regional sobre uma base profissional e codificada, melhor, uma forma do Estado manter o controle sobre a cidade.

Nas primeiras décadas do século XX apenas 10% da população mundial vive em cidades, mas esse percentual tem crescimento exponencial daí para frente. A expansão das estradas de ferro, o aparecimento do automóvel, o transporte urbano sobre trilhos, os novos sistemas construtivos (o uso do aço), as novas redes de serviços urbanos (gás, telefone, eletricidade) e os arranha-céus dão maior dinâmica à expansão urbana

Como podemos observar nos quadros 1 e 2, o urbanismo começou a tomar forma em Letchworth, na Inglaterra, quando Parker e Unwin criam a primeira Cidade-Jardim. O conceito originariamente do urbanista inglês Ebenezer Howard, lança ideais utópicos , afim de conciliar o ambiente urbano com o rural.

Adaptações sucessivas deram origem às cidades satélites dos grandes centros, não mais auto-suficientes, na medida em que seus moradores recorreriam às metrópoles para trabalhar e desfrutar de serviços públicos.

Em 1904 Louis Sullivan inicia em Chicago a escola de arquitetura de arranha-céus, com o projeto de uma loja de departamentos. Em 1906 instala-se em Los Angeles o primeiro sistema de ar condicionado. Em 1908 constrói-se em Nova York o primeiro elevador a serviço mais de 200 metros. A chegada dos automóveis a Paris inspira, em 1910, os primeiros projetos de viaduto e rotatória com passagem subterrânea para pedestres.

O arquiteto Walter Gropius cria a Bauhaus em 1919 e dá início ao modernismo, no qual se procura unir arte e técnica. Em 1925, o cineasta alemão Fritz Lang lança "Metropolis", filme que apresenta a cidade como algo totalitário, uma conjuntura fria de aço e concreto, assim como a produção no mundo capitalista. Tudo isso é pano de fundo para o florescimento de um urbanismo, que procura desesperadamente o equilíbrio do ambiente construído.

Nos anos de 1910 e 1920 não são apenas os urbanistas que se dedicam a pensar o futuro das cidades. O industrial Henry Ford ao difundir o automóvel, difunde também a expansão urbana. O biólogo inglês Patrick Geddes contribui com uma série de escritos sobre a evolução das cidades.

As idéias de Geddes influenciaram a criação, em 1922, do núcleo inicial da *Regional Planning Association of America* – RPAA. Surgia assim um novo conceito de planejamento regional, que propunha – na linha da cidade-jardim – que as cidades fossem separadas entre si por parques e que internamente elas se compusessem de células ou bairros com vida autônoma. Na prática esse modelo derivou para outro, onde as cidades eram recortadas e interligadas por vias expressas para o tráfego rápido dos automóveis, conectadas com ruas que serviriam ao trânsito local de células ou bolsões urbanos, por sua vez divididos em zonas conforme o uso social ou econômico.

Como veremos a seguir, em 1933, durante o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, divulga-se a Carta de Atenas, que adota um modelo universal de "cidade funcional".

2.1. O URBANISMO: a cidade dos CIAM e a Carta de Atenas

O concurso para a Sociedade das Nações em 1928, e a exposição de arquitetura de Stuttgart, em 1929, permitiram verificar a semelhança de métodos e objetivos com que muitos arquitetos trabalhavam em diferentes países. A idéia de reunir esta identidade em uma

associação de profissionais surge em 1928, no castelo de La Serraz, onde ocorre a primeira reunião dos arquitetos que comungam dos ideais modernos.

Desta forma acontecem os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAM, que promoveram e publicaram idéias da arquitetura e do urbanismo moderno, com o objetivo de comparar periodicamente experiências, afim de aprofundar os problemas tratados e apresentar ao público soluções encontradas.

Por um período de onze anos, desde La Serraz, até 1959 em Waterrloo, ocorreram os congressos, que se tornaram um marco importante na configuração da cidade moderna.

Como observa Benevolo, citado por Lamas (1992: 337), as discussões ocorridas nos CIAM tiveram duas vertentes: a interna, polêmica, apaixonada e tantas vezes contraditória, que envolveu diversos arquitetos, refletindo suas diferentes tendências, sensibilidades, posições e contradições; e exterior, para conhecimento público e divulgação dos ideais comuns, portanto deveria ser clara na exposição e no conteúdo, mas necessariamente redutora, consensual.

Na sua produção teórica, os trabalhos dos CIAM passaram por três fases:

A primeira 1928 a 1933: incluiu os congressos de Frankfurt (II) e o de Bruxelas (III) e tratou do problema habitacional, ampliando progressivamente o campo de estudo.

A segunda 1933 a 1947: fortemente influenciado por Le Corbusier. No Congresso de 1933, foi redigida a Carta de Atenas. Neste período são abordadas as questões de planejamento urbano sob uma ótica funcionalista. Foi o período que mais influenciou no urbanismo e na organização das cidades;

A terceira fase tendeu a ultrapassar a abstrata cidade funcional, apontando a necessidade de um ambiente físico que satisfizesse as necessidades emocionais e materiais do homem. O VIII Congresso aborda o tema do “coração da cidade” e questiona a eficácia das formas urbanas modernas, trazendo discussão a validade dos espaços da cidade tradicional e iniciando a crítica do racionalismo e do funcionalismo.

Se os CIAM de antes da guerra se caracterizam por abordagens da cidade em categorias funcionais abstratas, os do pós-guerra pensam a cidade em suas formas sociais e espaciais concretas. Os continentes aparecem através de temas como a favela e as medinas. Além disso, passa a se considerar a existência do homem concreto, social e culturalmente diferente, assim o habitar substitui o habitat¹³.

A introdução de uma visão antropológica e política leva ao abandono da concepção de moradia e de habitação dos CIAM antes da guerra. E esse abandono potencial desde os

¹³ proposta de Wogensky a Sert, de 09/04/1953

anos 30 – o “projeto” do Rio de Le Corbusier o comprova -, explica porque o seu discurso pode ser aceito no Rio de Janeiro em 1936. Do “racional” e do “orgânico”.

Os CIAM terminam em 1956, penúltimo congresso, em Dubrovnik, com o aparecimento do grupo TEAM X¹⁴, que se consagra em 1959, em Waterloo, numa reunião que encerra definitivamente o ciclo CIAM.

A Carta de Atenas foi divulgada quase oito anos após ser redigida, constitui uma síntese das posições dos CIAM sobre a organização e o planejamento das cidades.

Lamas (1992: 344) relata que trata-se de um texto mais dogmático e polemico do que demonstrativo, formulando exigências e estabelecendo critérios para a organização e gestão das cidades.

Foi redigida em 1933 e tornada pública em 1941, por iniciativa de Le Corbusier, que redige o texto final e foi seu principal mentor (e pelo que se sabe, acrescentando muito de seu e modificado com liberdade o rascunho original). A Carta mostra uma evidência a coincidência de posições e identificação da sua obra com os CIAM.

Conforme afirma Lamas (1992: 344) a morfologia contida nos postulados da Carta terá forte influência na produção teórica e nas realizações do pós-guerra em 1945 até finais dos anos sessenta.

As quatro funções principais (chaves do urbanismo) da Carta: habitar, trabalhar, recrear e circular, engendrariam áreas específicas. A cada função sua área de solo exclusiva. A área residencial ocupa o lugar principal do urbanismo, enquanto a circulação deverá organizar a cidade existente. O objetivo principal seria circular bem, em vias com hierarquia que privilegiassem a deslocação e separando o percurso entre o indivíduo e o automóvel. A Carta menciona:

Os planos determinarão a estrutura de cada um dos setores atribuídos às quatro funções-chaves e fixarão a localização respectiva dentro do conjunto.

A necessidade de circular com rapidez provocou estragos muitas vezes irreparáveis nas cidades, com a destruição de bairros e tecidos locais, lançando vias e nós desnivelados, alargando ruas, destruindo edifícios etc. Atualmente o tráfego está mais controlado com a utilização de transportes públicos e a integração das vias como uma das componentes da estrutura urbana.

¹⁴ vai suceder à dissolução oficial dos CIAM, propondo a crítica ao funcionalismo da Carta de Atenas e também à crítica a atuação dos CIAM. O TEAM X foi constituído por Alison e Peter Smithson, Bakeman, Van den Brock, Van Eyck, Candilis, Shadrach Woos, John Voelcker e William e Gil Howel. Publicaram em 1962 a obra TEAM X Primer.

Gropius traz a discussão as regras de implantação e afastamento dos edifícios e suas relações com a altura e a densidade habitacional, que ficaram célebres na história. A questão colocada por Gropius é analisada nas suas implicações econômicas e sociais. Investiga qual o número de andares ideal de um edifício como um problema econômico, que poderia variar, mas limitado no ponto em que o excedente de custos deixasse de ser compensado pela libertação do solo econômico de terreno e infra-estrutura. A morfologia urbana é determinada pela questão do alojamento.

A metodologia para a concepção da cidade moderna, segundo menciona Lamas (1992), é completamente diferente. Na cidade tradicional, a dimensão e a organização do alojamento resultavam da forma do edifício, e este na forma do lote e da sua posição no quarteirão. Para o urbanismo moderno a célula habitacional é o elemento base de formação da cidade. Agrupa-se para constituir edifícios, e estes agrupam-se para formar bairros. O agrupamento de células habitacionais determina a forma do edifício, e o agrupamento de edifícios determina a forma do bairro.

A morfologia urbana moderna resulta da crítica à cidade tradicional, menosprezando o potencial dos espaços urbanos na vida coletiva e na organização dos edifícios (LAMAS, 1992).

Desta forma o urbanismo moderno trava uma crítica a morfologia da cidade tradicional. Nessa batalha o quarteirão e a rua serão os alvos principais, na medida que constituem a sua expressão essencial.

Por meio de pesquisas habitacionais, os arquitetos modernos decidem por abandonar definitivamente o quarteirão e a rua.

Como menciona Lamas (1992) servem-se das experiências realizadas na Holanda, na Alemanha, na Áustria e nas investigações feitas por Gropius na Bauhaus sobre distancia entre edifícios, conforme mencionamos anteriormente. Ao abordarem o desenho da cidade, os arquitetos deparam-se com as questões de higiene, salubridade e funcionamento. Inconvenientes de trânsito (ruídos, poeiras e gases) e a necessidade de insolação condenavam o alinhamento dos edifícios ao longo das ruas.

Na Carta de Atenas não havia lugar para as cidades históricas, na sua forma. Acreditava que a beleza e a alta qualidade estética e ambiental da arquitetura moderna igualariam e superariam os conjuntos históricos degradados e insalubres.

Lamas (1992) menciona o fato de que os mentores da Carta de Atenas provavelmente pensavam que a demolição dos conjuntos e edifícios insalubres se sucederia a construção de grandiosos projetos, com uma nova estética e arquitetura. Mas isso não aconteceu e

• Tese/2006

inocentemente os idéias modernos serviriam de especulação imobiliária destruidora da paisagem urbana.

No urbanismo moderno as enumerações formuladas chega inevitavelmente as conseqüências políticas: a disponibilidade do solo em detrimento a propriedade privada.

O conflito entre propriedade privada e pública conduz à necessidade do controle do solo com o predomínio dos interesses públicos sobre os privados. Essa questão viria a ser uma das regras do urbanismo como ação política de regularização dos conflitos entre interesses públicos e individuais. Rossi em *L'Architettura della Città* menciona:

O direito individual não tem relações com o vulgar interesse privado(...) Deve ser em tudo subordinado ao interesse coletivo, tendo cada individuo acesso às alegrias fundamentais: o bem estar do lar, a beleza da cidade.

Tais princípios seriam consagrados em textos legais na maioria dos países e nos fundamentos do urbanismo, mas eram exigências da morfologia moderna. Contudo se analisarmos, esses princípios são contraditórios com a urbanística formal e o processo de loteamento como meio de organizar a cidade e repartir o solo entre parte pública e privada, e onde o desenho urbano seria um instrumento de loteamento.

Ao abolir o loteamento como processo de fazer cidade, a urbanística moderna encontra novos argumentos para repudiar a urbanística formal.

Após a Segunda Guerra Mundial, a reconstrução de cidades como Frankfurt – Alemanha; Roterdã – Holanda; Lê Havre – França e Coventry – Inglaterra, permite que as teorias modernistas sejam colocadas em prática.

A homogeneidade trazida pela estandardização e zoneamento das cidades é apontada como causadora de monotonia e tédio; a abolição da rua revela-se fonte dissociação; e os espaços vazios tornam-se inúteis e perigosos, como menciona Choay e Benévolo complementar:

Os resultados da pesquisa arquitetônica moderna em parte aceitos e em parte rejeitados pela sociedade contemporânea. A abordagem funcional dos problemas do ambiente construído se enquadra na cultura científica, indispensável ao desenvolvimento da sociedade moderna. Mas os problemas do ambiente construído forma propositalmente subtraídos à análise científica, porque somente assim é possível conservar o equilíbrio dos interesses imobiliários estabelecidos no século XIX, que não é apenas uma fonte de privilégios para algumas categorias econômicas, mas um instrumento de poder para o conjunto das classes dominantes. De fato,

nenhum regime político soube até agora renunciar por completo a esse instrumento¹⁵.

Hall afirma que entre 1949 e 1957, Nova York gastou em renovação urbana o dobro de todas as demais cidades americanas juntas no mesmo período, pois nasceu ali uma das mais fortes correntes de rejeição do urbanismo moderno, que logo se alastraria por outras cidades (MORENO, 2002: 51).

Uma jornalista canadense Jane Jacobs, especializada em arquitetura, liderou um movimento local para preservar o *West Greenwich Village* (contra planos urbanísticos que prescreviam pôr abaixo quarteirões e quarteirões do bairro) e com isso acabou criando o que se chama de Novo Urbanismo. De certa forma um urbanismo que reabilita a cidade tradicional das ruas com calçadas, dos quarteirões com edifícios de uso misto, do pequeno comércio e, sobretudo, da vida comunitária (MORENO, 2002: 51). Esses ideais são expostos por Jane no livro: *The Death and Life of Great American Cities*, lançado em 1961 e transformado numa espécie de “bíblia” urbanística. Para ela os modernistas pregavam o egoísmo e não a construção de espaços humanizados como diziam.

Numerosas são as aglomerações nascidas do progresso industrial e da extração mineral. Com o ouro surgem várias cidades no século XIX, como: São Francisco e Denver nos Estados Unidos e Johannesburgo na África do Sul. Outras cidades têm sua origem nas minas de ferro ou na metalurgia, são elas: Duluth, Gary, Magnitogorsk ou Stanlinsk. Igualmente teremos as cidades nascidas do petróleo, como: Oklahoma.

Surgem cidades ligadas às vias de comunicação marítimas e terrestres, desta forma são fundados no século XIX, os portos de Singapura e Melbourne, posteriormente as cidades do canal de Suez.

Devido a um certo fracasso do planejamento fundamentado na visão economicista ou estratégico-militar de cunho nacionalista, e tendo em vista o colapso urbano, a escassez de elementos naturais, como: água, ar e alimentos, no início do século XXI, acreditou-se que a vida futura no planeta só seria possível mediante o Planejamento Ambiental. Essas mudanças deverão ocorrer com a inclusão de uma visão ecossistêmica em três instâncias: ecossistema urbano; agroecossistemas e ecossistema natural (FRANCO, 2000).

As ações de Planejamento Ambiental transcendem os limites políticos, uma vez que no mínimo deverão levar em conta os limites da bacia hidrográfica .

¹⁵ BENÉVOLO, Leonardo, História da Cidade

Para PESSOA (1997), o caráter do planejamento territorial no Brasil está historicamente vinculado ao *desenvolvimento*, no qual o controle sempre foi secundário sem do que, com a recessão econômica de 1981 a 89, todo este aparelho se desmorona. De outro lado, começa a crescer na primeira metade dos 80 a preocupação com a questão ambiental; vários trabalhos são feitos no sentido de estruturar uma metodologia para *análise e planejamento ambiental*.

Com o surgimento do planejamento ambiental, dá-se grande migração do corpo de técnico para esta área, levando todos os 'vícios' do planejamento urbano e regional, que é fortemente positivista, explicando boa parte dos 'problemas' que temos nesta área.

(...) a separação de vários 'componentes' estruturalistas como sistemas abertos, com nexos e nós; a concepção da interdisciplinariedade - as equipes, separam as grandes diferenças disciplinares, tornando possível o 'respeito mútuo' entre os 'conhecedores'. Com a legislação do CONAMA¹⁶, todos estes 'conhecedores' são reunidos em dois grandes grupos, que não se ligam: a análise de impactos sócio-econômicos ambientais, ou o plano antrópico; e a análise de impactos físico-naturais ambientais, ou o plano natural. Refletindo, assim, todo um processo metodológico e epistemológico (...).¹⁷

A partir de 1950 o Brasil emergiu como uma importante nação, situando-se entre o décimo e vigésimo PIB – Produto Interno Bruto, nono a décimo quinto em valor de exportação, terceiro a sexto em superávit comercial. Apesar de ser o primeiro devedor do Terceiro Mundo, a dívida per capita é relativamente baixa. O parque industrial garante elevado índice de auto-suficiência (apenas 3% do PIB é importação industrial). Como quinto país do mundo em território, contém 32% das florestas tropicais e a maior rede de hidrografia navegável do planeta, além de ser o terceiro em biodiversidade. (ALMEIDA, MORAES, SOUZA e MALHEIROS, 1999).

Segundo ALMEIDA et al. (1999), para que a sociedade saia do regime predatório atual para aquele denominado de ecodesenvolvimento, há necessidade urgente de se rever, de modo justo, criativo, responsável e eficiente o paradigma atuante. Isso requer que se avance na implementação e no desenvolvimento da cultura do planejamento sócio-ambiental e não somente se elaborem planos.

Já o processo de planejamento, conduz ao pensar e ao agir dinamicamente de seqüencial para interativo. Como processo, exige sem dúvida, uma série de etapas a seguir. Trata-se de um processo sistêmico que, a cada solução e proposta, cria condições para

¹⁶ Conselho Nacional do Meio Ambiente

¹⁷ Apontamentos de aula de PESSOA, J.A.M., Memorial de Qualificação, 1997, onde o Prof. Philip Gun situou criticamente a "evolução metodológica da preocupação ecológica no planejamento"

realimentar as tomadas de decisões.

A palavra planejamento traz em seu valor semântico o sentido empreendimento, projeto, sonho e intenção.

Como empreendimento revela o ato de intervir ou transformar uma dada situação, numa determinada direção, para que se concretizem algumas intenções

Como toda intenção o planejamento revela de certa forma o caráter e os valores de quem cria ou põe em prática e que de alguma forma, se impõe sobre algo, a fim de atingir certas metas. A maioria dos planos de caráter territorial criados no século XX, seguiram uma visão predominantemente positivista e progressista ligado à meta de desenvolvimento econômico e ilimitado.

Contudo, as definições que tentam ser mais abrangentes consideram que o planejamento ambiental consiste em:

- um grupo de metodologias e procedimentos para avaliar as conseqüências ambientais de uma ação proposta e identificar possíveis alternativas a esta ação (linha de demanda); ou
- um conjunto de metodologias e procedimentos que avalia as contraposições entre as aptidões e usos dos territórios a serem planejados (linha de oferta).

No Brasil, já existem algumas propostas de sistematização das ações de planejamento (ALMEIDA et al., 1999). A ação preventiva de planejamento trata a questão ambiental como sendo um desequilíbrio entre as atividades humanas e o meio ambiente físico natural. Nesta ação, a proposta é que o equilíbrio passa por duas situações diferentes:

- a) corrigir os desequilíbrios provocados pelas forças da natureza ou de atividades humanas (ação corretiva), e,
- b) intervir na natureza e controlar as atividades humanas para evitar desequilíbrios futuros (ação preventiva).

A ação preventiva do planejamento não é um produto acabado, mas um processo político-administrativo. Os municípios e populações envolvidas devem ser os agentes de correção, adaptação e concretização ou não das propostas.

Nas décadas de 60 e 70, diversos métodos destinados ao planejamento ambiental foram desenvolvidos, segundo os pontos de vista de linha de demanda e de linha de oferta, destacando-se os seguintes:

I – linha de demanda: para definir os objetivos do planejamento, os estudos têm por objeto a população

II – linha de oferta: os estudos têm por objeto o meio em que se desenvolvem as atividades da população.

Os anos 80 viram surgir uma nova modalidade de planejamento orientada para as intervenções humanas dentro da capacidade de suporte de ecossistemas. A esse planejamento chamamos de Planejamento Ambiental.

Atualmente entende-se por Planejamento Ambiental o planejamento de ações humanas no território, levando-se em conta a capacidade de sustentação dos ecossistemas a nível local e regional sem perder de vista as escalas maiores.

Portanto, Planejamento Ambiental é um Planejamento Territorial Estratégico, Econômico-ecológico, Sociocultural, Agrícola e Paisagístico.

Ab'Saber afirma que: "não há como aceitar a idéia simplista de que determinados espaços ecológicos devem corresponder espaços econômicos, numa sobreposição plena e totalmente ajustável". O Planejamento Ambiental busca preencher esse descompasso entre região e economia, antevendo situações de crise alimentares e energéticas futuras.

2.2. A QUESTÃO AMBIENTAL: a trajetória do planejamento, da política e da gestão ambiental

As questões ambientais no Brasil sempre foram tratadas de forma setorial (água, floresta, solo, etc.), sem uma definição de política ambiental.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – a ECO92, no Rio de Janeiro, ficou conhecida como a conferência do Planeta Terra. Como resultado um importante documento foi gerada, a Agenda 21. Este documento foi de fato, uma declaração de intenções, um pacto pela mudança do padrão de desenvolvimento global.

Geralmente os interesses de quem trata da problemática ambiental estão enfocados no estudo de ecossistemas com pouca intervenção humana. Os ecossistemas que sofrem grandes intervenções e transformações, como as áreas urbanas, não vêm tendo uma atenção adequada.

O local onde reside, e do qual faz parte o homem, é composto pelos bens naturais, como a água, o solo, a fauna e a flora. Sendo assim, seu planejamento, sua proteção, seu desenho e os moldes de intervenção devem objetivar a composição do ambiente humano. A natureza (descrita como a situação que não foi alterada pelo homem) se converte em paisagem, no que se refere aos componentes naturais, suas peculiaridades fisiográficas e ambientais. Pode também se transformar, de acordo com as influências históricas, culturais e

tecnológicas do homem, refletindo conseqüentemente nos sistemas climáticos, naturais e sociais.

A idéia de que o fenômeno urbano está separado da natureza e de que os seus processos de evolução são sempre catastróficos, domina a maneira pela qual o ecossistema urbano é percebido e construído, separando-o cada vez mais de suas raízes naturais.

As cidades de porte médio ainda não apresentam, por uma questão de escala, os efeitos dramáticos do crescimento das metrópoles. Contudo, a invasão de áreas públicas, mormente ao longo de rios, córregos e encostas, pelo casario precário da população pobre já revela um problema que só tende a aumentar: a cidade ilegal ou informal, sem infraestrutura e representando riscos de alagamento, deslizamento e proliferação de doenças em sua população (LUSTOZA, 2001).

Para que as cidades médias possam ter seu desenvolvimento sustentado, é importante que seja evitada a repetição da imprevidência das metrópoles, aprendendo com a experiência. Entre outras medidas, urge que se tenham planos diretores estratégicos, que sejam providenciados e adotados instrumentos para implementação e garantia de reservas territoriais destinadas a parques, que sejam revistas às normas para a abertura de loteamentos, que seja aperfeiçoada a legislação para adequar densidades ao sistema viário e que estabeleçam corredores exclusivos para transporte público e, eventualmente, corredores destinados a transporte de massa e ou de carga (LUSTOZA, 2001).

As cidades pioneiras apresentam, de forma geral, os piores exemplos de depredação e de descaso pela sustentabilidade em seu desenvolvimento. A ocupação do solo, em algumas regiões brasileiras, obedece a técnicas primitivas: queimadas visando ao plantio, ou ainda, seguida de movimentos de terra para locação de pequenos lotes à venda. As ausências de políticas, de orientação técnicas, de imposição de normas e de controle adequados geram cidades que, em curto prazo, repetirão os problemas de cidades mais populosas.

A ausência de políticas públicas para enfrentar os problemas típicos dessas cidades leva seus responsáveis locais a adotarem soluções urgentes, mas de alcance menor, paliativas e provisórias, freqüentemente executando obras que só aceleram, pela precariedade, a decadência das mesmas. A ausência de normas, a atividade comercial sazonal, sem restrições nem estímulos adequados, sem planejamento local e regional, assim como práticas administrativas frágeis têm levado à rápida insustentabilidade dessas cidades.

Estamos diante de uma realidade espacial em que nada lembra a natureza e, ao mesmo tempo, parece ser incrível a sensação de pertencer ao mundo produzido pelo homem. Hoje, a metrópole aparece como a última expressão do processo de urbanização que

tende a uma universalização. O lugar da liberdade e ao mesmo tempo do aprisionamento, onde as diferenças se colocam de maneira clara e evidente por toda parte, seja, nas formas arquitetônicas, nos gestos, nas roupas, nos olhares. Pensar e analisar a cidade e o urbano significa buscar a dimensão do humano, onde espaço urbano é entendido como produto, condição e meio do processo de reprodução da sociedade urbana.

O que se tem é o processo de reprodução da cidade e do urbano de um lado e, do outro, a produção de um modo de entendimento desse fenômeno a partir do modo de vida urbano, do cotidiano e dos valores. A cidade é uma realização humana, produto e obra, por isso tem a dimensão do movimento da vida humana.

A seguir procurou-se tratar da importância do planejamento ambiental ligado a escala urbana e territorial. Esta abordagem se inicia com as primeiras preocupações e uma abordagem.

As atividades relacionadas ao planejamento freqüentemente demandam a necessidade de delimitação e compartimentação do território com a finalidade desubsidiar as análises e promover o zoneamento sob diferentes óticas ou baseadas em diferentes critérios, segundo os objetivos buscados.

No planejamento ambiental, notadamente nos casos com vistas à conservação de ambientes naturais, não existe um critério único que possa dar conta de resolver a questão da delimitação e compartimentação territorial de maneira satisfatória.

No contexto da Geografia, já há algum tempo levantam-se questões relativas à fragmentação do conhecimento, reveladas em dicotomias bastante discutidas. Na busca da construção de um conhecimento mais conjuntivo, alguns geógrafos tomaram como base uma abordagem sistêmica com o objetivo de promover uma análise integrada do espaço geográfico. Entre estes, tornaram-se clássicos os textos de Sothava, Tricart, Bertrand, Christofolletti e Monteiro (SUERTEGARAY, 2002, p. 112-113).

O Planejamento Ambiental teve seus precursores no início do século XIX, com pensadores como John Ruskin, na Inglaterra, Viollet-le-Duc, na França e Henry David Thoreau, George Perkins, Frederick Law nos EUA. Muitas das idéias desses homens eram tidas como românticas e utópicas para a época. Todavia; hoje, pode-se perceber, que esses homens tinham uma visão de futuro capaz de vislumbrar a escassez de recursos, num momento que era implantada a revolução industrial (FRANCO, 2000).

Imagem, em plena expansão industrial, das comunicações ferroviárias, da navegação a vapor e da exploração colonialista, falar de proteção de rios, e das florestas, da preservação da água, do ar e do solo!

Ao se procurar as origens da crise urbana, conseqüentemente da crise ambiental atuais, teremos que procurar as causas e o período em que começaram a se dissolver os antigos limites da cidade e as mudanças socioculturais que acompanhavam essa dissolução

Essa dissolução só se concretizou no período do renascimento, tendo-se o auge no barroco.

O plano da cidade barroca, rompe as muralhas das cidades européias, impondo o desenho geométrico no traçado urbano. Ruas são alargadas e o antigo tecido medieval é destruído, dando passagem a um novo complexo sociocultural trazendo idéias novas com relação ao espaço e a ordenação territorial.

No século XVIII e XIX, as organizações estatais ditam os novos padrões de ordem. Passa a ser conveniente prestigiar a perspectiva horizontal e a regularidade espacial geométrica da cidade barroca, sobre a perspectiva vertical que ordenava a cidade medieval. A cidade barroca enfatiza a avenida em relação ao traçado urbano, com isso, perde o espaço do cidadão (FRANCO, 2000).

Os autores românticos escrevem apontando a inversão de valores trazidas pelas correntes liberalistas, que sacrificavam o cidadão aos caprichos da estética urbana - a arquitetura e a cidade se desatam da natureza.

A partir da segunda metade do século XIX começou-se a perceber em nível planetário a degradação ambiental e suas catastróficas conseqüências, o que originou estudos e as primeiras reações no sentido de se conseguir formulas e métodos de diminuição dos danos ao ambiente. Resultado disto foram os estudos do Clube de Roma, liderado por Dennis L. Meadows, culminado com a publicação do livro "Limites de crescimento" (The limits to growth), que fez um diagnóstico dos recursos terrestres, concluindo que a degradação ambiental é resultado principalmente do descontrolado crescimento populacional e suas conseqüentes exigências sobre os recursos da terra, e que se não houver uma estabilidade populacional, econômica e ecológica os recursos naturais que são limitados serão extintos e com eles a população humana. Estes estudos lançaram subsídios para a idéia de se desenvolver mas preservando (FRANCO, 2000).

A Organização das Nações Unidas – ONU criou em 1983, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a qual foi presidida por Gro Harlem Brundtland primeira ministra da Noruega (que ficou conhecida como Comissão Brundtland) e tinha os seguintes objetivos: reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente, e reformular propostas realísticas para aborda-las; propor novas formas de cooperação internacional nesse campo de modo a orientar as políticas e ações no sentido das mudanças necessárias, e dar a

indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma compreensão maior desses problemas, incentivando-os a uma atuação mais firme (Nosso futuro comum. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2ª edição 1991).

Os trabalhos foram concluídos em 1987, com a apresentação de um diagnóstico dos problemas globais ambientais. A Comissão propôs que o desenvolvimento econômico fosse integrado à questão ambiental, surgindo assim uma nova forma denominada desenvolvimento sustentável.

A cidade passa então a ser um joguete de interesses da especulação imobiliária e financeira.

Devido a um certo fracasso do planejamento fundamentado na visão economicista ou estratégico-militar de cunho nacionalista, e tendo em vista o colapso urbano, a escassez de elementos naturais, como: água, ar e alimentos, no início do século XXI, acreditou-se que a vida futura no planeta só seria possível mediante o Planejamento Ambiental. Essas mudanças deverão ocorrer com a inclusão de uma visão ecossistêmica em três instâncias: ecossistema urbano; agroecossistemas e ecossistema natural (FRANCO, 2000).

Na década de 1980, o Estado de forma centralizadora, ditou a política ambiental a ser seguida no Brasil. O processo de formulação e implementação da política ambiental no país passou a ser produto da interação de idéias, valores e estratégias de ação de diversos atores sociais, em uma área marcada por contradições, alianças e conflitos, que surgem da multiplicidade de interesses envolvidos com o problema de proteção do meio ambiente.

O processo de instituição de políticas públicas sofre transformações, que são voltadas ao controle e mitigação dos problemas ambientais, desta forma algumas prioridades são redefinidas e arranjos institucionais, padrões de relação entre os organismos estatais e não estatais surgem com a necessidade de se repensar as estratégias de gestão pública. A democratização dos processos de tomada de decisão, ampliação da participação da sociedade civil na resolução de problemas ambientais e descentralização das atividades de monitoramento e fiscalização passaram a fundamentar modelos alternativos de gestão ambiental (CUNHA e GUERRA, 2003).

Gestão ambiental faz parte de um amplo processo de gestão do território, aspecto para o qual ainda não se deu a devida relevância. Existe ainda uma interpretação difícil tanto entre os geógrafos quanto outros profissionais, no que diz respeito a noção de espaço como produto das relações sociais, oriundas de reflexões de pesquisadores como Henry Lefebvre; Milton Santos; David Harvey. Bucker (2001) e Coelho (2001) citados por CUNHA e GUERRA

(2003), atestam que a noção de espaço/território socialmente construído fez com que se desse cada vez menos importância aos processos físicos. A noção de espaço envolve tanto os aspectos físicos quanto os sociais.

A política ambiental no Brasil pode ser identificada pelo menos de três formas:

- a) *regulatória*: que da elaboração de legislação específica para estabelecer ou regulamentar normas e regras de uso e acesso ao ambiente natural e seus recursos, assim como a criação de meios que garantam o cumprimento da lei;
- b) *estruturadora*: trata da criação de unidades de conservação, sejam elas públicas ou reconhecidas pelo Poder Público, a realização ou financiamento de projetos locais de conservação e atividades de zoneamento econômico e ecológico;
- c) *indutora*: são geralmente as ações que objetivam influenciar o comportamento de indivíduos ou grupos sociais. Normalmente são identificadas com a noção de desenvolvimento sustentável e implementadas por linhas especiais de financiamento ou de políticas fiscais e tributárias. Representam iniciativas destinadas a otimizar a alocação de recursos. As certificações ambientais também são incluídas nessa política indutora.

A elaboração e implementação de políticas públicas com carácter ambiental, surgiu no Brasil, somente no século XX, especialmente na década de 1970, quando cresce a percepção com relação a degradação ambiental do planeta e que isso pode ter efeitos catastróficos e irreversíveis.

É importante deixar claro que os períodos anteriores já vinham com uma preocupação quanto ao uso e acesso aos recursos naturais, especialmente na Cidade do Rio de Janeiro, como pode ser observado no capítulo anterior através das intervenções, dos planos.

No período colonial a legislação regulatória restringia-se à proteção florestal. Intelectuais e políticos protestava, contra o desmatamento e a agricultura predatória e, já cobravam medidas, que contivessem a degradação da Mata Atlântica (PÁDUA, 1998 e 1999).

Mas, é interessante voltar ao início do século XX, especificamente 1925, quando o debate sobre o Código Florestal ganha um novo alento com a criação do Serviço Florestal Federal, todavia somente em 1930 com a Revolução, a regulação ambiental ganha impulso no país.

Pode-se identificar três grandes momentos na história das políticas ambientais no Brasil (*ver quadro 9*):

- a) 1º período: 1930 a 1971, marcado pela construção de uma base de regulação dos usos dos recursos naturais;
- b) 2º período: 1972 a 1987, quando a ação intervencionista do estado chega ao ápice, ao mesmo tempo aumenta a percepção de uma crise ecológica global;
- c) 3º período: 1988 aos dias atuais, marcado pelos processo de democratização e descentralização e pela disseminação da noção de desenvolvimento sustentável.

As crises financeiras apontadas nas décadas de 1980 e 1990 e as mudanças nas estratégias econômicas do Estado brasileiro tiveram repercussão na política de defesa dos recursos naturais. A privatização dos setores energéticos e minerais resultou na transferência de responsabilidades na condução da gestão ambiental para alguns segmentos do setor empresarial. As políticas ambientais continuam a se confrontar com as políticas desenvolvimentistas e a ênfase é nos projetos de infra-estrutura planejados para os eixos de integração e desenvolvimento expressos nos programas: Brasil em Ação (1996 – 1999) e Avanço Brasil (2000 – 2003) (CUNHA *et al.*, 2003).

As políticas do tipo indutor se consolidam nesse período. O Estado passa a pensar em alocação de recursos e em emprego estratégico de instrumentos econômicos destinados a promover a prática ecológica e a inviabilizar comportamentos predatórios. Ampliam-se os passos no sentido de construir uma gestão ambiental participativa (CUNHA *et al.*, 2003).

A formulação de políticas públicas num contexto social e histórico pode ser influenciado pela percepção que os indivíduos têm da realidade. As mudanças nas diretrizes e nos objetivos dessa política não são definidos unicamente por processos objetivos de inovação tecnológica e crescimento econômico, mas por transformações nas crenças, idéias e valores dominantes na sociedade que formam paradigmas sociais. (Porter e Brown, 1996 citado por CUNHA *et al.* 2003).

A corrente instrumental se consolidou como hegemônica em relação à ecocêntrica, através de duas abordagens filosóficas e epistemológicas contrastantes. A corrente ecocêntrica vê a Terra como um ser vivo, um grande ecossistema denominado biosfera, que a humanidade tem a obrigação moral de salvar da degradação mediante uma mudança radical de consciência que levaria a transformações na base produtiva da sociedade ocidental. Por outro lado, a corrente instrumental, prega a proteção do planeta por seu valor econômico, sem desafiar os fundamentos filosóficos da sociedade industrial. Vê o planeta como um sistema gigante de recursos, e o termo *conservação* é sinônimo de manejo eficiente dos

recursos, objetivando a obtenção de ótimos níveis de produção sem ameaçar a reposição de estoque. As noções de manejo, monitoramento e planejamento do uso dos recursos naturais são caras frente à corrente instrumental, preocupada com o contínuo fornecimento de matérias-primas para o abastecimento de indústrias e comprometida com o discurso do progresso (Duarte, 2001 citado por CUNHA *et al.* 2003).

Para CUNHA *et al.*, 2003 o paradigma do desenvolvimento sustentável em sua corrente instrumental hegemônica não é suficiente para se apreender como a percepção da realidade tem influenciado as políticas ambientais executadas no Brasil. Crenças, idéias e valores relacionados a diferentes abordagens interpretativas das relações entre sociedade e meio ambiente e o papel do Estado na regulação dos usos dos recursos naturais e do comportamento de indivíduos e grupos sociais tiveram e continuam tendo fundamental importância nesse processo.

Um dos temas mais polêmicos do movimento ambientalista é a definição de estratégias de conservação da diversidade biológica e de proteção de ecossistemas ameaçados pela atividade antrópica.

Dois segmentos podem ser identificados no movimento ambientalista, quando tratamos de estratégias de conservação da biodiversidade e proteção de ecossistemas e suas funções ecológicas. De um lado estão aqueles que objetivam a proteção da natureza em seu estado original, intocado, sem interferência humana, chamados de preservacionistas. De outro encontram-se aqueles que defendem a implantação de estratégias de uso sustentável dos recursos naturais, onde as populações locais podem fazer uso dos recursos naturais com vistas a garantir a sua subsistência e a vender produtos no mercado, adotando estratégias de manejo que evitem a degradação do ecossistema em que vivem, chamados de conservacionistas.

As políticas ambientais nas décadas de 1970 e 1980 foram destinadas a proteção das florestas tropicais e influenciadas pela idéia de proteção ambiental. Os problemas ambientais deveriam ser enfrentados mediante a implantação de um conjunto de leis rigorosas sobre o uso e acesso à terra e da exclusão de grupos sociais de ecossistemas frágeis ou ameaçados.

As idéias preservacionistas consideram que existe um valor na natureza que deve ser preservado por si mesmo e não como reserva de recursos naturais para uso dos seres humanos. O problema é que mesmo locais mais remotos não conseguem escapar das conseqüências das atividades humanas; daí a necessidade de criação de áreas protegidas pelo Estado com uma boa estrutura de vigilância.

Para os preservacionistas conservar a biodiversidade significa minimizar futuras extinções, preservando intactos os processos vitais que mantêm a diversidade biológica em ecossistemas livres de distúrbios.

Após uma trajetória a respeito do planejamento, da política e da gestão ambiental, trataremos da discussão a respeito da produção do/no espaço, para que no capítulo IV possamos então; retomar as abordagens a respeito do processo de urbanização, a construção e a reprodução do espaço e a cidade, discutindo sob a raridade e os instrumentos de gestão do espaço urbano.

QUADRO 9: SÍNTESE DA POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA (DE 1930 AOS DIAS ATUAIS)

PERÍODO	POLÍTICA REGULATÓRIA	POLÍTICA ESTRUTURADORA	POLÍTICA INDUTORA
1930 a 1971 a) Revolução de 1930 b) Constituição de 1934 c) Industrialização e urbanização acelerada	- Promulgação dos Códigos: Florestal, das Águas e de Minas (1934)	- Propostas de criação de parques nacionais e estaduais; declaração de áreas florestais como florestas protetoras (1934)	Idéias não formalizadas no período
	- Criação da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN) (1956)	- Criação do primeiro parque: Parque Nacional de Itatiaia – RJ (1937)	
	- Criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) (1963)	- Criação da primeira floresta nacional na Amazônia: FLONA de Caxuanã em 1961	
	- Promulgação dos Códigos de Pesca (1965), e minas (1967) e florestal (1967)	- 26 Unidades de Conservação foram criadas neste período (13 em área da Mata Atlântica e 1 na Floresta Amazônica)	
	- Criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) (1967)		
1972 a 1987 a) Milagre econômico b) Crescimento das áreas metropolitanas c) Crise econômico-financeira d) Assembléia Nacional Constituinte	- Criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) (1973)	- Criação de estações biológicas federais no Rio de Janeiro e sul da Bahia, para proteger a espécie do mico-leão (1971)	Idéias ainda não concretizadas
	- Criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) (1974)	- Criação de parques nacionais, florestas nacionais (FLONAs) e reservas biológicas em todo país (regulamentada em 1979)	
	- Criação do Ministério do Desenvolvimento, Urbanização e Meio Ambiente (1985)	- Formulação da Política Nacional do Meio Ambiente (1981)	
	- Resolução sobre obrigatoriedade do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) (1986)	- Definição e criação de Áreas de Proteção Ambiental em todo o território nacional (APA), criadas em 1981, regulamentadas em 1990	
		- Elaboração da Política Nacional do Meio Ambiente e do Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras (1981)	
		- Criação do Projeto de Assentamento Extrativista, através da Portaria nº 627 de 1985.	
		- 76 unidades diferentes foram criadas neste período (15 em área da Mata Atlântica e 26 em área da Floresta Amazônica)	

Continua

Continua: QUADRO 9

PERÍODO	POLÍTICA REGULATÓRIA	POLÍTICA ESTRUTURADORA	POLÍTICA INDUTORA
1988 aos dias atuais	- Promulgação de leis dos crimes relativos aos agrotóxicos e à poluição (1989)	- Formulação da Política Nacional do Meio Ambiente (1989)	- Proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e do uso dos recursos naturais (1999)
Constituição de 1988	- Criação da Secretaria do Meio Ambiente (1990)	- Criação das Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental (1990)	- Construção da Agenda 21 Local/Regional (a partir de 1992)
Lei dos <i>Royalties</i>	- Criação do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMA) (1993)	- Criação de 10 projetos de Assentamentos Extrativistas (PAE)	- Criação de formas de fomento ao manejo florestal de uso múltiplo e de ações de prevenção e combate a incêndios florestais e à capacitação para o planejamento e uso da terra (década de 1990)
Crise econômico-financeira			
Discussões sobre os transgênicos			
Realização da ECO 92 e do Fórum das organizações não-governamentais	- Transformação do MMA em Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (1995)	- Elaboração da Política Nacional de Integração para a Amazônia Legal (1995)	- Promoção de ações de educação ambiental, incentivos aos processos de gestão ambiental para a reversão de práticas agropecuárias (década de 1990)
Conferência do Clima Global em Kyoto	- Criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Conselho Nacional de Recursos Hídricos (1997)	- Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos (1997)	- Implantação de certificação ambiental (selo verde) e das ISOs (<i>International Organization for Standardization</i>): ISO 9000 e ISO 14000
	- Promulgação da Lei dos Crimes Ambientais (1998)	- Elaboração da Política Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos; da política de conservação de ecossistemas com proteção da biodiversidade; da política ambiental para a Amazônia Legal (1999)	
	- Criação da Agência da Água (ANA) (2000)	- Estímulo do governo federal à elaboração do Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE)	
	- Criação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (2000)	- Realização da ZEE de Rondônia, sob o patrocínio do Banco Mundial (BIRD) (1989)	
	- Criação do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (2001)	- Definição dos corredores ecológicos	
		- um total de 119 unidades variadas foi criado (23 em área da Mata Atlântica e 51 em área da Floresta Amazônica)	

2.3. A PRODUÇÃO DO/NO ESPAÇO

Diante de tudo que foi mencionado, o trabalho apresentou a necessidade de uma discussão a respeito da produção do/no espaço, para que se pudesse continuar essa trajetória nas investigações a respeito do espaço urbano da Cidade do Rio de Janeiro, iniciou-se aqui uma reflexão sobre a produção do espaço e como isso foi tratado por Lefebvre em contraposição a Castells, assim apontado por Gottdiener (1999: 120).

O enfoque dado a teoria do espaço de Castells, segundo Gottdiener é a mesma abordagem de Lefebvre. Para Castells o espaço é um produto material de uma dada formação social. Essa ênfase estrutura a abordagem marxista do espaço. Castells começa com uma avaliação da Escola de Chicago, que considerava inválida, mas afirmava que sua abordagem era dotada de uma idéia correta, pois considerava o espaço determinado pelas forças produtivas e pelas relações de produção que se originam delas. Gottdiener (1999: 120), seguindo o pensamento de Castells, menciona que não era preciso abandonar o enfoque materialista, mas desenvolvê-lo através de uma visão marxista do materialismo da Escola de Chicago e pela conceituação de outros elementos de organização social que se articulam com os aspectos econômicos da sociedade. Castells afirma:

não existe uma teoria espaço, mas simplesmente um desdobramento e especificação da teoria da estrutura social, a fim de explicar as características da forma social particular, o espaço, e de sua articulação com outras forças e processos, historicamente dados (1977: 124)

Em oposição a Lefebvre, que desenvolveu uma teoria marxista do espaço a fim de moldar o que ele denomina de práxis sócio-espacial, Castells afirma que o primado da teoria althusseriana¹⁸ da estrutura social, que não pode ser usado para explicar as formas sociais (GOTTDIENER, 1999: 120).

Nesse momento Castells (1977: 126), citado por Gottdiener (1999: 121), propõe no debate um paradigma estruturalista:

Analisar o espaço como uma expressão da estrutura social equivale a estudar sua formação por elementos do sistema econômico, do sistema político e do sistema ideológico (EPI) e por suas combinações e práticas sociais que derivam deles

¹⁸ Segundo Althusser um modo verdadeiramente “científico” de raciocínio marxista pode sobrepujar o idealismo e fornecer um forma legítima de práxis. O objetivo do estruturalismo de Althusser consistia em alcançar esse nível de “ciência”, mediante a transformação do amaterialismo histórico numa teoria de organização social

A resposta de Castells a Lefebvre é aplicar a estrutura EPI, não a todo sistema social como fez Althusser, mas a uma parte dele, o sistema urbano.

Gottdiener comenta que Castells menciona o seguinte:

Colocar a questão da especificidade de um espaço, e particularmente do espaço urbano, equivale a conceber relações entre os elementos da estrutura social. Em termos mais concretos, a delimitação “urbano” conota uma unidade definida ou na instância ideológica, ou na instância político-judicial, ou na instância econômica (1977: 235).

Essas três estruturas, que buscavam uma unidade urbana, exigiram de Castells a conceituação de EPI, de modo a fornecer um único enfoque urbano para análise.

Ao decidir especificar a unidade urbana como a definem os processos relativos a força de trabalho, Castells (1977: 237) afirma:

Proponho a seguinte hipótese: em sociedades capitalistas adiantadas, o processo que estrutura o espaço é o que diz respeito à produção simples e extensiva da força de trabalho; o conjunto da chamada prática urbana conota a articulação do processo de estrutura social como um todo... As unidades urbanas, assim, parecem ser para o processo de reprodução o que as companhias são para o processo de produção, ainda que, naturalmente, não devam ser consideradas apenas como locais, mas como sendo de origem de efeitos específicos sobre a estrutura social.

Segundo Gottdiener (1999: 123) para Castells o urbano é uma unidade espacial da reprodução da força de trabalho. A produção do ambiente construído ocorre através dos processos pelos quais todo o conjunto de estruturas EPI se articula com essa unidade espacial. A descoberta do sistema urbano se dá através de um argumento reducionista, típico do discurso althusseriano.

Desta forma a teoria do espaço para Castells apresenta as seguintes características: primeiro, é uma aplicação do pensamento de Althusser e uma explicação da produção do ambiente construído. Segundo uma tentativa de resgatar o termo “urbano”, definindo-o teoricamente como uma unidade espacial dentro do sistema estrutural que produz o ambiente construído. E foi através desse aspecto por onde se estenderam suas afirmações. Com isso descobriu que sua especificação da unidade urbana traz à tona os problemas associados ao processo de consumo coletivo na sociedade moderna e sua crise estrutural (GOTTDIENER, 1999: 123).

Esses processos de consumo coletivo se referem ao suporte dado pelo Estado a certos bens públicos que Castells considerava essenciais para a reprodução da força de trabalho. Com isso ele se envolve com a organização dos meios de consumo coletivo, que constituem a

base da vida cotidiana dos grupos sociais, ou seja, habitação, educação, saúde, cultura, comércio, transporte e outros.

Isso mostra que Castells não está mais interessado numa teoria do espaço, mas sim, desenvolve uma teoria dos problemas urbanos. Ele se concentra no fato de que a maioria das questões classificadas de urbanas estão ligadas ao consumo coletivo, com essa análise ele retoma as preocupações urbana para uma abordagem teórica. Com isso, em lugar de uma teoria da produção do espaço, que ainda continua nos pensamentos de Lefebvre, por exemplo, Castells vai no sentido da Escola de Chicago, que centra no sítio os interesses analíticos da sociologia urbana.

Podemos observar que Castells procura substituir sua preocupação em explicar como o espaço é produzido por uma preocupação sobre a forma pela qual se produzem os problemas urbanos, que eventualmente se tornará para ele uma teoria da crise¹⁹ da sociedade capitalista.

Para Gottdiener (1993: 124) o aspecto mais importante da mudança do pensamento de Castells é que deixando de aplicar Althusser a uma teoria do espaço, ele desenvolveu um aspecto específico dessa teoria – a relação entre o Estado e o espaço de assentamento. Gottdiener menciona que a dificuldade em avaliar esse fato está ligada a insistência de Castells em manter o termo “urbano” em sua análise e em definir a cidade como uma unidade espacial de reprodução da força de trabalho.

Passemos as considerações de Lefebvre e sua abordagem sobre a teoria do espaço.

Para Lefebvre, citado por Gottdiener (1993: 126), a transformação da sociedade moderna em sociedade humanista deve ocorrer na forma de “revolução urbana”, ou seja, na forma de uma revolução do *design* espacial organizado em torno da vida cotidiana desalienada, além da transformação econômica exigida pela maioria dos marxista. No pensamento de Lefebvre a “práxis espacial” é elevada a uma atividade radical paralela a esforços para reorganizar as relações sociais, e para tal ele sustenta essa perspectiva com uma teoria marxista do espaço.

Lefebvre está preocupado não apenas com o que é, mas com o que pode ser. Gottdiener menciona que para a maioria dos marxista, Lefebvre está errado: em sua primeira obra (antes de 1973), ele sugeriu um modo de análise pelo qual as relações espaciais são consideradas independentes das relações de classe da sociedade urbana. Esse julgamento é

¹⁹ o conceito de “crise” para Castells representa o mesmo enfoque analítico que contradição no pensamento de Lefebvre

impreciso, pois não considera a obra mais madura de Lefebvre, em especial *La Production de l'espace* 1974.

Ao ler Lefebvre podemos perceber, assim como Gottdiener (1993), Carlos (1999) que o aspecto teórico mais importantes do espaço era sua natureza multifacetada. O espaço não pode ser reduzido simplesmente a uma localização ou às relações sociais de posse de propriedade, pois ele representa uma diversidade de preocupações sociomateriais. O espaço é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. Num plano individual, por exemplo, ele não só representa o local onde ocorrem os eventos (recebe), mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos (função da ordem social). Essa idéia é fundamental para começarmos a entender o trabalho de Lefebvre. Além disso, o espaço possui múltiplas propriedades num plano estrutural. É ao mesmo tempo um meio de produção como terra e parte das forças sociais de produção como espaço. Como propriedade, as relações sociais podem ser consideradas parte das relações sociais de produção, isto é, a base da econômica. Observamos ainda, que o espaço é um objeto de consumo, um instrumento político, e um elemento na luta de classes.

Quando o livro *La Production de l'espace*, 1974 foi escrito, os conceitos de espaço eram confusos, paradoxais e incompatíveis. Com a chegada do homem à Lua, o lançamento de foguetes e naves espaciais, o espaço tornou-se moda: espaço disso, espaço daquilo – espaço escultural e até mesmo musical, mas a maioria das pessoas entendia está palavra carregada de novas conotações. Tradicionalmente este termo estava relacionado às matemáticas, em especial a geometria euclidiana e seus teoremas (LEFEBVRE, 1991).

Lefebvre (1991: 1) menciona que na filosofia, o espaço era desprezado e tratado como uma “categoria” entre outras. Nas ciências que tratavam do espaço, elas o dividiam, fragmentando segundo postulados metodológicos: o geógrafo, o sociólogo, o historiador e outros. No melhor dos casos, o espaço passava por um meio vazio, mas definido segundo critérios inexprimíveis: absoluto, ótico-geométrico, euclidiano-cartesiano-newtoniano.

Na França inventava-se o planejamento espacial, onde se propunha modelar racionalmente o espaço francês, que se pensava, estar mal resolvido, assumindo feições deploráveis, como: desertificação, entulhamento etc.. Projetava-se a construção de “metrópoles de equilíbrio” em torno de Paris e em algumas regiões. O planejamento territorial e regional era uma organização poderosa e centralizada, não tinha problemas de falta de meios e ambições: produzir um espaço nacional harmonioso – colocar uma certa ordem na urbanização que obedecia apenas à procura de lucros (LEFEBVRE, 1991).

• Tese/2006

Não se pode ignorar hoje, que a tentativa original de planificação foi destruída. Planificação esta, que não coincidia nem com os planos por orçamentos nem com o controle estatal do emprego de capital, ou seja, com a planificação pela via financeira.

O que podemos observar no primeiro capítulo de *The production of space* (A Produção do Espaço), 1991 é o esforço de Lefebvre em considerar o espaço (social) e o tempo (social) não mais como fatos da “natureza” mais ou menos modificada, e não mais como simples fatos da “cultura” – mas como **produtos**. O que leva a uma modificação no emprego e no sentido deste termo.

Nesta obra Lefebvre menciona a necessidade de não se considerar o espaço como “objeto” e “coisa” qualquer, saindo das mãos e das máquinas, mas como aspectos principais da “natureza segunda” (conseqüência da prática social)– efeito da ação das sociedades sobre a “natureza primeira” (base material) – sobre os dados sensíveis, a matéria e as energias.

Lefebvre (1974) traz também algumas reflexões sobre a cidade, o urbano e a sociedade. Mas uma questão chamou a atenção e será um dos itens que norteará esta pesquisa:

Como pensar a cidade sem conceber claramente o espaço que ela ocupa, que ela apropria (ou desapropria)?

Torna-se impossível pensar a cidade e o urbano modernos, enquanto obra sem antes concebê-los como produtos.

É importante mencionar a abordagem de Rodrigues (1998, p. 24) em “Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana”, ao se referir ao espaço que o homem precisa para sobreviver, está se referindo ao espaço urbano e, quando fala de produção do espaço, fala de produção do espaço urbano.

Lefebvre (1974) concebe o espaço como produto social, que não se colocava sem dificuldades, sem uma problemática.

O espaço para Lefebvre não poderia ser concebido como algo passivo, vazio, como tendo apenas o sentido, como os outros “produtos”, da troca, do ser consumido, do desaparecer. Enquanto produto, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos das matérias-primas e das energias, rede de repartição dos produtos.

Lefebvre aponta que na estrita tradição marxista, o espaço social poderia ser considerado uma superestrutura. Como resultado das forças produtivas, como as estruturas das relações de propriedade entre outras. O espaço se vende, se compra, tem valor de troca e

valor de uso. Portanto, não se situa neste ou naquele nível o conceito de espaço (social) e o próprio espaço escapam a classificação de superestrutura.

Ao longo do texto sobre “A Produção do espaço”, pode-se perceber que o espaço aparece, se forma, intervém em níveis diferentes. Ora no trabalho e nas relações de dominação (propriedade), ora no funcionamento das superestruturas (instituições). A produção do espaço não seria “dominante” no modo de produção, mas relegaria os aspectos da prática.

Lefebvre menciona ainda que o espaço (social) intervém no modo de produção, ao mesmo tempo efeito, causa e razão, ele se transforma com as “sociedades”.

Quando comenta sobre o espaço da modernidade, Lefebvre fala sobre a Bauhaus e Le Corbusier. Ao se referir a Bauhaus está se dirigindo a Walter Gropius e seus amigos, que foram tomados como revolucionários, na Alemanha entre os anos de 1920 e 1930. Se tornaram práticos e teóricos do espaço dito moderno, aquele do capitalismo “avançado”.

Segundo Lefebvre, o espaço da “modernidade” tinha características precisas: homogeneidade-fragmentação-hierarquização. Ao se referir as características homogêneas, era por razões como: fabricação dos elementos materiais, métodos de gestão e de controle, de fiscalização e comunicação. Homogeneidade, mas ausência de planos e de projetos. O espaço homogêneo se fragmenta: lotes, parcelas, produzindo muitas vezes guetos isolados, grupos de casas suburbanas e pseudo-conjuntos mal integrados ao entorno e aos centros.

Já quando se referia a hierarquização era no sentido de produzir: espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer, espaços para marginais.

No trabalho de Lefebvre pode-se perceber que o autor busca não somente caracterizar o espaço onde se vive e sua gênese, mas reencontrar a gênese, através do espaço produzido da atual sociedade.

Para Lefebvre (1974) não se pode dizer que o modo de produção capitalista desde o seu princípio ordenou a extensão espacial existente, como por exemplo as rotas marítimas (canais, rios, mares) depois as estradas, depois a construção das estradas de ferro para continuar pelas auto-estradas e aeroportos. Nenhum meio de transporte desapareceu no espaço, nem andar a pé, nem a cavalo, nem de bicicleta. Foi um novo espaço que se constituiu, no século XX, em escala mundial e sua produção não termina, continua. O novo modo de produção (a sociedade) se apropria, ou seja, planeja, arruma, segundo suas finalidades o espaço já existente. Modificações lentas penetrando em uma espacialidade consolidada, mas subvertendo-a com brutalidade, o caso do campo e das paisagens rurais no século XX.

Voltando ao início das reflexões sobre “A Produção do Espaço” e se pode fazer uma revisão enumerando algumas das implicações e conseqüências iniciais da proposição de Lefebvre, de que *O espaço (social) é um produto (social)*.

PRIMEIRA IMPLICAÇÃO: é o espaço natural (físico) que está desaparecendo. Foi e permanece sendo ponto de partida: a origem, o original do processo social, talvez a base de todo. Certamente não desaparece pura e simplesmente de cena, continua sendo o fundo do quadro, persiste e cada objeto da natureza se valoriza e aparecem os símbolos (o animal, a árvore, a vegetação etc.) Fonte e recurso à natureza permanece, como a infância e a espontaneidade, através da memória. O que é a natureza? Como recuperar diante da intervenção, da presença do homem e suas ferramentas? A natureza esse mito poderoso se muda e não é mais uma matéria sobre a qual são operadas as forças produtivas das sociedades para produzirem seus espaços. Resistente, infinita em profundidade, mas vencida (LEFEBVRE, 1991: 30/31).

SEGUNDA IMPLICAÇÃO: cada sociedade produz um espaço, o seu. Pode-se compreender a cidade antiga como uma coleção de pessoas e coisas no espaço. A cidade como prática social moldou e se apropriou do seu próprio espaço.

O espaço social contém lugares apropriados as relações sociais de reprodução, as relações entre sexos, as idades com a organização específica da família e as relações de produção – a divisão de trabalho e sua organização, sendo assim as funções sociais hierarquizadas. Essas duas situações produção e reprodução não podem se separar: a divisão de trabalho repercute na família, na sociedade e de forma inversa a organização da sociedade interfere na divisão do trabalho (LEFEBVRE, 1991).

O espaço contém certas representações de interferência entre às relações sociais – produção e reprodução, que tornam a situação mais complexa. Através da representação simbólica matem-se um estado de coexistência e de coesão com a ajuda e sobre o fundo da Natureza. Já as representações das relações de reprodução consistem em símbolos sexuais, o feminino e o masculino. Simbolização que dissimula, mas que não mostra, tanto que essas relações se dividem em relações públicas, declaradas e codificadas e relações escondidas, clandestinas, reprimidas e definindo as transgressões, no que concerne não tanto ao sexo como tal com a alegria sexual, com suas condições e suas conseqüências (LEFEBVRE, 1991).

Encontramos um cruzamento diverso no que se refere ao espaço – as representações e produções. Teremos assim uma tríade como menciona Lefebvre:

A PRÁTICA ESPACIAL: engloba produção e reprodução, lugares específicos e conjuntos espaciais próprios a cada formação social que assegure a continuidade com uma

coesão. Esta coesão implica o espaço social e a relação ao espaço de cada membro de uma sociedade.

AS REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO: ligado às relações de produção, a ordem que se impõe, o conhecimento, o signo, os códigos, as relações frontais.

OS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO: presente, dos simbolismos complexos, ligado ao lado clandestino ou subterrâneo da via social, mas também na ARTE, que poderia se definir não como código no espaço, mas como o código do espaço de representação.

Na realidade o espaço social incorpora os atos sociais, aqueles do sujeito, às vezes coletivos e individuais, que nascem e morrem, trabalham e agem.

É necessário que o espaço às vezes natural e social, prático e simbólico, apareça povoado de uma realidade superior, por exemplo a luz do sol, da lua oposta à noite, as trevas, a morte.

TERCEIRA IMPLICAÇÃO: demanda mais esforços. Se o espaço é um produto, o conhecimento reproduzirá essa produção, ele exporá o processo de produção. O interesse e “objeto” se deslocam das coisas no espaço para a produção do espaço (“Devemos pensar o problema e não sobre o problema”). Os produtos parciais localizados no espaço de um lado e do outro o discurso sobre o espaço servem como indicação e testemunho desse processo produtivo. Não é mais o espaço daqui ou de lá que importa, mas sim, o espaço como totalidade ou globalidade (LEFEBVRE, 1991). O processo de produção e reprodução do espaço são uma coisa única.

Retornemos os conceitos já mencionados por Lefebvre, no primeiro capítulo de *A Produção do Espaço*:

PRÁTICA ESPACIAL: de uma sociedade destila seu espaço, ela coloca e o supõe, em uma interação dialética: ela o produz lentamente e seguramente dominando e se apropriando. Na análise a prática social de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço.

AS REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO: é o espaço concebido, aquele dos sábios, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido.

OS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO: espaço vivido através das imagens e símbolos, que acompanham o indivíduo, espaço dos habitantes, dos usuários, mas também de alguns artistas e escritores, os filósofos. É o espaço dominado, que tenta modificar e apropriar a imaginação.

Como aborda Lefebvre, teremos ainda a compreensão do espaço social vista pelo corpo, visto que a relação com o espaço de um sujeito membro de um grupo ou de uma sociedade, implica sua relação com seu próprio corpo. A prática social supõe o uso do corpo: emprego das mãos, dos membros, dos órgãos sensoriais, dos gestos no trabalho.

O vivido, o concebido, o percebido se reúnem de maneira que o sujeito, o membro de tal grupo social, possa transitar de um lado para outro sem perder a coerência. Possuem uma linguagem comum, um consenso.

A sociedade produz o espaço e passa a ter dele uma determinada consciência. Refere-se ao fato de que os homens, ao produzirem seus bens materiais e se reproduzindo como espécie, produzem o espaço geográfico. Entretanto, dependendo do momento histórico o fazem de modo específico, diferenciado, de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas. O espaço passa a ser produzido em função do processo produtivo geral da sociedade (LEFEBVRE, 1970).

Todavia o espaço geográfico é produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais no sentido amplo de reprodução da sociedade, num determinado momento histórico – um processo que se define como social e histórico; o que significa que há uma relação necessária entre espaço e sociedade que é cenário que encaminha a análise. O processo de produção do espaço fundado nas relações de trabalho entre os homens e a natureza coloca-se como uma relação que deve ser entendida em suas várias determinações. A produção da vida não envolve apenas produção de bens para satisfação das necessidades materiais, é também a produção da humanidade do homem – o que significa que é o espaço social na medida em que é a realização do ser social ao longo do processo histórico. Assim o plano da produção articula a produção voltada para dois planos: o desenvolvimento das relações de produção de mercadoria e da produção da vida – num sentido mais amplo e profundo envolve a relação apropriação-dominação numa sociedade fundada na troca (CARLOS, 2001).

Vimos no capítulo I que Lefebvre nos apresenta diferentes concepções de espaço (social) e como se dá a sua produção. Mostra os diversos seguimentos e interpretações a serem dadas ao espaço. Nos faz refletir e ao mesmo tempo questionar sobre a visão que se tem de espaço, nos faz pensar.

Ainda se faz necessária uma leitura de todos os demais capítulos de A produção do Espaço, pois a abordagem de Lefebvre não se resume ou finaliza no capítulo I, ela vai crescendo ao longo de toda a sua escrita e nos levando a refletir, a discutir, e a pensar sobre a

forma como se conduzem, se desenham ou mesmo se gerenciam as formas de se tratar o espaço.

Como afirma o próprio Lefebvre, a prática social se observa empiricamente, mas a problemática do espaço é formulada no plano teórico, compõe-se de uma interrogação, isto porque a produção do conhecimento diz respeito à produção de conceitos.

Diferentemente de Castells (1977), como afirma Gottdiener (1993) não se pode reduzir o espaço aos três domínios: produção, consumo e troca, usados comumente na economia política marxista. Como vimos para Lefebvre essas atividades e localizações, ao serem consideradas em conjunto no espaço social, podem constituir um quarto domínio de relações sociais, ou seja, a produção de mais-valia. O espaço deve ser considerado um elemento das forças produtivas da sociedade, especialmente através da forma ou do *design*. A economia política tradicional reconhece a importância da terra como meio de produção paralelamente a importância do capital e do trabalho. Segundo Lefebvre, o *design* espacial, é um aspecto de forças produtivas da sociedade, que juntamente com a tecnologia, o conhecimento humano e a força de trabalho, contribuem para o nosso “potencial de produção”.

Lefebvre afirma:

A cidade, o espaço urbano e a realidade urbana não podem ser concebidos apenas como a soma dos locais de produção e consumo... O arranjo espacial de uma cidade, uma região, um país ou um continente aumenta as forças produtivas, do mesmo modo que o equipamento e as máquinas de uma fábrica ou de um negócio, mas em outro nível. Usa-se o espaço exatamente como se usa uma máquina (1979: 287).

Vemos nessa afirmação a visão marxista, os meios de produção se compõem de duas classes de objetos materiais. São os objetos de trabalho, processados pelo trabalho, como matérias-primas, e os meios de trabalho, as ferramentas usadas na produção. O ambiente construído, como definem os economistas políticos, é parte dos meios de produção, especificamente dos meios de trabalho. A redução do espaço a esse aspecto mais simples, como na obra de Harvey (1981), resulta em algumas limitações importantes na capacidade dos neomarxista em nos explicar aspectos da produção espacial. Lefebvre por outro lado considera-o uma das forças de produção.

Já Carlos menciona:

A cidade é essencialmente o locus da concentração de meios de produção e de concentração de pessoas; é o lugar da divisão econômica do trabalho (o estabelecimento industrial num determinado lugar, os galpões, os escritórios em outros), é o lugar da divisão social do trabalho dentro do processo produtivo e na sociedade e é também um elo na divisão espacial do

trabalho na totalidade do espaço (tanto ao nível local, regional, nacional, como no internacional).

Ainda mencionando Carlos (1994) com relação a espaço:

O espaço deixa de ser natural, isto é, apesar de guardar sua dimensão natural; a dimensão social assume papel preponderante, abrindo novas perspectivas para a geografia. Pensar o espaço urbano enquanto produto social significa que o produto deve, necessariamente, ser reconstruído no conjunto de suas relações, e o isolamento de um momento do todo só pode ocorrer pela mediação de um outro objeto que não é completamente isolável. O todo social é dado como organização prática e a unidade do mundo constitui o plano humano.

A noção de cidade evolui. De organismo funcional passa a ser entendida a partir da idéia de trabalho materializado, enquanto elemento de uma totalidade espacial, marcando o limite entre a cidade e o urbano.

A cidade tem sido analisada como concentração de população, instrumentos de produção, necessidades, atividades, serviços, infra-estrutura, reserva de mão-de-obra e, sobretudo, mercadorias.

Por entender como força de produção, o espaço possui o mesmo relacionamento contraditório com a propriedade privada (relações de produção) que tem com a posse de máquinas; ou seja, as relações sociais que regem as atividades associadas ao espaço necessitam adequar-se à forma pela qual o espaço é usado para adquirir riqueza (GOTTDIENER, 1993: 129). Para Lefebvre, o espaço possui no modo de produção, a mesma compreensão ontológica que o capital ou o trabalho. E as relações espaciais representam uma fonte rica e constante de contradições sociais que requerem análise em seus próprios termos e que não podem ser descartadas.

Lefebvre observa que, mesmo havendo um espaço de consumo coletivo, há também o consumo de espaço, ou o próprio espaço como objeto de consumo. Isso pode ser exemplificado pelo turismo, onde o próprio meio ambiente é consumido pela recreação, ou pela realocação dos negócios devido a atratividades dos recursos naturais. Desta maneira a própria forma espacial pode ser convertida em mercadoria, juntamente com a terra, algo que arquitetos, planejadores urbanos e turistas conheceram algum tempo. Assim, as relações sócio-espaciais impregnam o modo de produção ao mesmo tempo como produtor e produto, relação e objeto, de forma dialética que se opõe á redução a preocupações de classe ou de território.

Nas abordagens de Lefebvre, citado por Gottdiener (1993: 130), veremos que o espaço torna-se para o Estado um instrumento político de grande importância. O Estado usa o espaço de maneira a assegurar seu controle dos lugares, sua hierarquia, a homogeneidade do

todo e a segregação das partes. Desta forma a organização espacial representa a hierarquia do poder.

Para finalizarmos a análise sobre a discussão que Lefebvre traz ao capitalismo, veremos que ele se baseia em sua suposição de que o espaço produzido destrói a vida cotidiana e o nível de civilização associado anteriormente à cidade. E mais ainda, a destruição da natureza que tal sistema causa através da industrialização ameaça romper os processos ecologicamente regeneradores, responsáveis pela sustentação da vida na terra. Em lugar de um mundo onde os recursos naturais relativamente abundantes sejam utilizados para produzir mercadorias sob condições de escassez, temos agora, uma abundância potencial de todo gênero de mercadorias, mas uma crescente escassez de recursos naturais – a própria natureza ameaçada de exaustão. Gottdiener menciona que no lugar de uma ciência econômica, baseada como está na noção lógica de escassez, Lefebvre sente a necessidade de uma ciência revolucionária do *design* que possa preservar tanto a vida urbana quanto a natureza. Essa é uma perspectiva marxista e exige uma intervenção política radical. Sua prática significa transformar as relações de propriedade existentes e acabar com a dominação do espaço social pelo espaço abstrato.

Duas ressalvas devem ser feitas, no que diz respeito a idéia de urbano, que está muito além de mera concentração do processo de produção. Como menciona Carlos (1994: 84), o urbano é um produto do processo de produção num determinado momento histórico, não apenas no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e troca) mas também as sociais, políticas, ideológicas, jurídicas que se articulam na totalidade da formação econômica e social. Desta forma, o urbano é mais que um modo de produzir, é um modo de consumir, pensar, sentir; enfim, é um modo de vida.

A cidade aparece como um bem material, consumida conforme as leis de reprodução do capital. Este processo tem por característica fundamental produzir um produto fruto do processo de trabalho considerado como processo de valorização, que seja mercadoria e que se realize através do mercado. No caso do espaço urbano ele é um produto que possui um valor de uso e de troca específicos: como produto do processo, ele é mercadoria, como condição para produção, é capital fixo.

Carlos em seus estudos menciona que o uso do solo ligado a momentos particulares do processo de produção das relações capitalistas é o modo de ocupação de determinado lugar da cidade, a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja a de produzir, consumir, habitar ou viver. O ser humano necessita, para viver, ocupar um

determinado lugar no espaço. Só que o ato em si não é meramente o de ocupar uma parcela do espaço; ele envolve o ato de produzir o lugar.

Segundo afirma Correa (2004: 8) ao se constatar que o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, e que esta divisão articulada é expressão espacial de processos sociais, surge um outro momento de apreensão do espaço urbano, quando este é um reflexo da sociedade.

Correa considera que o espaço da cidade capitalista é claramente dividido em áreas residenciais segregadas, como pode ser debatido ao se tratar da Barra da Tijuca, refletindo a complexa estrutura social em classes, mas o espaço urbano é também um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daqueles que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas expressas nas formas espaciais do presente, e isso é claro no caso da Cidade do Rio de Janeiro.

O espaço é produzido pelo processo de trabalho da sociedade, sendo assim, foi necessário entender o modo pelo qual este espaço se desenvolveu, para que fosse possível entender a natureza deste espaço. Por outro lado, entender o modo como se realiza a produção é entender como os homens se relacionam dentro e fora do espaço produtivo.

Por um lado o processo de reprodução espacial é influenciado pelo desenvolvimento de uma nova atividade produtiva, por outro lado, o processo de raridade impõe a necessidade de transformação de usos e funções de áreas consolidadas, impondo sua renovação através de intervenções do poder público e seus mecanismos estratégicos. Desta forma a pesquisa se realizou sob a perspectiva do entendimento do espaço geográfico como categoria de análise, que buscou descobrir o processo de reprodução da sociedade.

Amplas transformações espaciais foram constatadas nesse processo, contudo, ao invés da anulação do espaço, o que se revelou foi a reafirmação e notou-se cada vez mais sua importância dentro da estratégia de reprodução do espaço.

Esse é o desafio que o entendimento da Cidade do Rio de Janeiro, coloca nos dias atuais. Entender a complexidade e o movimento significa entender os caminhos pelos quais se realiza a reprodução do espaço.



Figura 4. Vista panorâmica Baía de Guanabara
Cidade do Rio de Janeiro
Foto: Regina Esteves Lustoza – Dez./2005

*Um cantinho, um violão
Este amor, uma canção
Pra fazer feliz a quem se ama
Muita calma pra pensar
E ter tempo pra sonhar
Da janela vê-se o Corcovado
O Renditor, que lindo!*

*Quero a vida sempre assim
Com você perto de mim
Até o apagar da velha chama
E eu que era triste
Descrente desse mundo
Ao encontrar você
Eu conheci
O que é felicidade
Meu amor*

Antonio Carlos Jobim, Corcovado

• Tese/2006

CAPÍTULO III

**A OCUPAÇÃO DA COSTA:
o espaço urbano Carioca**

A Cidade do Rio de Janeiro, como estudo de caso, não é o objetivo final deste trabalho. A preocupação fundamental é entender e proceder a uma leitura da produção do espaço urbano através do impacto da urbanização e da valorização da natureza, sob o ponto de vista da planície costeira, no caso: a orla²⁰ carioca. O estudo da Cidade, o conhecimento de algumas realidades urbanas, nos encaminhou para uma teorização sobre a produção e valorização destes espaços ao longo da costa²¹.

A preocupação com a urbanização nos remeteu aos estudos sobre o urbano, a cidade, a forma de uso e ocupação do solo, aos planos e a urbanística, que vieram a influenciar as várias maneiras de ocupação ou apropriação de determinados espaços urbanos. Isso se deu, com a produção de várias áreas ao longo da orla, através de aterros, que ocorreram ora na Baía de Guanabara, ora nas lagoas próximas, nos mangues, nos rios ou mesmo na orla Oceânica.

As intensas atividades humanas muitas vezes vinculadas a recursos naturais em especial aos sistemas costeiros, tornam as áreas litorâneas extremamente vulneráveis. O despejo de efluentes das atividades agrícolas e industriais produzidos nas imediações ou carreados pelos rios, resíduos provenientes do tráfego marítimo e das atividades urbanas, tais como: esgotos e lixo, aumentam o *stress* ambiental, soma-se a isso a crescente urbanização e, conseqüente demanda de terra, desmatamentos e aterros.

²⁰ A orla foi pensada como escala de planejamento e gestão, e mais, como um detalhamento de espaços da Zona Costeira com foco em realidades espaciais intra-municipais (ver "Projeto Orla: subsídios para um projeto de gestão" – Ministério do Meio Ambiente – 2004)

²¹ região à beira mar; litoral; praia

A Cidade do Rio de Janeiro, hoje é reconhecida como “Cidade Maravilhosa”, no circuito nacional e internacional, isso pode significar que existe um equilíbrio do meio urbano entre o natural e o construído, melhor uma harmonia entre a relação homem-natureza, todavia como poderemos verificar esta idéia acarretou alguns custos aos recursos naturais

A Cidade apresenta uma diversidade de ocupação com a presença do uso portuário e turístico na planície costeira do Rio de Janeiro e as áreas elevadas cobertas com vegetação, mas na maioria das vezes ocupadas por assentamentos informais. Foi observado o aterramento de diversas áreas e lagoas na costa carioca, assim como a canalização de rios, e o desmonte de morros. A diversidade do traçado urbano, demonstra, claramente as várias interferências urbanísticas, que sofreu a cidade em períodos distintos na busca da melhoria da qualidade ambiental, do embelezamento.

Esses padrões ocupacionais têm causado um quadro de degradação ambiental tanto mais grave quanto mais intensa a utilização humana.

A meta, neste capítulo foi reconstituir os principais atos que aconteceram, através da observação e estudo do percurso sinuoso das proposições ou intervenções pelas quais passou o sítio costeiro da Cidade e a valorização ou desvalorização da produção do espaço ao longo do século XX, embora se tenha iniciado as reflexões na segunda metade do século XIX.

Entretanto, vale ressaltar que a presente pesquisa tomará como recorte temporal o período de 1930 a 2000, mas para tal foi necessária uma reflexão posterior, ou seja; da metade do século XIX até os anos iniciais do século XX, quando a Cidade do Rio de Janeiro passou por diferentes processos de urbanização, melhorias e embelezamento.

As reflexões e análises estarão expressas em formas de quadros, mapas e esboços de fácil manuseio e visualização, para que a informação seja acessível a todos e, que venha a contribuir e orientar novos programas de ações ou mesmo planos de desenvolvimento ambiental.

3.1. A CIDADE DO RIO DE JANEIRO COMO UMA SEGUNDA NATUREZA

A área territorial do Rio de Janeiro é de 1.264,20 km² (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2000), toda ela urbana. O município está dividido em 5 Áreas de Planejamento – APs. Estas por sua vez, estão subdivididas em Regiões Administrativas – RAs e bairros (*ver MP 03*), que por sua vocação e peculiaridades sociais, culturais e de ocupação urbana, a Prefeitura da Cidade utiliza para fins da gestão das políticas públicas.

Para melhor compreender e estudar os problemas ambientais da Cidade, tomou-se como referência a divisão territorial em unidades de área através das três macrobacias de drenagem²² e seus respectivos corpos receptores finais: Baía de Sepetiba (1); Lagoas Costeiras (2) Orla Oceânica e Baía da Guanabara (3), e os três maciços divisores de águas dessas bacias: Tijuca; Pedra Branca e Gericinó.

Ao se tomar a bacia hidrográfica como unidade de análise, buscou-se atender aos objetivos e diretrizes, que são apontados na Lei 9.433/97²³.

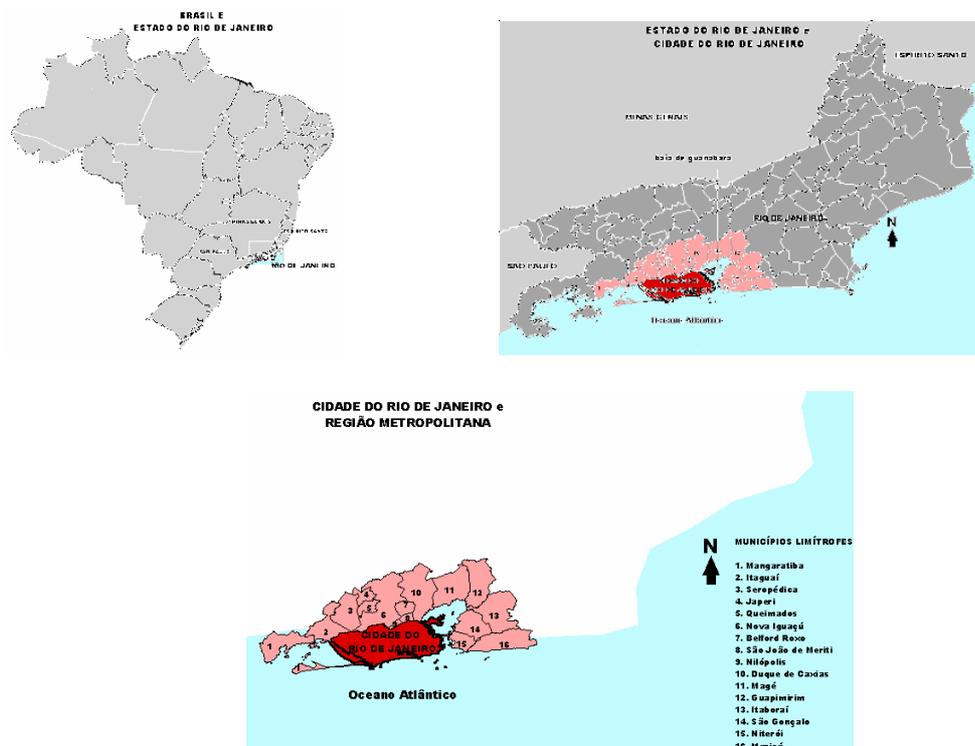


Figura 5. Localização do Município do Rio de Janeiro e seus municípios limítrofes

Desde a sua implantação, na colina, o espaço que hoje é ocupado pela Cidade do Rio de Janeiro teve na sua origem a predominância de elementos do ecossistema²⁴ de Mata Atlântica e seus associados. A Cidade que era cercada pelo brejo, pelo mar e pela montanha

²² Grandes áreas limitadas por elevação, que funcionam como divisores de água; são drenadas por um ou mais rios e seus tributários, que correm numa mesma direção, desaguando normalmente num mesmo receptor final.

²³ Vale aqui uma observação de que o Brasil já teve a aprovação do seu Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, que é um dos instrumentos da Lei 9.433/97 (conhecida como Lei das Águas). Foi aprovado por unanimidade em 30 de janeiro de 2006. O Plano apresentou um conjunto de diretrizes, metas e programas para assegurar o uso racional da água no Brasil até 2020.

²⁴ É o conjunto formado pelos meios biótico e antrópico, que habitam um ambiente, a alteração de um desses elementos pode provocar alterações em vários outros.

estabeleceu uma espécie de luta, que se tornou uma constante na conquista do espaço urbano.

Em etapas sucessivas e muitas vezes simultâneas, a cidade do Rio expandiu seu espaço urbano conquistando a planície, as colinas e os vales, avançando sobre os brejos, os mangues e também as montanhas, e fazendo recuar a linha do litoral. Inicialmente o processo de ocupação se deu nos topos dos morros para edificações de fortalezas e primeiros núcleos habitacionais. O crescimento da população, a consolidação da conquista do território pelo colonizador e os eventos históricos e econômicos dirigiram a ocupação do espaço urbano para as áreas de várzeas e manguezais. Esta ocupação se deu através de sucessivos aterros com o material proveniente do desmonte de morros, provocando assim agressões ambientais ao ecossistema da faixa litorânea e das faixas marginais de rios e canais naturais, assim como a descaracterização do relevo natural com alteração das condições de drenagem (*ver MP 01*).

Enfrentando condições desfavoráveis a assentamentos, os efeitos da ocupação “voluntarista” foram sendo progressivamente agravados pelo desmatamento das encostas, aterro de brejos e mangues e canalização de cursos d’água. O processo de expansão urbana foi intensificado após a primeira onda de expansão da cidade, ao longo dos séculos XIX e XX.

Desenhando desde seus primórdios uma malha urbana irregular, a ocupação obedeceu a dois movimentos no século atual: preenchimento dos vazios nas áreas originalmente já ocupadas (os quais freqüentemente correspondiam a montanhas) e dilatação periférica, em movimento de expansão linear ao longo dos eixos constituídos pelo prolongamento do sistema viário.

Em meados do século XX, túneis viabilizaram a extensão da malha urbanizada ao longo da orla. A expansão suburbana se apoiou nos eixos ferroviários e, sobretudo a partir dos anos 50, rodoviários, nas áreas entre a faixa pantanosa e as montanhas. Sempre deixando vazios, que só foram consistentemente preenchidos nas últimas três décadas.

A partir dos anos 70, grandes obras de engenharia viabilizaram a ocupação da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, onde o complexo sistema lagunar, de rara beleza e fragilidade, passou a sofrer acelerado processo de degradação.

A ocupação das encostas se efetivou nas décadas mais recentes e é atividade compartilhada pelos segmentos mais altos e mais baixos da população – os primeiros, obviamente menos numerosos, construindo residências de alto luxo; e os segundos, favelas. Ambos os movimentos degradam igualmente a cobertura vegetal nativa, contribuindo para o

assoreamento dos cursos d'água, agravando as condições de alagamento das áreas inundáveis.

Quanto ao risco ambiental e humano, as edificações nos morros e encostas apresentam distintos níveis de vulnerabilidade e segurança: enquanto as moradias de alto luxo dispõem de sólidas estruturas, numerosas residências em favelas estão sob risco de desabamento em diversas áreas da Cidade. O mesmo se dá com a ocupação das áreas baixas, pantanosas.

Atualmente, os quase 6 milhões de habitantes da Cidade ocupam uma área urbana já equivalente a 37% do território municipal, e a área urbana não-consolidada equivale a 9,8% do território.

Somadas essas porções do território às demais áreas de solos expostos (2,3%), dos chamados campos antrópicos (20,4%) e às áreas de culturas e pastagens (4,2%), conclui-se que cerca de 70% do território municipal se encontra totalmente alterado pela ocupação humana. Ainda que a população carioca apresente taxas decrescentes de crescimento na última década, a ocupação do território municipal vive um período de adensamento acelerado de suas últimas frentes de baixa densidade demográfica, devido ao deslocamento entre áreas urbanas.

A dinâmica demográfica concentra os maiores incrementos percentuais de população, durante o período 1991-1996, na Barra da Tijuca, Jacarepaguá e setores de Campo Grande e Bangu, contra um esvaziamento das Regiões Administrativas do Centro e da Zona Norte.

No processo de expansão da Cidade, as pressões geradas sobre os recursos naturais e ecossistemas permitiram destacar os seguintes vetores:

- Uso e ocupação do solo em áreas ambientais frágeis;
- Coleta e destino final de esgoto sanitário;
- Localização e desenvolvimento de atividades econômicas impactantes.

Como consequência da urbanização acelerada, ressaltam-se os vetores de problemas ambientais resultantes do aumento da circulação de veículos – TRANSPORTE URBANO; a crescente geração de resíduos sem destino e o tratamento adequado – PRODUÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

O Relatório Ambiental Urbano Integrado (2002)²⁵ afirma que com relação à cobertura vegetal característica de seus ecossistemas, o município do Rio de Janeiro tem tido uma

²⁵ Trabalho desenvolvido com o apoio do Ministério do Meio Ambiente – MMA, que faz parte do projeto Global Environment Outlook – GEO do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA

grande perda, todavia podem ser destacados os seguintes remanescentes com relação ao território municipal:

- as florestas de Mata Atlântica - 20,24%
- lagunas costeiras - 1,10%
- praias oceânicas e de baía – 0,44%
- manguezais – 2,92%
- restingas - 0,83%

Deve ser ressaltado ainda, que os referidos ecossistemas são compostos de rica biodiversidade e sujeitos à freqüentes ações antrópicas de diferentes grupos sociais e econômicos.

As águas dos rios, canais, baías, lagoas e praias do município encontram-se com elevados índices de poluentes orgânicos e/ou metais pesados. O fato de muitos rios e canais atravessarem áreas densamente urbanizadas, como no caso de algumas favelas, e com concentração de atividades industriais, ocasionou esse elevado índice de poluição. A ocupação da Cidade não acompanhou o ritmo da implantação de infra-estrutura, em especial as questões de esgotamento sanitário, seja na instalação de novas redes e de estação de tratamento, como na manutenção destes equipamentos, isto pode ser constatado e foi mencionado no capítulo II deste trabalho, quando foram tratadas as questões de higiene e salubridade na Cidade Carioca (*ver quadro 4 – anexo I*).

O clima quente, as fortes chuvas e a topografia acidentada com elevado grau de declividade, assim como a formação geológica dos maciços fazem do Rio de Janeiro uma região suscetível a erosão natural e aos deslizamentos de terra. A ocupação irregular do solo urbano contribui para agravar a fragilidade, sendo assim; considerada a principal causa. Por outro lado as fortes chuvas associadas à topografia, causam enchentes, que desde a origem da Cidade, já causavam problemas de drenagem das águas.

A Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras, como pode ser observado no MP05 e 06, é limitada pelos maciços da Pedra Branca e da Tijuca e está totalmente inserida no município do Rio de Janeiro. É constituída pelas microbacias da Praia Vermelha, de Copacabana, sub-bacia da Lagoa Rodrigo de Freitas, microbacia do Vidigal, sub-bacia de São Conrado, microbacia da Joatinga, do rio da Barra, sub-bacia do rio Cachoeira, microbacia do rio Muzema, sub-bacias do rio das Pedras (Lagoa da Tijuca), do rio Anil, do Rio Grande, do rio Guerenguê (Lagoa de Jacarepaguá), do rio Passarinhos, do rio Camorim, da Zona dos Canais (Lagoinha), Unidade Especial de Restinga da Barra (Lagoa de Marapendi e Canal de Marapendi), microbacia da Prainha, sub-bacia de Grumari.

As lagoas que a compõem resultaram do enclausuramento de braços de mar pela formação de dois cordões de restinga: o primeiro, corresponde à linha percorrida pela Av. das Américas, o qual deu lugar à formação das lagoas de Jacarepaguá e Tijuca; o segundo, corresponde à linha percorrida pela Av. Sernambetiba, que deu lugar à formação das lagoas de Marapendi e Lagoinha. O processo natural de aterramento por sedimentação, que as transformaria ao longo de séculos em brejos e, mais adiante, em terra firme, vem sendo acelerado em decorrência da expansão urbana e do desmatamento da encostas (PDMA/RJ, 1992).

As lagoas costeiras da Cidade foram formadas na sua maioria por restingas e devido ao contínuo processo deposicional, possuem canais de ligação estreitos com o mar, regulados pela diferença de níveis entre o mar e a laguna (PCRJ/SMAC).

Como as demais, a Bacia das Lagoas Costeiras possui extensas áreas de baixada, com muito pouca declividade, sujeita a ocorrência de enchentes, isso pode ser observado, assim como a questão da drenagem que está direcionada para as lagoas, que formam ao seu redor extensas áreas planas e sujeitas aos alagamentos.



Figura 6 . Vista aérea das Lagoas da Tijuca (em primeiro plano), Marapendi (a esquerda seguindo a faixa de praia) Camorim e Jacarepaguá (à direita e ao fundo)

Parte da chamada Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro, encontra-se nessa Bacia e nela alguns pontos apresentam alto índice de incidência de enchentes. Podemos citar a sub-bacia da Lagoa Rodrigo de Freitas, que apresenta pontos críticos como: a Praça Santos

Dumont na Gávea, partes das pistas das Avenidas Borges de Medeiros e Eptácio Pessoa, Rua Pacheco Leão e Rua Barão de Oliveira Castro. As duas últimas costumam sofrer com inundações por causa do rio dos Macacos; que desce do Maciço da Tijuca e devido a deficiência nos sistemas de micro e macrodrenagem e do assoreamento dos canais são os principais responsáveis pelas enchentes.

A Zona Sul da Cidade ainda apresenta altas taxas de impermeabilização do solo o que acelera o escoamento superficial e aumenta o volume de águas pluviais a ser drenado, já que fica reduzida ou até anulada a parcela que naturalmente se infiltra no solo.

A expansão urbana vem acelerando o processo natural de assoreamento e desmatamento de encostas. A bacia das lagoas costeiras possui extensas áreas de baixadas, com reduzida declividade e sujeitas a ocorrência de enchentes.

A Baixada de Jacarepaguá representa a maior extensão de terras baixas da Bacia das Lagoas Costeiras; o processo de ocupação vem modificando a área que até a década de 50 possuía um ecossistema equilibrado. A abertura de importantes eixos viários na década de 70, conforme vimos no capítulo anterior, obedecendo a diretrizes do Plano Diretor da Baixada de Jacarepaguá, agravou ainda mais a situação; as áreas que compunham a Reserva Biológica de Jacarepaguá foram reduzidas após a implantação do plano, restando alguns trechos sob a forma de parques públicos e unidades de conservação²⁶ ambiental.

Essa região apresenta terrenos de formação sedimentar com extensões de baixa declividade, tendo assim; áreas constantemente inundadas próximas às lagoas de Jacarepaguá; Camorim e Tijuca, assim como diversas áreas que sofrem com inundações como Vargem Grande e Vargem Pequena.

O PDMA/RJ (1992) menciona que os aterros associados ao processo de urbanização da baixada não seguiam um plano global de macrodrenagem para cada sub-bacia, o que deveria prever a execução de aterros de montante para jusante, respeitando o caminho das águas. O resultado dessa ausência de planejamento, ocasionou a formação de uma superfície irregular, propícia ao surgimento de charcos. O PDMA menciona ainda que o conjunto de sistemas de microdrenagem, implantados isoladamente, conforme os interesses dos empreendedores imobiliários, não foi objeto de cadastro e configurava, conforme diagnóstico da Divisão de Drenagem da Secretaria Municipal de Obras como um “subsolo caótico”. Segundo o PDMA/RJ (1992) esse processo inviabilizaria futuras operações do sistema de drenagem como um todo, quando a região estivesse completamente urbanizada.

²⁶ Manter, guardar em estado atual

Não foram apenas as intervenções particulares na região, que contribuíram para o quadro caótico descrito, mas o Poder Público teve a sua participação em diversos níveis e também foi responsável pela criação de barreiras ao escoamento natural das águas em áreas de baixíssima declividade, onde as cotas não ultrapassam a altura de 3,00 metros.

Um exemplo é a Avenida das Américas. Esta avenida foi implantada sobre aterros e em alguns trechos apresenta cotas mais altas do que os loteamentos adjacentes, cujas ruas internas estão acima das cotas dos lotes.

Por outro lado os aterros utilizam material proveniente de exploração mineral, o que poderá trazer como consequência verdadeira devastação ambiental, caso prossiga dessa forma e sem controle, será necessária à urbanização de dezenas de milhões de metros cúbicos de material terroso, que provavelmente será retirado das encostas; das baixadas; das lagoas e dos rios, como já ocorreu nos séculos passados em algumas outras áreas da costa carioca.

O sistema lagunar carioca é composto da seguinte forma: Zona Sul; Lagoa Rodrigo de Freitas; Baixada de Jacarepaguá; Lagoas de Jacarepaguá, Camorim, Tijuca, Marapendi e Lagoinha. A Lagoa Rodrigo de Freitas está situada no coração da Zona Sul em meio a um assentamento urbano consolidado, desta forma; não apresenta muitas semelhanças com seu ecossistema original. Sua contaminação pelo lançamento de esgotos domésticos e lixo urbano comprometem a qualidade de suas águas, como podemos verificar com as mortandades de peixes que ocorrem.

O sistema lagunar da Baixada de Jacarepaguá se encontra em situação um pouco melhor, devido a sua localização em área de malha urbana ainda não tão consolidada. As lagoas de Jacarepaguá, Camorim e Tijuca recebem grande volume de esgotos e eventualmente de cargas tóxicas contidas nos efluentes de indústrias localizadas a montante das mesmas. Marapendi e Lagoinha são os ecossistemas em melhores condições seja na qualidade das águas como na relação fauna e flora (PDMA/RJ, 1992). Todavia, ao invés de adotarem medidas visando a proteção destes ecossistemas, verifica-se a ocupação das respectivas faixas marginais de proteção, o aterro de suas margens e a eliminação da mata ciliar.

O Complexo Lagunar de Jacarepaguá conta com um projeto de revitalização, que prevê serviços de dragagens e outras providências, através do Poder Público, que irão levar ao desassoreamento, desobstrução, restauração da cota de fundo, restabelecimento da circulação hidrodinâmica e troca hídrica e manutenção do espelho d'água no Sistema Lagunar da Baixada de Jacarepaguá. A Lagoa de Jacarepaguá terá 2,50m de profundidade

em toda sua extensão e a da Tijuca 1,50m, tendo um volume de material a ser retirado de aproximadamente 1.730.000 m³. Ao final, o complexo lagunar apresentará duas interfaces para o mar, através dos canais da Joatinga e de Sernambetiba.

A fase inicial de todo projeto contou com a abertura de um canal, na Lagoa da Tijuca, apresentando 1,8 km de extensão por 144 metros de largura e uma profundidade de 4 metros e já estão sendo realizadas as obras de dragagem em diversos rios do complexo, como Rio Itanhangá, Rio Grande, Rio Passarinho, Rio Camorim, Rio Marinho e Rio Pavuninha. A obra foi possível devido à mobilização exercida pela Serla, para que fosse finalmente cumprido o Termo de Ajuste e Compromisso (TAC) Urbanístico e Ambiental dos Empreendimentos Saco Grande e Saquinho, celebrado pelo então prefeito do Rio de Janeiro, no ano de 1999, Luiz Paulo Conde, e a Carvalho Hosken Engenharia. A dragagem é uma das contrapartidas ambientais estipuladas pelo TAC, para permissão de empreendimento imobiliário da Carvalho Hosken (SERLA – Fundação Superintendência de Rio e Lagoas, 2005).

A SERLA ainda relata que O intenso processo de urbanização da Baixada de Jacarepaguá, a partir dos anos 70, tem causado grandes agressões ambientais ao complexo lagunar, encontrando-se as lagoas assoreadas com quantidades expressivas de matéria orgânica e resíduos, inclusive lixo grosseiro, como sofás, geladeiras, carcaça de automóveis, comprometendo a circulação hidrodinâmica entre as lagoas. Dados da Comlurb indicam que são retiradas cerca de 40 toneladas ao dia de lixo flutuante deste sistema.

Na Cidade do Rio de Janeiro, a forma de uso e ocupação do solo, os planos e a urbanística influenciaram de várias maneiras o ordenamento territorial dos espaços urbanos. Alguns séculos se passaram e ocorreram as apropriações e transformações da natureza com relação aos recursos naturais, em especial as águas, que foram sacrificadas comprometendo a qualidade dos cursos. A Cidade do Rio do Janeiro foi e é, um exemplo desta forma de produção e apropriação da planície costeira, em que prevaleceu o direito do homem sobre a natureza, principalmente sobre um determinado recurso natural, a água. E foi esta forma de apropriação da Zona Costeira Carioca, que passa a ser estudada no próximo capítulo, para uma melhor compreensão a respeito da produção dos espaços litorâneos.

3.2. AS PRIMEIRAS OCUPAÇÕES DA CIDADE

3.2.1. O INÍCIO DE TUDO

Em 1 de Janeiro de 1502 quando a primeira expedição portuguesa veio explorar a costa brasileira, ao entrar na barra da Baía de Guanabara, confundiu-a com a foz de um grande rio, chamando-a de Rio de Janeiro. Este nome, desde então, passou a designar as terras que ficavam em torno daquela baía.

Quando em 1534 D.João III, rei de Portugal, dividiu o Brasil em capitânias hereditárias, dois lotes foram doados a Martim Afonso de Sousa. O primeiro, que não foi colonizado, reverteu à Coroa, com o nome de Capitania do Rio de Janeiro. O segundo desenvolveu-se com o nome de São Vicente.

Em 1555, invasores franceses, sob o comando de Nicolau Durand de Villegaignon, instalaram-se nas ilhas da Baía de Guanabara com o propósito de fundar a França Antártica. Fizeram aliança com os primitivos habitantes da terra, os índios tamoios, ameaçando seriamente o domínio português no Brasil. Os governadores-gerais do Brasil - Duarte da Costa e Mem de Sá - tentaram expulsar os franceses do Rio de Janeiro e não conseguiram.

A conselho dos jesuítas Nóbrega e Anchieta, a rainha-regente D. Catarina, resolveu ordenar a fundação de uma *cidade* às margens da Baía de Guanabara que teria como função principal a defesa desse trecho do litoral brasileiro.

Assim, no dia 1º de março de 1565, Estácio de Sá desembarcou numa praia entre o Pão de Açúcar e o Morro Cara de Cão, instalando oficialmente a *cidade*, que se chamou São Sebastião do Rio de Janeiro em homenagem ao rei-menino de Portugal D. Sebastião e ao santo do mesmo nome, que mais tarde foi transferida para o Morro do Castelo por questões de defesa.

A cidade cresceu no Morro do Castelo, onde foram construídos os primeiros prédios importantes, como: a Casa da Vereança, a Igreja Matriz de São Sebastião, o Colégio dos Jesuítas, a Igreja de Santo Inácio, armazéns e residências. Para efetivar o povoamento da região, sesmarias²⁷ foram distribuídas por todo o sertão carioca e começam a surgir os engenhos de açúcar, as lavouras, os curtumes. Onde houvesse uma pequena comunidade, aparecia uma capelinha, a fim de que os colonos pudessem cumprir seus deveres de

²⁷ A sesmaria como tipo de propriedade concedida em terras do Brasil era uma transladação do regime jurídico português. No reino fora disciplinada sua concessão com a Lei das Sesmarias, datada de 26 de maio de 1375, e baixada por D. Fernando. Seu objetivo era fazer progredir a agricultura, então abandonada como decorrência das lutas internas verificadas. A escassez dos gêneros correspondiam os altos preços dos poucos produzidos. Insuficientes os gêneros eram também inacessíveis à população. Daí a Lei das Sesmarias que trazia a finalidade de obrigar os proprietários a cultivarem e semearem as terras; e não o fazendo cederem parte a um agricultor para que realizasse a lavoura.

católicos. Em pouco tempo a cidade começou a descer o morro e a espalhar-se pela várzea. Ainda no final do século XVI começam a chegar os primeiros escravos da África para trabalhar nos engenhos de açúcar. Segundo estimativa de Anchieta, a população do Rio de Janeiro e arredores era de 3.850 habitantes, sendo 3.000 índios, 750 brancos e 100 negros.

No início do século XVII existia à margem da Baía de Guanabara um modesto povoado, de casas de barro e pau-a-pique, mal alinhadas, que se estendeu até a várzea sem a menor preocupação de urbanização. No final do mesmo século estava a cidade constituída não, apenas, administrativa mas, também, socialmente. Desdobravam-se às ruas na baixada central, aquelas modestas casinhas cediam lugar a numerosos sobrados na Rua Direita. O governador da cidade foi residir naquela rua, que hoje é a Primeiro de Março. Foi o século da agricultura, da fixação dos povoadores nas sesmarias distribuídas pelos governadores e da construção dos conventos de três importantes ordens religiosas que aqui se haviam estabelecido - Beneditinas, Franciscanas e Carmelitas - respectivamente Mosteiro de São Bento, Convento de Santo Antônio e Convento do Carmo. A população do Rio de Janeiro, nessa época, atingiu 12.000 habitantes.

No século XVIII, a zona urbana do Rio de Janeiro começou a ampliar seus limites além da "Vala", hoje Rua Uruguaiana, estendendo-se as novas ruas às imediações do "Campo da Cidade", onde mais tarde se situou o Campo de Santana.

A população aumentava, o comércio se expandia, o porto melhorava. O café começou a ser cultivado no Rio de Janeiro e, seguiu o seu caminho pelo Vale do Paraíba. Assim, com cerca de 50.000 habitantes, o Rio de Janeiro chegou ao final do século XVIII.²⁸

A partir do século XIX (*ver quadro 4 - anexo I*), a Cidade começou a transformar radicalmente sua forma urbana, apresentando uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais. O Rio era uma cidade apertada, limitada pelos Morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição. Ocupava uma área, que foi conquistada à natureza (ABREU, 1997: 35).

Abreu (1997), afirma que no decorrer do século XIX, assistiu-se a modificações na aparência e no conteúdo da cidade. A chegada da família imperial impõe ao Rio uma classe social até então inexistente. A independência política e o início do reinado do café geram uma nova fase de expansão econômica, resultando no decorrer do século em um aumento de trabalhadores livres.

²⁸ pesquisa realizada pela Internet Armazém de Dados – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – acessado em 30/10/2002 <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>

As contradições da cidade só vieram se resolver, ainda que parcialmente, no início do século XX. No entanto, no decorrer do século XIX, foram lançados elementos que possibilitaram a separação espacial dos usos e classes sociais, que se amontoavam no antigo espaço colonial. A separação foi possível com a introdução do bonde de burro e do trem a vapor, que a partir de 1870, impulsionaram o crescimento físico da cidade (ABREU, 1997: 36/37).

3.2.2 A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX – 1850 a 1903

O avanço da urbanização a elaboração do quadro urbano e os elementos do sítio

O discurso higienista, que terá grande importância no urbanismo do Rio de Janeiro do século XIX, estava inserido num contexto amplo. A questão da insalubridade da Cidade era o centro das atenções, mas crescia a preocupação com a estética urbana. E estas duas questões saneamento e estética foram dois aspectos evidentes no projeto de posturas, que o médico e vereador José Pereira Rego, em 1866 apresenta a Câmara do Rio de Janeiro (MOURA F^a, 2000).

Duas questões ganham relevância no projeto de Pereira Rego: a primeira é a intenção civilizadora e moralizadora das propostas, que colocavam o saneamento da cidade como pré requisito e símbolo de progresso e aperfeiçoamento do povo. Já, o segundo ponto era o estabelecimento de uma relação direta entre a salubridade do meio urbano e as questões referentes ao embelezamento. Nesse mesmo período o item embelezamento passava por uma ascensão marcante com o reflexo das obras de remodelação de Paris, empreendidos por Haussmann, fazia-se presente em todos os discursos, projetos e decretos referentes à modernização das cidades (MOURA F^a, 2000).

Limitada em sua planície pela montanha, o brejo e o mar, a cidade não podia abrigar toda a população, que começava a ocupar o Rio de Janeiro. Foi necessário contornar a montanha, só ocupar diretamente Santa Teresa, o ponto mais avançado na direção do Centro. Os vales, até então; eram ocupados por chácaras, a ocupação progrediu com uma forma urbana. Surgem assim, os bairros: Catumbi; Laranjeiras; Rio Comprido; Tijuca; Botafogo e Gávea (SOARES, 1995).

O espaço urbano nesses vales se limitava a uma rua principal e algumas ruas transversais, que eram emolduradas pelo verde escuro da floresta. Mais a jusante se desenvolveu uma ampla ocupação dos vales, caracterizados por vertentes de fácil acesso e um maior desenvolvimento dos terraços. Nos terraços e não junto aos cursos d'água, se constituíram os caminhos, como as atuais rua Conde de Bonfim; Desembargador Isidro;

Marquês de São Vicente. Somente Laranjeiras e Catumbi foram exceção alinharam as construções junto ao fundo do vale (SOARES, 1995).

A média de ocupação dos diferentes vales que recortam o maciço não foi contínua, uma vez que em seu baixo curso a maioria dos rios se perdiam em alagadiços, formando planícies amplas, mas de difícil drenagem (*ver MP 01*). No início do século XX realizaram-se obras de drenagem e canalização dos seguintes cursos d'água: Rio Comprido; Maracanã; Trapicheiro. Nesta mesma época a Zona Sul também seria palco dessa luta contra o brejo, com a canalização do rio Carioca. No final do século XX, a expansão do espaço urbano prosseguiu com a drenagem das planícies alagadas dos baixos vales do Macaco e do Cabeça, à margem da Lagoa Rodrigo de Freitas, assim como o rio da Rainha, na Gávea e no Leblon.

O alinhamento montanhoso da Conceição – Providência e os morros de Santo Antonio e do Senado, estendeu a cidade até o que viria a ser o Campo de Santana. Na direção do Saco de São Diogo se delinearam arruamentos como: rua de Santana; Moncorvo Filho; General Caldwell, caminho do Aterrado e o caminho que beirava o Morro da Providência (SOARES, 1995) (*ver MP 02*).

Nos antigos pantanais de Pedro Dias entre os morros de Santo Antonio e da Providência situavam-se as ruas do Lavradio; Senado e Resende. E, ainda, entre o Morro de Santo Antonio e o mar, onde existiu a Lagoa do Boqueirão, se tem hoje os arruamentos da Lapa; Passeio Público, rua do Passeio e Marrecas.

Toda a orla litorânea até a base dos morros Dois Irmãos foi incorporada ao espaço urbano. Na conquista dessa área litorânea, mais uma vez foi necessário vencer a montanha, que se opunha à expansão da cidade naquele sentido. Foram abertos túneis e os arruamentos se multiplicaram na planície e nas praias, respeitando as encostas montanhosas, as quais algumas décadas mais tarde iriam ser ocupadas de forma completamente irregular e informal.

A conquista do espaço urbano ao mar já vinha de longa data. A atual Praça XV de Novembro e o último alinhamento de quarteirões próximos ao mar resultam de aterros que ampliaram progressivamente, desde o século XIX, o terreiro do Paço e a Praia do Peixe, no coração da cidade, permitindo a construção do cais e do mercado. Ao longo de toda a orla da Guanabara da Glória a Botafogo e à Urca, como também as margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, se pode reconhecer a importância da faixa conquistada ao mar. Destinava-se a facilitar a circulação e também ao embelezamento, nas enseadas de Botafogo e Glória, no Flamengo e no Morro da Viúva. Serviu ainda, para a constituição de novos quarteirões e de um aeroporto (na década de 40) próximo ao Centro, ampliando a área conquistada pelo

desmonte do Morro do Castelo. Desse mesmo modo se constitui o bairro da Urca (*ver MP 03 e 04*).

Segundo Lysia Bernardes (1995: 85), a incorporação e a apropriação dos espaços dos sítios à cidade se deu de formas e em épocas diferentes. Daí a enorme variedade na paisagem urbana, onde se pode observar a pluralidade no tempo e no espaço dos processos de expansão.

A evolução urbanística do Rio de Janeiro, a partir de 1850, teve diversas influências dentre as quais podemos mencionar a seguir:

- A POLÍTICA – com os adventos da Abolição, da República e a conseqüente transformação da cidade em Distrito Federal;
- A SANITÁRIA com a instalação de redes de águas e esgotos. A modernização do sistema de distribuição de águas, com a instalação de rede domiciliar com tubos de ferro e aparelhos hidráulicos importados. Antes o sistema era restrito aos barris, que chegavam às residências pelos ombros dos escravos, que os abasteciam, inicialmente, no terminal da Carioca, vinda de Santa Teresa, pelos Arcos, e mais tarde nas fontes no Largo do Paço e na rua das Marrecas. O SISTEMA DE SANEAMENTO era providenciado pelos moradores, que não possuíam fossas ou latrinas a servir às residências, e encarregavam os escravos de levar seus esgotos em barris e despejá-los em valas ou nas praias, no Centro ou em sumidouros nos subúrbios rurais; (*ver quadro 4*)
- A CIÊNCIA, que contribuiu com a evolução dos transportes, que definiria a consolidação dos novos bairros da cidade;
- AS ARTES, que permitiu que literaturas como as de Machado de Assis, Lima Barreto e Álvares de Azevedo descrevessem os perfis humanos e arquitetônicos da cidade;
- AS COMUNICAÇÕES, com a proliferação dos jornais, que permitiram que a população acompanhasse de perto as profundas mudanças.

Com a instalação dos serviços regulares de bondes e a expansão de suas linhas e ramais, as classes mais altas iniciaram um processo de deslocamento para os bairros periféricos, em busca de áreas mais saudáveis e com menos ocupação, principalmente em direção a Zona Sul.

Na última década do século XIX, as linhas de bondes da Companhia do Jardim Botânico abriram novos caminhos para os passageiros da Glória, Largo do Machado, e Laranjeiras, chegando em 1892 a Copacabana, graças a abertura da estreita galeria do túnel entre a rua Real Grandeza e a rua do Barroso, conhecido como Túnel Velho.

Ao longo das linhas de trem os terrenos foram sendo ocupados pela classe média, que se deslocava para o subúrbio. Para as classes mais pobres restou permanecer no Centro, morando em cortiços e casas de cômodos.

Em meados do século XIX a modernidade é marcada por uma idéia crescente de utilitarismo, onde a possibilidade de ação do homem sobre a natureza passa a ser considerada como ilimitada. O utilitarismo está ligado a idéia de progresso que está voltada para a noção de modernidade. A Cidade do Rio de Janeiro passa por esse processo de modernidade, buscando tornar-se uma cidade moderna, um símbolo do progresso, o espaço ordenado e saneado. A urbe carioca que antes se constituía numa nítida representação de cidade tradicional e desordenada, começa através da ação de uma reforma modernizadora do Prefeito Pereira Passos, assim como Haussmann. A sociedade escravista começa a dar lugar as relações capitalistas de produção que chegavam impregnadas pelo ideário de modernidade.

Os valores e concepções reinantes na época valorizavam o moderno; a modernidade. A nova ordem proposta, o moderno, estava relacionada aos valores e concepções que diziam respeito à limpeza e ao embelezamento. Já a velha ordem, o tradicional, era, relacionada à sujeira e a feiúra.

A ênfase dada ao moderno estava expressa e se fundamentava em mudanças que se relacionavam as relações sociais capitalistas. O tradicional ligava ao que era feio e sujo, e dizia respeito a doenças, ao atraso e a desordem. Por outro lado, o moderno era tudo aquilo que se relacionava ao que era limpo e belo, que inspirava à saúde, ao progresso e à ordem. O tradicional, representava o não-saudável, o sujo, impedia a saúde e afetava o bom funcionamento e reprodução do corpo social, sendo assim; devia ser combatido, higienizado.

Em 1866 foi apresentado a Câmara Municipal pelo médico sanitário José Pereira Rego, Barão do Lavradio, um projeto de posturas condenando as casas tradicionais. O projeto propunha rigoroso controle sobre as novas construções e reconstruções, pretendendo uniformizar arquitetura da cidade, estabelecendo e padronizando os gabaritos para as ruas e praças, assim como obedecendo a modelos de fachadas previamente designados pela Câmara.

O saneamento do Rio de Janeiro passa a fazer parte do debate político nacional a partir da década de 1870. Para ganhar a credibilidade dos investidores, era preciso que o país demonstrasse prosperidade, começando por sua capital que deveria estampar uma imagem de sucesso, sem atraso, sem doenças, pois era assim que o Rio era conhecido na Europa (MOURA F^a, 2000).

No entanto a imagem de insalubridade que tomava conta do Rio de Janeiro, não era favorável à construção dessa idéia de prosperidade. Dessa forma em 1870 a Câmara Municipal editou um novo código de posturas, determinando um plano a partir do qual seriam projetadas as ruas, praças e edifícios. Este plano estabelecia a largura mínima das vias, as dimensões das edificações e das suas portas e janelas. Estas medidas permitia a melhoria da salubridade do meio urbano, possibilitando melhor ventilação e insolação e transformavam a imagem citadina, uma vez que interferiam na forma tradicional de construir e configurar o espaço urbano (MOURA Fa, 2000) (BENCHIMOL,1985).

Ao aproximar-se do final do século XIX, higiene e bem estar da população continuavam a ser os argumentos centrais utilizados por todos, que defendiam as mudanças para o meio urbano no Rio de Janeiro. As idéias opostas de limpo e sujo, saúde e doença, ordem e desordem, belo e feio, eram cada vez mais exploradas com a intenção de condenar a cidade antiga (atual área portuária e centro), que era julgada como o lugar de doença, sujeira e desordem. Buscava-se justificar a substituição por uma cidade saudável, ordenada e principalmente, bela (MOURA Fa, 2000).

O projeto de Fogliani trazia a preocupação de valorizar a área com prédios monumentais, incentivando a melhoria da arquitetura, através da construção de edifícios bem planejados. Fogliani tratava a cidade como um cenário, a intenção estética no seu projeto era evidente:

Para se ter uma ligeira idéia da beleza desta rua basta imaginar-se o espetáculo de que gozará o indivíduo colocado na Rua Primeiro de Março, que estender a vista por uma larga avenida ladeada de construções elegantes e altas, terminando no vasto jardim do Campo da Aclamação, ou daquele que, colocado neste último ponto, considerar ao fundo do quadro os dois majestosos edifícios do Correio e da Bolsa.

Persistia a intenção de transformar o Rio de Janeiro, agora capital da República, em uma cidade moderna, que representasse o país com dignidade, assim a tônica de todos os discursos continuava sendo a regeneração sanitária, a questão do embelezamento e a construção de uma nova imagem urbana.

Em 1890, o engenheiro Joaquim Galdino Pimentel, da Escola Politécnica, expôs ao público, seu *Projeto de Melhoramento e Embellezamento da cidade do Rio de Janeiro*. Tendo conhecimento da feição moderna que as cidades antigas da Europa vinham ganhando, Galdino Pimentel, procurou adaptar para o Rio de Janeiro, o plano de Paris, por ser este reconhecidamente um modelo urbanístico sob os pontos de vista artístico e higiênico.

Submetido a apreciação do público e da imprensa, o projeto foi aprovado e elogiado (MOURA Fa, 2000).

A evidencia da intenção estética no projeto de intervenção urbana para o Rio de Janeiro, leva a pensar que para consolidação da ordem e do progresso propostos pela República, parece, muitas vezes com a construção de um cenário de cidade moderna e embelezada, que servia de pano de fundo para as ações da sociedade civilizada e representasse o progresso do país, ganhava prioridade sobre as demais questões urbanas, como a higiene e a saúde pública (FILHA, 2000).

A intenção de construir um cenário que representasse a modernização e civilização do país se mostra evidente nos projetos elaborados para a Cidade do Rio de Janeiro no século XIX e se torna marcante com a reforma urbana empreendida sob a direção de Pereira Passos, considerada, então, o grande paradigma para a construção das cidades modernas no Brasil, no início do século XX.

Em 1882, um Decreto Federal mostrava a preocupação do governo com o saneamento das habitações, ao incentivar as indústrias a construir “casas populares” higiênicas, com fossas, dependências de cozinha e lavanderia, elevadas do solo e com aeração. Como contrapartida os empresários ficariam isentos dos impostos aduaneiros. E no ano seguinte um outro decreto isentou de impostos a importação de materiais de construção e garantia aos construtores a posse e a concessão de terrenos (CADERMANN e CADERMANN, 2004).

Com a Lei Orgânica de 1892, os prefeitos assumiram a autoridade sobre o destino da cidade e seus planos urbanísticos. O primeiro deles foi Barata Ribeiro, que implementou um controle sobre as normas sanitárias, levando à demolição prédios inteiros. Determinou o afastamento das novas construções do alinhamento projetado.

As preocupações de todos os níveis do governo, do prefeito ao presidente foi sem dúvida com o saneamento, as mudanças políticas e econômicas que refletiam na cidade, em especial no centro da Cidade. Surgia, então, um novo perfil de morador, resultado da abolição dos escravos e da chegada de mão-de-obra imigrante, atraída pelo avanço da industrialização e fugida do declínio das lavouras de café fluminenses.

3.2.3. O SÉCULO XX

O perfil de uma Cidade Nova sobre uma República Velha (1903-1930)(ver quadro 5 – anexo I)

No governo do presidente Rodrigues Alves a cidade do Rio de Janeiro passou por sua última fase de transformação de cidade colonial para cidade moderna. As grandes reformas foram fundamentadas em três diretrizes: *a viária; a sanitária e a estética*, que trouxeram ao

mesmo tempo um novo porto, uma nova malha de transporte, um novo sistema de águas e esgotos, novos perfis arquitetônicos e por fim, uma reforma estética, que garantiu a cidade na primeira década do século XX o título de “Cidade Maravilhosa” (CADERMANN e CADERMANN, 2004).

O engenheiro Francisco Pereira Passos de 1902 a 1906 assumiu a prefeitura da cidade e trazia em mente as três diretrizes mencionadas, assim como poderes para executá-las com mãos de ferro. A partir de um Plano de Melhoramentos submeteu a cidade a uma transformação radical.

O PLANO DE MELHORAMENTOS PEREIRA PASSOS (1903)(*ver quadro 6 – anexo I*)

No início do século XX, na gestão do prefeito Pereira Passos que participara no Segundo Reinado da construção da Estrada de Ferro Corcovado, a Cidade do Rio de Janeiro sofreu uma grande transformação, que lhe daria um aspecto inteiramente modernizado. O presidente da República Rodrigues Alves dera carta branca a Pereira Passos e a seus principais auxiliares: Oswaldo Cruz, que saneou a Cidade acabando com três epidemias terríveis que vinham assolando a população a cada ano, e Francisco Bicalho, que foi o construtor do novo Porto do Rio de Janeiro, inaugurado em 1910. Destacou-se, ainda, a figura do engenheiro Paulo de Frontin, encarregado de construir a maior parte das obras projetadas pelo prefeito Pereira Passos (CADERMANN e CADERMANN, 2004).

Depois de Pereira Passos, outros prefeitos realizaram obras notáveis na Cidade como, por exemplo, Carlos Sampaio que iniciou o arrasamento do Morro do Castelo, e abriu um novo espaço para a urbanização de uma grande área no Centro, onde seriam construídos vários Ministérios. A derrubada do Morro do Castelo levou consigo boa parte da história do início da Cidade do Rio de Janeiro que lá se instalara, quando da expulsão, definitiva, dos franceses, no século XVI.

Segundo Leme (1999: 358), o Plano ou Reforma de Pereira Passos denominado “Embelezamento e Saneamento da Cidade”, constituiu uma reformulação do antigo Plano de Melhoramentos elaborado pela Comissão de Melhoramentos de 1875, da qual haviam feito parte Pereira Passos e os engenheiros Jerônimo de Rodrigues de Moraes e Marcelino Ramos da Silva.

O Plano teve como objetivo dar fluidez ao tráfego e substituir vielas por ruas arborizadas, promover melhores condições estéticas e higiênicas para as construções urbanas, sanear, embelezar.

A Reforma de Pereira Passos foi inspirada nas intervenções do prefeito Hausmann (1853 – 1870) que tinha a intenção de transformar a cidade de Paris em metrópole moderna através da abertura de avenidas e boulevares.

As obras no cais do Porto abrangiam a drenagem e a construção da muralha do cais. Depois foi feito o aterro de 175.000 m² de área conquistada ao mar; colocação de trilhos da EFCB – Estrada de Ferro Central do Brasil e Leopoldina e das linhas do cais do Porto

O “Bota-Abaixo” assim chamado pelo cronista João Paulo Coelho Barreto, o João do Rio, foi um processo de derrubada do casario do Centro, de edifícios antigos e de empreendimentos gigantescos, que culminaram com a abertura das seguintes avenidas: Beira-Mar, construída sobre os entulhos do arrasamento parcial do Morro do Castelo, de mais de 700 casas e a Av. Central, atual avenida Rio Branco. Algumas vias surgiram do processo, como as avenidas Mem de Sá e Salvador de Sá, outras se alargavam, como as ruas Visconde de Inhaúma, Carioca, Assembléia, Uruguaiana, São José, Sete de Setembro e Sacramento, que o povo viria a denominar, mais tarde, de Avenida Passos.

Pereira Passos introduziu a uniformização e a numeração dos projetos de alinhamento (P.A) – o de número 1 refere-se à abertura da Avenida Mem de Sá e criou um polêmico imposto sobre terrenos não-edificados (CADERMANN e CARDERMANN, 2004).

Durante o governo de Pereira Passos diversos trabalhos de recuperação, alargamento e saneamento foram executados. Foi aberto o Túnel do Leme, mais tarde denominado Túnel Novo, foi entregue o novo cais do Porto, foram remodeladas e embelezadas as avenidas Gomes Freire e Oswaldo Cruz, a Rua do Catete e a Praça XV de Novembro. A abertura do Túnel Novo consagrou o veraneio na praia de Copacabana, desta forma o prefeito Innocencio Serzedello Correia, se viu obrigado a regulamentar o banho de mar.

Com a chegada do século XX e a febre de reurbanização toda a orla da cidade passa por significativas alterações urbanas. A firma inglesa Charles Walker & Co., construiu 3.500 m do novo cais e os dezoito armazéns da Avenida Rodrigues Alves, que havia sido aberta pelo prefeito Pereira Passos, para atender ao movimento do porto. O novo cais do porto impôs um traçado reto ao contorno recortado da costa. Entre a Praça Mauá e a Ponta do Caju, os aterros engoliram enseadas, trapiches e ancoradouros. Com essas obras as dez praias ali existentes, sumiram. Delas só restaram os nomes: Prainha, Saúde, Chichorra, Gamboa, Valongo, Formosa, Palmeiras, Lázaro, São Cristóvão e Caju.

A Avenida Central (*ver quadro 6*), atual Avenida Rio Branco, cortou a cidade em linha reta, saindo do Porto desembocando na Avenida Beira Mar, que apontou a direção que tomou a cidade. As avenidas levaram a Botafogo, costeando as praias de Santa Luzia, da

Lapa, da Glória, do Russel e do Flamengo, e tomou a direção de Copacabana, melhor; à Zona Sul, inventada por Pereira Passos (CADERMANN e CARDERMANN, 2004).

Dentro da lógica de “limpeza” e modernização, foram feitas obras de prolongamento do canal do Mangue, para estender a rede de esgoto. Neste mesmo período foi construída, ao longo de suas margens, a Avenida do Mangue, então a mais larga de todas as avenidas da Cidade.

Para a área da orla marítima, como intensa atividade política e econômica, o Governo Federal destinou verbas para a construção da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), que começaria no Largo da Prainha e terminaria na praia de Santa Luzia, transpondo em seu trajeto parte dos Morros de São Bento e do Castelo.

A influência da escola francesa é marcante nesse período, pois havia sido formado o *Institut d'Urbanisme de Paris*. O arquiteto Donat Alfred Agache, secretário geral da *Société Française des Urbanistes*, professor do Instituto, foi contratado pelo prefeito Antonio Prado Júnior (administração de quatro anos de 1926 a 1930), para uma série de palestras e em seguida para desenvolver um plano para a cidade do Rio de Janeiro. Durante três anos Agache manteve um escritório técnico no Rio, para elaborar os estudos e propostas. Gradualmente ele preparava as pessoas para o futuro e a palavra *melhoramento* (grifo da autora) estava sendo substituída aos poucos. Sua proposta era mais audaciosa, pois desejava conceituar uma área de conhecimento na confluência entre ciência e arte.

É uma ciência e uma arte e sobretudo uma filosofia social. Entende-se por urbanismo, o conjunto de regras aplicadas ao melhoramento das edificações, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas. É a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade, levados a efeito, mediante um estudo metódico da geografia humana e da topografia urbana sem descuidar as soluções financeiras.

O plano para a Cidade do Rio de Janeiro foi mais completo do que os elaborados no mesmo período, para outras cidades brasileiras. Pela primeira vez foi proposto um “plano diretor”, onde reuniu as previsões necessárias de adução de água, esgoto, controle de inundações. Desenvolveu a característica de grande porto industrial e comercial criando bacias na Baixada Fluminense, destinadas ao comércio, depósitos, construção naval e uma grande área para um aeroporto (LEME, 1999: 29).

As propostas de conjuntos monumentais são, talvez, as mais conhecidas e divulgadas. As imagens do conjunto de prédios, avenidas e praças para a Esplanada do Castelo e o uso da imagem quando projeta o Rio (LEME, 1999: 30).

• Tese/2006

Agache tem a ambição de dotar o Rio de Janeiro de um conjunto monumental, que dará às obras na cidade a nota grandiosa que lhe falta enquanto capital de um país e oferecerá ao visitante chegando pelo mar, uma fachada correspondente à importância da cidade.

Como afirma Rezende (1982), em 1920 o Rio de Janeiro passa novamente por uma alteração em sua paisagem, quando na administração do Prefeito Carlos Sampaio, parte do Morro do Castelo foi arrasado e, cujo aterro cria uma área entre a praia de Santa Luzia e a enseada da Glória até a ponta do Russel, para a exposição do I centenário da Independência.

O Rio de Janeiro já era, então, uma cidade com vários problemas de crescimento. Massas populares migravam do campo para a cidade, uma taxa de crescimento tal, que a população passa de 1.158.000 habitantes em 1920 para 2.380.000 em 1930 (REZENDE, 1982: 37).

No Plano Agache a ênfase dada ao embelezamento é observada em vários capítulos e este foi o típico plano diretor, quando produziu um retrato das futuras condições da cidade e compara com a cidade ideal.

O Plano foi dividido em três partes: componentes antropogeográficos do Distrito Federal, o Rio de Janeiro maior e os grandes problemas sanitários. A Segunda parte trata da essência o plano, o modelo de cidade ideal e proposições para atingi-la. A terceira parte é dedicada ao saneamento, que constitui um terço do seu volume e é tratado de forma técnica e com profundidade.

Para os assuntos ligados ao saneamento básico, água, esgoto e drenagem, apresenta um enfoque global da cidade. Não determina áreas onde deveriam acontecer, prioritariamente as obras de saneamento, e portanto não privilegia ou discrimina partes do espaço urbano (LEME, 1999: 364).

Ao que se pode referir aos objetivos expressos no Plano, segundo Rezende (1982:43), ele apresenta para a Cidade do Rio de Janeiro duas funções, que considera primordiais: político-administrativa como capital e econômica como porto e mercado comercial e industrial. Essa última é considerada crescente, à medida que o país se industrializa. Essas duas funções exigiram do plano segundo Agache (1930) certos objetivos, como:

- assegurar a existência de certos elementos funcionais e reparti-los da melhor forma – *zoning*;
- traçar a rede de vias, de modo a pôr esses elementos em relação rápida e fácil entre eles e com o resto da cidade, e satisfazer as exigências quantitativas de circulação estabelecida (rede urbana);

- assegurar a moradia confortável e agradável às diferentes categorias de habitantes da cidade;
- estabelecer os regulamentos de edificação de modo a satisfazer interesses gerais (política de construção).

O Plano Agache apresentou um exame comparativo de diversas partes da Cidade, os bairros, os jardins e as favelas e previu os perfis sociais que nela prevaleceriam a partir de então, a Zona Sul, assim, seria a área das classes abastadas, enquanto os bairros mais tradicionais, de Botafogo ao Andaraí abrigariam as classes burguesas. Aos funcionários públicos do Estado restavam, Santa Teresa e, aos operários, os subúrbios. Segundo Caderman e Caderman (2004: 48) esta visão objetiva do Plano contrapunha-se as idéias do Estado Novo, que não compartilhava estas idéias do Plano, sendo assim, não foi adotado na íntegra, tendo sido modificado e, posteriormente, abandonado. Todavia não invalidou o mérito de sua contratação pelo Prefeito Prado Júnior, que aplicou os preceitos do Plano no arruamento da área do Centro.

No período de 1931 a 1936 a cidade do Rio de Janeiro teve por prefeito Pedro Ernesto, que teve como grandes obras de sua gestão a construção de vários hospitais e, como destaque controverso a revogação do Plano Agache, apesar das influências que o plano vinha exercendo no urbanismo da cidade. Ao assinar o ato, o prefeito decretou a revisão dos regulamentos aprovados, e alterou os gabaritos das edificações no bairro de Copacabana.

Com a saída de Pedro Ernesto assumiu o governo da cidade o cônego Olímpio de Melo, cujo administração foi breve (1936-1937), porém, o suficiente para promulgar o Código de Obras e Legislação Complementar do Distrito Federal, conhecido como Decreto nº 6000, de 1º de julho de 1937. Este Código serviu como modelo para diversas municipalidades e sua estrutura é aplicada até hoje nos códigos de obras de diversas cidades. Mesmo com as várias alterações que sofreu manteve-se em vigor durante 30 anos, até a aprovação da nova Lei de Desenvolvimento Urbano do Estado da Guanabara, em 1967, e de seus regulamentos complementares em 1970 (CARDEMAN et. al. 2004: 50).

Cardeman et. al. (2004) assinala ainda que, o novo decreto tratava de questões relativas a zoneamento, loteamento, construções, aspectos paisagísticos da cidade, cargas nos prédios, instalações mecânicas e licenciamento. O Distrito Federal ficou a partir daí dividido em cinco grandes zonas:

- *COMERCIAL (ZC)*, que englobava as subzonas do Centro, e a Praça da Bandeira;
- *PORTUÁRIA (ZP)*, compreendia a linha do Caju até a área de Manguinhos, limitando-se por Benfica e pela Avenida Suburbana;

- RESIDENCIAL (ZR), equivalente as faixas litorâneas da Glória a Copacabana e Ipanema à Avenida Niemeyer e mais os bairros de Botafogo, Laranjeiras, Tijuca, Vila Isabel, Triagem, Lins de Vasconcelos e Furnas, Rural;
- AGRÍCOLA (ZA), todas as regiões não incluídas nas demais zonas.

No decorrer da administração do prefeito Henrique Dodsworth (1937 a 1945), nos rigores do Estado Novo, que os Projetos de Alinhamento (PAs) tornavam-se também planos de urbanização incluindo o re-loteamento das quadras, o zoneamento e gabarito de alturas. Seguiram-se vários decretos relativos aos bairros de Copacabana, Tijuca, Botafogo, Ipanema, Laranjeiras e Leblon. Esta administração foi marcada pelas aflições da 2ª Grande Guerra Mundial e neste período foram realizadas as urbanizações do Castelo e do Calabouço, tendo como marco a abertura da Avenida Presidente Vargas (uma das mais importantes previsões do Plano Agache) com a imposição dos edifícios em galerias para pedestres. Outras grandes obras de Dodsworth foram a abertura da Avenida Brasil e Tijuca, o Corte do Cantagalo e a duplicação do Túnel do Leme (atual Túnel Novo).

O término da 2ª Grande Guerra em 1945, representou o ponto de partida de um processo definitivo de industrialização, que se acelerou com a sedimentação da via férrea interestadual e com o desenvolvimento da malha rodoviária. É a fase da Nova República e se pode verificar a influência do Estado no crescimento da Cidade.

Em 1946 foram aprovadas as plantas de urbanização e zoneamento para Copacabana, Flamengo, Laranjeiras e do Catete, que deram a atual configuração do bairro, estabelecendo a altura das edificações e seu limite de profundidade em função da largura das quadras. Nesses mesmo ano começou o crescimento imobiliário de Copacabana, com a substituição de diversas edificações construídas na fase inicial de ocupação do bairro, por edifícios de vários pavimentos e mais modernos.

A partir da década de 1950 as grandes questões urbanas da área metropolitana do Rio de Janeiro se agravam da seguinte forma: os carros tomam conta das ruas; o solo urbano tem seu preço altamente valorizado e é intensificado o crescimento vertical da Cidade. Copacabana foi o exemplo mais expressivo do processo de verticalização da Cidade desde 1937.

Na segunda fase do governo de Getúlio Vargas (1951 a 1956) a prefeitura não teve períodos tranquilos e a situação se estendeu até a presidência de Café Filho, que nessa ocasião tinha na prefeitura do Rio de Janeiro o engenheiro Alim Pedro.

Durante Governo do Presidente Juscelino Kubitschek foi nomeado prefeito o embaixador Francisco Negrão de Lima (1956 a 1958), que elaborou um plano de realizações

urbanísticas da cidade, entre as quais a criação da Superintendência de Urbanismo e Saneamento – Sursan e a instalação de ônibus elétricos terminando definitivamente com os bondes, que ainda faziam a ligação entre o Centro e a Zona Sul.

Em 21 de abril de 1960 a capital da República foi transferida para Brasília, e o Rio de Janeiro torna-se Estado da Guanabara, que teve como seu primeiro governador eleito Carlos Lacerda. O governador organizou o território, dividindo o Estado em vinte regiões administrativas e efetivando uma série de procedimentos com o objetivo de conter o crescimento desordenado da Cidade do Rio de Janeiro.

A primeira medida adotada foi a contratação do escritório de urbanismo do grego Constantino Doxiadis, famoso por seus projetos urbanísticos no Líbano, Chile e México, para a elaboração de um plano de desenvolvimento urbano, que foi concluído em 1965, contendo pontos que foram aplicados até recentemente, como por exemplo a Linha Vermelha e Linha Amarela.

Como menciona Caderman (2004: 57), vários decretos surgiram sob a inspiração do arquiteto urbanista Helio Modesto, da Comissão Executiva do Desenvolvimento Urbano do Estado da Guanabara – Cedug, que fazia a ligação entre o escritório Doxiadis e o Governo do Estado.

O governador Carlos Lacerda em 1963 alegando falhas na legislação, que permitiu uma concentração populacional de índice elevado na Zona Sul da Cidade, e considerando indispensável estabelecer uma relação entre a área do terreno e a área de unidades de habitação, determinou que a cada unidade residencial a ser construída nas IV, V e VI Regiões administrativas (Botafogo, Copacabana e Leblon), corresponderia uma cota de terreno de 60 metros quadrados.

A administração de Lacerda foi marcada por obras no campo do sistema viário, como: a conclusão do Túnel Catumbi-Laranjeiras, conhecido como Santa Bárbara; abertura da Avenida Radial Oeste; início da construção do Túnel Rebouças (Rio Comprido-Lagoa), trevo dos Marinheiros; Anel Rodoviário, e Parque do Flamengo. Na infra-estrutura criou a CTC – Companhia de Transportes Coletivos, a Cetel, responsável pela distribuição da rede telefônica e a Cedag, que administrou a implantação de sistema de abastecimento de água, como o de Guandu.

Francisco Negrão de Lima foi o governador eleito a suceder Carlos Lacerda, e que enfrentou problemas muito sérios diante da fragilidade da Cidade frente as intempéries. Foi em 1966 e 1967, que o problema do escoamento de águas ficou exposto, devido as enchentes sofridas pela Cidade. A ocupação desordenada e o desbravamento inconseqüente de morros

e rochas, decorrentes de obras de antigas administrações, que a Cidade se encontrava em situação caótica. Mesmo esbarrando em uma delicada situação financeira, várias obras de reconstrução, canalização e contenção foram realizadas.

Nos anos seguintes Negrão de Lima executou várias obras que alteraram mais uma vez a aparência da Cidade, destacam-se entre elas: os alargamentos da Avenida Atlântica e da Rua Barata Ribeiro, a construção dos Viadutos das Forças Armadas, a abertura da Avenida Chile resultante do desmonte do Morro de Santo Antonio, o Elevado Paulo de Frontin (inaugurado no Governo Chagas Freitas) e a conclusão do Túnel Rebouças. Na área da legislação urbanística, coube ao governador estabelecer normas para o desenvolvimento urbano do Estado da Guanabara. Esta lei teve como finalidade estabelecer normas gerais sobre o parcelamento de terra, zoneamento, licenciamento, execução e fiscalização de obras de instalações.

Elaborado pelo urbanista Lúcio Costa o Plano Piloto (*no capítulo V merecerá uma discussão*) de urbanização e zoneamento para a Baixada de Jacarepaguá, compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal da Sernambetiba e Jacarepaguá, foi aprovado em 1969. O Plano se antecipava à ocupação da região, que se acelerava com a abertura da Auto-estrada Lagoa-Barra, dos Túneis do Joá e Dois Irmãos. Cinco anos mais tarde foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Barra da Tijuca – Sudebar, que dirigiu a implantação do Plano Piloto. No fim de sua administração, Negrão de Lima aprovou o Decreto nº 3.800, regulando o zoneamento, parcelamento da terra, edificações e construções (alterado diversas vezes), assentamento de máquinas, motores e equipamentos de licenciamento e fiscalização.

O advogado carioca Antonio Chagas Freitas assumiu em 1971, o governo do Estado da Guanabara e como seus antecessores passou dois anos recuperando as finanças, mesmo assim foram aprovados alguns projetos de urbanização como os da Praia do Pinto, Catumbi e Cidade Nova.

Chagas Freitas ainda em sua gestão criou o Conselho Superior de Planejamento Urbano como órgão normativo e consultivo. Sua função era estabelecer as diretrizes e normas do planejamento urbano e, entre outras atribuições opinar nos casos do licenciamento de edificações de caráter público e privado.

A fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro teve como consequência a criação do município do Rio de Janeiro, cujas atribuições foram disciplinadas pela Lei Orgânica e pela Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana – Fundrem.

A verticalização excessiva e influência negativa das edificações levaram o governo Faria Lima, ainda em 1975 a limitar o número dos pavimentos das edificações em 5 para

prédios encostados nas divisas e 18 para prédios afastados. Estes dispositivos geraram os perfis das principais ruas de Ipanema e Leblon.

Em março de 1976, o Decreto nº 3.800 foi parcialmente substituído pelo 322, que estabeleceu o novo Regulamento de Zoneamento, onde novas modalidades, intensidades e a localização dos usos do solo e das atividades permitidas no Município do Rio de Janeiro foram estabelecidas e ainda estão em vigor. No que diz respeito as alturas dos prédios, foram fixados, para os casos de alturas e número de pavimentos, parâmetros semelhantes aqueles aprovados por Faria Lima. Porém, para as edificações em encostas, as alturas foram condicionadas à sua cota de soleira em relação ao nível do mar, ou seja; quanto mais alto o local, menor o número de pavimentos.

Segundo Caderman *et al.* (2004: 66), o prefeito Marcos Tamoyo reconhecia a necessidade de se elaborar um plano urbanístico capaz de orientar e programar o desenvolvimento urbano do Município, antes restrito aos planos Agache e Doxiadis, sendo assim; sua equipe elaborou o Plano Urbanístico Básico da Cidade do Rio de Janeiro (PUB-Rio) (*ver Rezende, 1982*).

Este Plano (PUB) mais do que um enfoque físico-urbanístico, era um documento que abrangia os diferentes aspectos do crescimento da Cidade. Estabeleceu objetivos e definiu diretrizes, o plano procurou harmonizar a evolução da Cidade viabilizando a intervenção do poder público em diferentes níveis.

Desta forma através do Decreto nº 1.269 de 1977, foram aprovadas as recomendações e proposições estabelecidas no PUB-Rio, entre estas recomendações a divisão da Cidade em 6 áreas de planejamento – Aps, a criação dos Projetos de Estruturação Urbana – PEUs, que deram a definição do traçado viário, padrões de uso do solo e planos de massa da Unidades Especiais de Planejamento definidas no Plano. O PEU de número 001 de Proteção Ambiental e Paisagística decretado em 1978 contemplou os bairros da Urca e Praia Vermelha.

No que se refere à questão paisagística e o equilíbrio da área verde e a área construída, o prefeito Israel Klabin condicionou o plantio de uma árvore para cada 150 metros quadrados de edificação. Outro marco desta administração foi o início das discussões para a criação do Corredor Cultural²⁹, que foi reconhecido como Zona Especial do Centro Histórico do Rio de Janeiro em 1984.

²⁹ Este foi um projeto de preservação, renovação e revitalização, que teve como objetivo proteger o conjunto arquitetônico da região e orientar a inserção de novas construções e restauro das antigas.

Uma outra providência deste prefeito foi a extinção da Sudebar, passando todo o planejamento urbano da cidade a ser feito pela Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral. Julio Coutinho ainda reformulou todas as faixas relativas a ZE-9, ao longo da linha 1 do Metrô e novos gabaritos foram estipulados para os bairros de Botafogo, Flamengo, Catete e Glória. Após estudos de diversas áreas da Cidade a administração codificou e delimitou 153 bairros da Cidade do Rio de Janeiro, mas em 1985 estes limites foram alterados com a criação de novas Regiões Administrativas. Com isso foram reconhecidos oficialmente como bairros uma série de localidades, que eram denominadas informalmente. Destacam-se na área da orla os seguintes bairros Gávea, Lagoa e Jardim Botânico que se confundiam anteriormente.

Na primeira administração do prefeito Marcello Alencar em 1983 iniciaram-se os estudos das Unidades Especiais de Planejamento – UEPs, criadas pelo PUB-Rio. Após alguns estudos o prefeito sancionou a Lei nº 434, que alterou os limites de zoneamento e fixou as alturas para as edificações a serem construídas nos bairros de Botafogo e Humaitá.

Na administração de Roberto Saturnino Braga (1986 a 1988) os estudos urbanísticos para a Cidade continuaram e surgiram então, legislações estabelecendo novas condições de uso e ocupação do solo para os seguintes bairros da orla carioca: Leblon, Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Nesta mesma gestão foram criadas as Áreas de Proteção Ambiental – APAs dos bairros do Cosme Velho, Laranjeiras, Santo Cristo, Saúde e Gamboa. Este instrumento legal foi utilizado em 2001 sob o nome de Área de Proteção do Ambiente Cultural – Apac.

Em função de mudanças administrativas no período de 1987-1988, a Secretaria Municipal de Planejamento foi desmembrada em Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, que incluía em suas atribuições e estrutura a Superintendência de Meio Ambiente. Este primeiro passo no trato da questão ambiental revelou sua vinculação com o planejamento urbano, embora em caráter de subordinação.

Na segunda gestão de Marcello Alencar, com a edição da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro em 1990, diversos dispositivos passam a influir no perfil a Cidade. Caderman et al. (2004: 71) destaca o Art. 448, que limitou em 12 metros a altura máxima para qualquer edificação colada na divisa. A intenção dos legisladores foi de aprovar, após a elaboração do Plano Diretor, os Projetos de Estruturação Urbana – PEUs de todos os bairros da Cidade, substituindo este parâmetro de 12 metros, individualizados por unidades de planejamento. A medida trouxe impacto no setor da indústria da construção civil, impedindo o surgimento de novos imóveis, o aproveitamento dos pequenos lotes foi diminuindo e a retração da oferta causou aumento de preços de imóveis em níveis

compatíveis com o poder aquisitivo da população. Desta forma foi necessária a aprovação de uma nova lei, no ano seguinte, definindo as exceções ao Art. 448 da Lei Orgânica, excluindo-se as áreas já regulamentadas através de lei anterior, as áreas objeto de PEU anteriores à própria Lei Orgânica e as áreas de bairros já reguladas por decreto que apresentassem características de PEU.

A edição do Plano Decenal da Cidade do Rio de Janeiro se deu em 1992 e foi previsto na Lei Orgânica. Estabeleceu normas e procedimentos para a realização da política urbana do município, fixou suas diretrizes, prevendo os instrumentos para sua execução e definindo políticas setoriais e programas, buscando o total atendimento das funções sociais da Cidade. Este Plano que deveria ser executado em 10 anos, teria como desdobramento o estabelecimento de normas gerais e regulamentos novos de zoneamento e parcelamento do solo, que possibilitaria a elaboração completa dos 55 PEUs, o que não ocorreu. Todavia determinados instrumentos de planejamento foram criados, como por exemplo: as áreas de especial interesse social, urbanístico e ambiental, e também; diversos parâmetros urbanísticos foram definidos e têm sido aplicados como no caso dos Índices de Aproveitamento de Terreno (IAT) para as 55 Unidades Especiais de Planejamento (UEPs).

Após a Conferência Rio-92³⁰, a questão ambiental ganha relevância e justifica a criação em 1993, da Secretaria Municipal Extraordinária de Meio Ambiente, vinculando-se a ela a Fundação Parques e Jardins e a Fundação Jardim Zoológico. No ano de 1994 passa a integrar o organograma da Prefeitura como Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC).

Os mandatos que se seguiram foram dos prefeitos César Maia (1993 a 1996/2001 a 2004 e 2005 a 2008, este último ainda em curso) e Luiz Paulo Conde (1997 a 2000), ambos dedicados a programas de governo de intervenções em áreas de ocupação com habitações ditas subnormais, como o Favela Bairro. Os mesmos prefeitos implementaram melhorias em todo município com o Rio-Cidade, um plano de obras voltado para a reconstrução de espaços públicos e melhoria dos padrões urbanísticos. Foram aprovadas diversas leis durante estes mandatos, definindo as condições de uso e ocupação do solo como a Área de Especial Interesse Urbanístico do Centro da Cidade (1994).

Falar sobre a história e em especial da trajetória urbanística de uma cidade é sem dúvida um desafio, e quando, se trata do Rio de Janeiro, uma cidade cosmopolita, esse desafio torna-se ainda maior. Ao longo de vários séculos essa Cidade teve um papel importante na vida política brasileira, que implicou na organização da articulação tanto com

³⁰ Conferência da Organização das Nações Unidas – ONU sobre o Meio Ambiente e desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992

o interior do país, quanto com o exterior, e isso trouxe uma posição de destaque na identidade carioca sobre o perfil nacional.

Tratar um pouco da trajetória urbanística da Cidade enquadrando os momentos políticos nacionais, pareceu um caminho para a estruturação dessa etapa do trabalho e do objeto de estudo, pois como afirma Lysia Bernardes: “...não podemos falar do Rio de Janeiro sem falar de sua história...”

O método historicista, por meio da seqüência de fatos que se desenvolveram possibilita a visão de conjunto e a articulação do processo de produção do espaço urbano, estabelecido através da urbanística da Cidade do Rio de Janeiro. A visão histórica ofereceu subsídios para apreender, interpretar a orientação na base do processo da preocupação ambiental e a valoração do assim chamado “espaço natural” nos dias atuais, e que constitui uma marca da identidade carioca.

3.3. OS BAIRROS DA ZONA SUL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Desde cedo com a descida do Morro do Castelo para o litoral, a cidade rebatizara a paisagem. A devoção dos primeiros habitantes erguera algumas ermidas, capelas nas baixadas. Perto da praia junto ao hospital, que data de 1582, ficava a capela da Misericórdia, certamente uma das mais antigas. Mais velha ainda que a de Santa Luzia, que existia em 1579 e de nome a praia. Até perdê-la para os aterros o carioca a chamou de Santa Luzia. Antes era Piaçaba – ou Piaçava, ou ainda Peaçaba, que em indígena quer dizer: “porto”, “lugar onde vem ter o caminho”. O que nos pareceu ao ler os escritos de Lamego (1965); Bernardes (1992); Gaspar (2004), um tributo as águas mansas e abrigadas daquele ancoradouro natural. Piaçaba era uma presença importante nos mapas da Cidade do Rio de Janeiro, pois designava todo o sinuoso litoral, que ia da Praia de Santa Luzia às colinas onde seria construído o atual Mosteiro de São Bento.

Em 1669, os jesuítas eram proprietários de trechos da praia e da rua que mais tarde se chamaria D. Manoel. Seguir os nomes que se perderam é uma tentativa de retrazar o caminho percorrido pela cidade, a medida que se apossava de toda a costa, criando o contorno que hoje conhecemos como o município do Rio de Janeiro. A origem da cidade tem início no século XVI, no centro. A área plana nos arredores do Morro Castelo, encaixada entre os morros de São Bento, Conceição e de Santo Antônio, foi aos poucos sendo tomada dos charcos, lagoas e pântanos, que constituíam o ambiente natural. Na época a Cidade não ultrapassava a Rua da Vala, onde hoje fica a Rua Uruguaiana, e o Passeio Público, resultado das primeiras intervenções a mexer com a aparência da cidade (*ver MP 03 e 04*).

No fim do século XVIII, o Passeio Público ganhou um parapeito sobre o mar, que se prolongava pelo paredão da Glória, margeando a passagem da Rua da Lapa, indo até o bairro do Catete. Durante muitas décadas a orla carioca assim permaneceu. Com a entrada do século XX voltaria a sofrer mudanças, desta vez irreconhecível, como se outra cidade tivesse ocupado o lugar onde ficava o primitivo Rio de Janeiro.

Entre a Praça Mauá e a Ponta do Caju, os aterros engoliram enseadas, trapiches e ancoradouros que pertenciam a memória histórica do Rio de Janeiro. Com estas obras sumiram dez praias, restando apenas os nomes: Prainha, Saúde, Chichorra, Gamboa, Valongo, Formosa, Palmeira, Lázarus, São Cristóvão e Caju.

Como já mencionado, inspirado no modelo implantado por Hausmann em Paris, Pereira Passos virou o Rio de Janeiro pelo avesso. A Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, cortava a cidade em linha reta e desembocava na Beira Mar, parecendo apontar a direção que a cidade tomaria. As avenidas levam a Botafogo, costeando as praias de Santa Luzia, da Lapa, da Glória, do Russel e do Flamengo. Na direção à Copacabana. Quer dizer à Zona Sul que Pereira Passos inventou.

Em 1908 iniciou-se a criação do bairro da Urca, graças à escolha da área, entre a Praia Vermelha e a Urca, para sediar o centenário de abertura dos portos às nações amigas. Enterrou-se a Praia da Saudade, para ceder lugar a Avenida Pasteur após 1922 e que ficava onde agora está o Iate Clube do Rio de Janeiro.

Na década de 1920 (*ver MP 02*), o desmante do Morro do Castelo, berço da cidade, aceleraria a transformação da orla, da Praça Quinze ao Passeio Público. Com esse desmante, afirma Gaspar (2004) que vieram os aterros que invadiram o mar para favorecer, por exemplo, o Aeroporto Santos Dumont. Em 1944, quando terminaram as obras, outra parte da cidade estava irreconhecível. A Praia de D. Manoel, a Ponta do Calaboço, o Boqueirão do Passeio e a Praia de Santa Luzia, que outrora compunham a Piaçaba, desapareceram. No século XIX e até início do século XX eram estas as praias mais populares e famosas da cidade, sendo a de Santa Luzia e a de D. Manoel as mais procuradas para o banho de mar. No Boqueirão do Passeio, havia o clube de remo, uma tradição que migrou para trás das pistas do aeroporto e esta lá até hoje.

120

Em 1952, o então prefeito Dulcídio Cardoso, dando maior impulso ao desmante do Morro Santo Antonio, iniciado na gestão anterior, empurrou o mar para mais longe, estendendo entre o Passeio Público e o Morro da Viúva, o Aterro do Flamengo (1953-1962).

Não se pode culpar o século XX pelas mudanças ocorridas. A idéia de arrasar morros no centro vinha de projetos discutidos na cidade colonial, onde a ampliação do espaço plano

e o saneamento urbano tiveram como principal instrumento o entulho que secava as lagoas e mangues.

No lugar onde ficava o Morro das Mangueiras, perto da Lapa, passa agora a Rua Visconde de Maranguape. Foi arrasado ainda no tempo dos vice-reis, dele surgiu o entulho para aterrar a Lagoa do Boqueirão, que mais tarde passou a ser o Passeio Público.

Nos primeiros anos da República acabaram com o Morro do Senado, aproveitando para entupir a Lagoa da Sentinela e o Saco de São Diogo, ou seja, o mangue.

Atualmente quem anda pelo Centro do Rio de Janeiro pisa em diversas praias aterradas. O cais do porto transformou o Saco de São Diogo na atual Avenida Francisco Bicalho; a Praia Formosa na Rua Pedro Alves; o Saco do Alferes na Rua do Santo Cristo; o Saco da Gamboa na Rua da Gamboa; o Valongo na Rua Sacadura Cabral; e a Prainha na Praça Mauá. Do Arsenal de Marinha ao antigo Arsenal de Guerra, os aterros extinguiram a Praia dos Mineiros, a Praia do Peixe, a Praia Manoel de Brito, que forma hoje a Rua Primeiro de Março, e a Piaçaba, que virou a Rua D. Manoel.

Segundo Gaspar (2004: 135) as pedras retiradas dos morros do Castelo e Santo Antonio soterraram a Ponta do Calabouço, dando origem à Avenida General Justo, próximo a Praça General Âncora. A Praia de Santa Luzia era a Rua Santa Luzia. A Praia do Boqueirão ficava onde termina a Avenida Rio Branco. A Praia da Areia de Espanha, mais ou menos no começo da Avenida Augusto Severo. A Praia da Glória, evidentemente, na Rua da Glória. A Praia do Flamengo sobre as calçadas do Flamengo. A Praia de Botafogo debaixo de Botafogo. E a Praia de Martim Afonso já foi Praia do Suzano e Praia da Saudade, hoje é a Avenida Pasteur.

Bernardes, em seu artigo sobre *Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro*, nos fala um pouco da luta da cidade contra o brejo, segundo ela e como já foi mencionado aqui, a expansão da cidade no decorrer do século XVIII se processou graças à conquista das lagoas e brejos, que dificultavam o espraiamento da cidade na planície e também, de terrenos de marinha³¹.

³¹ Parcela considerável do patrimônio imobiliário da União encontra-se localizada nos terrenos que em regra se limitam com as praias brasileiras. Tais áreas são conhecidas como terrenos de marinha, e correspondem à faixa de 33 metros a contar da linha de preamar média do ano de 1831. Portanto, os terrenos da União são identificados a partir da média das marés altas do ano de 1831, tomando como referência o estado de situação da costa brasileira naquele ano. Os terrenos que se formaram a partir da linha de preamar média do referido ano, em direção ao mar, tanto os aterros como aqueles resultantes do recuo do mar no tempo, são denominados acrescidos de marinha, que também são áreas de domínio da União.

A cidade tomou três direções. Na planície, para oeste, entre o maciço montanhoso e o alinhamento Conceição-Providência. Ao norte, na faixa de marinha entre os morros e o mar, e para sul, a estreita faixa entre as encostas da serra da Carioca e a praia (*ver MP 04*)

Ao longo do litoral, na direção sul, adensou-se no século XVIII a população, até o Largo do Machado, mas a rigor somente a Lapa e a Glória tinham características urbanas. Com o aterro de parte das lagoas do Boqueirão e do Desterro e à construção do Passeio Público, como mencionado, amplia-se nesse trecho o espaço urbano, com a abertura das Ruas do Passeio e das Marrecas. Essa zona que, com a Lapa formava um bairro residencial, ligava-se ao velho Centro por uma nova rua, atual Treze de Maio.

Segundo Bernardes, preencheram-se os vazios que existiam à beira-mar, entre o Castelo e o morro do Desterro e pela estreita faixa de terra entre este último e a praia da Lapa multiplicaram-se as construções. Na encosta do morro voltada para a praia da Lapa e a enseada da Glória, abrem-se as primeiras ladeiras, povoando-se o próprio outeiro da Glória. Pelo caminho do Catete prossegue a conquista da planície. A esses elementos praia, morro, planície vem se junta a conquista dos vales, onde se multiplicam as chácaras.

Ao norte do alinhamento dos morros São Bento-Conceição-Providência, o mar vinha em muitos pontos bater ao pé das encostas e pouco desenvolvimento tinham as pequenas planícies dos sacos do Valongo, da Gamboa, do Alferes e da praia Formosa. Mesmo ao acesso a essa face da encosta era difícil.

Na direção do sul, como ao norte dos morros da Conceição e da Providência, a cidade apresentou progressos no decorrer do século XVIII, conquistando o espaço urbano os brejos e os morros. O crescimento da cidade para oeste foi notável, onde sua planície na maior parte pantanosa, localizava-se entre o alinhamento acima citado e a encosta norte do maciço da Carioca. Essas obras de aterramento se sucederam praticamente ao longo de todo o século, com isso a cidade se estendeu até o Campo de Santana, ampliando-se na direção ao mar, na Praia Manuel de Brito. Temos assim o que ficou conhecido como “cidade velha” e hoje designamos “cidade”.

122

Em direção a orla, a aglomeração se rarefaz, tomando forma linear, ao longo de suas pontas de lança nas praias, nos vales e nos sopés de encostas da Zona Sul, o mesmo sucedendo a Zona Norte.

A presença do maciço da Carioca, desde os primeiros séculos, fizera com que a expansão da cidade tomasse duas direções, uma a oeste, ao norte da frente montanhosa, e outra para sul, acompanhando as enseadas da Baía (BERNARDES, 1965).

Espraiando-se pelas planícies do Flamengo e de Botafogo, aos poucos conquistadas, alongando-se o casario ao pé do Corcovado, a cidade penetrou pelos fundos de vales em Laranjeiras, Botafogo e mesmo na Gávea. Segundo Bernardes, diversos estrangulamentos causados no relevo, ao se passar de uma a outra enseada ou de um a outro vale (morros da Glória-Santa Teresa, morros da Viúva-Mundo Novo, garganta de Humaitá) compartimentaram os diferentes núcleos da expansão da cidade, dando assim, limites físicos aos bairros que aí se formaram.

A estrutura fundiária da cidade não é a mesma. Ao invés de lotes estreitos e fundos, com casas geminadas, todas na frente da rua, o que constituía um traço característico do velho Centro, vê-se agora, intercalados em muitas casas com esse tipo de estrutura, lotes de testada relativamente larga, abrigando casas amplas muitas vezes no meio de jardins. Isso se deu nos bairros da Zona Sul e da Zona Norte. Este crescimento se fez devido à subdivisão de antigas chácaras. Subdivisão está, que ocorre em ocasiões diversas e por iniciativas isoladas, na maioria das vezes particulares, adquirindo assim, a paisagem urbana um caráter heterogêneo. São os grandes quarteirões, onde palacetes protegidos por grades altas, se intercalam com vilas de casas pequenas e modestas; são as ruas de aspecto operário com casas térreas coladas umas nas outras.

Como pode ser observado e mencionado por Bernardes (1965), a Cidade do Rio de Janeiro era limitada em sua pequena planície pela montanha, o brejo e o mar, a “cidade velha” não podia abrigar toda a população que para ela se dirigia. Foi necessário contornar a montanha, ocupada diretamente em Santa Teresa, o ponto mais avançado na direção do centro. Nos vales até então ocupados por chácaras, progride a ocupação de caráter urbano.

3.3.1. os loteamentos e o litoral: o início e evolução

Na sua maioria os loteamentos de praia seguem alguns preceitos no processo de criação, como por exemplo, se organizam em função de uma via arterial (recebe e distribui o tráfego para as demais), seja ela uma rodovia ou uma via urbana, que pode ou não seguir paralela a praia. Nas áreas de costões³² é normal o assentamento ocorrer à medida que o relevo permite, mantendo-se ou não junto a esta via arterial.

³² considerado um dos cinco ambientes básicos para os organismos vivos no litoral brasileiro e compreende todas as superfícies rochosas situadas ao longo da linha da costa, tanto no continente como nas ilhas, caracterizando-as por manter um contato constante com as águas do mar.

São encontrados desde a forma de rochas isoladas ou agrupadas em pequenos conjuntos junto às praias ou em grupos contínuos de escarpas, que se desenvolvem por quilômetros ao longo da costa.

Para fins de urbanização, às áreas limítrofes às grandes linhas de costão – em geral constituídas de promontórios e penínsulas de declividade acentuada – têm tido uma ocupação especializada por habitações destinadas ao

A Zona Sul, constituída pelos bairros que se dispõem ao sul do maciço litorâneo e ocupam os vales e planícies entre ele e o mar, vem merecendo a algumas décadas a preferência da população mais abastada e parte da classe média, que procuram instalar sua moradia, atraídas pela proximidade das praias, pelo clima mais fresco, pelas belas paisagens onde o mar ou a montanha estão sempre presentes. É notório que a presença da montanha, separando uns dos outros os diferentes bairros da Zona Sul, contribui para a individualização dos mesmos, por outro lado, foi essa presença da montanha que contendo a expansão em área desses bairros, favoreceu o crescimento vertical e sua valorização(BERNARDES, 1965).

Para a conquista de Copacabana, por exemplo, a existência de um alinhamento montanhoso foi um obstáculo difícil de vencer, o fato do maciço litorâneo se estender até o mar entre a Lagoa de Jacarepaguá e a praia do Leblon foi muito mais sério para o progresso da ocupação de caráter urbano nessa direção. Bernardes menciona que não teria sido tão extraordinária a valorização dos terrenos de Copacabana, Ipanema e Leblon, nem talvez se generalizasse a febre da construção de edifícios elevados, se a presença de encostas íngremes e picos desnudos não tivessem tolhido esse crescimento da cidade ao longo da orla litorânea.

Mesmo com a urbanização das áreas costeiras no Brasil terem acontecido com a ocupação territorial do país, somente no século XX, que o loteamento de áreas significativas da orla marítima passou a ser socialmente aceito como figura urbana. Segundo Macedo (2004: 47) a criação do bairro de Copacabana, foi um marco desse processo.

124

O mar ganha um valor cênico e a praia torna-se um espaço para o lazer, desta forma são incorporados ao repertório urbano brasileiro.

Mesmo lentamente esse crescimento vem se processando desde a década de 90 até os dias atuais, como mostrou a especulação desenfreada, a pequena planície à retaguarda da praia da Gávea, foi completamente urbanizada. A princípio foi ocupada em suas bordas como área de recreio, por belas mansões, rodeadas de belos jardins, essa planície é predominantemente residencial e conserva um caráter aristocrático.

público de poder aquisitivo mais alto, com condições de arcar com o custo tecnológico necessário para assentamento de residências em áreas de escarpas.

A construção nas encostas vizinhas ou sobre o costão constituem um dos principais fatores de alteração dos ecossistemas de costa, devido ao contínuo soterramento de áreas biologicamente significativas. Esse fato é decorrência de aterros necessários para o assentamento de novas construções ou por desmoronamentos provocados por modos drásticos de alteração da estrutura física das encostas.

A vizinhança da urbanização causa a poluição das águas através do despejo orgânico, químico e industrial, que contribuem diretamente para desestabilização destes ecossistemas. Destes dejetos, o derramamento de óleo é apontado como um dos principais fatores de degradação deste tipo de ambiente

• Tese/2006

Diante das dificuldades encontradas pelo relevo o crescimento dos bairros oceânicos e em face da procura cada vez maior dos mesmos e de toda Zona Sul, impôs-se outra direção para o adensamento e urbanização. Como os vales já haviam sido ocupados, as praias e as planícies costeiras, uma nova frente se abriu: a montanha.

Nos mapas *MP 06 e 07* pode-se ver que essa ocupação da montanha se faz mais intensa nas partes mais valorizadas do Leblon, Gávea ou da Lagoa. Iniciando nas vertentes menos abruptas do esporão, que separa o vale dos Macacos e do rio da Rainha, junto à Praça Santos Dumont, a conquista da montanha se faz em diversas direções. Após ocupada as encostas menos abruptas dos morros da Saudade e dos Cabritos, os empresários da construção civil investem mais alto. É o que ocorre no talude do Corcovado, próximo ao Humaitá, onde várias ruas se recortam; no esporão divisor entre os rios dos Macacos e Cabeça, continuando as Ruas Lopes Quintas e Inglês de Sousa; no talude do morro Dois Irmãos pelo lado do Leblon; no alto do rio Rainha ao longo da Estrada da Gávea e de loteamentos que se abriram em ruas transversais.

A ocupação da montanha nos bairros da Zona Sul é recente, com pouco mais de vinte anos. Esta ocupação é expressiva nas limitações expressas pela topografia nesta área da Cidade, pois tomou impulso depois de completada a ocupação da partes planas do Leblon e da Gávea (*ver MP 17 e 18 – anexo I*).

Copacabana e Ipanema com a proliferação dos edifícios de pequenos apartamentos, ficam ao alcance das camadas mais modestas da população. As áreas menos servidas por transporte coletivo, como Lagoa, e o extremo oeste do Leblon, rapidamente são ocupadas.

O privilégio de ocupação da montanha é compartilhado por outra classe menos favorecida, que trabalhando na Zona Sul, aí precisava habitar, devido as distâncias consideráveis dos subúrbios. Desta forma, se numa encosta temos residências luxuosas, na vertente oposta encontraremos a favela, que vem se alastrando enormemente na cidade. O morador de certos loteamentos de luxo, como o do Humaitá por exemplo, goza de vista belíssima sobre a Lagoa e o Corcovado, mas tem diante dos olhos na vertente oposta, a favela.

125

A crescente ocupação do espaço urbano ao longo do litoral ou da grande frente montanhosa (*ver IMG 07 – anexo II*), vai se tornando cada vez mais intensa, completando assim a tão valorizada Zona Sul, desaparecem as discontinuidades do espaço urbano na planície. Os últimos enclaves agrícolas, segundo Bernardes, são eliminados, os trechos pantanosos ou as propriedades de maior extensão são subdivididas. Assim, completa-se a ocupação de Copacabana, com aterros e drenagem do atual Bairro Peixoto. Na Gávea, uma

nova avenida, projetada e loteada acompanha o fundo de vale. Em outros trechos do bairro, chácaras foram loteadas e a propriedade de uma empresa fabril se subdivide (loteamento carioca), e a valorização dos terrenos torna-se extraordinária.

Apesar do preenchimento de todos os vazios, o espaço urbano na Zona Sul, caracteriza-se por sua compartimentação. A montanha ainda é responsável por essa descontinuidade, apesar do avanço progressivo da urbanização em seu sopé.

A expansão do bairro do Jardim Botânico foi feito através dos aterros na Lagoa e na direção do talude do Corcovado e ainda, do vale dos Macacos, onde ao lado de mansões antigas se multiplicaram residências e apartamentos de classe média alta.

Como menciona Bernardes as formas de ocupação da Zona Sul decorreram de iniciativas particulares que através de loteamentos de áreas antes ocupadas por chácaras ou inaproveitadas, promovem a sua anexação ao espaço urbano. Esses lotes não são muito grandes, mas as ruas são sempre previamente calçadas e dotadas de meio-fio, quando não arborizadas e sempre dotadas de iluminação domiciliar e pública, assim como fornecimento de gás. Portanto, são lotes de valor elevado, em uma cidade onde há carência de espaço, onde o espaço se torna uma raridade, a valorização é excepcional, só estando ao alcance daqueles mais favorecidos. Somente pelo processo de condomínio, pela construção de pequenos edifícios de apartamentos, se torna acessível a toda classe média.

3.3.2. PADRÕES DE ASSENTAMENTO

*Uma cidade é um conjunto de bairros dos quais cada um tem sua fisionomia, resultante de sua função, de seus habitantes, de sua idade. Todos esses bairros, mais ou menos integrados entre si, formam a cidade. Um bairro urbano tem uma feição que só a ele pertence, uma vida particular, uma alma.*³³ **126**

Soares (1995) afirma que a noção de bairro³⁴ é de origem popular, tirada da linguagem corrente. Para os habitantes de uma cidade, o bairro constitui, no interior da mesma, um conjunto que tem sua própria originalidade. A Cidade do Rio de Janeiro está dividida em 5 Áreas de Planejamento – AP, que são compostas por 30 Regiões Administrativas – RA, que por sua vez são formadas pelos bairros.

³³ Transcrito de *Aspectos da Geografia Carioca*. Rio de Janeiro Conselho Nacional de Geografia, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1962, p. 105-124.

³⁴ A noção geográfica de bairro que colocamos constitui a base conceitual para divisão oficial da Cidade do Rio de Janeiro em bairros, em 1981. Ver *Bairros do Município do Rio de Janeiro*, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1981, 122p.

A noção popular de bairro, afirma Soares é muito mais geográfica, mais rica e mais concreta. Ela está baseada num sentimento coletivo dos habitantes, que têm a consciência de morarem em tal ou qual bairro.

No caso do Rio de Janeiro observa-se a importância, que tem a individualidade de alguns bairros ao se tratar do sítio do bairro, ou seja; do local onde ele se implantou. Por ser uma cidade tão compartimentada pelo relevo, é grande o número de bairros que têm no fator sítio uma das razões principais de sua unidade. Como menciona Soares (1995: 106), Laranjeiras, por exemplo, é uma parte média e de declividade suave do vale do rio da Carioca.

Torna-se necessário chamar a atenção para o dinamismo desses aspectos da Geografia Urbana. Ao concordar com Soares se observa que: *“cada bairro é uma resultante de forças do passado e de fatores do presente, mas em todos eles se esboçam traços do futuro”*

A configuração horizontal constitui a grande maioria dos empreendimentos imobiliários existentes e se estende por grande parte dos municípios litorâneos destinados aos usos turísticos. Esse tipo de loteamento exige áreas planas e preferencialmente extensas. Estendem-se ao longo das praias sobre terrenos ocupados por areias, dunas³⁵ e matas de restinga³⁶, que são processados. Cria-se no final de alguns anos um novo cenário, uma nova paisagem, permanecendo a praia com configuração similar a existente antes da ocupação do lugar.

127

A constante expansão da indústria imobiliária, trouxe o esgotamento e as possibilidades de ocupação e a necessidade de novos empreendimentos, o que provocou uma ampliação significativa das áreas abertas e ocupadas, direcionando muitos trechos do litoral, a ocupação de área de costão. Esses têm sido uma forma de urbanização encontrada na Cidade do Rio de Janeiro e outros estados.

A maioria dos loteamentos horizontais em áreas litorâneas apresentam as características das Cidades Jardins, no caso da escala do bairro – Bairro Jardim, com

³⁵ conjuntos de morros e morrotes de areia que se encontram ao longo da costa, fortemente influenciados pelos ventos provenientes do mar em sua estruturação paisagística e que são separadas pelo oceano por cordões de praia. Dentro de um ponto de vista mais amplo, todo sistema dunar incorpora as áreas de praia em seu conjunto, constituindo as praias em zonas limítrofes de tais complexos, isto é, aquelas sujeitas à ação direta das águas do oceano.

As dunas têm papel importante na dinâmica das áreas litorâneas e são responsáveis pela formação e delimitação de aquíferos, na regularização das águas subterrâneas e na formação de lagoas, que servem todas as comunidades vivas residentes nas suas áreas de influência.

³⁶ ocupam quase todas as áreas das planícies costeiras onde há manguezais, dunas ou lagoas. Caracterizadas por possuir um solo arenoso, pobre de nutrientes, de lençol freático muito alto e freqüentemente encharcado.

A restinga justamente pelo fato de ocorrer sobre os terrenos planos do litoral, é dos ecossistemas costeiros o mais explorável pela sociedade. Seu território tem sido ocupado pelas mais diversas formas de assentamento humano no século XX, sendo em muitos trechos do litoral totalmente erradicada.

edificações isoladas nos lotes, ruas arborizadas, jardins e quintais particulares, áreas públicas e semi-públicas comuns e toda a sua estrutura voltada para o aproveitamento máximo das áreas de praia.

A configuração vertical de áreas litorâneas é pouco encontrada. Os loteamentos não são previstos para assumir desde o início essa configuração. Em geral o surgimento de prédios corresponde a uma etapa posterior a ocupação de um loteamento horizontal. Muitas municipalidades restringem o gabarito de suas áreas litorâneas, impedindo a construção de edifícios de vários pavimentos.

Pode agregar a essas duas formas de ocupação – horizontal e vertical - do litoral uma terceira, ainda incipiente no país, mas já em aplicabilidade na Barra da Tijuca: a constituição de centros de recreação isolados, geralmente centrados em volta de um clube, hotel, ou mesmo de um condomínio, que se instalam em uma região pouco povoada e que podem se tornar uma atração para novos investimentos.

Essas situações urbanas procuram trabalhar com elementos existentes com baixos índices de processamento, mantendo a princípio intactas as áreas de paisagem nativa, que é utilizada por seus empreendedores como um chamariz seja de turistas, como de compradores e visitantes.

Em se tratando de dois bairros como: a Barra da Tijuca e Jacarepaguá³⁷, através de pesquisas efetuadas sobre os loteamentos, número de lotes, lotes ocupados e população em loteamentos irregulares junto ao Instituto Pereira Passos - IPP, foram encontrados 13 loteamentos irregulares na Barra da Tijuca no período de 1990 a 1992. Em Jacarepaguá este número chega a 94 loteamentos irregulares no período de 1990 a 1996. Ao se observar a *Tabela 1* foram obtidas as seguintes informações com relação a Barra da Tijuca: num período de dois anos haviam 526 lotes, dentre os quais 227 estavam ocupados com uma população de 728 habitantes. Já em Jacarepaguá o número de lotes chega a 8.317 no mesmo período, sendo que 6.534 lotes ocupados e uma população de 23.522 habitantes (*ver MP 17 e 18 – anexo III*).

128

Segundo SOUZA (1995) ao se tratar de loteamentos irregulares as glebas de terra são de no mínimo 130.000 m². No Rio de Janeiro na década de 50 se produziu 77% dos parcelamentos em área superior a esta metragem quadrada mencionada. Já na década de 60 essa percentagem reduziu para 67%, na década de 70 e primeira metade da década de 80 chegou a 29% dos parcelamentos realizados em área igual ou superior.

³⁷ Todos os dados referentes aos loteamentos irregulares dos dois bairros em questão tiveram como fontes pesquisas realizadas junto ao IPP – Instituto Pereira Passos, pesquisa documental e informações obtidas no *site* da Prefeitura³⁷ - acessado em janeiro/2004 – www.armazemdedados.rio.rj.gov.br

Souza em seus estudos verificou que a década de 80 e os anos de 90/91 foi o período responsável por 40% da produção de loteamentos irregulares nos bairros de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, distribuindo os loteamentos por área de gleba verificou-se que 25% foi parcelado em área inferior a 20.000 m² e 12,5% em área inferior a 5.000 m².

Na Barra da Tijuca e Jacarepaguá a partir da produção de loteamentos irregulares, verificou-se que 92% foi parcelado em até 500 lotes. Souza afirma que analisando esses loteamentos observou-se que 76% foi parcelado em até 100 lotes, sendo que as décadas de 80 e 90/91 respondem por 27% dos loteamentos com menor número de lotes.

Com relação ao tamanho dos lotes, Souza (1995: 67) menciona, que 66,7% dos loteamentos apresentam lotes com área mínima superior à exigida pela legislação federal, 125 m², todavia, 90,6% não atende a legislação municipal que exige uma área mínima para a região de 360 m² por lote. Apenas 4,2% dos loteamentos atendem a esse parâmetro da legislação tanto federal quanto municipal.

Independente da localização mais favorável ou não dos terrenos, a existência de tantos loteamentos irregulares nos bairros da Barra da Tijuca e Jacarepaguá é surpreendente. A Baixada de Jacarepaguá é reconhecidamente área de reserva de expansão e valorização do grande capital imobiliário. Através da inovação do produto “habitação” em condomínios fechados, verticais ou horizontais, a incorporação imobiliária deslocou para a região uma demanda por moradias de médio e alto padrão, localizada anteriormente nos bairros da Zona Sul (como já foi visto). Observando desta forma Souza afirma que a taxa de crescimento dos loteamentos irregulares deveria ser mínima, dado o histórico desse tipo de parcelamento.

Um outro dado interessante foi obtido através do Censo Demográfico de 1991 (IBGE), que registrou um crescimento de 200% no número de domicílios em favelas, quando esses dados são cruzados, ou seja, favelas e loteamentos irregulares, dois fatores são considerados, como afirma Souza:

129

- a grande quantidade de terras vazias estocadas como reserva de valor;
- a propriedade da terra nos bairros de Jacarepaguá e Barra da Tijuca guardam conflitos históricos não definidos juridicamente (*ver capítulo 5*).

A administração municipal da Cidade do Rio de Janeiro define como loteamentos irregulares aqueles que se encontram em desacordo com a legislação pertinente a qualquer nível de governo, seja federal, estadual ou municipal. As irregularidades são caracterizadas em legais e administrativas. As irregularidades legais referem-se à titulação de propriedade e

• Tese/2006

registro da gleba e do lote, e ao contrato firmado entre vendedor e comprador. As administrativas estão relacionadas ao projeto de implantação do loteamento no que diz respeito ao parcelamento da terra e à execução das obras de infra-estrutura. Existe ainda uma terceira categoria, onde se incluem os loteamentos clandestinos.

As pesquisas realizadas por Souza mostram que existe uma alta incidência na ação conjunta de particulares e empresas imobiliárias diversas, ocorrendo em boa parte dos casos a ação de um único grupo. São várias pessoas físicas e empresas imobiliárias atuando em conjunto:

- uma pessoa física compra a gleba e realiza o loteamento em associação a outra pessoa física;
- uma empresa imobiliária compra a gleba e outra empresa imobiliária realiza as vendas de lotes.

Os bairros da Barra da Tijuca e Jacarepaguá passaram a serem vendidos no mercado imobiliário como uma “nova maneira de viver”, e esta região vem sofrendo uma valorização a partir dessa estratégia, o loteador irregular, clandestino, realiza uma renda maior, visto que seus clientes irão consumir a mesma ideologia, mesmo que à parte do mercado.

A ação do capital incorporador vai influenciar os preços dos lotes irregulares e clandestinos da região, quando estrategicamente valoriza seu produto diante do estoque imobiliário do restante da Cidade. A realização de loteamentos irregulares vai continuar existindo enquanto o capital incorporador não dominar todo o espaço na região e o Estado não for pressionado quanto a uma fiscalização efetiva das terras, de forma a não permitir maior fracionamento.

A legislação sobre parcelamento de terras não continha qualquer dispositivo que estabelecesse sanções penais aos loteadores, que realizavam loteamentos irregulares até 1979. Em dezembro deste mesmo ano, é promulgada a Lei Federal 6766, que entre outras contribuições para a qualidade de vida nas cidades, preocupou-se com o meio ambiente, tanto o natural (físico) como o construído. Surgiu, assim, uma preocupação de regular a expansão da cidade através do parcelamento do solo, determinando critérios gerais para salvaguardar adequadas condições ambientais, respeitando-se as áreas urbanas e de expansão definidas pelos municípios.

A 6766/79 é a primeira lei de âmbito nacional que cita sanções penais aos loteadores infratores, além de possibilitar às prefeituras o desencadeamento do processo de regularização dos loteamentos existentes.

Levando-se em consideração a tendência atual de se adotar a bacia hidrográfica como unidade de planejamento, as normas de uso e ocupação do solo da Cidade devem adequar-se às diretrizes dos Comitês de Bacias onde a mesma se situa.

Alguns aspectos dispostos devem ser revistos, tendo-se em vista outros documentos legais e o atual nível de conscientização ambiental. Desse modo, constata-se que a lei, apesar de sua contribuição, está defasada devido ao tempo, aos avanços das ciências ambientais e das instituições e instrumentos jurídicos, principalmente no que se refere ao meio ambiente.

TABELA 1 – LOTEAMENTOS, NÚMERO DE LOTES E LOTES OCUPADOS E POPULAÇÃO EM LOTEAMENTOS IRREGULARES, SEGUNDO LOTEAMENTOS NA BACIA HIDROGRAFICA EM 1996

LOTEAMENTO localização	ANO DA PESQUISA	NUMERO DE LOTES	LOTES OCUPADOS	POPULAÇÃO
BARRA DA TIJUCA		526	227	798
Bandeirantes 18080	1990	27	11	39
Santos Moreira	1994	32	18	63
Gilka Machado	1992	17	9	32
Gleba Finch	1992	9	4	14
Condominio Vila Real	1991	112	40	140
Presciliano da Silva	1992	31	1	4
Efelcuso I	1992	70	47	165
Bandeirantes 13841	1992	35	21	74
Bandeirantes 28135	1992	22	21	74
Servidão D I	1992	39	12	42
Servidão C	1992	24	3	11
Servidão D II	1992	40	20	70
Alceu de Carvalho	1992	68	20	70
JACAREPAGUA		8 317	6 534	23 522
Urucuia	1996	16	16	58
Jardim da Vitória	1991	64	64	230
Boré	1996	39	39	140
Estrada da Ligação	1990	30	2	7
Odim Góis	1995	20	16	58
Novo Horizonte	1990	70	67	241
Florianópolis	1990	70	70	252
Albano	1991	45	45	162
Outeiro Santo 900	1996	79	76	274
Vitória Régia	1990	354	354	1 274
Vila Rosa	1990	46	46	166
Meringuava	1991	22	22	79
Outeiro Santo 742	1991	30	29	104
Vila Camorim	1995	60	50	180
Bairro São Jorge	1996	31	31	112
Jardim Praça Seca	1996	100	100	360
Fazenda União	1996	58	30	108
Boiúna Lote 1000	1996	69	69	248
Morro da Reunião (A)	1991	100	100	360
Luis Souto	1991	57	30	108
Vila Ati	1992	60	57	205
Santa Efigênia	1992	67	63	227
Jardim Boiúna	1991	420	420	1 512
Jordão 208	1994	44	43	155
Macembú 1570	1996	41	41	148
Rodrigues Caldas 2135	1992	142	100	360
Macembú 1420	1993	52	37	133
Macembú 511	1996	45	37	133
Rodrigues Caldas	1992	228	228	821
Mapuá	1994	641	641	2 308

continua

Continuação TABELA 1

LOTEAMENTO localização	ANO DA PESQUISA	NUMERO DE LOTES	LOTES OCUPADOS	POPULAÇÃO
Boa Esperança	1992	44	44	158
Jordão 204	1992	31	31	112
Quiririm 1523	1992	158	158	569
Pedra Negra	1992	84	80	288
Vale do Sol	1992	61	33	119
Vale do Sol Gleba A	1996	9	4	14
Vila Paraíso	1992	508	468	1 685
Condomínio Esperança	1992	32	32	115
Vila Projetada I	1996	66	66	238
Solar de Vila Valqueire	1996	11	11	40
Prof. Henrique Costa	1992	46	46	166
Santa Efigênia 339	1992	50	50	180
Guerengê 1064	1992	33	29	104
Xv de Novembro	1992	20	19	68
Guerengê 1104	1992	22	20	72
Vila São Marciano	1996	380	380	1 368
Vale dos Calhars	1992	196	180	648
Pedreira Copacabana	1992	37	30	108
Prof. Gomes De Souza	1996	12	12	43
Retiro dos Artistas	1990	68	68	245
Outeiro Santo 735	1996	45	45	162
Morro da Reunião (B)	1990	8	8	29
Morro da Reunião (C)	1990	12	12	43
Jardim IV Centenário	1992	520	520	1 872
Boiúna 2355	1990	60	4	14
Boiúna 519	1992	26	26	94
André Rocha	1996	356	60	216
Vilar Paraíso	1991	16	15	54
Engenho Velho	1991	39	13	47
Cafundá 820	1990	11	10	36
Jordão 220	1991	36	33	119
Guilherme Veloso	1991	65	20	72
Cafundá 848	1991	13	9	32
Quiririm	1995	12	6	22
Guaranésia	1995	10	5	18
Gastão Taveira	1991	12	4	14
Condomínio Maria Ines	1995	32	20	72
Pousada dos Sabiás	1992	46	2	7
Vila Pacoty	1995	20	12	43
Parque São Dimas	1985	145	145	522
Jordão 893	1992	32	19	68
Pinto Teles	1993	8	3	11
Rio Pequeno	1995	33	19	68
Zenitildes Alves Meira	1991	36	12	43
Macembú	1996	16	6	22
Sítio Sta. Izabel	1993	159	31	112
Isabel Domingues	1990	159	31	112

continua

Continuação TABELA 1

LOTEAMENTO localização	ANO DA PESQUISA	NUMERO DE LOTES	LOTES OCUPADOS	POPULAÇÃO
Jordão 240	1995	120	116	418
Samuel das Neves	1994	37	37	133
São Marcelo	1993	87	56	202
Prof. Henrique Costa 609	1996	36	34	122
Ourém	1995	24	4	14
Campo D'Areia	1995	32	10	36
Isabel Domingues II	1995	38	7	25
Covanca 1201	1995	300	71	256
Cafundá 2125	1995	41	34	122
Camatiá 275	1995	25	4	14
Teixeirinhas 407	1995	135	15	54
Pau da Fome 2486	1995	25	25	90
Capenha 1371	1992	157	146	526
Quiririm 1500	1996	100	64	230
Jordão 264	1996	50	41	148
Otávio Coimbra 145	1995	44	27	97
Comandante Guarany	1995	171	69	248

Fonte: Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro – 1998 - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Banco de dados - Instituto Pereira Passos – IPP

Site: www.armazemdedados.rio.rj.gov.br acessado em janeiro/2004

Como pode ser constatado na tabela acima o bairro de Jacarepaguá até o ano de 1996 contava com uma população de 23.522 pessoas morando em loteamentos irregulares. Os dados levantados através do Anuário Estatístico da Cidade o bairro possuía cerca de 94 loteamentos, dentre os quais haviam 8.317 lotes, onde 6.534 estavam ocupados, isso no período de 1990 a 1996. Nos mapas *MP 17 e 18 – ver anexo III*, pode-se observar a situação geográfica dos loteamentos irregulares e clandestinos em 2004, que se localizam nas franjas dos maciços e muito próximos aos cursos d'água.



Figura 7. Vista panorâmica do Morro do Sumaré na Cidade Rio de Janeiro
Foto: Regina Esteves Lustoza – Dez./2005

A produção do espaço, em si, não é nova. Os grupos dominantes sempre produziram este ou aquele espaço particular (...). O novo é a produção global e total do espaço social. Essa extensão enorme de atividades produtivas realiza-se em função dos interesses dos que a inventam, dos que a gerem, dos que dela se beneficiam (largamente) (...). A estratégia vai muito mais longe que a simples venda, pedaço por pedaço, do espaço. Ela não só faz o espaço entrar na produção da mais-valia, ela visa uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e de decisão.

*Henri Lefebvre
(1999: 142-143)*

• Tese/2006

CAPÍTULO IV

**UM OLHAR SOBRE A “NOVA” RARIDADE DO ESPAÇO:
na Cidade do Rio de Janeiro**

O processo de reprodução da sociedade se realiza no processo de reprodução espacial em consequência da socialização da sociedade, que tem como foco principal a urbanização, que se revela através de uma planificação racional do espaço. Esse processo pode ser refletido no espaço da cidade através da propriedade privada do solo, que transforma o espaço em raridade.

O que seria essa raridade do espaço?

Essa raridade do espaço é o que se reproduz no capitalismo como mercadoria, ou seja, o espaço é fragmentado e comercializado em parcelas no mercado, um processo que se apóia na relação de troca baseada no uso, mas que tem como condição a existência da propriedade privada do solo urbano. Desta forma, o espaço vai se subdividindo até se transformar em pequenas propriedades o que, se em um primeiro instante aparece como condição necessária à reprodução, em outro momento surge como uma barreira à acumulação. É aí que a condição da propriedade privada de parcelas significativas do espaço entra em conflito com as necessidades de reprodução do capital em função da raridade do espaço em áreas centrais das cidades, nesse caso o Estado intervém no processo liberando as áreas necessárias ao crescimento, e o faz lançando mão de mecanismos legais que transformam a propriedade privada em “propriedade de interesse público”. Foi isso que ocorreu e ainda ocorre na Cidade do Rio de Janeiro e áreas como a Barra da Tijuca se tornam a “nova” raridade do espaço.

O capítulo traz a discussão o processo de produção do espaço, sobre o ponto de vista da reprodução social, que segundo Carlos (2001) com a generalização da urbanização surge uma nova contradição: a que se refere a antiga ocupação de áreas como lugares de expansão da mancha urbana (os parcelamento de chácaras ou fazendas, como no caso de certos bairros e em especial o da Barra da Tijuca) e a impossibilidade diante da escassez de áreas. Isto porque como será visto posteriormente, o espaço enquanto valor, entra no circuito da troca geral da sociedade – produção; repartição e distribuição, fazendo parte assim, da reprodução da riqueza, constituindo-se em raridade.

Os instrumentos de gestão como o Plano Diretor para a Baixada de Jacarepaguá, o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, o Estatuto da Cidade, o Projeto de Estruturação Urbana das Vargens– o PEU e outros aparecem como uma necessidade imposta por esse processo de reprodução espacial.

Surge ainda a preocupação com as questões ambientais e a natureza se torna mais um elemento a ser agregado a este valor.

A propriedade privada da natureza e a preocupação com sua sustentabilidade em função das futuras gerações não é uma novidade do ambientalismo contemporâneo. Marx a distinguiu da seguinte forma:

Do ponto de vista de uma formação econômica superior da sociedade, a propriedade privada de certos indivíduos sobre o globo terrestre parecerá tão absurda quanto a propriedade privada de um ser humano sobre o outro ser humano. Mesmo uma sociedade inteira, uma nação, mesmo todas as sociedades coesas em conjunto não são proprietárias da Terra. São apenas possuidoras, usufrutuárias dela, e como boni patres famílias devem legá-la melhorada às gerações posteriores.³⁸

Na atualidade o homem vive o momento do processo de reprodução em que a propriedade privada do solo urbano – condição da reprodução da cidade no capitalismo, passa a ser um limite de expansão econômica capitalista. Diante das necessidades da reprodução do capital, isto é o espaço produzido socialmente e tomado como mercadoria. Já no processo histórico, o espaço é apropriado primitivamente, criando limites a sua própria reprodução. É nesse momento, segundo Carlos (2001), que o espaço produto de reprodução da sociedade entra em contradição com as necessidades do desenvolvimento do próprio capital. Isto significa dizer que a “raridade” é produto do próprio processo de produção do espaço ao mesmo que sua limitação, o que se configura como uma contradição do espaço.

³⁸ Marx, Karl. O Capital. Op. cit. v.5, p. 239

Segundo Carlos (2001: 174) o processo de reprodução do espaço se realiza produzindo novas contradições, como a da raridade do espaço (barreira e limite a ser superado pelo capitalismo) de áreas na metrópole para a expansão das atividades econômicas como decorrência do próprio desenvolvimento da economia, acaba exigindo/construindo um modo de superá-la. Nesse processo cria-se um conflito direto com os habitantes, que muitas vezes se sentem expulsos de seus bairros e de suas casas em função do processo causado pela renovação urbana.

Para Carlos o fenômeno da raridade se concretiza pela articulação de 3 elementos indissociáveis: a existência da propriedade privada do solo urbano; a centralidade da área e o grau de ocupação (índice de construção) da área no conjunto do espaço na metrópole.

O primeiro parágrafo de O Capital menciona o seguinte:

A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias³⁹

A mercadoria tem um duplo caráter: é um objeto externo que satisfaz necessidades, ou seja, é riqueza material, e pode ser trocada por outros objetos úteis, tem valor de troca. O dinheiro nada mais é que a expressão do valor de troca. Marx mostra como a riqueza é, num primeiro momento, a natureza adaptada às necessidades humanas, e é claro ao afirmar que não se trata das necessidades materiais, mas das espirituais que devem ser satisfeitas a partir da riqueza natural. A natureza é valorizada em função da história particular que a sociedade tem com o seu ambiente. A essa natureza adaptada às necessidades humanas, Marx chama valor de uso. A natureza tem valor genericamente, como valor de uso, como riqueza material que satisfaz necessidades sociais.

O valor de uso se expressa por meio do valor de troca na sociedade capitalista. A natureza é valorizada no capitalismo somente se puder ser trocada por outra mercadoria, ou, mais comumente, por dinheiro.

Segundo Carlos (2001) a contradição entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação privada esta na base do entendimento da reprodução espacial; uma vez que em uma sociedade fundada sobre a troca a apropriação do espaço, ele próprio produzido como mercadoria, liga-se cada vez mais a forma de mercadoria servindo as necessidades da acumulação através das mudanças e readaptações de uso e funções dos lugares, que se reproduzem sob a lei do reprodutível, a partir de estratégias de reprodução. O espaço produzido enquanto mercadoria, entra no circuito da troca atraindo capitais que migram de

³⁹ Marx, Karl. O Capital. Op. cit. v.1, p.45

um setor da economia para outro de modo a viabilizar a reprodução. Carlos ainda afirma que as possibilidades de ocupar o espaço são sempre crescentes, o que explica a emergência de uma nova lógica associada a forma de dominação do espaço que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação, fragmentando e tomando espaços trocáveis a partir de operações que se realizam no mercado. Deste modo o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reproduzível.

A necessidade de superar as contradições que surgem no processo de reprodução do espaço onde a raridade não ocorre em qualquer lugar da Cidade, mas sim; em determinados pontos, no contexto determinado pelo processo de urbanização.

No sistema capitalista, a natureza é valorizada pelo produto mercantil que se pode extrair, Foladori denomina de produção futura. O preço de um terreno está dado por sua renda capitalizada. É importante destacar que se um solo é cultivado, isso não significa que não tenha preço. O preço será dado pelos solos vizinhos de semelhantes características de fertilidade/localização e destino econômico, e considerando-se as melhorias incorporadas. Dessa forma uma região onde os preços dos solos aumentam, os proprietários que não produzem verão aumentar os preços de suas parcelas. É essa a causa da especulação da terra (FOLADORI, s/d).

Já a especulação imobiliária, segundo Foladori (s/d), constitui a causa de insustentabilidade. Subutiliza as vias e os meios de comunicação, pode aumentar os tempos de transporte, impede a produção de bens etc. Nas cidades, isso se torna ainda mais visível. Zonas novas, que antes eram agrícolas, o caso da Barra da Tijuca, são loteadas para a construção de moradias. Com isso, os especuladores imobiliários compram terras ao preço de suas rendas agrícolas e as vendem ao preço de suas rendas urbanas, uma especulação derivada da mudança na orientação econômica do solo. O resultado é o crescimento desordenado das cidades, com os conseqüentes aumentos nos tempos de percurso das pessoas, congestionamento do tráfego, maiores custos na rede de serviços, em contrapartida, o abandono do centro das cidades, prevalecem muitas vezes cortiços, apesar de contar com infra-estrutura já instalada.

No caso da Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras, em especial no bairro da Barra da Tijuca, tudo indica que houve uma espécie de aliança de interesses entre o mercado imobiliário e o setor produtivo da construção do “novo espaço”. Por um lado o setor imobiliário necessita de estratégias novas para continuar se reproduzindo. Estratégias essas capazes de permitir a reprodução de outro setor produtivo, que apresentam novas necessidades quanto ao espaço construído, e necessitam de infra-estrutura moderna. A

tendência de escassez do solo urbano entorno dos centros econômicos-financeiros das cidades, geram estratégias capazes de permitir a reprodução do capital, assegurada para se contornar o problema do espaço urbano, enquanto mercadoria tornada rara, em decorrência da intensificação do processo de urbanização e de mudanças no processo produtivo. A interferência do Estado mudando a legislação, permitindo transformações na lei de zoneamento, dirigindo o processo de desapropriação do solo urbano, criando mecanismos que permitam o remembramento de terrenos urbano, aumentando o coeficiente edificável, que permite a verticalização, cria mudanças significativas nas cidades.

O discurso relacionado a carência de espaços urbanizados e alta de políticas habitacionais abrangentes, possuem um significado e um caráter social e econômico definidos: o espaço urbano e a natureza incorporam as leis do valor e da mercadoria.

As relações para a produção do espaço, o ambiente construído e natural adquirem uma importância cada vez maior, destacando a natureza como recurso e como valor de uso, reforçando os ambientes naturais como valor para a produção de um novo espaço transformando-os em áreas urbanizáveis.

O uso e a apropriação privada da beleza do verde da paisagem, do ar, da água, entre outros valores, que se espacializam se localizam e se constituem em lugares de maior valorização, estes espaços são produzidos tornando-se "raros". Esses espaços adquirem um novo significado com um potencial residencial, que apresentam uma apropriação do meio ambiente pelo urbano, causando sua degradação. Elementos da natureza como a água, que fazem parte das necessidades urbanas pelo ponto de vista do consumo e distribuição, ou mesmo; da apropriação individual. O bairro da Barra da Tijuca é um exemplo desse uso e apropriação da beleza e dos recursos naturais, quando se observa os condomínios fechados que ali se localizaram nos últimos 20 anos.

Hubert (1990), citado por SILVA (1998), afirma que a idéia de conservação da água, de seu escoamento e de sua renovação, estava presente no pensamento filosófico. Platão considerava a necessidade de disciplinar o uso da água e prescrevia uma forma de penalização, para aqueles que causassem algum dano, pois para ele a água era o recurso mais necessário à manutenção das plantações. A terra, o sol e os ventos, concorrentes da água na alimentação das plantas, não estavam sujeitos ao envenenamento, desvio ou roubo, sendo que tais danos poderiam, eventualmente, acontecer à água, necessitando que a lei viesse em seu socorro.

Com estes argumentos Platão propôs o seguinte:

“ Qualquer um que tenha ‘corrompido’ a água de outrem, seja água de fonte, água de chuva estocada, jogando certas drogas [...] o proprietário deverá se queixar [...] e fará ele próprio, a estimativa do prejuízo: e aquele que será convencido de ter corrompido a água, além de reparar o prejuízo, será obrigado a limpar a fonte ou o reservatório, conforme as regras prescritas pelos intérpretes, seguindo a exigência dos casos e das pessoas.

Uma das primeiras preocupações nos assentamentos humanos era estabelecer uma rede para circulação de água. As povoações inicialmente se localizavam nas proximidades das fontes, mas com as transformações dos povoados, das vilas em cidades, as reservas das vertentes tornavam-se, em alguns casos, insuficientes e expostas à contaminação. Já se reconhecia a importância de se manter saudáveis as populações, necessitando para isso, dispor de canalizações para o abastecimento d’água e esgotamento sanitário, como as descobertas em diversas cidades antigas.

Ao buscar uma compreensão melhor a respeito do problema da água, verifica-se que não será uma questão simples de se resolver, pois o maior problema não deverá ser a falta de água, mas sim; a sua gestão. E neste sentido na Cidade do Rio de Janeiro já se pode perceber esse conflito entre os governos Federais, Estaduais e Municipais.

O meio ambiente marinho oceanos, mares e zonas costeiras adjacentes, formam um conjunto integrado. Trata-se de um componente do sistema que possibilita a existência de vida sobre a Terra. É uma fonte de riqueza para o desenvolvimento sustentável, que sofre degradação contínua por falta de consciência. A Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras na Cidade do Rio de Janeiro é um exemplo da diversidade desse ecossistema, que vem sendo degradado pela intervenção do homem, pela apropriação da natureza. Uma área que necessita de atenção urgente, para evitar a proliferação do *gangsterismo* ecológico.

Nas cidades atuais, o homem procura readquirir, artificialmente, os elementos que, em seus processos de antropização, perdeu com o tempo. As águas dos rios, agora poluídas são substituídas, simbolicamente por águas tratadas estrategicamente, distribuídas em fontes, reservatórios, piscinas e lagos. A água potável não é um recurso infinito, dela depende a sobrevivência do homem.

Esse mesmo homem agora busca novamente seus vínculos com a natureza, da qual se descuidou durante longos séculos. Por meio de uma visão crítica de suas próprias ações degradadoras, que aos poucos vai se revelando. A Cidade do Rio de Janeiro através de uma verdadeira luta entre terra e água perdeu muitos de seus espaços para os aterros, as aberturas de avenidas e os novos loteamentos, foi como se iniciou a produção e apropriação do espaço urbano, as custas dos mangues, das restingas, das lagoas e dos rios, ocorrendo a consolidação do progresso urbano. A Cidade sacrificou suas águas em nome de um processo

• Tese/2006

de urbanização, que trouxe sérias conseqüências para diversas áreas, que até os dias atuais sofrem com as alterações sofridas.

A Barra da Tijuca é um bairro privilegiado em termos de águas, possui 3 lagoas costeiras, áreas de manguezais e uma extensão privilegiada de área de drenagem de cursos d'água além da faixa litorânea. Contudo, já se pode observar uma transformação na paisagem do bairro, como por exemplo: o problema das gigogas nas lagoas, as construções em áreas de preservação, próximas as margens das lagoas e as áreas de restingas que já estão praticamente ocupadas pelos condomínios residenciais (*ver MP 13 – anexo III*).

Analisar o processo de expansão do espaço urbano sobre áreas protegidas ambientalmente, como o caso do processo de urbanização em determinadas áreas das bacias hidrográficas, constitui-se em um ponto de partida para uma reflexão sobre a cidade e suas possibilidades de transformação social e espacial. O esforço teórico e empírico para compreender as questões sociais da produção do espaço urbano vieram fundamentar a necessidade de avaliar os processos de distribuição desigual de equipamentos e infra-estruturas urbanas, que pudesse permitir melhores condições de vida nas cidades, proporcionadas através de um meio ambiente urbano com qualidade.

4.1. A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO E A CIDADE

A natureza ofereceu à cidade um “quadro” (GARNIER, 1995: 71), quer dizer, uma superfície mais ou menos trabalhada (planície ou vale...), desfrutando de um clima geral mais ou menos propício e de microclimas, frequentemente variados, moldada num substrato, onde a natureza tem a sua importância (rochas, pântanos, manguezais, rios.....), apta a produzir determinado tipo de vegetação. É o meio natural.

O espaço urbano é um pouco diferente: foi, e é um espaço tomado pelo homem, que se fixou ai, umas vezes adaptando-se a ele outras vezes transformando-o completamente. A instalação se sucedeu a uma evolução complexa e contínua, sendo assim; muitas condições mudaram. O homem transformou certos elementos do meio segundo suas possibilidades, suas necessidades ou mesmo sua ideologia. Por outro lado também foi obrigado a se adaptar a certas situações do meio. Mas, segundo Garnier (1995: 71), o homem, pode ser transformado inconscientemente, pelo espaço onde evolui; e a ação que exerce sobre o seu quadro de vida, será, também modificada e assim sucessivamente. O resultado dessa cadeia é o espaço urbano tal qual o percebemos atualmente, ou seja; não é mais o meio natural, não se trata de um quadro espacial e sim, um espaço que depende tanto e freqüentemente da ação humana. É um *espaço produzido*. Como menciona Lefebvre (1991):

“as forças produtivas não conduzem somente à produção de coisas, mas aquilo que contém estas coisas, quer dizer, o espaço.”

Desta forma, espaço é, simplesmente, extensão e volume, distância, relação e realidade concreta. Para estudar a interpretação não se pode reduzir a sua componente econômica. Torna-se necessário associar a prática social, quer dizer: o papel desempenhado pelos elementos que compõem o espaço, e os comportamentos, as necessidades, os desejos, os valores, que os indivíduos lhes atribuem.

O solo é a superfície na qual se inscreve a ocupação humana sob as diversas formas. Sua utilização é rígida sob certos aspectos e evolutiva em função de alguns critérios, pode ser traduzida e interpretada numa série de mapas (natureza do povoamento, localização...), é um bem que pode ser vendido e comprado, dividido, utilizado de diferentes maneiras, mas que não se pode transportar nem reproduzir.

O nascimento das cidades se deu por três motivos diferentes: econômico, político e defensivo. Assim, cada cidade está marcada desde de sua origem pela escolha inicial.

Para o geógrafo Garnier (1995), a cidade é percebida de diversas formas: corresponde a um modo particular de ocupação do solo, por reunir em um espaço denso grupos de indivíduos que ali vivem e produzem. Pode ser dinâmica e próspera ou degradada. A cidade é o elemento fundamental para a organização do espaço.

Em 1895 Reclus escreve um importante texto sobre as cidades, *L'Évolution des Villes* Redescoberto por Chamboredon em 1988, publicado originalmente em inglês.

O autor constata numa visão regional, uma ordem de distribuição espacial das cidades: uma “planície plana, sem obstáculos naturais e sem rios ou portos... e sem divisão de territórios em estados distintos: a capital seria situada no centro do país, as grandes cidades seriam repartidas em distâncias iguais em todo o entorno, espaçadas ritmicamente entre elas, cada qual tendo seu próprio “sistema planetário” de pequenas cidades, o intervalo normal sendo a distância de um dia de caminhada .

Reclus publica *Nouvelle géographie universelle; la terre et les hommes* no período de 1876 a 1894, 19 volumes. No último volume sobre a América do Sul escreveu 405 páginas sobre o Brasil. Ao Rio de Janeiro dedicou 18 páginas, em que compara a Cidade a um imenso polvo, com seu corpo na cidade primitiva crescendo com seus diversos tentáculos, de 28 km, entre Gávea, Caju ou Cascadura; entretanto o Rio seria uma cidade modelo pelas facilidades de comunicação existentes entre o centro e seus subúrbios, já tendo 350 km de ferrovias.

O crescimento urbano estaria ligado à forma e ao relevo do solo, à atração da paisagem, ao sentido das correntes, à atração das indústrias e do comércio local. A cidade seria um organismo coletivo em que cada célula particular deveria ser conservada em perfeita saúde; seu abastecimento seria sua circulação sanguínea. As cidades tenderiam também a “envelhecer” e “morrer”, por exemplo pelo abandono das estradas.

No século XX com a expansão da fronteira urbana da Cidade do Rio de Janeiro na direção oeste, vê-se a profecia de Reclus se concretizar. O centro dessa trajetória é a Barra da Tijuca, como foi previsto por seu idealizador o urbanista Lúcio Costa, que apontava a Baixada de Jacarepaguá como pólo do equilíbrio entre o pólo de negócios no centro histórico e o pólo industrial em Santa Cruz.

Em sua proposição, há 30 anos, Lucio mencionou:

Deverá surgir na Baixada de Jacarepaguá um novo foco metropolitano norte-sul, beneficiado pelo espaço, pelo acesso às áreas industriais, pelas disponibilidades de mão-de-obra e por amplas áreas contíguas para residências e recreio, e que não será apenas um novo relativamente autônomo à maneira de Copacabana e Tijuca, mas novo pólo de convergência e irradiação... O que lhe confere condições para ser já não apenas o futuro Centro Metropolitano norte-sul assinalado, mas também leste-oeste, ou seja, com o correr do tempo, o verdadeiro coração da Guanabara.

A vocação da Barra da Tijuca é consequência da evolução urbana da Cidade do Rio de Janeiro, que impossibilitada de seguir para leste pela massa d'água da Baía de Guanabara, a fronteira urbana se expande para oeste. Olhando para o poente a Cidade cresce ao longo de dois vetores que contornam o bloqueio da cadeia de montanhas:

- Ao norte, se estendendo paralelamente aos maciços montanhosos, na direção até a Baía de Sepetiba;
- Ao sul, acompanhando a orla marítima, porem bloqueado por várias pontas do cordão de montanhas, que se estendem sobre o oceano, obrigando a abertura de vários túneis.

O traçado privilegia a rede viária, como na capital federal - Brasília, sendo que a circulação de veículos se faz por vias amplas, de tráfego desimpedido. A via expressa, principal artéria é a Avenida das Américas, que pode se percorrer em 20 minutos os seus 20 quilômetros, seguindo para oeste do seu começo até o Recreio dos Bandeirantes. Todavia ao se sair da Barra da Tijuca para o Centro da Cidade do Rio de Janeiro se gasta o mesmo tempo.

O crescimento imobiliário e os grandes empreendimentos trouxeram a transformação da cidade constatada no plano da morfologia ilumina o plano do espaço construído. O

• Tese/2006

processo de construção/adensamento e/ou crescimento na extensão da área urbana da Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras foi muito rápido no período de 1991-2000. A *Tabela 3* mostra que três bairros se destacam com um crescimento populacional de mais de 50% num período de 9 anos, na seguinte ordem: Camorim com 81,5%; Vargem Pequena com 70,5% e Barra da Tijuca com 68,8%. Por outro lado o bairro mais populoso continua sendo Copacabana, embora tenha sofrido uma perda populacional nesse período de aproximadamente 94%. Tomando a *Tabela 3* como referencia, e as informações obtidas através do Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro – 1998, uma *Tabela 4* foi elaborada, para verificar a densidade demográfica bruta⁴⁰, e assim; fosse feita uma avaliação da distribuição da terra urbana, infra-estrutura e serviços públicos e, conseqüentemente, dos impactos no meio natural e na qualidade de vida⁴¹ dos bairros localizados na Bacia Hidrográfica. Pode ser verificado então; que a área mais densa da Bacia, é a Rocinha, que em 1991 contava com 298,44 hab/ha, chegando em 2000 com cerca de 391,99 hab/ha. Acompanhando na segunda posição em termos de densidade, observa-se o bairro de Copacabana com 379,99 hab/ha em 1991 e 358,50 hab/há em 2000, embora tenha sofrido uma queda de 21,49 hab/há no período de 9 anos, ainda assim; continua sendo um dos bairros mais densos da Bacia. A Barra da Tijuca está em 18^o lugar apresentando uma das mais baixas densidades, cerca de 13,18 hab/ha em 1991 e 19,15 hab/ha em 2000, provavelmente isso acontece devido a sua extensão territorial que é uma das mais altas dentro da Bacia, o bairro conta com 4.815,06 ha (*ver Tabelas 3 e 4*) (*ver MP 11*).

Segundo dados do Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro – 1998, a Bacia Hidrográfica conta com uma área construída residencial em torno de 23.648.879m², área não residencial de 4.837.904m² e área de industrias de 637.857m², dentre os quais Copacabana continua sendo o bairro com o maior número de domicílios cerca de 61.807 e área residencial construída de 6.245.196 m², área não residencial de 146.703m² e área industrial de 21.814m². A seguir vem o bairro da Barra da Tijuca com cerca de 30.809 domicílios, área residencial construída de 5.777.952m²; área não residencial de 1.527.648m² e área industrial de 3.440m² (*ver Tabela 6 e MP14 – anexo III.*).

Ao se tomar a Barra da Tijuca como um referencial da dinâmica demográfica e urbana para a bacia hidrográfica em questão através de dados do IBGE – Instituto de Geografia e Estatística, algumas projeções foram possíveis de serem realizadas.

⁴⁰ Expressa o número total de pessoas residindo num determinado território dividido por sua área total

⁴¹ Cabe ressaltar que para efeito de cálculo foi incluída a área bruta do Município do Rio de Janeiro, as áreas dos complexos lagunares, maciços, maguezais e as áreas de preservação permanente

Ao se tratar das projeções feitas para o bairro da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá foram, respeitadas as configurações dos bairros. Tomou-se o cuidado de atender situações conhecidas como as Glebas E (hoje Península) e F da antiga Fazenda da Restinga, cuja ocupação já se iniciou, ou como o Rio 2, ainda em processo de desenvolvimento. Foram respeitadas a condição da favela existente, sem prever sua relocação, como deve ser o caso da favela do Autódromo, cuja reassentamento está previsto junto com o agenciamento dessa área para os jogos Pan-Americanos 2007.

Ao considerar os quadrantes definidos a partir do cruzamento das Avenidas das Américas e Ayrton Senna, Trevo das Palmeiras, tendo como limite ao norte a linha das lagoas, tem-se a possibilidade de uma leitura específica do que se pode definir como o futuro centro da Barra da Tijuca.

No quadrante nordeste (NE) desse ponto, que engloba empreendimentos de grande porte como os *shoppings* Via Parque e Barrashopping/New York City Center, o Carrefour, o Makro, o Hospital Lourenço Jorge, isto é formado por grandes terrenos sem função residencial e em 2000 havia somente 37 habitantes. Já o quadrante noroeste (NO) o principal ocupante é o Aeroporto de Jacarepaguá, e moravam mais de 493 pessoas. Desta forma, essa ocupação rarefeita relacionava-se a moradias de pouco mais de 500 pessoas em 2000 nos terrenos paralelos à Avenida Ayrton Senna entre o Trevo das Palmeiras e o Complexo Lagunar (*ver MP 16 – anexo III*).

Como já foi mencionado existe na área uma característica do uso comercial e de prestação de serviços, que tende a se alterar no futuro pelo desenvolvimento de projetos das Glebas E e F da antiga Fazenda da Restinga. Do mesmo modo, estão sendo comercializados terrenos vizinhos do lado do Aeroporto de Jacarepaguá, no quadrante noroeste (NO).

Segundo pesquisas realizadas pela Vicente de Castro Consultoria e Assessoria S/C Ltda, observa-se que haverá um grande dinamismo demográfico no quadrante nordeste (NE) além da linha da Lagoa do Camorim, levando-se em conta a construção da Vila Pan-Americana e suas adjacências imediatas, que em 2000 praticamente não tinha nenhuma ocupação, assim permanecendo até 2007, quando chegarão os proprietários das moradias após os jogos.

Nessa vizinhança, a maior fixação das pessoas se dará em áreas de moradias precárias, ou sub-normais, tanto no caso da cidade formal dos bairros de Gardênia Azul, Freguesia e Anil, cujo tecido urbano se espalha ao norte do terreno da Vila Pan-Americana, como também no caso da cidade informal das favelas do complexo do Rio das Pedras e

Areal, mais distantes e de acesso indireto, porem dentro do raio de atração que os empreendimentos dos Jogos Pan-Americanos forçosamente exercerão.



Figura 8. Obras da Vila do Pan-Americano
Acervo: Regina Esteves Lustoza – Dez./2005



Figura 9. Obras da Vila do Pan-Americano "a"
Acervo: Regina Esteves Lustoza – Dez./2005



Figura 10. Obras da Vila do Pan-Americano "b"
Acervo: Regina Esteves Lustoza – Dez./2005



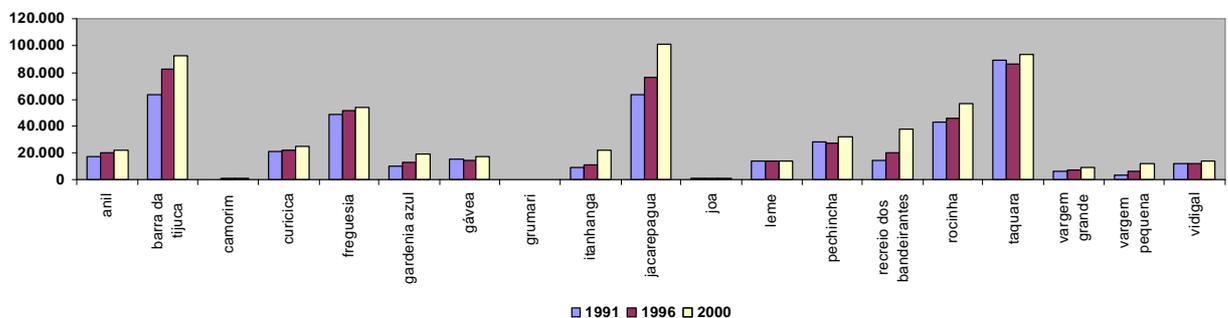
Figura 11. Obras da Vila do Pan-Americano "c"
Acervo: Regina Esteves Lustoza – Dez./2005

TABELA 3 – POPULAÇÃO RESIDENTE E SUA POSIÇÃO, NA BACIA HIDROGRAFICA DAS LAGOAS COSTEIRAS, SEGUNDO OS BAIRROS EM 1991, 1996 E 2000

BAIRROS	1991 (hab)	1996 (hab)	2000 (hab)	POSIÇÃO
ALTO DA BOA VISTA	10.084	9.305	8.254	24 ^a
ANIL	17.626	19.945	21.551	14 ^a
BARRA DA TIJUCA	63.492	82.702	92.233	4 ^a
CAMORIM	145	479	786	27 ^a
CIDADE DE DEUS	38.209	36.320	38.016	9 ^a
COPACABANA	155.832	155.476	147.021	1 ^a
CURICÍCA	20.699	22.420	24.839	12 ^a
FREGUESIA	48.970	51.294	54.010	6 ^a
GARDÊNIA AZUL	9.844	13.056	19.268	16 ^a
GÁVEA	15.350	14.687	17.475	18 ^a
GRUMARI	117	126	136	28 ^a
IPANEMA	48.245	47.073	46.808	7 ^a
ITANHANGÁ	9.356	11.135	21.813	13 ^a
JACAREPAGUÁ	62.991	75.882	100.822	2 ^a
JARDIM BOTÂNICO	19.434	18.325	20.014	15 ^a
JOÁ	823	803	971	26 ^a
LAGOA	18.652	20.256	18.221	17 ^a
LEBLON	49.930	47.736	46.670	8 ^a
LEME	13.848	13.360	14.157	19 ^a
PECHINCHA	28.816	27.859	31.615	11 ^a
RECREIO DOS BANDEIRANTES	14.344	20.414	37.572	10 ^a
ROCINHA	42.892	45.585	56.338	5 ^a
SÃO CONRADO	13.591	13.986	11.155	22 ^a
TAQUARA	88.576	86.488	93.741	3 ^a
URCA	7.824	6.684	6.750	25 ^a
VARGEM GRANDE	6.558	7.457	9.306	23 ^a
VARGEM PEQUENA	3.394	6.516	11.536	21 ^a
VIDIGAL	11.870	12.052	13.719	20 ^a

Fonte: Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro – 1998 - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
 Banco de dados - Instituto Pereira Passos – IPP
 Site: www.armazemdedados.rio.rj.gov.br acessado em janeiro/2004

GRÁFICO 1 – POPULAÇÃO RESIDENTE NOS ANOS DE 1991 A 2000



Observação: os bairros que estão sombreados e em negrito, foram os que mais cresceram no período de aproximadamente 10 anos, sendo que o bairro da Barra da Tijuca teve um crescimento de aproximadamente 45% neste período, como pode ser constatado no gráfico

TABELA 4 – EXTENSÃO TERRITORIAL, NA BACIA HIDROGRAFICA DAS LAGOAS COSTEIRAS, SEGUNDO OS BAIRROS

BAIRROS	EXTENSÃO TERRITORIAL (ha)
ALTO DA BOA VISTA	3.149,57
ANIL	350,04
BARRA DA TIJUCA	4.815,06
CAMORIM	885,99
CIDADE DE DEUS	120,58
COPACABANA	410,09
CURICÍCA	333,96
FREGUESIA	1.039,61
GARDÊNIA AZUL	123,63
GÁVEA	257,96
GRUMARI	959,88
IPANEMA	308,49
ITANHANGÁ	1.319,77
JACAREPAGUÁ	7.579,64
JARDIM BOTÂNICO	268,92
JOÁ	168,97
LAGOA	510,99
LEBLON	215,31
LEME	97,72
PECHINCHA	283,09
RECREIO DOS BANDEIRANTES	3.065,56
ROCINHA	143,72
SÃO CONRADO	648,86
TAQUARA	1.320,66
URCA	231,9
VARGEM GRANDE	3.938,04
VARGEM PEQUENA	1.443,83
VIDIGAL	162,14

Fonte: Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro – 1998 - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Banco de dados - Instituto Pereira Passos – IPP

Site: www.armazemdados.rio.rj.gov.br acessado em janeiro/2004

GRÁFICO 2 EXTENSÃO TERRITORIAL SEGUNDO OS BAIRROS DA BACIA HIDROGRÁFICA DAS LAGOAS COSTEIRAS

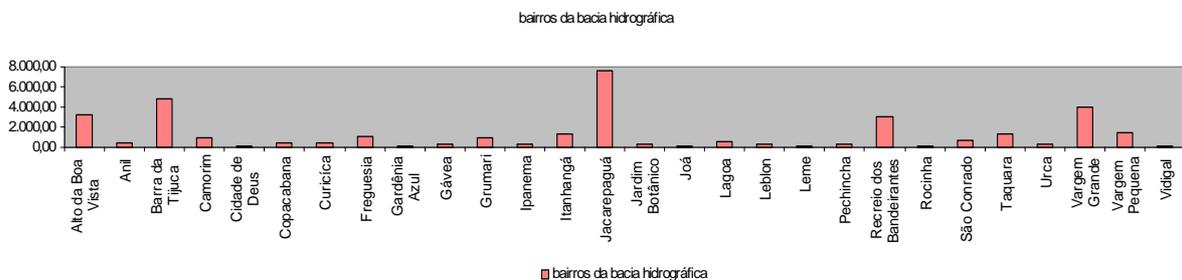


TABELA 5 – DENSIDADE DA POPULAÇÃO SUA POSIÇÃO, NA BACIA HIDROGRAFICA DAS LAGOAS COSTEIRAS, SEGUNDO OS BAIRROS EM 1991, 1996 E 2000

BAIRROS	1991 (hab/ha)	1996 (hab/ha)	2000 (hab/ha)	POSIÇÃO
ALTO DA BOA VISTA	3,2	2,95	2,62	25ª
ANIL	50,35	56,97	61,56	14ª
BARRA DA TIJUCA	13,18	17,17	19,15	18ª
CAMORIM	0,16	0,54	0,88	27ª
CIDADE DE DEUS	316,87	301,21	315,27	3ª
COPACABANA	379,99	379,12	358,5	2ª
CURICÍCA	61,98	67,13	74,37	11ª
FREGUESIA	47,10	49,33	51,95	15ª
GARDÊNIA AZUL	79,62	105,6	155,85	5ª
GÁVEA	59,50	56,93	67,74	13ª
GRUMARI	0,12	0,13	0,14	28ª
IPANEMA	156,39	152,59	151,73	6ª
ITANHANGÁ	7,08	8,43	16,52	20ª
JACAREPAGUÁ	8,31	10,01	13,3	21ª
JARDIM BOTÂNICO	72,26	68,14	74,42	10ª
JOÁ	4,87	4,75	5,74	24ª
LAGOA	36,50	39,64	35,65	16ª
LEBLON	231,89	221,7	216,75	4ª
LEME	141,71	136,71	147,94	7ª
PECHINCHA	101,79	98,41	111,67	8ª
RECREIO DOS BANDEIRANTES	4,67	6,65	12,25	22ª
ROCINHA	298,44	317,17	391,99	1ª
SÃO CONRADO	20,94	21,55	17,19	19ª
TAQUARA	67,06	65,48	70,98	12ª
URCA	33,73	28,82	29,1	17ª
VARGEM GRANDE	1,66	1,89	2,36	26ª
VARGEM PEQUENA	2,35	4,51	7,98	23ª
VIDIGAL	73,2	74,33	84,61	9ª

Fonte: Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro – 1998 - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
 Banco de dados - Instituto Pereira Passos – IPP
 Site: www.armazemdedados.rio.rj.gov.br acessado em Março/2006

GRÁFICO 3 – DENSIDADE POPULACIONAL DOS BAIRROS DE 1991, 1996 E 2000

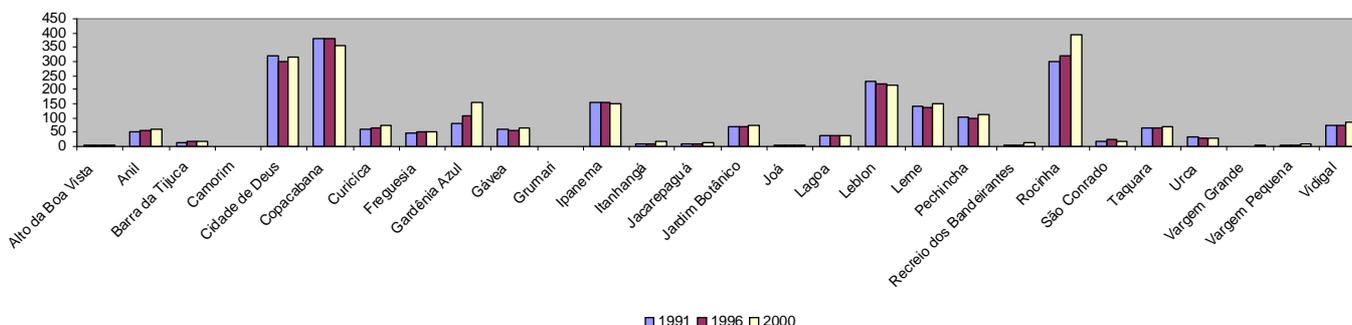


TABELA 6- DOMICÍLIOS; USOS; ÁREA CONSTRUÍDA E INFRA-ESTRUTURA, SEGUNDO OS BAIRROS INSERIDOS NA BACIA HIDROGRAFICA DAS LAGOAS COSTEIRAS – 2000

BAIRROS	DOMICÍLIOS	USOS	ÁREA CONSTRUÍDA (m ²)	INFRA-ESTRUTURA (%)
ALTO DA BOA VISTA	2.596	Residencial 1.465	217.340	Água 59,91
		Não residencial 55	50.169	Esgoto 62,36
		Indústrias 1	1.748	Lixo 77,64
ANIL	6.345	Residencial 5.361	782.508	Água 97,79
		Não residencial 372	84.786	Esgoto 60,05
		Indústrias 39	129.630	Lixo 94,20
BARRA DA TIJUCA	30.809	Residencial 40.476	5.777.952	Água 97,71
		Não residencial 8.381	1.527.648	Esgoto 69,49
		Indústrias 7	3.440	Lixo 93,89
CAMORIM	221	Residencial 40	4.188	Água 46,54
		Não residencial 15	90.907	Esgoto 11,52
		Indústrias 1	900	Lixo 84,33
CIDADE DE DEUS	10.866	Residencial 6.379	234.295	Água 98,75
		Não residencial 189	30.015	Esgoto 74,62
		Indústrias 7	4.306	Lixo 78,25
COPACABANA	61.807	Residencial 74.729	6.245.196	Água 99,75
		Não residencial 11.933	146.703	Esgoto 99,67
		Indústrias 566	21.814	Lixo 94,90
CURICÍCA	7.119	Residencial 2.879	254.236	Água 95,29
		Não residencial 284	89.498	Esgoto 69,65
		Indústrias 8	7.920	Lixo 97,91
FREGUESIA	16.780	Residencial 15.902	1.794.987	Água 95,81
		Não residencial 1.858	293.127	Esgoto 78,39
		Indústrias 17	23.935	Lixo 90,03
GARDÊNIA AZUL	5.527	Residencial 2.885	234.082	Água 95,36
		Não residencial 233	39.936	Esgoto 66,95
		Indústrias 12	3.587	Lixo 82,31
GÁVEA	6.580	Residencial 6.134	719.801	Água 98,75
		Não residencial 556	160.163	Esgoto 99,33
		Indústrias 5	1.783	Lixo 92,50
GRUMARI	29	Residencial 13	744	Água 0
		Não residencial 1	49	Esgoto 0
		Indústrias 0	0	Lixo 44,00
IPANEMA	18.616	Residencial 21.237	2.427.936	Água 99,37
		Não residencial 4.739	439.702	Esgoto 99,55
		Indústrias 45	4.419	Lixo 96,00
ITANHANGÁ	6.449	Residencial 1.697	396.186	Água 91,61
		Não residencial 86	56.472	Esgoto 43,81
		Indústrias 1	7.105	Lixo 47,66
JACAREPAGUÁ	30.727	Residencial 7.640	701.542	Água 88,59
		Não residencial 391	148.445	Esgoto 44,77
		Indústrias 29	182.774	Lixo 63,90
JARDIM BOTÂNICO	7.070	Residencial 6.761	818.542	Água 97,66
		Não residencial 561	185.195	Esgoto 98,17
		Indústrias 4	2.660	Lixo 95,16
JOÁ	267	Residencial 325	96.600	Água 86,47
		Não residencial 4	1.903	Esgoto 21,43
		Indústrias 0	0	Lixo 100
LAGOA	6.620	Residencial 8.205	1.117.460	Água 99,85
		Não residencial 186	58.977	Esgoto 99,91
		Indústrias 0	0	Lixo 99,91
LEBLON	18.004	Residencial 21.106	2.363.681	Água 99,03
		Não residencial 3.920	282.204	Esgoto 99,81
		Indústrias 15	15	Lixo 99,79

Continua

Continuação – TABELA 6

BAIRROS	DOMICÍLIOS	USOS	ÁREA CONSTRUÍDA (m ²)	INFRA-ESTRUTURA (%)
LEME	5.684	Residencial 5.691	536.560	Água 99,03
		Não residencial 489	57.145	Esgoto 99,03
		Indústrias 0	0	Lixo 87,99
PECHINCHA	10.122	Residencial 9.818	934.622	Água 99,00
		Não residencial 457	119.795	Esgoto 83,23
		Indústrias 6	6.686	Lixo 96,67
RECREIO DOS BANDEIRANTES	11.578	Residencial 9.506	1.574.044	Água 83,31
		Não residencial 881	169.828	Esgoto 32,01
		Indústrias 3	1.386	Lixo 88,58
ROCINHA	16.999	Residencial 498	29.103	Água 96,20
		Não residencial 39	2.755	Esgoto 60,50
		Indústrias 0	0	Lixo 9,59
SÃO CONRADO	3.513	Residencial 3.412	662.968	Água 94,28
		Não residencial 390	157.395	Esgoto 95,58
		Indústrias 0	0	Lixo 98,64
TAQUARA	28.310	Residencial 21.315	1.739.110	Água 97,03
		Não residencial 2.295	386.232	Esgoto 80,60
		Indústrias 61	230.018	Lixo 97,09
URCA	2.310	Residencial 2.027	286.480	Água 99,78
		Não residencial 112	139.414	Esgoto 99,61
		Indústrias 0	0	Lixo 93,76
VARGEM GRANDE	2.696	Residencial 567	67.594	Água 47,45
		Não residencial 70	24.684	Esgoto 20,61
		Indústrias 1	517	Lixo 80,38
VARGEM PEQUENA	3.225	Residencial 1.253	60.134	Água 53,88
		Não residencial 58	10.361	Esgoto 49,02
		Indústrias 4	3.084	Lixo 79,60
VIDIGAL	4.188	Residencial 611	50.479	Água 95,76
		Não residencial 43	84.396	Esgoto 94,78
		Indústrias 2	130	Lixo 40,06
TOTAL	325.057	Residencial 277.932 Não residencial 38.598 Indústrias 834	23.648.879 4.837.904 637.857	

Fonte: Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro – 1998 - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Banco de dados - Instituto Pereira Passos – IPP

Site: www.armazemdedados.rio.rj.gov.br acessado em Janeiro/2004

4.2. A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE

Carlos afirma que a socialização da sociedade, que tem por essência a urbanização, se revela na planificação racional do espaço, na organização do território, no processo de industrialização; enquanto aspectos essenciais. Sendo assim, as contradições entre apropriação para a realização da vida humana entra em conflito com aquelas dos grupos sociais que exploram o espaço como condição da reprodução do capital.

Não se trata de reduzir a reprodução espacial àquela da intervenção do Estado no sentido de superar a contradição gerada pela raridade do espaço e os entraves que a existência da propriedade privada cria para a reprodução do capital. Se de um lado se aproximam as estratégias do mercado imobiliário, da indústria da construção civil e do setor financeiro, de outro a explicação faz sentido quando é articulada ao fato de que o processo de reprodução do espaço envolve, de outro modo, outro plano de análise, aquele do indivíduo que se revela na prática sócio-espacial.

O plano de reprodução da vida na metrópole se realiza na relação contraditória entre necessidade e desejo; uso e troca; identidade e não identidade; estranhamento e reconhecimento, que permeiam a prática sócio-espacial.

Carlos (2001) entende que a metrópole se revela no desvendamento do modo como se realiza concretamente, o processo de reprodução da sociedade urbana em sua totalidade, como tendência inexorável. E se realiza, hoje, enquanto processo de reprodução da sociedade a partir da reprodução do espaço; onde ganha sentido uma nova relação espaço-tempo. Isto, uma vez que a acumulação tende a produzir uma racionalidade inerente ao processo que não se realiza apenas produzindo objetos/mercadorias mas a divisão e organização do trabalho, modelos de comportamento e valores que induzem ao consumo revelando-se como norteadores da vida cotidiana. Deste modo a vida cotidiana se apresenta, tendencialmente, invadida por um sistema regulador, em todos os níveis, que formaliza e fixa as relações sociais reduzindo-a a formas abstratas. Carlos ainda afirma que este fato tende a dissipar a consciência urbana na medida em que o “habitar” hoje a metrópole apresenta um sentido diverso, em função do processo de implosão que impõe mudanças nos hábitos e comportamentos, dissolve antigos modos de vida, transformando as relações entre as pessoas; reduzindo e redefinindo as formas de apropriação do espaço.

Carlos (2001) afirma que o tempo diz respeito a um espaço – ao uso do espaço. No mundo moderno uma nova relação espaço-tempo se instaura na sociedade urbana que pode ser entendida em toda sua extensão, no lugar, nos atos da vida cotidiana. Esta contradição produz o que Carlos chama de estranhamento. Estranhamento este que diz respeito a

rapidez das transformações, na metrópole, obriga as pessoas a se readaptarem constantemente as mudanças impostas pela produção espacial. Uma metrópole onde as formas mudam e se transformam de modo cada vez mais rápido e os referenciais dos habitantes se modificam, produzindo a sensação do desconhecido, do não identificado.

O processo de reprodução espacial se realiza na articulação de três níveis: o político (que se revela na gestão política do espaço); o econômico (que produz o espaço como condição e produto de acumulação) e o social (que nos coloca diante das contradições geradas na prática sócioespacial como plano de reprodução da vida). A articulação desses três níveis se efetiva através da mediação do Estado, que organiza as relações sociais e de produção, por meio da reprodução do espaço, a reprodução das relações sociais.

O espaço se reproduz no capitalismo como mercadoria que se generaliza; nessa condição é fragmentado e comercializado em parcelas no mercado, um processo que se apóia numa relação de troca baseada no uso, mas que tem a condição de propriedade privada do solo urbano.

O espaço tomado como mercadoria, submetido às estratégias imobiliárias, voltado às novas necessidades da reprodução se recria em função de objetivos específicos, que fogem e se sobrepõe aos desejos dos habitantes. O espaço se subdivide em pequenas parcelas propriedades, o que num primeiro momento aparece como condição necessária à reprodução, num outro aparece como barreira à acumulação. A condição de propriedade privada de parcelas significativas do espaço entra em conflito com as necessidades de reprodução do capital em função da raridade do espaço em áreas centrais da Cidade, nesse caso o Estado intervém no processo de modo a liberar as áreas necessárias ao crescimento, e o faz lançando mão de mecanismos legais que transformam a propriedade privada em propriedade de interesse público.

No final do século XX os sonhos e ideais de consumo vigentes direcionaram o país a tomada de certos parâmetros comuns de qualidade para uma paisagem urbana. O discurso dizia que o local ideal para habitar e trabalhar na *urbe* deveria ser acessível ao automóvel e cercado pelo verde e constituído por uma arquitetura que seguia uma moda.

Os espaços foram apropriados como padrões de qualidade e vendidos para os que poderiam pagar os preços do mercado imobiliário.

A região da Barra da Tijuca torna-se o local preferido pelos empreendedores imobiliários devido a disponibilidade de terreno, os lançamentos da indústria imobiliária seguem exatamente a lógica implantada no final do século passado. O padrão dos

empreendimentos na Barra está fortemente vinculado ao transporte de automóveis e ao morar em condomínios fechados.

Estes condomínios fechados constituem-se em formas de segregação urbana, como já podemos discutir no capítulo anterior.

A seqüência de conjuntos residenciais privados na Barra está baseada na orientação e Lúcio Costa, que pretendia concentrar um conjunto de torres no interior dos núcleos envoltos residências de pequeno porte. Esses pequenos núcleos deveriam se localizar ao longo da Avenida das Américas, distanciados a cada 1 km, diferente do que ocorreu na realidade.

Muitos condomínios foram implementados na Barra, sendo que uma expressiva ocorrência se deu na região compreendida entre o mar e a lagoa de Jacarepaguá, onde três tipologias são identificadas (*ver MP 16 – anexo III*).

1º tipo: condomínios de grande porte, que possuem elementos de lazer e recreação coletivos como piscina, equipamentos de ginástica e quadras esportivas, todos com projeto paisagístico de caráter tropical situados em áreas vizinhas ao mar. Exemplo: AlfaBarra e Water Ways;

2º tipo: condomínios internos, localizados ao longo da Av. das Américas, entre o canal de Marapendi até a lagoa da Tijuca e a Av. Salvador Allende. Estes não possuem o atrativo da proximidade com o mar, por outro lado são mais bem equipados que os outros, pois necessitam dos artifícios para atrair os compradores. Desta forma possuem *shopping centers*, academias de ginástica, escolas, praças internas, e até mesmo bosques internos com mata nativa tropical de restinga. Exemplo: Parque da Península (gleba “E”) e condomínio Novo Mundo;

3º tipo: organização de área do Recreio dos Bandeirantes, resulta da simbiose de diversos tipos de condomínios existentes, adaptados a demanda e estrutura urbana existente (malha tradicional). Nesta área convivem condomínios de diferentes padrões – tanto os luxuosos como o Condomínio Barra Bali, quanto os conjuntos para classe média. As tipologias encontradas são parecidas com as dos condomínios internos da Barra da Tijuca. Possuem uma área de vegetação nativa e praças internas arborizadas.

A mesma lógica de ocupação dos edifícios residenciais é aplicada às instalações comerciais estas na forma de *shopping centers* e grandes supermercados ou hipermercados. Os shopping centers Barrashopping e New York Center são exemplos desse tipo de empreendimento. A construção desses centros comerciais é a complementação dos condomínios residenciais.

Surge na Barra da Tijuca a partir da configuração dos *shopping centers* tradicionais a alternativa do *shopping centers* espetáculo, que proporciona uma maior abertura do edifício ao mundo externo, negando a forma enclausurada dos shoppings tradicionais. O exterior é trazido para o interior, havendo assim, uma integração. Isso se dá devido a cenarização da natureza e dos símbolos culturais da moda.

A gestão pública impõe ao espaço uma racionalidade que se quer homogênea e que por meio de grandes investimentos muda superfícies imensas passíveis de serem modificadas pela interferência do Estado.

Lefebvre afirma:

Não falta eficácia às medidas tomadas pelas instituições e administração especializadas; em lugar de resolver as contradições do espaço, a ação do Estado as agrava, ela não engendra um novo espaço, mas um produto específico da "telescopia" pública-privada. A capacidade racional e organizadora do Estado se exerce no fato de que os fluxos continuam passando ao invés de se perder no caos dos espaços liberados – o Estado produz um espaço dominante.

Sendo assim, se o Estado intervém no sentido de eliminar barreiras ao desenvolvimento continuado do capital, não elimina as contradições do processo de reprodução espacial: homogêneo como imposição de sua ação e fragmentado pelas estratégias imobiliárias.

No meio ambiente da Cidade do Rio de Janeiro novas áreas de expansão urbana estão e constituindo, em especial na área da Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras, como um novo e dinâmico mercado imobiliário, tanto em área de beleza natural, de fácil acessibilidade e ocupação urbana como em áreas com déficit de infra-estrutura. São lugares que possuem valor hídrico especial por abrigar lagoas, manguezais e rios, constituindo um ecossistema frágil, por ser de fácil contaminação pelos esgotos, resíduos sólidos e lixo, necessitando que sejam observadas rígidas normas e leis para a ocupação e uso do solo, tanto para fins habitacionais, quanto para outros tipos de manejo, apontando para os problemas de riscos e vulnerabilidades a que estão sujeitas as populações urbanas.

O acesso a moradia se estabelece por intermédio do mercado imobiliário e se realiza através exaltação do discurso ecológico, que permite vender o "verde" como um objeto de desejo e felicidade. O governo local adere a este discurso ao chamar a atenção da comunidade que habita essas áreas, para a importância da preservação da qualidade

⁴² Choque produzido por estratégias diferenciadas, no espaço entre o Estado e aos promotores imobiliários

ambiental do lugar. Os condomínios da Barra da Tijuca são um exemplo que acabou de ser mencionado.

Os novos elementos de transformação e alteração das regras de produção do espaço mostram as novas articulações em torno dos interesses fundiários, para as articulações políticas e sociais sobre o território. Essas articulações mostram contradições com relação ao uso e apropriação da terra, entendida como valor de troca (mercadoria) e valor de uso (CARLOS, 2001).

Vale aqui fazer uma distinção entre valor *no* espaço e valor *do* espaço. A idéia de espaço geográfico de concepção empírica e naturalista revela uma perspectiva centrada exclusivamente naquilo que chamamos de valor do espaço. Já a idéia de espaço econômico, revela uma abordagem exclusiva daquilo que a chamamos de valor no espaço.

Sendo o espaço (e tudo que ele contém) uma condição universal e preexistente do trabalho, ele é, desde logo, um *valor de uso* um bem de utilidade geral. A produção desta forma sempre se realizará sobre formas preexistentes, sejam naturais ou sociais.

Por ter o espaço um valor de troca, define-se a possibilidade de um valor no espaço, sua função aqui não ultrapassa a de um palco, onde ocorre a vida e se desenvolvem as relações sociais de produção.

Podemos observar que a definição do valor do espaço é facilmente construída, já a de valor no espaço, envolve questões mais complexas. Se o que nos orientasse fosse uma teoria do espaço, provavelmente não discutiríamos o valor no espaço.

O valor no espaço está ligado às condições espaciais universais de reprodução dos modos de produção, que não se atêm às singularidades dos espaços (MORAES e COSTA, 1999: 130).

A cidade se apresenta como capital social com condições de reprodução da produção capitalista, apresenta manifestações eloqüentes da concentração, particularmente, da força de trabalho, aparecendo assim, como uma clara ilustração da espacialidade específica do capitalismo. O valor no espaço é a própria espacialidade contida nos modos de produção, que revela mais a espacialidade das formas de valorização em geral, do que a produção do espaço.

No que se refere a terra como bem natural e não como produto do trabalho, ela vem sendo descartada como mercadoria. Contudo, afirma Carlos (1994: 167), o direito a propriedade sobre determinadas parcelas do planeta confere ao seu proprietário o direito de dispor da terra apropriando-se de um lucro excedente, sob a forma de renda.

Nesse processo a terra passa a ter importante papel, incorporando-se a ele direta ou indiretamente; seja por meio de produção, reserva de valor ou mesmo como mercadoria.

Carlos (1994: 168) nos traz a seguinte questão:

“se no capitalismo uma mercadoria se define como produto do trabalho considerado como unidade entre valor de uso e de troca que se realiza no mercado, como a terra pode ser uma mercadoria?”

Ao consideramos a terra urbana, sob o ponto de vista do processo de produção da cidade, estamos diante de um dilema, ou melhor, de uma contradição, que não parece ser aparente.

Como vimos em Carlos (1994: 168) constata-se dois pontos distintos:

a. por um lado, a terra não é produto do trabalho, logo, não tem valor. Segundo José Souza Martins:

“nem a terra tem valor, no sentido de que não é materialização do trabalho humano, nem pode ter sua apropriação legitimada por um processo igual ao da produção capitalista(...) Quando alguém trabalha na terra não é para produzir a terra, mas o fruto da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não.”

Como vimos anteriormente Marx desenvolve a idéia de que o valor é determinado pelo trabalho, mas não exclui o fato de a terra ser mercadoria, como consequência do desenvolvimento do regime de produção capitalista.

b. por outro lado o espaço geográfico, como produto do trabalho geral da sociedade, aparece, através da cidade como trabalho materializado.

Carlos menciona ainda que as parcelas do espaço, apropriadas individualmente pela propriedade privada da terra, através da compra-venda, mediada pelo mercado, quer em função de sua utilidade como meio de vida, quer sob a perspectiva da valorização do capital como condição da produção material, ou ainda pela comercialização da terra, ocorrem pelo fato de a terra como parcela do espaço, ter valor (de uso e de troca).

No urbano, a terra deixa de ser instrumento de produção imediata, um bem da natureza, como é no campo. E mesmo a questão da terra ser um bem finito, que não pode ser criado pelo trabalho, no contexto urbano, ganha um novo sentido, na medida em que a reprodução do espaço urbano não ocorre apenas através da incorporação de novas áreas,

mas também a partir de espaços construídos. O processo de verticalização é um exemplo (CARLOS, 1994: 169).

Carlos ainda relata que a relação homem-natureza mediada pelo processo de trabalho produz um espaço que adquire, ao longo da história, uma dimensão social, do produzido socialmente, de um determinado modo, para suprir necessidades específicas, visando objetivos concretos. É o processo histórico que torna a natureza do meio de produção um produto do trabalho, do mesmo modo que a história produz o homem.

A realização do espaço como condição gera um produto, que será condição de um novo processo, um novo momento: sua reprodução. Nesse caso, a terra matéria não pode ser reproduzida, mas o espaço o é constantemente, mudando de significado à medida que o processo histórico avança (CARLOS, 1994: 170).

A terra-espaço, passa a ser definida em função das articulações com a totalidade do espaço e seu processo de apropriação marcará o fato de que o que realmente está sendo apropriado é o trabalho geral da sociedade contido na totalidade do espaço geográfico (CARLOS, 1994: 170).

Partindo dessa idéia, Carlos afirma que a terra como mercadoria tem um valor que se expressa através da localização, papel e grau de inter-relação com o espaço global, produzido, mesmo que seja potencial, dentro de condições específicas.

No conjunto da cidade a parcela específica do espaço tem seu valor determinado pelo fato de que o urbano se produz como condição geral do trabalho da sociedade, portanto trabalho social geral materializando um processo espacial que, por um lado, se realiza a partir do processo de produção de mais-valia e de sua viabilização, e de outro como produto deste processo (CARLOS, 1994: 170).

O processo de formação do preço da terra, como manifestação do valor das parcelas, leva em conta desde processos cíclicos, que incluem a forma de manifestação de processos econômicos mundiais até aspectos políticos e sociais específicos de determinado lugar. Todos esses fatores vinculam-se ao processo de desenvolvimento urbano, que ao realizar-se, redefine a divisão espacial, e com isso o valor das parcelas. Esse valor será determinado em função do conjunto ao qual pertencem, e é nesta inter-relação entre o todo e a parte que ocorre o processo de valorização real ou potencial de cada parcela do espaço (CARLOS, 1994: 171).

Como vimos anteriormente todas as mercadorias têm valor econômico, pois têm fixado pelos mercados. Mas os recursos da biodiversidade, tais como um orangotango, uma floresta, o ar e tantos outros não têm preço fixado pelos mercados.

Os recursos naturais não são mercadorias constituem-se em ativos essenciais à preservação da vida de todos os seres (MOTA, 2001: 37).

O conceito de valor tem merecido considerável atenção de cientistas de diversas áreas do saber humano. O termo oriundo das ciências econômicas, migrou nas últimas décadas para outros campos das ciências interessadas no meio ambiente. O papel do valor na análise do meio ambiente assume fundamental importância, pois os recursos naturais públicos/privados de uso coletivo, como locais para recreação, parques e outros, não têm preço nos mercados convencionais (MOTA, 2001: 37).

Penna (2002) afirma que a desordem na produção do espaço oculta a ordem da oposição entre a produção pública e a privada da cidade, pois uma se define em relação a outra e contra a outra. A imediata análise dos processos desordenados são apresentados como caos. Torna-se claro que a realidade urbana desapareceu, mutilada pela lógica da mercadoria e da especulação imobiliária.

O acesso ao bairro da Barra da Tijuca e ao seu uso, o acesso à terra como valor de troca sujeitaram-se às estruturas do poder e da segregação social. O uso do espaço ficou condicionado às estruturas e às esferas do poder político, de acordo com a funcionalidade e hierarquização social. Para manter e reproduzir essas relações de poder no espaço tornou-se necessário criar uma forma adequada de distribuição espacial para a manutenção do bairro como espaço político hierarquizado e ao mesmo tempo fragmentado.

4.3. OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA CIDADE:

o discurso que legitima a ação do Estado para a produção do espaço urbano

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, é essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público o dever de defendê-lo e à coletividade o dever de preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

MEIO AMBIENTE
Constituição de 1988 - art. 225

A Constituição Federal declara e a Lei 10.257/01 determina que todo município com mais de 20 mil habitantes, os pertencentes a regiões metropolitanas e aglomerados urbanos ficam obrigados a elaborar ou revisar seus Planos Diretores até outubro de 2006.

As cidades precisam passar por profundas mudanças, para que possam garantir um futuro sustentável equilibrado e um ambiente saudável. Os anseios da população devem ser contemplados em todos os aspectos segundo as diferentes culturas. Esta foi a intenção dos legisladores ao tornar obrigatório aos municípios a elaboração do Plano Diretor.

É imprescindível a interface entre os Planos de Bacias Hidrográficas, os Planos de Gerenciamento Costeiro (no caso de municípios com áreas litorâneas) e os Planos Diretores. Todas as bacias têm uma importância vital para os municípios ou mesmo estados que a compõem. A situação ambiental vem se tornando gravíssima pelo fato de que muitas cidades não possuem tratamento de esgoto ou este é insuficiente, não cuidam de suas águas, sejam elas de rios, lagoas ou manguezais, restingas e praias e não cuidam do seu lixo.

O zoneamento preserva áreas, estabelece o planejamento de uso e ocupação dos solos e conseqüentemente da área da bacia. Desta forma, atuar nas cidades, implica em atuar nas bacias e vice-versa.

Os comitês de bacias são uma rica experiência de planejar coletivamente entre Agentes Públicos das diferentes esferas. A experiência e o conhecimento de lidar coletivamente com um bem precioso como a água, deve e pode ser aproveitada.

O Município, como já foi percebido, é o lugar onde qualquer ação, positiva ou negativa, com relação a um rio e sua bacia hidrográfica acontece. O solo da maior parte dos Municípios brasileiros é delimitado ou atravessado por macro-bacias, micro-bacias ou sub-bacias, que deságuam em ribeirões, rios, lagos ou no mar. Essas micro-bacias são a área de escoamento da água das chuvas, que contribui para a formação de um córrego ou ribeirão, afluentes de um rio principal ou lago. Se as ações acontecem nos municípios, conseqüentemente, acontecem no solo das bacias.

Alfonsin (2003: 93) afirma que com a promulgação da Lei nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, o Brasil deu um grande passo na direção da democratização do acesso à terra urbana e da garantia do direito humano e universal a moradia adequada. Para as políticas urbanas e o Direito Urbanístico no Brasil fica clara a ruptura e o surgimento de um novo paradigma, quanto ao tratamento dispensado ao direito de propriedade e à gestão das cidades.

O Estatuto da Cidade foi promulgado após uma década de lutas por reforma urbana no Brasil. A Lei não ignora a história de produção das cidades, posiciona-se de forma clara e aberta como um conjunto de instrumentos para intervir nessa realidade com a finalidade de transformá-la. A interpretação das diretrizes gerais da lei coloca a gestão democrática, a sustentabilidade urbano-ambiental, a cooperação entre os vários setores sociais e a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização dentre os objetivos do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade.

Alfonsin (2003: 96) menciona que o Estatuto da Cidade procura mudar a direção de um tempo de clientelismo, troca de favores e promiscuidade entre as elites das cidades e os

gestores urbanos. Mais do que nunca as cidades brasileiras se vêm tendo de unir a gestão urbana e a gestão ambiental, integrando as políticas de planejamento urbano, a política habitacional e a política ambiental.

No capítulo escrito por Rezende (2003: 139), as relações entre o planejamento urbano e o planejamento ambiental estão presentes em textos como a Constituição de 88 e o Estatuto da Cidade, mas a preocupação com a política urbana encontra-se desvinculada da preocupação com o meio ambiente urbano.

Os instrumentos como: as Leis Orgânicas Municipais e os Planos Diretores procuram estabelecer a união dos dois temas, todavia de forma não satisfatória. O Rio de Janeiro teve sua Lei Orgânica e o Plano Diretor⁴³ aprovados em 1990 e 1992 respectivamente.

Rezende (2003: 140) alerta que a questão ambiental urbana tem sido vista pelos impactos decorrentes da urbanização, em especial os da industrialização. A insuficiência de saneamento ou à saturação de vias são consideradas afetas ao setor de engenharia sanitária e de transportes. O adensamento e a verticalização do ambiente construído, descaracterizando bairros afeta a qualidade de vida das populações, todavia, isso vem sendo considerado uma questão restrita às discussões do urbanismo, preocupação das associações de moradores, mas não de associações ambientalistas, que absorvem outras questões como sendo mais graves e apropriadas ao campo ambiental.

A maioria dos municípios brasileiros que tiveram suas Leis Orgânicas editadas após a Constituição de 88, refletem os avanços obtidos no nível federal ao tratar da política urbana.

A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, promulgada em 1990 avança nos campos ambiental e urbano. Como menciona Rezende (2003: 144) na proteção ao meio ambiente são considerados os elementos naturais e culturais que constituem a paisagem urbana, entendendo-se por elementos culturais as edificações, construções, monumentos e mobiliário urbano. Estabelece a autorização para implantação de empreendimentos imobiliários e industriais com instalação de equipamentos urbanos e infra-estrutura modificadoras do meio ambiente sendo necessário a realização de estudos de avaliação do impacto ambiental e urbanístico⁴⁴.

⁴³ no ano de 2005 o Plano Diretor Decenal do Município do Rio de Janeiro, passa por uma série de discussões para sua revisão

⁴⁴ Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Câmara da Cidade do Rio de Janeiro, 1990, art. 444

E mais ainda, qualquer projeto de edificação multifamiliar ou destinado a empreendimentos industriais ou comerciais será acompanhado de relatório de impacto de vizinhança⁴⁵, considerando-se o meio ambiente construído.

Como afirma Rezende (2003: 145) a Cidade do Rio de Janeiro é o núcleo da Região Metropolitana, onde 18,5% dos moradores são residentes em favelas e 10,9% são moradores em loteamentos e vilas irregulares ou clandestinas⁴⁶. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro abriga a maior concentração de pobres do Brasil, cerca de 3,64 milhões, mesmo assim, segundo o IBGE (1980 e 1991) o Município do Rio de Janeiro é a cidade capital brasileira com maior percentual – 94,9% de acesso a saneamento básico (água, rede de esgoto ou fossa séptica). As condições ambientais são as mais adversas e estão relacionadas aos grupos com os mais baixos níveis de renda.

A Cidade do Rio de Janeiro já foi objeto de diversos planos, como: Plano Agache (1930); Plano Doxiadis (1965) e o Plano Urbanístico Básico (1977), sendo que os dois primeiros não foram implantados e o último tornou-se um plano de diretrizes. Isso fez com que se buscasse um plano a negação de seu caráter exclusivamente físico-territorial (REZENDE, 2003). O Plano Diretor Decenal traz os principais instrumentos defendidos por movimentos sociais, transferindo-se para o Legislativo o embate entre diferentes visões de cidade, a cidade como local de moradia ou como local de negócios. Neste caso se encontram os instrumentos que buscam aumentar a oferta de terra para os mais pobres e os que buscam separar o direito de propriedade do direito de construir (REZENDE, 2003).

Segundo o Plano Diretor do Rio de Janeiro, o uso e ocupação do solo no território municipal deve estar condicionado ao controle da densidade demográfica em função da saturação da infra-estrutura e da ameaça ao meio ambiente a à memória urbana. A principal diretriz é o controle das áreas ocupadas e o preenchimento dos vazios urbanos, diretriz essa, que ainda não havia sido aplicada em legislações anteriores na Cidade.

Rezende cita ainda os objetivos do Plano Diretor em:

“compatibilizar o desenvolvimento urbano com a proteção do meio ambiente pela utilização racional do patrimônio natural, cultural e construído, sua conservação, recuperação e revitalização”⁴⁷,

Este objetivo reflete sem tratar diretamente o conceito de desenvolvimento sustentável.

⁴⁵ ibid, art.445

⁴⁶ dados do IBGE (1990) e SMDU (1992)

⁴⁷ ibid, art.6 inciso III

Na mesma época são criados (art.18) o Conselho de Meio Ambiente e o de Proteção do Patrimônio Cultural, que atuam junto com o Conselho Municipal de Política Urbana. Foi criado também o Fundo Municipal de Conservação Ambiental paralelamente a outros como o de Desenvolvimento Urbano. Desta maneira a Política do Meio Ambiente institui o sistema de gestão ambiental estendendo suas ações sobre o patrimônio cultural construído sobre a implantação de obras ou atividades que possam agir como modificadores do meio ambiente exigindo, quando necessário, o Relatório de Impacto Ambiental – RIA.

No capítulo III do Estatuto da Cidade que diz respeito ao Plano Diretor, o art.40 afirma que este é um instrumento básico da política urbana municipal e de fundamental importância para a política ambiental urbana.

A maior parte dos problemas ambientais das cidades tem sua origem no processo de expansão urbana, que envolve o parcelamento do solo. A implantação de loteamentos nas periferias das cidades tende a ser problemático, seja pela localização inadequada (cabeceras de córregos, várzeas, terrenos com alta declividade, aterros com materiais nocivos), seja pela inadequação do projeto que não prevê benfeitorias e infraestrutura adequadas ou mesmo pelo traçado indevido do sistema viário.

Desta maneira o Plano Diretor deve fixar diretrizes de urbanização e expansão urbana com base num referencial geográfico de uso e ocupação do solo, que defina o macrozoneamento municipal (zonas urbanas e de expansão urbana) e o zoneamento urbano, conforme os princípios que levem em conta a bacia hidrográfica como unidade de planejamento, para que haja uma compatibilidade urbanística e ambiental dos usos, com base ainda nas características de suporte do meio físico e da infra-estrutura existente. Do mesmo modo devem ser consideradas as diretrizes de parcelamento do solo urbano.

As normas para o uso e ocupação do solo caminham paralelamente às normas sobre o meio ambiente, constituindo políticas diversas, com conselhos e fundos de geração de recursos próprios para sua aplicação. Concordamos com Rezende quando afirma que a integração entre a ocupação urbana e o meio ambiente se dá através da proteção ao patrimônio paisagístico sujeito à proteção ambiental, como os morros, as ilhas. O patrimônio construído encontra-se presente junto ao patrimônio ambiental, quando denominamos o primeiro de patrimônio cultural e o segundo de patrimônio paisagístico. Vale ressaltar que a proteção paisagística constitui uma das primeiras manifestações da preocupação com o meio ambiente, que se faz presente no Plano Piloto para a Baixada de Jacarepaguá, autoria de Lucio Costa em 1969.

Para proteger os conjuntos urbanos e as paisagens que foram instituídos após o plano aparecem os seguintes dispositivos: Áreas de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico, Reservas e Estações Ecológicas (ARIE); Áreas de Proteção Cultural (APAC).

A Lei Complementar nº 16/92 aprova o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro com modificações, mas o mesmo não é regulamentado e aplicado na maioria de suas propostas. Segundo Rezende, um fator que vem dificultando sua implementação, aliado a descontinuidade administrativa, é o fato de que não são fixadas penalidades para as Prefeituras que não regulamentam os seus dispositivos, postura adotada pela maioria das administrações das cidades após sua aprovação.

Mas, e o Estatuto da Cidade?

O Estatuto da Cidade insere de forma clara a preocupação ambiental junto à preocupação com a política urbana. Como diretrizes gerais com a intenção de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana veremos garantido o seguinte:

“direito a cidades sustentáveis, entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer”⁴⁸.

Pela primeira vez o conceito de sustentabilidade aparece em um texto legal de nível federal que dispõe sobre política urbana.

A Agenda 21 e a Agenda HABITAT foram plataformas internacionais resultantes da Conferência Internacional sobre o meio ambiente - a ECO92 e a Conferência Internacional sobre assentamentos humanos - Istambul, 1996, precisam ser apreciadas como complementares e as cidades compreendidas como lugares privilegiados de sua implantação. A tarefa de planejar as cidades passa a ser compartilhada pelo Estado e pela sociedade, que se torna co-responsável pela observância dos direitos humanos e pela sustentabilidade dos processos urbanos. A gestão democrática é o método proposto pela própria lei para conduzir a política urbana.

O capítulo I do Estatuto da Cidade que trata das Diretrizes Gerais, reforça os princípios ambientais da atividade econômica presentes desde a Constituição Federal e inova ao incorporar o conceito de Cidades Sustentáveis. Conceito este consolidado como mencionado no parágrafo anterior, a partir da segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos - Habitat II. Conferência que resultou em uma Agenda, que

⁴⁸ Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001 (Estatuto da Cidade), Brasília, Senado Federal, 2001, art. 2º, inciso I

propunha uma nova perspectiva de abordagem das questões urbanas, que apontou para a possibilidade de um desenvolvimento urbano sustentável.

Rezende comenta que o Estatuto coloca entre as diretrizes o seguinte:

“compatibilização necessária do crescimento das cidades com os recursos ambientais de forma a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente” e a “adoção de padrões de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica não só do Município e do território sob sua área de influência.”

Mas, assim como Rezende também nos questionamos sobre quais seriam as formas de atendimento obrigatório dessas diretrizes por parte dos municípios?

Os principais instrumentos a serem utilizados na política urbana são listados no Estatuto da Cidade e o Plano Diretor é colocado ao lado do zoneamento ambiental, colocando desta forma a questão ambiental em um nível mais elevado. Por outro lado, o plano diretor e as ações de ordenamento territorial não incluem automaticamente as preocupações ambientais.

A Lei nº 10.257/2001 lista alguns instrumentos que tratam especialmente da questão ambiental, são eles: a instituição de unidades de conservação e os estudo prévio de impacto ambiental – EIA, dos quais o Estatuto não se aprofunda muito, uma vez que já são objeto de regras estabelecidas. Porém, o Estatuto cria o estudo prévio de impacto de vizinhança – EIV, que estabelece a ligação entre o espaço construído e o meio ambiente.

Este Estudo sem dúvida é uma das maiores contribuições do Estatuto da Cidade, uma vez que se propõe a avaliar os efeitos sobre a população residente em determinada área como condição para aprovação de obras ou funcionamento de atividades. É um instrumento que visa atenuar os conflitos de uso e ocupação do solo, criando uma nova possibilidade de intermediação entre os interesses dos empreendedores urbanos e a população diretamente impactada, de modo a resguardar padrões mínimos de qualidade de vida. A avaliação é colocada a disposição da população e levará em consideração as conseqüências sobre o adensamento populacional, os equipamentos urbanos, a geração de tráfego e a demanda por transporte público, a ventilação, a iluminação, a paisagem urbana e o patrimônio cultural.

A aplicação desse instrumento não é automática, é necessário que haja uma lei municipal determinando os critérios para a sua aplicação e quais os empreendimentos passíveis de sua aplicação.

Vale ressaltar que o Estatuto prevê instrumentos como o zoneamento ambiental para o planejamento municipal. Tradicionalmente o zoneamento praticado se refere ao

zoneamento de uso e ocupação do solo com fins urbanísticos, ou seja; a definição de áreas adequadas aos usos residencial, industrial e comercial na cidade, segundo critérios de compatibilidade de vizinhança e capacidade de suporte da infra-estrutura. A possibilidade de um zoneamento ambiental consiste num avanço na medida em que pressupõe o estabelecimento de zonas especiais visando a preservação, melhoria e recuperação ambiental, o que inclui as áreas de proteção ambiental e as áreas verdes urbanas.

Deve ser ressaltado ainda, que o EIV deve ser utilizado em prol do interesse de toda a cidade e não apenas no interesse de determinado bairro em detrimento da coletividade. Um outro perigo é o de empreendimentos incômodos serem levados para bairros de menor poder aquisitivo, tornando-se o EIV um instrumento de segregação sócio-espacial. Desta maneira é importante um amplo debate com a comunidade antes que se definam as regras de aplicação.

No que se refere ao Plano Diretor, o Estatuto da Cidade, avança consideravelmente em relação ao que estava disposto na Constituição Federal de 88. Os novos planos deverão se utilizar do instrumento de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios e do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU progressivo no tempo e do usucapião especial de imóvel urbano⁴⁹, este é importante para a regularização coletiva de unidades em favelas. Um outro fato também importante diz respeito as diretrizes do plano diretor, que devem estar incorporados em outros instrumentos de gestão municipal, como orçamento anual, fator determinante para a concretização de grande parte das políticas do plano diretor.

Um outro avanço que não podemos deixar de mencionar é a obrigatoriedade da elaboração de planos diretores, não só dos municípios com mais de 20.000 habitantes, que já havia sido determinado pelo Constituição de 88, mas aqueles que fazem parte de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e de áreas de especial interesse turístico ou que possuam áreas sobre influencia de empreendimentos com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional⁵⁰.

Por fim é criada a obrigatoriedade dos municípios que não possuam plano diretor de prepará-lo num período de cinco anos, além da revisão por daqueles que possuam a cada 10 anos⁵¹, determinação importante para a implantação de um processo de planejamento.

⁴⁹ o usucapião especial urbano, vedado a imóveis públicos, foi criado na Constituição de 88. A Lei nº 10.257/2001 traz a possibilidade de sua aplicação coletiva e a Medida Provisória nº 220/2001 permite a utilização da concessão do direito real de uso no caso de regularização de ocupações em imóveis públicos.

⁵⁰ Ibid, art. 41

⁵¹ o Plano Diretor Decenal do Rio de Janeiro de 1992 está iniciando um processo de revisão em 2005 e um Seminário da Comissão Especial de Revisão do Plano Diretor foi realizado no período de 15 de abril à 20 de maio de 2005, no Plenário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Na Cidade do Rio de Janeiro o Plano Diretor Decenal procurou encarar o problema relacionado ao preço da terra urbana. Para tal, propôs a aplicação de dispositivos como: solo criado e impacto territorial progressivo no tempo, de maneira que associado a outros mecanismos tradicionais provocasse num curto período, mudanças no mercado imobiliário urbano. Com isso contribuiria para a diminuição do déficit habitacional, redirecionando o mercado para outras regiões da cidade, ou gerando recursos que fossem aplicados em infraestrutura e programas habitacionais.

No que diz respeito a Jacarepaguá as diretrizes demonstram um esforço em definir melhores regras de sua ocupação, evitando desordenamento, medidas que fixem os moradores/trabalhadores na região⁵².

O Plano Diretor aponta ainda a necessidade da criação de 55 PEUs – Projetos de Estruturação Urbana⁵³. Chrysostomo (1999: 83) afirma que os primeiros PEUs foram concebidos obedecendo uma cultura de planejamento hierarquizada e tecnocrática. Contudo, pretendiam atender as especificidades dos bairros ou conjunto de bairros, na verdade os PEUs contrariavam a lógica de se pensar globalmente a Cidade, na medida que valorizavam as partes. Destaca-se ainda como objetivo dos PEUs a necessidade de conhecer o processo dinâmico dos agentes produtores e consumidores.

Com a aprovação do Plano Diretor Decenal em 1993, os PEUs adquiriram grande importância e foram reconhecidos como principal instrumento no planejamento e gestão da cidade.

Ao ser promulgado o Plano Diretor, os PEUs foram exigidos em todo território, passando a se ter novas exigências no processo de elaboração de projetos. Foram criadas as AEIs – Área de Especial Interesse, que se constituiu numa importante ferramenta de planejamento local aplicados à bairros ou conjunto de bairros.

A importância dos PEUs no Plano Diretor está atribuída ao seu papel no ordenamento urbanístico da Cidade.

⁵² Art.69 As diretrizes de uso e ocupação do solo (...)

II-incentivo à localização de atividades geradoras de emprego, para redução de deslocamento, mediante o fortalecimento do centro de comércio e serviços Taquara-Tanque (...)

XI-consolidação das áreas destinadas à ocupação industrial, inclusive dos polos de desenvolvimento industrial (...)

XVI-contenção do processo de ocupação desordenada da Baixada de Jacarepaguá, especialmente nas áreas lideiras às lagoas, canais e outros cursos d'água.

⁵³ O surgimento dos PEUs se deu com a promulgação do Decreto nº 1.269 de 29/10/77, que definiu suas áreas objeto, como:

- a) áreas de centros e sub-centros funcionais, existentes ou em potencial;
- b) áreas remanescentes à execução de obras civis de porte; áreas em processo de renovação ou remanejamento urbano;
- c) áreas constituídas por vazios urbanos, áreas de expansão periférica.

O Plano Diretor estabelece que nos PEUs devem estar nas diretrizes relacionadas a recuperação e a conservação da paisagem, dos recursos naturais e da memória construída da cidade. Estes projetos devem levar em consideração o meio ambiente construído, a influência dos agentes imobiliários, bem como a política estatal. Os PEUs devem contemplar padrões garantam a preservação e a melhoria progressiva do meio ambiente urbano. Mesmo que no Plano Diretor a política ambiental tenha recebido um tratamento como área setorial (artigos 112 e 137), não vinculada ao processo de planejamento através dos PEUs, o meio ambiente surge como demanda necessária para a viabilização dos projetos.

A Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras em 2005 passou pelo processo de aprovação do PEU de Vargem Grande, Vargem Pequena e parte do Recreio dos Bandeirantes. No final do mesmo ano teve sua votação adiada por falta de um acordo entre os partidos políticos. A origem da polêmica foi a apresentação de várias emendas propostas pelas comissões da Câmara de Vereadores publicadas de última hora no Diário Oficial – D.O. e iriam a plenário sem debate prévio.

O PEU das Vargens, foi aprovado em 21 de dezembro de 2005, e tem por objetivo orientar a ocupação urbana de parte da área da Baixada de Jacarepaguá, condicionando-a à proteção do meio ambiente e às suas características paisagísticas e de fragilidade ambiental, promovendo assim, uma harmonia entre o adensamento e as possibilidades do sítio – meio natural e construído, a integração homem-natureza.

A aprovação recebeu várias emendas propostas pelos vereadores, e mesmo sendo uma iniciativa da Prefeitura, o PEU das Vargens altera parte do Plano Lúcio Costa, ao criar regras mais flexíveis, para se construir nos bairros da área. Uma destas emendas suprime o art.22, que prevê a criação de uma bacia de contenção a ser construída dentro de um futuro parque público, próximo ao canal de Sernambetiba, na Praia do Pontal. Esta contenção seria para a captação das águas das chuvas para evitar os alagamentos da área, que tem o escoamento prejudicado. Outra emenda exclui do PEU o mecanismo da Outorga Onerosa, recurso que permitiria à Prefeitura, em casos excepcionais, cobrar dos proprietários, taxas para liberar a construção de prédio com até 11 andares, onde o gabarito não passaria de seis pavimentos. A emenda exclui o recurso, mas mantém o gabarito de 11 andares.

Em suas diretrizes, o PEU como consta no Art. 4.^o, da Parte I, *dos Princípios*, o estabelecimento de políticas e implementação de ações para o desenvolvimento físico e urbanístico da área, estabelece o seguinte:

I – proteção ao meio ambiente e à paisagem local no estabelecimento dos critérios de ocupação urbana;

II – compatibilização da ocupação urbana e o adensamento com as limitações do meio físico e com a capacidade da infra-estrutura existente e a ser implantada;

• Tese/2006

III – complementação do sistema viário projetado para à região, prevendo a implantação de sistema de transporte de massa e sistema cicloviário;

IV – utilização de instrumentos da política urbana com o objetivo de obter recursos para investimentos em obras públicas de infra-estrutura na região do PEU;

V – contenção do processo de ocupação desordenada, com soluções diferenciadas para loteamentos irregulares, clandestinos ou invasões, por meio de soluções diferenciadas;

VI – implantação de infra-estrutura de modo a proteger o frágil meio ambiente da região, caracterizada, áreas adversas a ocupação urbana frágeis de baixada e encosta;

VII – manutenção da atividade agrícola remanescente com utilização de técnicos e procedimentos compatíveis com o crescimento urbano;

VIII – estímulo às atividades conservacionistas na região, utilizando sua potencialidade para pesquisas científicas, educação ambiental, turismo ecológico e lazer.

No capítulo I, *do Meio Ambiente*, na seção I e II, o PEU trata do meio ambiente natural e construído, em que no Art. 5.º a ocupação urbana da área do PEU, deverá ser condicionada à proteção ao ambiente, à biodiversidade, à paisagem e as características culturais locais, conforme o disposto na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Já no Art.6.º foi mencionada que deverá ser respeitada a fragilidade das áreas naturais da região, classificadas adversas a ocupação humana, para qualquer intervenção urbanística, são considerados assim: faixas marginais dos corpos d'água, as áreas de inundação, áreas protegidas pela legislação; áreas de instabilidade geológica; áreas com ausência de infraestrutura básica; áreas que necessitam de recuperação ambiental e/ou reposição vegetal e paisagística. Para que sejam viabilizados a futura ocupação urbana e o adensamento da região em consonância com o disposto no art. 6.º, torna-se necessário a elaboração de um plano de macrodrenagem, de recuperação e preservação dos canais, compreendendo os meios de controle e a fiscalização da ocupação das margens por edificações irregulares, do lançamento de esgotos sem tratamento ou com tratamento inadequado pelo órgão municipal responsável.

Ao se tratar do meio construído, na seção II, vale ressaltar o Art.14. que trata da ocupação urbana, e menciona que está deverá estar condicionada à proteção da paisagem natural do sítio, cujo excepcional valor o caracteriza como bem cultural.

O capítulo III, que se refere ao ordenamento territorial, na seção I, que trata da intensidade de ocupação, no art. 23. estabelece que essa intensidade respeitará a condição de área adversa a ocupação urbana e deverá ser orientada segundo critérios ambientais e uma classificação estabelecida. Na seção III, que trata do parcelamento do solo ficou estabelecido que os projetos de parcelamento deverão obedecer o disposto na Lei Federal 6.766/79, na Lei Federal 9.785/99 e no Regulamento da Terra do decreto "E" 3.800, de 1970. quanto a

ocupação do solo, o art. 42. estipula os seguintes parâmetros urbanísticos, que variam segundo zona onde ocorrem, a saber: Índice de Aproveitamento do Terreno – IAT, Taxa de Ocupação; Coeficiente de Adensamento – Q; Taxa de Permeabilidade – TP; Afastamentos Frontais, Laterais, de Fundos e entre edificações; Gabarito e Número máximo de unidades por grupamento. Já o que diz respeito ao uso do solo a Lei Complementar estabelece dois níveis de uso residencial; três de uso comercial e três de uso de serviços. As restrições ficam a cargo dos impactos gerados no meio urbano, seja no sistema viário, seja no meio ambiente.

De acordo com Rezende as cidades brasileiras se defrontam com a desigualdade de infra-estrutura, a segregação dos seus espaços e as questões ambientais que refletem o quadro de desigualdade de renda. A política ambiental deve contemplar a política de geração de empregos, de educação, de saúde, de infra-estrutura, de habitações e de transportes. A cidade é a síntese entre a sociedade e o espaço, como menciona Rezende (2003: 152) citando Santos (1996), sendo assim, atua sobre as condições de vida da população um fator que possibilita garantir as condições de sustentabilidade urbana.

A gestão participativa é considerada um dos pressupostos para a promoção do desenvolvimento sustentável. A Agenda 21, no capítulo 7, preconiza que as cidades devem “institucionalizar uma abordagem participativa do desenvolvimento urbano sustentável”, bem como “habilitar grupos comunitários, organizações não governamentais e indivíduos a assumir a autoridade e a responsabilidade pelo manejo e a melhoria de seu meio ambiente”(AGENDA 21).

Vale ressaltar ainda, segundo LUSTOZA, (2001: 55) a Lei Federal 6.766/79 (BRASIL, 1979), entre outras contribuições para a qualidade de vida nas cidades, preocupou-se com o meio ambiente, tanto o natural (físico) como o construído. Surgiu, assim, uma preocupação de regular a expansão da cidade através do parcelamento do solo, determinando critérios gerais para salvaguardar adequadas condições ambientais, respeitando-se as áreas urbanas e de expansão definidas pelos municípios

Alguns aspectos dispostos devem ser revistos, tendo-se em vista outros documentos legais e o atual nível de conscientização ambiental. Desse modo, constata-se que a lei, apesar de sua contribuição, está defasada devido ao tempo, aos avanços das ciências ambientais e das instituições e instrumentos jurídicos, principalmente no que se refere ao meio ambiente. Desde a Lei 6.938/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, implantada pelo SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente e o CONAMA, passando pelo antigo Código Florestal (Lei 4.771/65, alterada pelas Leis 7.803/89 e 7.875/89) (BRASIL, 1989), até à

nova Constituição Federal, com o desdobramento das constituições estaduais e leis orgânicas municipais.

É necessária uma retroalimentação do processo para atualizar a Lei 6.766/79, oportunidade perdida na Lei 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, na qual há uma percepção do meio ambiente muito tradicional, negligenciando o meio ambiente construído e seu impacto no meio natural. A Lei 9.785/99, que liberaliza os procedimentos de aprovação e regularização de loteamentos, pouco ou quase nada contribuiu para atualizar a Lei 6.766/79, melhorando sua eficácia e sua eficiência (LUSTOZA, 2001).

Na Cidade do Rio de Janeiro, especificamente, na Bacia das Lagoas Costeira alvo desta pesquisa, alguns dos bairros pertencentes a bacia ainda se encontram em situação precária quanto ao abastecimento de água, esgoto e lixo. Os bairros da Lagoa, Leblon, Ipanema, Leme e Copacabana, que possuem sua ocupação consolidada, são os que se encontram com quase 100% de infra-estrutura. As áreas onde a ocupação vem se tornando mais intensa, como: Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande, Vargem Pequena e outros, a situação ainda é variável e precária.

No município do Rio de Janeiro, em especial na Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras, se observa 9 micro-bacias e 8 sub-bacias, onde a maior em termos de rios e canais é a Sub-bacia da Zona dos Canais, possuindo o maior número de seus cursos d'água no bairro de Vargem Grande. Já a micro-bacia com maior número de rios é a Micro-bacia do rio Anil, que envolve os bairros de Jacarepaguá, Freguesia e Anil.

Os limites territoriais das bacias hidrográficas ou seus subsistemas nem sempre coincidem com as delimitações político-administrativas, desta forma uma mesma bacia pode ser compartilhada por diferentes países, estados, municípios ou mesmo bairros, criando algumas dificuldades para a gestão ambiental.

No caso do município do Rio de Janeiro esse compartilhar hidrográfico nem sempre é observado pelos gestores municipais. No que se trata da delimitação político-administrativa, na Cidade, a divisão por bacia hidrográfica (no caso 3 bacias hidrográficas), existente não coincide com as delimitações de Áreas de Planejamento - APs⁵⁴ (num total de 5 APs) e Regiões Administrativas - RAs (num total de 30 RAs), tornando assim as condicionantes

⁵⁴ no caso o município possui 5 Áreas de Planejamento - AP, são elas: AP-1 Portuária; AP-2 regiões administrativas (RAs) Botafogo, Copacabana, Lagoa, Tijuca, Vila Isabel e Rocinha; AP-3 regiões administrativas AP-4 regiões administrativas Barra da Tijuca e Jacarepaguá e AP-5 regiões administrativas Bangu, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba

para o planejamento urbano da Cidade muitas vezes incompatível com a política de recursos hídricos, seja a nível municipal, estadual ou mesmo federal.

CUNHA *et al.*, 2003, afirma que a bacia hidrográfica é uma realidade, mas é um conceito socialmente construído. Passa a ser um campo de ação política, de partilha de responsabilidade e de tomada de decisões. Os problemas como desmatamento, erosão, contaminação dos rios, enchentes e tensões físico-sociais de natureza diversa impuseram a cooperação entre diferentes esferas administrativas, levando a um novo arranjo institucional na forma de comitês de bacia.

No Estado do Rio de Janeiro a Política Estadual de Recursos Hídricos foi instituída através da Lei nº 3.239, de 02 de agosto de 1999, assim como a criação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. A Lei dispõe ainda sobre dois importantes artigos, a saber: art. 43, que prevê a criação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e art. 44, que atribui ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a supervisão e a promoção da implementação das diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos.

Como pode ser observado, o estado segue as diretrizes e ações em termos de planejamento e ordenamento territorial, tendo a bacia hidrográfica como unidade de planejamento. Todavia, o mesmo não ocorre a nível municipal, que tem nas Áreas de Planejamento – APs, sua forma de gestão político-administrativa.

O Estado do Rio de Janeiro está inserido na terceira maior faixa litorânea do Brasil e é importante frisar que grande parte das soluções, para as relações desiguais entre o crescimento demográfico e urbano e a disponibilidade/qualidade hídricas, são apontadas nas próprias políticas públicas relacionadas aos recursos hídricos e gerenciamento costeiro.

A Política de Recursos Hídricos e de Gerenciamento Costeiro no Brasil seja a nível federal como ao estadual atravessa uma fase de regulamentação e implementação tanto dos órgãos e instituições competentes dos respectivos Sistemas de Gerenciamento quanto dos instrumentos de gestão.

Cabe aqui uma reflexão que muito vem nos incomodando:

Qual realidade cobre o atual processo de regulamentação e implementação das políticas de recursos hídricos e gerenciamento costeiro no Rio de Janeiro?

O Estado do Rio de Janeiro tem um litoral que se estende por mais de 800 km, entrecortado por baías e repleto de lagunas, com enormes áreas de restingas, brejos, mangues, costões rochosos e centenas de ilhas - áreas com características peculiares no que diz respeito aos interesses de preservação - onde vive cerca de 80% da população fluminense,

com uma densidade demográfica de 585 hab/km², uma das maiores dentre os Estados costeiros da Federação.

A participação do Estado do Rio de Janeiro no PNGC se justifica por duas razões: a primeira, pela importância do litoral fluminense, seja do ponto de vista econômico, seja do ambiental; segundo, para atender ao que estabelece a Lei Estadual nº 1.204, de 7/11/87, que instituiu o Comitê de Defesa do Litoral - Codel/RJ e fortaleceu as atribuições do Estado na gestão do processo de uso e ocupação do litoral.

Percebe-se que os problemas, apontados com relação ao conjunto dos instrumentos de gestão, estão relacionados a questões institucionais, como a falta de articulação ou de pactuação político-institucional para a operacionalização dos instrumentos de gestão.

Nos últimos 50 anos a sociedade brasileira vem se transformando de rural para urbana. Segundo dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), apenas 19% da população vive no campo, enquanto 81% vive nos centros urbanos, sendo a Zona costeira habitada por 22% da população que se concentra em 7% dos municípios brasileiro. A zona costeira brasileira corresponde a uma faixa de transição onde interagem três grandes sistemas: oceânico, atmosférico e continental. Possui uma extensão de aproximadamente 7.400 km de extensão e largura que varia entre 70 a 480 km, de acordo com a posição geográfica.

Como já foi mencionado, o maior foco de adensamento populacional do país, está localizado na zona costeira, que abriga a sede de várias regiões metropolitanas como Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo Machado e Klein (s/d) as Cidades do Rio de Janeiro e de São João de Meriti possuíam, no final dos anos 90 do século passado, respectivamente, uma densidade de 542,64 hab/km² e de 12.501,12 hab/km².

Machado et. al menciona que a zona costeira não se limita ao mar territorial e às praias. A Lei federal nº 7.661/88, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, define em seu art. 2º, parágrafo único:

“Para efeitos desta Lei, considera-se Zona Costeira o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre...”

A breve análise desenvolvida tenha apresentado com clareza a importante conquista com relação ao direito à cidade e à moradia, possibilitando o desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas do ponto de vista não só da redistribuição, da regulação das atividades privadas e da democratização dos processos decisórios, mas também do ponto de vista da política ambiental para as áreas urbanas.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, parágrafo 4º, ao estabelecer que a Zona Costeira é patrimônio nacional, veio ao encontro da legislação anterior que já previa a sua preservação e de seus recursos naturais.

Aos Estados e Municípios foi conferida a competência para a elaboração de seus respectivos Planos de Gerenciamento Costeiro, desde que observadas as normas e diretrizes do Plano Nacional e da legislação federal.

A Política Nacional de Meio Ambiente – Lei federal nº 6.938/81, tem reflexos em todos os setores do meio ambiente, tendo em vista a sua indivisibilidade. A escassez ou mal uso de um recurso natural sempre acarretará conseqüências aos demais, mesmo que indiretamente.

Os instrumentos da Política instituídos no art. 9º da Lei, são os seguintes: estabelecimento de padrões de qualidade ambiental; zoneamento ambiental; a avaliação de impactos ambientais; o licenciamento e a revisão de atividades efetiva e potencialmente poluidoras; incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental; a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas; o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente; o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumento de Defesa Ambiental; as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias a preservação ou correção da degradação ambiental; a instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo IBAMA; a garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes; o Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais.

Para a gestão dos recursos naturais, os Comitês de Bacias Hidrográficas foram criados com atribuições normativas, deliberativas e consultivas, reconhecidos e qualificados por ato do Poder Executivo, mediante proposta do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, em função dos atendimentos dos critérios gerais estabelecidos pelo Conselho, das necessidades da bacia hidrográfica e da capacidade de articulação entre seus membros.

Ao Comitê de Bacia cabe a coordenação das atividades dos agentes públicos e privados, relacionados aos recursos hídricos e ambientais, devendo para isso compatibilizar metas e diretrizes do Plano Estadual de Recursos Hídricos com as peculiaridades da sua área de atuação. Contudo, o Poder Executivo Estadual, indo no sentido oposto, além de não se

sujeitar às normas federais relativas ao gerenciamento de recursos hídricos⁵⁵, resgata velhas tradições republicanas ao sancionar a Lei nº 4.247/03: o autoritarismo e a centralização da Administração Pública, ou seja; quinze anos após ser institucionalizado o modelo de gestão baseado na descentralização político-administrativa e na participação da população na formulação e no controle das ações de atenção à população em todos os níveis do governo, o Poder Executivo desconsidera as diretrizes constitucionais de democratização do Estado brasileiro (MACHADO e KLEIN). É como se o administrador público do território fluminense não soubesse que o Brasil tem diversos tipos de lei, mas a Constituição se sobrepõe a todas, sendo chamada muitas vezes de Carta Magna, ou seja, nenhuma lei pode contrariar a Constituição.

Parte dos problemas apontados com relação ao conjunto dos instrumentos de gestão, estão relacionados as questões institucionais, como a falta de articulação ou pactuação político-institucional para a melhor operacionalização dos instrumentos de gestão.

O fenômeno da raridade do espaço se coloca como um produto do processo de reprodução do espaço sob o domínio do desenvolvimento do capital, ao mesmo tempo em que constitui uma barreira ao seu desenvolvimento. Segundo Carlos (2001: 113), as estratégias capazes de superar essa contradição no processo passam pela mediação do Estado, uma vez que só ele pode atuar sob grandes extensões do espaço, apoiado na instância jurídica, que cria as condições necessárias e legitima a ação. Dessa maneira o espaço se reproduz como condição produto de reprodução do capital, e ao mesmo tempo como instrumento político vinculado ao Estado.

A produção/reprodução do espaço envolve um saber e uma técnica aplicada à gestão em que o Estado precisa desenvolver uma série de funções, para impedir transgressões que criem um espaço de domínio político, como condição de sua reprodução generalizada. Com isso, o espaço da gestão, apoiado em estratégias definidas pelo plano do Estado, identifica, destruindo particularidades e diferenças.

A análise do urbano, as mudanças que ocorrem na cidade, os impactos na natureza, a existência de uma crise, tem colocado aos pesquisadores novas questões.

A sociedade do final do século XX, colocou questões diferentes daquelas vividas por Marx, no século XIX, todavia não se trata de buscar em Marx as respostas para essas novas questões.

⁵⁵ ao estabelecer um sistema de gestão dos recursos hídricos nacionais, a Constituição Federal de 88 determina, em seu artigo 22, inciso IV, que compete privativamente à União legislar sobre as águas

O mundo transformou a produção capitalista, ao se desenvolver, realizou contornando e destruindo obstáculos e se universalizou através de uma rede complexa de trocas e comunicação

A reprodução das relações sociais impõe a articulação entre espaços e permiti entender a dimensão do urbano brasileiro, dentro de uma lógica.

O problema urbano não se reduz a cidade, mas se refere ao homem, à sua vida, às suas lutas , ao seu mundo e abre perspectivas para transformações.

O sistema capitalista tornou o trabalho alienado e sem conteúdo, o homem, transformou-se em escravo do capital e assim foi privado da natureza como parte de sua vida. Logo, ao concordar com Carlos (2001) se pode verificar que pensar em novos caminhos significa pensar também um novo homem.



Foto: Regina Esteves Lustoza – Dez./2005
Figura 12. Vista aérea 2 da Cidade do Rio de Janeiro

*Quando a união entre o natural e o produzido se completar,
nossas construções aprenderão, curarão a si mesmas e evoluirão.
Contudo, este é o poder com o qual ainda não chegamos a sonhar.*

*Kevin Kelly,
Out of Control*

• Tese/2006

CAPÍTULO V

***DO ESPAÇO CONCEBIDO AO ESPAÇO PRODUZIDO:
o plano urbanístico e a intervenção no espaço carioca***

Como se pode observar a Cidade do Rio de Janeiro se desenvolveu ao longo de uma faixa de terras baixas entre o mar e a montanha, marcada pela presença de lagoas, pântanos e manguezais. A população crescia, à medida que as transformações ocorriam, como por exemplo, a instalação da Família Real no Brasil, a transformação em capital, tudo isso demandou que mais áreas fossem ocupadas.

As características do sítio urbano, conjugadas aos processos de ocupação e de urbanização ao longo de aproximadamente quatro séculos de evolução (*ver quadros 5 e 6 – anexo I*), acarretou a ocorrência de processo erosivo, deslizamentos, que explicam em parte pela ocupação desordenada das encostas.

Foi escolhida como território para o desenvolvimento desse estudo a Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras da Cidade do Rio de Janeiro, onde as encostas e áreas planas já começam a apresentar um certo adensamento, ora por uma população carente, ora por uma classe de poder aquisitivo mais elevado (*ver Tabela 4 e MP10*).

Como ponto de partida para uma melhor compreensão a respeito da ocupação do território da Bacia, iniciou-se a reflexão através de um histórico sobre o processo de ocupação da área, e uma análise da produção do espaço.

Procurou-se nesta fase do trabalho um estudo sobre o planejamento espacial da Bacia, tomando um dos bairros de maior expressividade, para tratar da expansão urbana – o produzido, associada ao sistema costeiro.

Discute-se neste capítulo o que foi realizado pelo Plano Piloto da Baixada de Jacarepaguá (O Plano Lúcio Costa) (*ver IMG 5 – anexo II*) original do bairro – o concebido, e que

sofreu

• Tese/2006

modificações, apontando as interferências no ambiente costeiro, analisando como ele se encontra na atualidade.

A área de estudo da Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras, apresentam um território composto por 24 bairros, assim como 8 micro-bacias e 4 sub-bacias (*ver MP 5 e 6*)

O bairro da Barra da Tijuca, com sua faixa de 8 km de praia e suas 3 lagoas costeiras (Marapendi; Tijuca e Camorim), foi o recorte espacial escolhido dentro da Bacia e faz parte da Restinga da Barra e Ilhas Oceânicas. O ecossistema litorâneo a ser focado é o manguezal, todavia, vale ressaltar, que os demais ecossistemas característicos desta paisagem de orla (lagoas; restingas; dunas; penínsulas e outros), encontrados na Bacia também serão mencionados nesta pesquisa, mas não serão o foco principal. A justificativa para se focar o bairro da Barra se apresenta devido a diversidade de ecossistemas marítimos, que vêm sofrendo a intervenção do homem e por se tratar de uma região apontada como vetor de crescimento populacional da Cidade. Os problemas ambientais que já começam a ocorrer neste território passam a ser de grande importância e preocupantes, uma vez que esta bacia ainda preserva uma diversidade grande de vegetação de Mata Atlântica, lagoas, várias nascentes e é a única bacia hidrográfica que está completamente inserida no município com seu sistema de drenagem desaguardando nas lagoas e estas ligadas através de canais ao Oceano Atlântico.

A Barra da Tijuca passa por uma rápida expansão urbana e teve um grande impulso na década de 70, apresentando-se no início direcionado por um Plano Piloto, que previa a urbanização associada à preservação do meio ambiente.

A influência de alguns agentes e a falta de respaldo jurídico em relação a importância e obrigação da preservação dos ecossistemas, foram decisivos para a não realização do projeto de Lúcio Costa.

Pesquisas de campo apontam a degradação ambiental das lagoas, mangues e praias, causada pelo despejo de esgoto sem tratamento nesses ambientes. Pode-se afirmar que o Plano não foi seguido na íntegra, e o processo de expansão e construção urbana da Barra da Tijuca foi modificado pelos agentes da produção do espaço urbano, e ao ambiente costeiro pouca atenção foi dada para sua preservação e agora se procura forma de reverter esse processo.

O objetivo principal deste estudo foi uma leitura e análise do processo de produção do espaço na Barra da Tijuca, dentro do contexto da Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras e os efeitos das intervenções executadas – “o concebido e o produzido”.



Figura 13 . Lagoa da Tijuca
Acervo: Regina Esteves Lustoza – Dez/2005



Figura 14. Praia da Barra da Tijuca
Acervo: Regina Esteves Lustoza– Dez/2005



Figura 15. o morar na Barra – Condomínio
Acervo: Regina Esteves Lustoza– Dez/2005



Figura 16. Praia da Barra da Tijuca "a"
Acervo: Regina Esteves Lustoza– Dez/2005

5.1. ASPECTOS HISTÓRICOS E CARACTERIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DAS LAGOAS COSTEIRAS

Ao iniciar as discussões a respeito da produção do espaço no contexto da Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras, em especial tomando o bairro da Barra da Tijuca como um significativo exemplo, torna-se necessário um breve discurso histórico a respeito deste território, como se iniciou sua ocupação/apropriação e as direções pelas quais o processo de produção do espaço urbano começaram a se destacar.

5.1.1. ASPECTOS HISTÓRICOS

Desde o início da formação da Cidade do Rio de Janeiro, a Barra da Tijuca esteve ligada a história da Cidade, embora seja uma região nova em se tratando de desenvolvimento sócio econômico e ocupação territorial.

Após a expulsão dos invasores franceses, que queriam dominar as terras cariocas, Mem de Sá nomeou seu sobrinho Salvador Correa de Sá, capitão e governador (1567-1572) da Cidade, que recebeu como benefício da guerra, as terras que constituem o Município. Como governador do Rio de Janeiro, Salvador Correa de Sá, doou terras a dois colonizadores portugueses, que participaram da luta: Jerônimo Fernandes e Júlio Rangel de Macedo, receberam as sesmarias, que partiam de Jacarepaguá e chegavam a atual Barra da Tijuca.

No final do último período de seu governo (1578-1598), Salvador Correia de Sá passou o amplo território, que hoje corresponde a Jacarepaguá e a Barra da Tijuca a seus dois filhos, Gonçalo e Martim Correia de Sá, que concordaram em dividir a área. Gonçalo ficou com as terras, que hoje correspondem aos atuais bairros da Freguesia, Taquara, Camorim até Campinho, e a maior parte da Barra da Tijuca.

A área de Martim Correia de Sá, mais tarde governador por três vezes da capitania do Rio de Janeiro (1602-1608, 1618-1620 e 1623-1630), ia desde Camorim, atravessava Vargem Pequena e Vargem Grande e chegava ao Recreio dos Bandeirantes, alcançando a extensa faixa litorânea.

As duas partes tiveram uma evolução desigual. Nas terras da planície de Jacarepaguá, foram instalados engenhos e fazendas, em função do terreno plano e dos mananciais de água, o que proporcionou um desenvolvimento econômico baseado em atividades rurais. A área praiana, por outro lado, não teve desenvolvimento regular e crescente, justamente por não ser adequada nem para o plantio, nem para a criação de gado. Localizados entre lagoas e alagados, os areas eram mais propícios a atividades de pesca e lazer.

A filha de Gonçalo Correia de Sá, Dona Vitória de Sá e Benevides, recebeu como herança as terras do pai em 1625, dadas mais tarde como dote, em 1628, a seu esposo, o fidalgo espanhol e governador-geral do Paraguai, D. Luis Cespede Xeria. Em 1667, as propriedades de Dona Vitória, correspondentes à maior parte da Barra da Tijuca, foram legadas, por testamento, ao Mosteiro de São Bento.

O filho de Martim Correia de Sá, General Salvador Correia de Sá e Benevides, primo de Dona Vitória, além da área herdada do pai, comprou todas as terras que pertenciam aos

foreiros e ao marido da prima, que incluíam o atual bairro de Jacarepaguá, ficando dono quase absoluto da região, com exceção da enorme área doada por D. Vitória aos beneditinos, a atual Barra da Tijuca.

Os religiosos fundaram três engenhos, o primeiro em Camorim, depois em Vargem Grande e Vargem Pequena. Os três ocupavam quase a metade da região. A comunicação com a Cidade era feita por uma estrada aberta por eles, que atravessava o maciço da Tijuca.

A Região manteve as suas características rurais sob o poder dos beneditinos. Com a proibição do comércio aos jesuítas e a perseguição movida por Pombal, culminando com a lei de 3 de setembro de 1759 expulsando-os de Portugal e seus domínios, os beneditinos passam a exercer maior influência política, assumindo o papel dos jesuítas em inúmeros empreendimentos lucrativos na Cidade e na Região.

No início do século XIX, a população da área - a maior da Cidade - ainda era constituída basicamente de escravos. Entretanto, apesar do enorme contingente de mão-de-obra escrava, os beneditinos não tinham a mesma vocação empreendedora dos jesuítas - estes realizavam trabalhos de cultivo da terra e criação de animais, de carpintaria, marcenaria, engenharia de estradas, hidráulica e militar, cerâmica, tecelagem, construção de embarcações navais, etc. Para realizar tais atividades possuíam inúmeros bens e ganhavam subsídios reais, doações de terras, sesmarias, heranças, prédios, isenções, entre outros.

A Ordem dos Beneditinos explorou ou arrendou as terras herdadas durante mais de dois séculos. Com o passar do tempo, a produtividade dos engenhos declinou. Plantações de café substituíram a cana-de-açúcar, mas com as crises, as grandes fazendas foram divididas em pequenos sítios. Em consequência da perseguição às ordens religiosas, ocorridas no Segundo Império, e com o fim da escravidão no final do século XIX, os beneditinos ficaram quase arruinados. Em 1891, todas as terras remanescentes foram vendidas à Companhia Engenho Central de Jacarepaguá, sendo repassadas ao Banco de Crédito Móvel, em pagamento de dívidas.

Em 1900, as terras foram vendidas à empresa Saneadora Territorial e Agrícola S.A., ainda hoje grande proprietária de terrenos na área, assim como a Carvalho Hosken, a ESTA e a Pasquale Neto. Desde seus primórdios manifestou-se a vocação local de ter poucos proprietários, como os Sá, os Telles de Menezes e, principalmente, os beneditinos. A concentração de grandes extensões de terras em mãos de poucos foi uma das causas do lento crescimento da Região.

Conhecida como Região dos Sete Engenhos, a Baixada de Jacarepaguá tem hoje poucos marcos históricos. O mais importante é a Igreja de N. Sra. do Mont Serrat, construída

pelos beneditinos por volta de 1766, em Vargem Pequena. Uma característica interessante da área são os nomes das localidades, que se mantiveram desde o período colonial: Camorim, Vargem Grande, Vargem Pequena e Recreio dos Bandeirantes.

A dificuldade de acesso foi outro fator responsável pela lenta evolução da Barra da Tijuca. A ocupação mais significativa na época colonial começou por Jacarepaguá, justamente porque o acesso podia ser feito, embora de forma lenta, através da antiga estrada dos beneditinos. As características do meio geográfico dificultaram o acesso da Região ao centro da Cidade. Outros caminhos já existentes, como a antiga Estrada Real de Santa Cruz e os canais navegáveis de Irajá, acabaram atraindo a expansão da Cidade, irradiada a partir do seu centro, favorecendo os subúrbios e as zonas leste e sul.

O sistema de transportes foi outro aspecto que diferenciou a Barra da Tijuca das demais regiões. No caso da Barra, o meio de locomoção utilizado foi o veículo automóvel e não o sistema sobre trilhos, como bondes e trens. Este fato é evidenciado pelo grande número de estradas abertas antes mesmo que a Região se adensasse, como as estradas dos Bandeirantes, do Joá, de Furnas, das Canoas, da Gávea, entre outras. Estas estradas começaram a surgir desde o século XIX, para atender a localidades distantes e de difícil acesso.

Até as primeiras décadas do século XX, os movimentos de ocupação se mostraram inconsistentes, pontuando apenas pequenas casas de veraneio no Recreio. A ocupação da Barra da Tijuca se deu pelas extremidades. No sentido Zona Sul, surgiram novas vias de acesso, como a Avenida Niemeyer (1920) e a Estrada de Furnas, que se juntavam para alcançar a Barra da Tijuca, contornando a Pedra da Gávea. Em 1939, foi construída uma ponte sobre a Lagoa da Tijuca. A obra foi executada por particulares para atender aos loteamentos Jardim Oceânico e Tjucamar e - no outro extremo - ao loteamento de duas grandes glebas A e B no Recreio dos Bandeirantes, que pertencia ao inglês Joseph W. Finch.

Durante um longo período muitas pessoas físicas e jurídicas estiveram presentes lutando pela posse das áreas na Barra da Tijuca. Hologerme de Castro foi o detentor da posse de uma grande área no Recreio dos Bandeirantes, próximo ao Condomínio Rio Mar e ao longo da estrada Benvindo de Novaes (GONÇALVES, 2005).

A empresa Esta S.A, adquirida nos anos de 1950 por Tjong Hiong Oei, conhecido como o "Chinês da Barra", em cujas terras foram erguidos os Condomínios Nova Ipanema, Novo Leblon, Jardim Marapendi, Fazenda Clube Marapendi, Santa Mônica, Nau da Barra, Portal da Barra, Vivendas do Bosque, Mandala, Park Palace e empreendimentos comerciais

de grande porte como Barra Shopping, Carrefour, Makro, Casa Shopping, Terra Encantada, Via Parque Shopping, Leroy Merlin e Tok Stok (GONÇALVES, 2005).

As áreas ocupadas pelo Hospital Loreço Jorge, o Parque Arruda Câmara (Bosque da Barra) e o miolo no entroncamento das duas principais avenidas da região (Ayrton Senna e das Américas), utilizadas pelo poder público como rodoviária e sede do Setor de Vistoria veicular do Detran-RJ, também pertenciam a empresa do chinês.

A propriedade dessas áreas é reivindicada por um brasileiro naturalizado: Mohamed Ismail El Samad, o “Libanês da Barra”, que segundo Gonçalves (2005: 32) alega ter adquirido essa área de Abílio Soares de Souza.

Muitas são as versões sobre os proprietários dessas terras, segundo mencionado por Evangelista citado por Gonçalves (2005: 34) são quatro versões conflitantes: os descendentes dos Correia de Sá, a da Prefeitura do Rio de Janeiro, a dos monges beneditinos e a dos grande proprietários, como: Tjong Hiomg Oie (Esta), Múcio Athayde (Grupo Desenvolvimento e Engenharia S.A), e Carlos Fernandes de Carvalho (Carvalho Hosken S.A).

As disputas pelas terras na Justiça não impediram o crescimento da Barra da Tijuca, que antes era uma região isolada e estagnada e não passava de um ermo balneário, com extensas áreas alagadas e cheia de dunas, habitada por jacarés e coberta por rala vegetação de restinga.

Na extremidade oposta ao Pontal havia um povoamento inicial da antiga Vila Balneária, a Barrinha e acessível pelas estradas de Furnas, Joá e Gávea por isso foi escolhida para construção de vários motéis.

Em 1939, a Imobiliária Barra da Tijuca S.A, proprietária das glebas A e B da Fazenda da Restinga, correspondentes hoje ao Tijucamar e Jardim Oceânico, construiu a primeira das duas pontes de frente ao morro do Focinho do Cavalo, que permitiu o acesso a praia sem o uso de embarcações.

A primeira rua dessa área no litoral foi a Itatupã, hoje Avenida Olegário Maciel, as demais eram caminhos abertos pelas imobiliárias para demarcação de lotes à venda. Eram demarcados e reconhecidos por números e letras ou pela combinação de ambos, um exemplar disto é a Praça do Ó, na realidade Praça São Perpétuo.

Em 1951 foi elaborado o primeiro Plano de Diretrizes para as Vias Arteriais da Planície de Jacarepaguá, de autoria do engenheiro Hermínio de Andrade e Silva, da Prefeitura do então Distrito Federal.

No Plano as principais vias da Barra já estavam contempladas, tais como: Via 1, atual Avenida Lúcio Costa (ex-Sernambetiba e, anteriormente Litorânea); Via 2, atual Prefeito Dulcídio Cardoso; Via 3, atual Avenida das Américas (antes Estrada Rio-Santos e BR-101); Via 9, atual Salvador Allende (ex-Arenópolis) e Via 11, atual Avenida Ayrton Senna (ex-Alvorada). O arquiteto Lúcio Costa aproveitou quase que totalmente o que previa o Plano ao estabelecer as linhas gerais do Plano Piloto para urbanização da baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá (*ver IMG 5 – anexo II*).

A implantação efetiva dessas vias e de outras permitiram o acesso a elas (o elevado e o túnel do Joá, o túnel Dois Irmãos) a partir de 1960 e início dos anos 1970, tornou viável a construção dos grandes condomínios, a começar pelo Nova Ipanema, seguido do Novo Leblon, Barramares, Atlântico Sul e Riviera Del Fiori.

Estes condomínios consistiram em um misto de lazer e áreas residenciais combinaram uma comodidade característica de clubes esportivos. Surge assim um novo estilo de viver e morar que resultou num *boom* imobiliário, que permanece até os dias de hoje.

Em 1969, quando o governador Francisco Negrão de Lima convidou o urbanista Lúcio Costa, para elaborar o Plano Piloto da Barra, uma nova fronteira de expansão imobiliária se abriu e a partir daí a ocupação da Barra se deu de forma definitiva. Coube a Lúcio Costa a responsabilidade de estabelecer um planejamento para a grande área, até então isolada. O arquiteto se questionava:

“(...) assim, o primeiro impulso, instintivo, há de ser sempre o de impedir que se faça lá o que for. Mas, por outro lado, parece evidente que um espaço de tais proporções e tão acessível não poderia continuar indefinidamente imune, teria de ser mais cedo ou mais tarde, urbanizado. A sua intensa ocupação (1968/1969) é já agora irreversível. (...) o problema consiste então em encontrar a fórmula que permita conciliar a urbanização na escala que se impõe com a salvaguarda, embora parcial, dessas peculiaridades que se importa preservar (...)”

Lúcio Costa elaborou um Plano Diretor propondo uma urbanização racional e planejada da baixada, rompendo com padrões de gabarito existentes, criando áreas *non aedificandi* e vias expressas. Era uma forma de tentar conter a ocupação caótica e desordenada já iniciada, evitando a repetição dos erros cometidos em outras regiões e fornecendo um novo modelo urbano para a Cidade, baseado no racionalismo modernista e na onda desenvolvimentista surgidos no Brasil a partir do governo Kubitschek, na segunda. metade da década de 1950.

Em 1995, aproximadamente 25 anos depois da idealização do Plano ao dar uma entrevista para a Folha de São Paulo, Lúcio Costa reconhece:

“O Plano não poderia ser uma camisa-de-força porque as pressões seriam fortes e muito daquilo que estabelecera como parâmetro seria alterado”

ao mesmo tempo sentenciava:

“A Barra está se desenvolvendo com características mais generosas que o resto da cidade.”

Na Barra da Tijuca, apesar das profundas modificações do plano original, mesmo tendo uma arquitetura característica que a assemelha mais à cidade de Miami do que ao restante do Rio de Janeiro, com *shopping centers*, que são verdadeiras catedrais de consumo, ainda é impressionante o crescimento da Região. As melhores taxas demográficas da Cidade estão na Barra, que se apresenta como a “raridade” do espaço, com os menores adensamentos, ótimos padrões de ocupação e qualidade de vida, apesar do trânsito cada vez mais problemático e da crescente poluição de suas lagoas e praias, por falta de um eficiente sistema de saneamento básico. O encontro entre uma zona até recentemente rural e a confusão urbana moderna resultou num espaço bastante diversificado socialmente, com interações entre forças do Estado, o mercado capitalista, os setores de comércio e serviços e uma população heterogênea formada por diversos grupos sociais emergentes, estabelecidos formal e informalmente. Em suma, a Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras e em especial a Região da Barra da Tijuca é hoje um espaço dinâmico e mutante, um paradigma de desenvolvimento intrigante e discutível e, por isso mesmo, constitui a nova “raridade” do espaço na Cidade do Rio de Janeiro.

5.1.2. CARACTERIZAÇÃO DA BACIA DAS LAGOAS COSTEIRAS

A Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras é limitada pelos maciços da Pedra Branca e da Tijuca e está totalmente inserida no município do Rio de Janeiro. É constituída pelas microbacias da Praia Vermelha, de Copacabana, sub-bacia da Lagoa Rodrigo de Freitas, microbacia do Vidigal, sub-bacia de São Conrado, microbacia da Joatinga, do rio da Barra, sub-bacia do rio Cachoeira, microbacia do rio Muzema, sub-bacias do rio das Pedras (Lagoa da Tijuca), do rio Anil, do Rio Grande, do rio Guerengüê (Lagoa de Jacarepaguá), do rio Passarinhos, do rio Camorim, da Zona dos Canais (Lagoinha), Unidade Especial de Restinga da Barra (Lagoa de Marapendi e Canal de Marapendi), microbacia da Prainha, sub-bacia de Grumari (*ver MP 5 e 6*).

As lagoas que a compõem resultaram do enclausuramento de braços de mar pela formação de dois cordões de restinga: o primeiro, corresponde à linha percorrida pela Av. das Américas, o qual deu lugar à formação das lagoas de Jacarepaguá e Tijuca; o segundo, corresponde à linha percorrida pela Av. Sernambetiba, que deu lugar à formação das lagoas de Marapendi e Lagoinha. O processo natural de aterramento por sedimentação, que as transformaria ao longo de séculos em brejos e, mais adiante, em terra firme, vem sendo acelerado em decorrência da expansão urbana e do desmatamento da encostas (PDMA/RJ, 1992).

As lagoas costeiras da Cidade são em sua maioria lagunas, uma vez que possuem uma ligação com o mar. Elas foram formadas por restingas e devido ao contínuo processo deposicional, possuem canais de ligação estreitos com o mar, regulados pela diferença de níveis entre o mar e a laguna (PCRJ/SMAC).

Como as demais bacias, a Bacia das Lagoas Costeiras possui extensas áreas de baixada, com muito pouca declividade, sujeita a ocorrência de enchentes.

Parte da chamada Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro, encontra-se nessa bacia e nela alguns pontos apresentam alto índice de incidência de enchentes. Podemos citar a sub-bacia da Lagoa Rodrigo de Freitas, que apresenta pontos críticos como: a Praça Santos Dumont na Gávea, partes das pistas das Avenidas Borges de Medeiros e Epiácio Pessoa, Rua Pacheco Leão e Rua Barão de Oliveira Castro. As duas últimas costumam sofrer com inundações por causa do rio dos Macacos; que desce do Maciço da Tijuca e devido a deficiência nos sistemas de micro e macrodrenagem e do assoreamento dos canais são os principais responsáveis pelas enchentes.

A Zona Sul da Cidade ainda apresenta altas taxas de impermeabilização do solo o que acelera o escoamento superficial e aumenta o volume de águas pluviais a ser drenado, já que fica reduzida ou até anulada a parcela que naturalmente se infiltra no solo.

A expansão urbana vem acelerando o processo natural de assoreamento e desmatamento de encostas. A bacia das lagoas costeiras possui extensas áreas de baixadas, com reduzida declividade e sujeitas a ocorrência de enchentes.

A Baixada de Jacarepaguá representa a maior extensão de terras baixas da Bacia das Lagoas Costeiras; o processo de ocupação vem modificando a área que até a década de 50 possuía um ecossistema equilibrado. A abertura de importantes eixos viários na década de 70, conforme vimos no capítulo anterior, obedecendo a diretrizes do Plano Diretor da Baixada de Jacarepaguá, agravou ainda mais a situação; as áreas que compunham a Reserva

Biológica de Jacarepaguá foram reduzidas após a implantação do plano, restando alguns trechos sob a forma de parques públicos e unidades de conservação⁵⁶ ambiental.

Essa região apresenta terrenos de formação sedimentar com extensões de baixa declividade, tendo assim; áreas constantemente inundadas próximas às lagoas de Jacarepaguá; Camorim e Tijuca, assim como diversas áreas que sofrem com inundações como Vargem Grande e Vargem Pequena.

O PDMA/RJ (1992) menciona que os aterros associados ao processo de urbanização da baixada não seguiam um plano global de macrodrenagem para cada sub-bacia, o que deveria prever a execução de aterros de montante para jusante, respeitando o caminho das águas. O resultado dessa ausência de planejamento, ocasionou a formação de uma superfície irregular, propícia ao surgimento de charcos. O PDMA menciona ainda que o conjunto de sistemas de microdrenagem, implantados isoladamente, conforme os interesses dos empreendedores imobiliários, não foi objeto de cadastro e configurava, conforme diagnóstico da Divisão de Drenagem da Secretaria Municipal de Obras como um “subsolo caótico”. Segundo o PDMA/RJ (1992) esse processo inviabilizaria futuras operações do sistema de drenagem como um todo, quando a região estivesse completamente urbanizada.

Não foram apenas as intervenções particulares na região, que contribuíram para o quadro caótico descrito, mas o Poder Público teve a sua participação em diversos níveis e também foi responsável pela criação de barreiras ao escoamento natural das águas em áreas de baixíssima declividade, onde as cotas não ultrapassam a altura de 3,00 metros.

Um exemplo é a Avenida das Américas. Esta avenida foi implantada sobre aterros e em alguns trechos apresenta cotas mais altas do que os loteamentos adjacentes, cujas ruas internas estão acima das cotas dos lotes.

Por outro lado os aterros utilizam material proveniente de exploração mineral, o que poderá trazer como consequência verdadeira devastação ambiental, caso prossiga dessa forma e sem controle, será necessária à urbanização de dezenas de milhões de metros cúbicos de material terroso, que provavelmente será retirado das encostas; das baixadas; das lagoas e dos rios, como já ocorreu nos séculos passados em algumas outras áreas da costa carioca.

O sistema lagunar carioca é composto da seguinte forma: Zona Sul; Lagoa Rodrigo de Freitas; Baixada de Jacarepaguá; Lagoas de Jacarepaguá, Camorim, Tijuca, Marapendi e Lagoinha. A Lagoa Rodrigo de Freitas está situada no coração da Zona Sul em meio a um assentamento urbano consolidado, desta forma; não apresenta muitas semelhanças com seu

⁵⁶ Manter, guardar em estado atual

ecossistema original. Sua contaminação pelo lançamento de esgotos domésticos e lixo urbano comprometem a qualidade de suas águas, como podemos verificar com as mortandades de peixes que ocorrem.

O sistema lagunar da Baixada de Jacarepaguá se encontra em situação um pouco melhor, devido a sua localização em área de malha urbana ainda não tão consolidada. As lagoas de Jacarepaguá, Camorim e Tijuca recebem grande volume de esgotos e eventualmente de cargas tóxicas contidas nos efluentes de indústrias localizadas a montante das mesmas. Marapendi e Lagoinha são os ecossistemas em melhores condições seja na qualidade das águas como na relação fauna e flora (PDMA/RJ, 1992). Todavia, ao invés de adotarem medidas visando a proteção destes ecossistemas, verifica-se a ocupação das respectivas faixas marginais de proteção, o aterro de suas margens e a eliminação da mata ciliar (*ver MP 06*).

O Complexo Lagunar de Jacarepaguá conta com um projeto de revitalização, que prevê serviços de dragagens e outras providências, através do Poder Público, que irão levar ao desassoreamento, desobstrução, restauração da cota de fundo, restabelecimento da circulação hidrodinâmica e troca hídrica e manutenção do espelho d'água no Sistema Lagunar da Baixada de Jacarepaguá. A Lagoa de Jacarepaguá terá 2,50m de profundidade em toda sua extensão e a da Tijuca 1,50m, tendo um volume de material a ser retirado de aproximadamente 1.730.000 m³. Ao final, o complexo lagunar apresentará duas interfaces para o mar, através dos canais da Joatinga e de Sernambetiba.

A fase inicial de todo projeto contou com a abertura de um canal, na Lagoa da Tijuca, apresentando 1,8 km de extensão por 144 metros de largura e uma profundidade de 4 metros e já estão sendo realizadas as obras de dragagem em diversos rios do complexo, como Rio Itanhangá, Rio Grande, Rio Passarinho, Rio Camorim, Rio Marinho e Rio Pavuninha. A obra foi possível devido à mobilização exercida pela Serla, para que fosse finalmente cumprido o Termo de Ajuste e Compromisso (TAC) Urbanístico e Ambiental dos Empreendimentos Saco Grande e Saquinho, celebrado pelo então prefeito do Rio de Janeiro, no ano de 1999, Luiz Paulo Conde, e a Carvalho Hosken Engenharia. A dragagem é uma das contrapartidas ambientais estipuladas pelo TAC, para permissão de empreendimento imobiliário da Carvalho Hosken (SERLA – Fundação Superintendência de Rio e Lagoas, 2005).

A SERLA ainda relata que o intenso processo de urbanização da Baixada de Jacarepaguá, a partir dos anos 70, ainda hoje, tem causado grandes agressões ambientais ao complexo lagunar, encontrando-se as lagoas assoreadas com quantidades expressivas de

• Tese/2006

matéria orgânica e resíduos, inclusive lixo grosseiro, como sofás, geladeiras, carcaça de automóveis, comprometendo a circulação hidrodinâmica entre as lagoas. Dados da Comlurb indicam que são retiradas cerca de 40 toneladas ao dia de lixo flutuante deste sistema.

A poluição hídrica atinge os rios e canais da região, agravando, conseqüentemente as condições das lagoas onde deságuam. Apesar da legislação exigir tratamento de esgoto para grandes conjuntos residenciais, a maioria dos condomínios lança os esgotos “*in natura*” nos rios, canais e lagoas, assim como as residências situadas na região.

As lagoas costeiras em especial a Lagoa Rodrigo de Freitas é um sistema homogêneo de água salobra. Esta laguna possui uma ligação com o mar através do canal do Jardim de Alah, que periodicamente renova suas águas. Este canal além de estreito, constantemente é obstruído pelas areias da praia, afetando assim a entrada de água do mar e com isso necessita frequentemente de dragagem (SMAC, 1998).

A Lagoa Rodrigo de Freitas já passou por diversos aterros, que reduziram seu espelho d’água de 4 milhões de m² para os atuais 2,4 milhões de m². Além de estar naturalmente sujeita ao assoreamento, ela recebe uma quantidade elevada de esgoto doméstico, através de ligações clandestinas na rede de drenagem. A carga de matéria orgânica associada a pouca circulação de suas águas, devido a estreita ligação com o mar acarreta em uma diminuição do nível de oxigênio, produzindo mal cheiro e mortandade de peixes (Relatório Ambiental Urbano Integrado, 2002).

A SMAC realiza periodicamente análises de diversos parâmetros em 5 pontos da Lagoa e com relação a coliformes, observou-se elevada concentração destas bactérias, indicando contaminação de esgoto. Notou-se ainda, que de 1996 a 2001 a quantidade de coliformes na coluna d’água aumentou cerca de 93%.

Segundo o Relatório Ambiental Urbano Integrado (2002), foi verificado que alguns hospitais próximos a Lagoa Rodrigo de Freitas não possuem tratamento de esgoto e lançam seus efluentes (gordura de cozinha e água suja de lavanderia) nesse ecossistema.

“Estudos realizados pela SMAC, registraram 420 unidades de saúde em toda a Cidade do Rio de Janeiro. Destas 361 foram vistoriadas e 197 tiveram seus efluentes analisados. O resultado encontrado revelou que 148 unidades de saúde não possuem estação de tratamento de esgoto. Destas, 83 também não apresentam tratamento final no destino de seu efluente. Este estudo ainda verificou que 40 unidades de saúde têm seu efluente contaminado por Pseudomonas aeruginosa, oriundo de fezes e sangue de pacientes contaminados.”

Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 2002

Os rios que deságuam nestas lagoas e lagunas atravessam áreas de grande densidade populacional e industrial, o que faz com estes ambientes estejam sujeitos ao lançamento de esgoto doméstico e ao despejo de resíduos sólidos, tanto de condomínios de luxo e de classe média, como de favelas próximas às suas margens.

TABELA 7: COLIFORMES TOTAIS NAS LAGOAS COSTEIRAS (NMP/100ML)

ESTAÇÕES	1996	1997	1998	1999	2000	2001
COMPLEXO LAGUNAR DE JACAREPAGUÁ						
Marapendi	13.438	3.478	81.110	45.408	479.358	132.279
Tijuca	378.062	118.961	15.033.333	1.948.667	2.551.750	2.289.167
Camorim	733.670	1.080.398	2.838.333	5.843.333	2.909.667	4.775.000
Jacarepaguá	93.827	58.078	219.750	1.028.333	525.833	1.729.250
Lagoinha	74.335	11.326	377.750	1.024.167	1.444.000	6.045.000
LAGOA RODRIGO DE FREITAS						
	7.027	7.822	62.692	32.367	310.634	13.575

Fonte: Dados de 1996 a 1998 (SMAC, apud IPP, 2000 e Relatório Ambiental Urbano Integrado, 2002)

Dados de 1999 a 2001 (cedido pela SMAC) (Relatório Ambiental Urbano Integrado, 2002)

NMP – número mais provável

IPP – Instituto Pereira Passos

Na *Tabela 7* verifica-se que a Lagoa da Tijuca se sobressaiu em 1998 em se tratando da poluição de suas águas, isso mostra a contaminação por esgoto doméstico nessa região. Mesmo assim novos empreendimentos de luxo continuam a se instalar em suas margens.

A balneabilidade das praias oceânicas do município fica prejudicada, uma vez que elas são o desagudouro da bacia drenante. As praias situadas próximas a ocupação mais adensada até São Conrado são as que apresentam maior índice de contaminação (PDMA, 1992).

As praias da Cidade do Rio de Janeiro além de desempenharem um papel social e cultural na vida do carioca, representam uma atração turística e de lazer, constituindo-se num patrimônio que gera expressivo valor econômico. Desta forma a balneabilidade de suas praias é importante para a análise ambiental urbana, levando em consideração as praias da bacia hidrográfica em questão.

5.2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO: O CASO DA BARRA DA TIJUCA

(...) produzir é produzir espaço. Com isso, falar em produção do espaço é falar desse espaço como componente da produção social em geral que tem uma lógica, uma dinâmica que é própria dessa produção social, de um modo de produção da sociedade

Lefebvre (1991)

Na Cidade do Rio de Janeiro o processo de transformação revela as mudanças que ocorreram no processo produtivo em função dos novos padrões de competitividade, segundo Abreu (1987: 16) “a coerência e as contradições dos sistemas econômico, institucional e ideológico prevaletentes no país.”

Até a década de 70 era o Estado, que se constituía no principal agente de produção do espaço, sobretudo, quando em nome da necessidade de “ordenar” o caos da Cidade, acabou por aprofundar as diferenças na constituição e na vivência do espaço urbano, em que verdadeiras “cirurgias urbanas”, remoções de favelas, construção de conjuntos habitacionais destinados a população pobre, restrita aplicação de recursos de infra-estrutura em áreas periféricas, são alguns dos exemplos que ilustram a situação.

A atuação do Estado como principal agente não pode ser vista como exclusiva, pois também foram fundamentais no processo histórico de produção do espaço na Cidade do Rio de Janeiro, os representantes do capital – os grande proprietários de terras, os incorporadores imobiliários, sem falar nos seguimentos da indústria e comércio; a classe média, instituições/organizações sociais; a Igreja, Movimentos Sociais – de favelas, bairros etc.; Organizações não Governamentais ONG, dentre outros.

Desta forma, se tornou necessário recolocar a discussão, mostrando as contradições neste processo, assim como o nível e as estratégias de intervenção dos diferentes agentes envolvidos.

Uma área exemplar para análise da produção do espaço é a Barra da Tijuca, que sofreu um *boom* de crescimento a partir de fins dos anos 60 e início da década de 70, época que se verificou um aumento do processo de especulação imobiliária, e que determinou a expansão da parte mais abastada da Cidade na direção de São Conrado e a Barra.

Na década de 60 a região não era nada além de uma área de difícil acesso, onde havia uma ocupação ao longo de eixos de comunicação e de antigos caminhos rurais. Lentamente foi se expandindo em direção ao norte (bairro da Tijuca) e ao longo do litoral, como um prolongamento das praias da Zona Sul. Era sem dúvida, uma ocupação desordenada e com baixa densidade demográfica.

Na mesma época o governo do Estado demonstrava uma preocupação com a planificação, no sentido de garantir uma urbanização menos complicada para Cidade. Desta forma em 1963, o governador Carlos Lacerda solicitou ao arquiteto grego Doxiades um plano para o Rio de Janeiro, que pensava a Barra da Tijuca como um novo centro terciário e administrativo da Cidade (*ver IMG 6 – anexo II*).

Seguindo o exemplo de Lacerda, Negrão de Lima (1968-1971), encomendou ao arquiteto Lúcio Costa, um plano urbanístico para a Baixada de Jacarepaguá e para a Barra da Tijuca, com o objetivo de estabelecer alguns critérios para o ordenamento da área, afim de evitar os problemas e males que envolviam por exemplo, Copacabana, procurando conciliar expansão urbana com preservação da natureza.

Com isso o Estado passa a ter papel decisivo na região com investimentos maciços na construção de um complexo sistema viário (estradas, viadutos, túneis e elevados); implantando uma infra-estrutura urbana necessária para a ocupação da “nova” Zona Sul, e, principalmente, regulação, diante de um plano urbanístico, desse processo de ocupação (Leitão, 1990: 9). Nesta época foram construídas as Avenidas Litorânea (atual Sernambetiba), Grajaí-Jacarepaguá e Avenida das Américas.

Conforme Maia (2001) ficou constatado, que o Estado num momento em que se evidenciava a expansão urbana da Baixada Fluminense, de formas diferenciadas, os investimentos e as atenções eram voltadas para a Barra, vislumbrada como passível de ser integrada, no futuro, ao núcleo metropolitano, devido a sua tendência de ocupação por classes altas.

Vale mencionar ainda, que o momento em que este plano foi elaborado, “anos do milagre”, foi uma época em que houve um aumento substancial do PIB, da exportação e do consumo de bens duráveis, sem falar na produção imobiliária (financiada pelo Banco Nacional de Habitação - BNH) e um investimento considerável do Estado em políticas públicas, que privilegiava os seguimentos mais abastados.

5.2.1 O PLANO LÚCIO COSTA: o concebido e o produzido

O espaço para Lefebvre não poderia ser concebido como algo passivo, vazio, como tendo apenas o sentido, como os outros “produtos”, da troca, do ser consumido, do desaparecer. Enquanto produto, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos das matérias-primas e das energias, rede de repartição dos produtos.

O Plano propunha para a Barra da Tijuca uma nova forma de ordenar seu território e produzir seu espaço urbano: o crescimento urbano aliado às questões ambientais. Com o controle da expansão urbana, procurava preservar a geografia do lugar, suas belezas naturais como as praias, as dunas, as restingas, os manguezais e lagoas, por ser esta uma das últimas áreas disponíveis para onde a Cidade poderia se expandir.

O objetivo principal foi disciplinar o uso e ocupação do solo na região, de forma a garantir uma determinada “qualidade de vida” a seus futuros moradores, estabelecendo parâmetros urbanísticos superiores ao restante da Cidade, como por exemplo: tamanho privilegiado dos lotes destinados ao uso residencial unifamiliar e a reserva de grandes áreas de lazer.

O princípio básico do Plano foi a nuclearização das zonas residenciais coletivas, regulando-se espaços intermediários para uso unifamiliar. Na orla as construções altas limitavam-se ao uso multifamiliar.

O Plano Lúcio Costa foi concebido dentro do paradigma do urbanismo progressista, que refletia o projeto desenvolvimentista dentro do ideário modernista, onde a Barra retomaria, segundo Cardoso (1988):

“... a cidade como espaço de modernidade... construindo novas referências e expressando em definitivo uma modernidade sem condições.”

A cidade deveria responder a uma ordem urbana ideal, a partir de determinado modelo de apropriação do solo urbano, baseado no controle e na racionalidade, porém de acordo com o regime jurídico da propriedade privada, de forma a capacitar o urbano para a intensificação do processo industrial, estabelecendo segmentações funcionais e sociais do território: na Zona Oeste residiriam os pobres, próximos as indústrias atraídas para a região; na parte Sul da Baixada de Jacarepaguá ficaria a classe mais abastada, seria a construção do novo Rio.

Maia (1998) ao citar LEITÃO (1990: 89) menciona, que segundo o Plano Piloto, a região contaria com três centros urbanos principais: o primeiro na Barra. Junto ao Jardim Oceânico; outro em Sernambetiba, próximo ao Recreio dos Bandeirantes; e o terceiro equidistante dos dois anteriores, que se transformaria no “futuro grande centro metropolitano NS-LO”, onde algumas atividades seriam desenvolvidas, como: comércio, lazer, cultura, escritórios e outros (*ver IMG 04 – anexo II*).

O CONCEBIDO: construindo um novo bairro

AS REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO: é o espaço concebido, aquele dos sábios, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido.

Lefebvre (1991)

Na época da apresentação do Plano Diretor para a Baixada de Jacarepaguá (parte da área de estudo da Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras), o então Secretário de Obras Públicas, o engenheiro Raymundo de Paula Soares, afirma a importância e expectativa do que se ergueria na região - *“a mais bela cidade oceânica do mundo.”*

Ao se considerar a beleza da região isso não seria nenhum exagero, sua amplitude e baixa densidade populacional, seria ali o palco ideal para se planejar a expansão da Cidade do Rio de Janeiro, desde que guardasse toda a beleza natural que se estendia por toda essa área plana.

A sociedade produz o espaço e passa a ter dele uma determinada consciência. Refere-se ao fato de que os homens, ao produzirem seus bens materiais e se reproduzindo como espécie, produzem o espaço geográfico. Entretanto, dependendo do momento histórico o fazem de modo específico, diferenciado, de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas. O espaço passa a ser produzido em função do processo produtivo geral da sociedade (LEFEBVRE, 1970).

Com estas palavras escritas por Lefebvre se pode refletir um pouco sobre o momento pelo qual foi elaborado o Plano Lucio Costa e o que ele veio a se tornar para uma determinada sociedade.

Gonçalves (1999) citado por SILVA (2004) menciona que o jornalista Ricardo Palma em 1932 numa reportagem para o Diário Carioca⁵⁷, escreveu que o Rio possuía o seu sertão⁵⁸.

Estava se referindo a Barra da Tijuca, região que se apresentava como área de expansão urbana da Cidade do Rio de Janeiro, marcada por natureza exuberante, que deveria ser planejada e não deixada a ocupação ao acaso, para que suas belezas fosse preservadas.

⁵⁷ Jornal de grande circulação na época

⁵⁸ ao fazer essa afirmativa o jornalista compara a fisionomia das lagoas e manguezais da Barra da Tijuca com os alagados/brejos do sertão nordestino. Porém a formação dos brejos do nordeste é diferente do que ocorre na Baixada de Jacarepaguá. No nordeste isso está relacionado ao microclima, enquanto na Barra se relaciona a presença das lagoas.

A ocorrência dos alagados no sertão nordestino acontece quando a massa de ar úmida se desloca do oceano em direção ao interior. Na Barra da Tijuca os brejos e alagados estão em um ambiente de transição, associados a evolução das lagoas e ao lençol freático, abastecido pelas marés.

Ao assumir o governo do Estado, Negrão de Lima, passou para o arquiteto urbanista Lucio Costa a tarefa de planejar a urbanização da área.

Segundo Costa o Plano se tornou necessário, porque o governo se via perante diversas indagações sobre o que fazer com essa área e como fazer... Era necessário planejar e ordenar a ocupação da melhor forma possível aproveitando a área.

O Plano recebeu o nome de *Plano-Piloto para a Urbanização da Baixada Compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá*, deveria ser compreendido dada a importância do sítio uma baixada de extrema singularidade na Cidade do Rio de Janeiro, com características particulares.

O desejo de Lúcio Costa era que nascesse na região da Baixada de Jacarepaguá um novo pólo Distrito Central Financeiro (CBD – *Central Business District*) para equilibrar a região do Centro (o atual Centro da Cidade). Acreditava que a área era o foco natural de encontro do eixo Norte/Sul (Zona Norte e Zona Sul da Cidade, através de Jacarepaguá) e do eixo Leste/Oeste (por está no centro de ligação entre Santa Cruz – zona industrial – e o Centro da Cidade), o que faria com que o fluxo convergesse para a região, tornando-a assim um novo Centro Metropolitano.

Desta forma além de estabelecer um Plano Diretor para a urbanização da área, Lucio Costa estava preocupado em criar condições para a construção deste novo centro Metropolitano.

Ao conceber o Plano, o arquiteto urbanista se viu diante de um grande dilema, pois ao mesmo tempo que precisava planejar a inevitável ocupação da área, seu maior desejo era que ali não se fizesse nada, que toda área fosse preservada da maneira como se encontrava e deveria se tornar um parque nacional. Então ele menciona:

“assim o primeiro impulso, instintivo há de ser sempre o de impedir que se faça lá seja o que for. Mas, por outro lado, parece evidente que um espaço de tais proporções e tão acessível não poderia continuar indefinidamente imune, teria mesmo de ser, mais cedo ou mais tarde, urbanizado. A sua intensa ocupação é, já agora inevitável.”

Ao conceber o Plano Piloto para a região, algumas áreas já apresentavam sinais de ocupação, como: o Jardim Oceânico, a Barrinha e o Tijuca-Mar. Essas áreas apresentavam uma ocupação muito semelhante a ocorrida na Zona Sul, guardando as características de bairros como Leblon e Ipanema, e ocupadas por uma população muitas vezes proveniente destes bairros.

O Plano de Diretrizes de Vias Arteriais (1955) já existia para a região, que previa arruamentos paralelos ao longo de toda a extensão, e sua tendência natural seria a ocupação ao longo de todas as vias, assim como aconteceu nos bairros da Zona Sul, principalmente Copacabana, Ipanema e Leblon. As áreas das lagoas seriam preservadas como parques. Para toda a Baixada de Jacarepaguá estava estabelecido vias com fins industriais, comerciais e residenciais.

O objetivo principal do Plano Piloto era o de controlar a expansão urbana e preservar a geografia da área, suas belezas naturais como as praias, as dunas, restingas, manguezais e lagoas, por ser esta uma das últimas áreas disponíveis para onde a Cidade poderia se expandir. Lucio Costa mencionou o seguinte:

“encontrar a fórmula que permita conciliar a urbanização na escala em que se impõe, com a salvaguarda, embora parcial, dessas peculiaridades que importa preservar.”

Segundo as palavras do arquiteto ele acreditava que qualquer intervenção urbanística para a área deveria ser feita *“sob medida”*.

Por acreditar que nessa área surgiria um novo Centro Metropolitano, foi dado ao Plano a devida atenção às vias de circulação, que deveria ter ligação com toda a Cidade.

A principal via do bairro seria, e ainda hoje é, a Avenida das Américas. Essa via já existia quando da elaboração do Plano, fazia parte da BR-101 e assim era conhecida. Lucio Costa desejava mantê-la como uma via expressa de circulação. Paralela a BR haveria uma outra avenida, ao longo do canal Cortado, que faria a circulação interna do bairro.

Foi previsto além de vias rodoviárias, um eixo metroviário ligando a região a Cidade Universitária (conhecida hoje como Linha 6 do Metrô). Contudo afirmava que a demanda por meios de transporte deveria aumentar gradativamente, conforme as necessidades, para que não ocorresse uma ocupação que saísse fora do planejado.

Os espaços de habitação foram uma das principais preocupações do Plano, que visava fixar as áreas e o gabarito onde seria possível construir. Para tal Lucio Costa propõe que a urbanização deveria ser feita em núcleos de urbanização, intercalando residências multifamiliares com unifamiliares, para uma melhor circulação da ventilação, não deixando acontecer o mesmo que nos bairros da Zona Sul, que conforme as palavras de SILVA (2004)

“uma muralha de cimento na frente do mar e nas quadras interiores, barrando a brisa do mar e impedindo a vista da paisagem praiana pelos moradores do interior do bairro.”

Para que isso acontecesse todos os núcleos deveriam ter taxa de ocupação reduzidas, como por exemplo: 10% para construções de dois pavimentos e 20% para as de um único pavimento.

O Plano fala sobre a construção de núcleos autônomos, que deveriam ser construídos com 1 km de afastamento entre si, seus edifícios teria, de 8 a 10 andares, e seriam ocupados por escolas e comércios. Seria uma concepção aos moldes de Brasília e o que encontramos nas quadras da Asa Norte.

Esses núcleos estariam localizados entre a Avenida das Américas e o Canal de Marapendi, sendo que comércio e serviços estariam localizados nas articulações junto ao canal, podendo sofrer alterações de acordo com a conveniência dos interessados, os moradores. As áreas onde houvessem dunas estariam localizadas apenas as residências unifamiliares, mansões ou casas menores, limitando a taxa de ocupação a 10% e ligadas as estradas e aos núcleos de moradias por caminhos entre as dunas, procurando preservar a paisagem próxima de como se apresentava.

Os núcleos autônomos constituíram e ainda hoje constituem a característica marcante da Barra da Tijuca, os condomínios fechados, embora distorcidos das características originais no que diz respeito ao gabarito, o afastamento entre eles e a taxa de ocupação.

Na área entre a Avenida das Américas e a Lagoa de Marapendi haveriam núcleos, com os mesmos afastamentos entre eles, contudo não alinhados como os da Avenida principal. As edificações seriam em número reduzido, mas com gabarito de 25 a 30 andares, e contariam com a infra-estrutura dos demais núcleos residenciais. A área no entorno da pedra de Itaúna deveria ser preservada na íntegra e devidamente ambientada sem ocupação ao seu entorno.

A paisagem entre a Litorânea e o Canal de Marapendi, com exceção das edificações existentes, deveria ser mantida preservada, se possível mantendo seu ar agreste, intocada. Lúcio Costa não queria que a Avenida Litorânea se transformasse em uma avenida de mão dupla, com canteiro central e retorno, acreditava que essa seria a área que mais devesse ser mantida *“rústica para integrar-se ao ambiente agreste”* que deveria ser preservado.

Preocupado com a preservação da praia e procurando mantê-la intocada, Lúcio Costa também procurava solucionar e organizar as vias de acesso a ela:

“duas pontes-passarelas nos seus trechos mais estreitos e em três pontos do canal, afim de garantir um mínimo de articulação viária.” (COSTA,)

No que diz respeito as questões turísticas, os atrativos seriam através da paisagem que a região possuía e algumas considerações foram feitas: não foram definidas áreas para a instalação de hotéis, mas foram indicadas as áreas onde não poderiam ser construídos. Essas áreas seriam próximas a Lagoa de Marapendi, com exceção do entroncamento com a Via 11, atual Avenida Ayrton Senna. As localizações ideais seriam as extremidades do cordão arenoso da Avenida Litorânea.

Devido a vocação para o turismo que se já se vislumbrava, previa-se a construção de hotéis em áreas previamente definidas. A Avenida Litorânea (atual Sernambetiba) seria matida rústica, para que fosse integrada ao meio que se pretendia preservar.

Os locais já ocupados da Barra da Tijuca (Jardim Oceânico; Barrinha; Tijucamar e Lagoinha no Recreio) para se enquadrarem a composição paisagística do conjunto deveriam ser arborizados.

A área pertencente a Aeronáutica, ao longo da Avenida Ayrton Senna, ocupada parcialmente pelo aeroporto de Jacarepaguá, deveria ser mantida como parque (ainda hoje é conhecido como Bosque da Barra).

Para as construções que necessitassem de espaços abertos, como clubes; estádios e outros., foram reservadas as áreas entre os Morros Dois Irmãos e a Pedra Negra, a sudoeste (onde hoje se localiza o Projac, cidade cinematográfica da Rede Globo) em Vargem Grande, e a área a extremo leste do bairro da Barra da Tijuca, próximo a Pedra da Panela. Deveriam ser construídos dois ancoradouros: um próximo ao Morro da Joatinga e outro no Canal de Sernambetiba, a oeste no bairro do Recreio dos Bandeirantes.

Para os demais bairros que compõem a Baixada de Jacarepaguá, o Plano apresentava zonas industriais em Jacarepaguá, e garantia que Vargem Grande, Vargem Pequena e os campos de Sernambetiba, a oeste da Baixada, seriam áreas de cultura, com sítios, granjas e chácaras.

Um outro fator determinado pelo Plano era a desapropriação de uma área de 4 km², que foi destinada a implantação do que Lúcio Costa chamava novo Centro Metropolitano, assim como a construção da infra-estrutura necessária, contudo não indicava a melhor localização, apenas mencionava a previsão de sua elaboração, que deveria ser por um grupo de trabalho que ficaria com a tarefa de elaborar a segunda etapa do Plano.

Fica claro que para o Plano a rua deixaria de ser um espaço de convivência e sociabilidade, passando a cumprir um papel exclusivamente de circulação.

A nuclearização das zonas residenciais inibiu o movimento na Cidade. Os condomínios fechados – símbolo da Barra – acabaram se tornando uma “cidade dentro da

cidade”, onde se assegurou aos seus moradores “uma estrutura de comércio local; diferentes formas de lazer e em alguns um sistema de transporte coletivo próprio, ligando os condomínios a outros pontos da Cidade.

O PRODUZIDO: o processo de expansão da Barra

A partir da década de 1970 a Barra da Tijuca passa a apresentar um impulso de ocupação e urbanização, que foi caracterizado como a expansão das fronteiras da Zona Sul⁵⁹ da Cidade.

A tendência dessa expansão ocorre seguindo a orla carioca. Com o esgotamento de parte do solo da Zona Sul surge a procura por novas terras, para atender ao mercado imobiliário e a construção civil, que deveria acompanhar o crescimento da população.

Esse impulso foi caracterizado por um rápido processo de produção do espaço com uma expansão e urbanização, que transformou uma área pouco habitada, com predominância de vegetação nativa e agricultura, em área muito ocupada e movimentada, que atualmente é um dos mais valorizados da Cidade do Rio de Janeiro.

A produção do espaço da Zona Sul carioca é marcado pela ocupação da elite, que começa a se deslocar com expressividade na década de 1940 em busca de áreas verdes, belezas naturais, o sítio urbano da Zona Sul começa a ser valorizado. O banho de mar passa a ser algo saudável e juntamente com a especulação imobiliária essas áreas passam a ser valorizadas e ocorre o deslocamento da elite do Centro e de bairros da Zona Norte, como Tijuca e São Cristóvão, a procura de bairros da Zona Sul, principalmente os litorâneos (ABREU, 1987) e (SILVA, 2004).

O estado começa a produzir o espaço para a ocupação da Barra, através da criação da infra-estrutura. No final da década dos anos 60, a Auto Estrada Lagoa-Barra é construída e se torna a principal via de acesso fazendo a ligação com a Zona Sul da Cidade. Na década de 70 a CEDAE inicia a ampliação da implantação da rede de abastecimento de água.

A primeira etapa de ocupação da região, que ocorre na segunda metade da década de 70 (*ver IMG 01 – anexo II*), acontece através da implementação dos Condomínios Fechados. Os condomínios marcaram uma nova forma de viver na Cidade, aliando à privacidade, à segurança e à concentração próxima de serviços. Os núcleos urbanos estabelecidos por Lúcio Costa no Plano se tornam uma realidade através destas áreas, que associam ainda moradia com serviços. Os primeiros desses núcleos foram os condomínios: Novo Leblon e Nova

⁵⁹ Esta Zona Sul da Cidade compreende os bairros situados na vertente sul do Maciço da Tijuca, destacam-se nesta expansão os bairros da orla marítima: Flamengo (não pertence a bacia hidrográfica em estudo); Botafogo; Leme; Copacabana; Arpoador; Ipanema e Leblon

Ipanema, este último localizado no entroncamento da Avenida das Américas com a Avenida Ayrton Senna, e mantendo 1 km a oeste do primeiro conforme os padrões estabelecidos no Plano Piloto.

A seguir foram construídos os condomínios Barramares; Atlântico Sul; Riviera Del Fiori; Village Oceanique e Terrazas da Barra, estes no entanto não seguiram o estabelecido pelo Plano Lúcio Costa, permitindo alterações no gabarito, espaçamento entre condomínios e a não construção das edificações de serviços e comércio (*ver MP 15 e 16 – anexo III*).

Uma nova forma de viver na Cidade foi introduzida por estes condomínios, com algumas características do Plano como: áreas de lazer coletivas entre os prédios cercados por áreas verdes, mas que possuíam terrenos murados e uma homogeneidade de classes sociais.

Segundo afirma Silva (2004) algumas dessas características geradas pela busca de áreas seguras para viver e criar os filhos, dada a violência que crescia na Cidade. Essa característica até hoje é um diferencial na Barra da Tijuca, em relação a outros bairros.

Os condôminos Barramares e Atlântico Sul, mesmo possuindo todos os serviços que estabelecia o Plano, foram os primeiros a desrespeitá-lo abrindo precedentes para as construções hoje existentes na orla. Esses condomínios têm aproximadamente 8 edificações multifamiliares cada, e com 25 a 30 pavimentos, formam uma espécie de “parede” ao longo da orla, que bloqueia a visão interiorana (*ver MP 15 – anexo III*).

O Prefeito Marcos Tamoio fez alguns investimentos na região fora do que constava no Plano Piloto, como por exemplo a duplicação da Avenida Sernambetiba, o término do Autódromo e do Rio Centro, este último um centro de convenções para a Cidade.

Na década de 80 (*ver IMG 03 – anexo II*), as construções se voltaram para o setor comercial, de serviços e de lazer, que se localizaram fora desses condomínios fechados, porem, por estarem próximos uns dos outros formam associações, como foi o caso do Parque das Rosas, do Bosque Marapendi, e mais recentemente o Parque Lúcio Costa.

Na gestão do Prefeito Marcelo Alencar (2002) foi implantado o projeto RIO-ORLA, que transformou a Avenida Litorânea – Sernambetiba, exatamente no que Lucio Costa havia proposto. Nas palavras de Marcelo Alencar:

“mas esse trecho da orla carioca exigia um cuidado especial, era uma região agreste, marcada por dunas e uma vegetação típica de restinga toda interferência realizada deveria respeitar esse conjunto de particularidades. Até os quiosques receberam tratamento estético especial(...)”

O projeto RIO-ORLA procurou dar atenção não só a praia da Barra, mas a todas as praias oceânicas da Cidade do Rio de Janeiro. O objetivo foi dotar todas de infra-estrutura para atender seus frequentadores.

Esse projeto ajudou na imagem da orla, todavia não contribuiu para manter o ar agreste da região, pelo contrário aconteceu o oposto à orla ganhou um ar urbanizado.

A Avenida das Américas recebeu suas alterações durante o primeiro mandato do Prefeito César Maia, sendo transformada em uma grande auto-estrada, primeiro foi duplicada e depois recebeu pistas auxiliares, para fazer a ligação interna do bairro, conforme havia previsto Lúcio Costa. Contudo, ao invés de serem construídas passagens de nível para a circulação de carros e pedestres, foi implantada a sinais de trânsito em toda sua extensão, ou seja; da Barra da Tijuca ao Recreio dos Bandeirantes.

Os anos 90 foram marcados pela construção de edifícios empresariais para a área, Centro Empresarial Barra Shopping; Barra Medical; Centro Médico Richet e Centro Comercial Esplanada da Barra. Grandes empresas também se transferiram para a Barra da Tijuca, como foi o caso da Amil; Shell e CBF – Confederação Brasileira de Futebol e a Unimed.

A partir dessa década o turismo ganha importância na Barra, com a construção de parques temáticos, como: Terra Encantada; Rio *Water Planet*; *Wet n'Wild* e hotéis da rede *Sheraton e Blue Tree*.

No final da década de 90 (*ver IMG 04 – anexo II*) surge na Barra duas formas de morar, o primeiro é o *home-office*, condomínio privados, que buscam conciliar trabalho e habitação. A segunda forma é voltada para uma outra camada da sociedade, são edifícios construídos em terrenos menos valorizados, distantes um pouco do núcleo de concentração da Barra, como é o caso do Rio 2 e do Nova Barra, esses foram construídos no Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá (*ver MP 15 0 anexo III*).

Pode ser observado que a função do bairro se modificou. Na década de 70 foi moradia; as famílias moravam, mas trabalhavam fora do bairro. Passados 30 anos, o bairro se caracteriza hoje além do uso residencial, é também comercial, serviços, lazer, turismo e começa a ganhar forma a função proposta no Plano Lúcio Costa, que era um novo Centro Metropolitano.

Leitão (2002) afirma:

Atualmente é possível afirmar que a Barra da Tijuca cumpre, de modo simultâneo, os papéis de expansão urbana da Cidade do Rio de Janeiro e de centro de prestação de serviços em escala metropolitana, atraindo habitantes de municípios situados na Baixada Fluminense e Niterói, São Gonçalo, do outro lado da Baía de Guanabara.

A preocupação com as áreas verdes é fato no bairro, com isso muitas das construtoras até hoje utilizam o verde, o contato com a natureza, como venda de seus imóveis. Os condomínios de Nova Ipanema e Novo Leblon já tinham em suas propagandas esse apelo, como: “Venha morar onde você gostaria de passar suas férias” ou “Venha acordar com o canto dos pássaros”. Hoje condôminos como a Península ainda utilizam esta forma de *marketing* apontando um equilíbrio entre o urbano e o ecológico.

5.2.2 O DECRETO 3.046/81 E A CONSOLIDAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO PLANO

Para a consolidação do Plano Piloto de Lúcio Costa foi criado o Decreto 3.046 em abril de 1981, que passou a reger a ocupação da Barra e da Baixada de Jacarepaguá. Este decreto foi fruto de reflexões de um grupo de trabalho, instituído pelo Prefeito Júlio Coutinho, que contou com a participação de conservacionistas, representantes de entidades de classes e comunitárias, paisagistas e empresários.

Com o decreto uma nova legislação urbanística foi criada para a Barra e Baixada de Jacarepaguá, alterando gabaritos, criando novas condições de parcelamento e autorizando a construção de hotéis-residenciais ao longo da orla. Segundo Maia (1998) as alterações propostas passaram a influenciar o perfil da região, produzindo uma verticalização de usos do espaço, sobretudo na Avenida Sernambetiba.

A Prefeitura com o objetivo de avaliar o papel desempenhado pelo Plano, propôs a realização do Seminário “Barra 86 – avaliação e perspectivas para o desenvolvimento”.

O seminário contou com a participação dos diferentes órgãos da administração municipal e estadual, bem como representantes da Sociedade Civil ADEMI - Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário, IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil, Sindicato da Indústria da Construção Civil, e AMABARRA - Associação de Moradores. Na avaliação se chegou ao consenso de que enquanto instrumento o Plano conseguiu conter a ocupação indiscriminada da Barra, porem; foi apontada a necessidade de uma constante revisão da legislação urbanística e foram explicitadas as principais dificuldades de assentamento dos equipamentos de infra-estrutura urbana.

Comissões específicas formadas pelos participantes do Seminário, apresentaram algumas propostas, tais como: a redefinição de áreas do Plano Piloto para a ocupação pela

• Tese/2006

população de baixa renda, de modo a facilitar a vida dos que trabalhassem na Barra; a urbanização e regularização de favelas que não se encontravam em áreas de risco e o remanejamento da população estabelecida em locais arriscados; a reavaliação dos padrões de parcelamento, das tipologias das edificações e de seus usos, de maneira que pequenos e médios empresários pudessem participar do processo de expansão urbana; a criação de um Poder Público Municipal para a participação da comunidade local, de forma que seus participantes pudessem intervir no processo de estruturação urbana. A Barra apresentou uma vocação para o turismo, foi proposto então, a criação de áreas de lazer, hotéis de 2 e 3 estrelas, *campings*, hotéis de lazer, sem falar na preocupação com relação a resolução da questão de saneamento básico na região.

O Decreto 3.046/81, assim como outras leis complementares, permitiu uma descaracterização um crescente processo de favelização e ocupação de áreas irregulares, que vem demonstrar que a ocupação do espaço não pode ser pensado somente a partir da sua dimensão material, devido a sua essência política. O Grande Capital de Incorporação domina a área, com a construção de condomínios e *shoppings centers*. O Estado mais moderado que em décadas passadas, continua investindo grandes quantias em obras de urbanização – em se tratando de rodovias, podemos citar a duplicação da Avenida das Américas, Ayrton Senna, Sernambetiba, a construção da Linha Amarela (ligando a Barra a Zona Norte) e a mais recente as obras para a Vila Olímpica dos Jogos Pan Americano a serem realizados em 2007.

O bairro da Barra da Tijuca vem passando por um processo de ampliação do número de condomínios e *shopping centers* e, mais recentemente de centros empresariais. Isso vem demonstrar que a “profecia” de que o bairro poderia se tornar um núcleo urbano começa a se concretizar. Empresários, profissionais liberais, moradores ou não do local vêm investindo em negócios na região, o que atrai consumidores e usuários de serviços os mais diversos de várias partes da Cidade.

A Constituição Federal de 1988, coloca algumas possibilidades para a discussão sobre o planejamento urbano que, em fins dos anos 1970 e por toda a década de 1980, os agentes que direta ou indiretamente intervieram no processo de desenvolvimento da Barra reclamaram ou contestaram.

Os diferentes seguimentos que ficaram a frente deste processo de mobilização, especificamente no que se refere à discussão sobre a Reforma Urbana, necessitaram de um novo sistema de planejamento urbano, que fosse capaz de compreender o espaço urbano, que segundo Ribeiro e Santos Júnior (1993: 55) citados por MAIA (1998) funcionava como:

“uma arena onde se defrontam interesses diferenciados em luta pela apropriação de benefícios em termos de rendas e ganhos pela ocupação do solo da cidade, por um lado, e em termos de melhores condições materiais e simbólicas de vida, por outro.”

Egler (1994: 77)

“Visava-se com este entendimento, superar as visões tecnocráticas que foram hegemônicas da década de 70 e que, na verdade, constituíam-se num conjunto de planos, instrumentos e legislações que tem a cidade e os cidadãos como objetos, e não como sujeitos da política (...) planejamento como instrumento estatal de ação sobre a cidade”

Admitido o fracasso daquilo que se suponha como o Estado de Bem Estar Social, o planejamento que se queria era aquele que valorizava, segundo Harvey (1993), a descentralização das estruturas de gestão, a diversidade dos instrumentos de planejamento e ação dos agentes sociais. Isto uma vez que o Estado se torna incapaz de investir, construir e gerir a totalidade dos processos espaciais, abrindo para a participação dos agentes econômicos e sociais.

Ainda, segundo Egler (1994: 76):

A Constituição resgata o plano diretor como estruturante da política urbana no país. Ao obrigar a realização de planos diretores em municípios com mais de 20.000 habitantes, a Constituição reafirma o ideário totalizador do planejamento urbano da cidade moderna.

O Plano Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, aprovado em 1993, se manteve aprisionado aos padrões tecnocráticos e normativos característicos da década de 1970, sendo, conforme menciona Egler: “proposições de natureza geral que incidem sobre a totalidade da cidade. No que se trata da questão referente à intervenção sobre o urbano, se constata uma setorização das medidas (uso do solo; habitação; transporte; equipamentos coletivos), que foram pautados no princípio do zoneamento.

5.3. O PÓLO DE CRESCIMENTO URBANO DA BACIA: A BARRA DA TIJUCA UM ESPAÇO DE SEGREGAÇÃO

O espaço deixa de ser natural, isto é, apesar de guardar sua dimensão natural; a dimensão social assume papel preponderante, abrindo novas perspectivas para a geografia. Pensar o espaço urbano enquanto produto social significa que o produto deve, necessariamente, ser reconstruído no conjunto de suas relações, e o isolamento de um momento do todo só pode ocorrer pela mediação de um outro objeto que não é completamente isolável. O todo social é dado como organização prática e a unidade do mundo constitui o plano humano.

A noção de cidade evolui. De organismo funcional passa a ser entendida a partir da idéia de trabalho materializado, enquanto elemento de uma totalidade espacial, marcando o limite entre a cidade e o urbano

Carlos (1994)

Os impasses presentes no processo de urbanização de um dos bairros, que tende a se tornar um dos mais adensados, como o caso da Barra da Tijuca, estão longe de ser resolvidos. A descaracterização que foi “permitida” pelo Decreto 3.048/81, e outras leis complementares, sem falar do crescente processo de favelização e ocupação de áreas irregulares, só demonstra que a produção do espaço não pode ser pensada somente a partir de sua dimensão material, dada a essência política. O Capital de Incorporação parece dominar na área, construindo condomínios e *shopping centers*. O Estado ainda que com moderação que em décadas passadas, continua investindo grandes quantias em obras de urbanização, em termos de rodovias, pode-se mencionar a duplicação da Avenida das Américas, Ayrton Senna, Sernambetiba e Linha Amarela, ligando a Barra a Zona Norte.

A Barra da Tijuca foi planejada para ser um modelo e não repetir os erros e os conflitos existentes na Cidade, as contradições foram construídas em conjunto com a paisagem urbana, uma vez que a região em questão se estrutura a partir do mesmo modo de produção, que produziu conflitos a serem evitados. Um espaço arquitetado de forma altamente planejada, homogêneo, sem contradições, mas que passou a abrigar formas espontâneas de ocupação, como as favelas e loteamentos irregulares (ver mapa X), poluição, criminalidade e diversas outras marcas registradas que antes pertenciam as grandes cidades.

Como mencionado por Souza (2004), ao citar LESSA (2000), observa-se na Barra a velha segregação espacial existente na cidade desde datas anteriores à construção deste novo “eldorado”⁶⁰. Como pode ser visto, Lucio Costa seguiu a matriz conceitual de Brasília, e os preceitos da Carta de Atenas (*ver capítulo II*), o seu projeto para além do discurso oficial de incorporar novas terras à área urbana, deter a tendência de indústrias e cariocas abastados de

⁶⁰ Título dado por Leitão em suas pesquisas ao mencionar o bairro da Barra da Tijuca

migrarem para fora do antigo Estado da Guanabara, estabelecendo uma nova divisão espacial: indústrias para a Zona Oeste e ricos para a Barra.

Assim como Brasília, a Baixada de Jacarepaguá foi planejada em zonas exclusivas e homogêneas, oferecendo absoluta prioridade à circulação ao uso do automóvel, com a eliminação das calçadas, contudo; estabelecendo uma diferença importante com Brasília: nesta cidade a rua deixa de ser o limite entre o espaço público e o privado, uma vez que todas as superquadras são públicas, inclusive o andar térreo dos edifícios. Já em se tratando da Barra, o limite continua existindo, mas ao contrário do antigo processo de urbanização encontrado no restante da Cidade, este ocorre pelas grades dos empreendimentos, tornando exclusivo um espaço público para um determinado número de cidadãos, os moradores de cada condomínio.

Lessa (2000) ao comparar a realidade existente dos dois planos, o Plano Piloto de Brasília e o Plano Piloto da Baixada de Jacarepaguá, afirma a superquadra como moderna, onde predomina o espaço público, ideal à socialização, e o condomínio fechado característico da Barra como pós-moderno, pois privatiza um espaço que deveria ser público para o cidadão em geral, não apenas para o morador daquela área. Segundo Lessa essa configuração pós-moderna trouxe problemas para a gestão urbana, como uma densidade baixa e alta segregação de usos, tornando a dependência do automóvel um imperativo.

A região era de uso quase exclusivamente rural e foi planejada para receber famílias com os mais altos rendimentos do município⁶¹. Essa ocupação se deu de fato em pouco mais de 20 anos com a entrada do Capital Incorporador, que introduziu um novo conceito de morar: o condomínio fechado. Contudo, a estrutura fundiária existente anterior ao Plano, permitiu o aparecimento de outras estruturas: as favelas e os loteamentos irregulares.

Parece claro que a disputa que se dá no contexto citadino pelo uso do solo, decorre da concentração de pessoas, grupos, classes e organizações que, em razão das diferentes atividades que realizam e as necessidades que possuem, tentam garantir a prioridade de intervir no processo de produção do espaço e usufruto do mesmo.

5.3.1. OS AGENTES ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Segundo Singer (1998: 21) as disputas pelas regras do jogo capitalista se fundamenta na propriedade privada do solo, a qual por isso e só por isso proporciona renda e, em consequência é assemelhada ao capital. A posse de meios de produção é condição necessária

⁶¹ com exceção de uma área reservada à ocupação proletária na ponta oeste, a ser implantada pelo poder público (não realizada) Plano Piloto, SMP, 1977

e suficiente para a exploração do trabalho produtivo, ao passo que a ocupação do solo é apenas uma contingência que o seu estatuto de propriedade privada torna fonte de renda para quem o detém.

O processo de urbanização da Barra da Tijuca apresenta vários atores, que desempenham diferentes papéis, interferindo em maior ou menor grau no perfil do bairro, bem como na Bacia Hidrográfica, no contexto da Cidade do Rio de Janeiro. Os elementos necessários à análise do papel do Estado neste processo já foi introduzido anteriormente, assim como os que se referem ao “capital imobiliário”. Todavia, torna-se importante objetivar o nível de intervenção de cada um deles, bem como suas alianças e articulações.

O ESTADO

É inegável a importância do Estado como agente produtor do espaço urbano, mesmo num momento em que o avanço do projeto neoliberal e do processo de globalização. O Estado tem empreendido esforços no sentido de minimizar suas funções, mesmo assim é ele que nestes tempos “pós-modernos” atua de maneira decisiva como agente modelador do espaço urbano. Leitão (1990: 57-58) afirma:

Promovendo o desenvolvimento de diferentes formas e usos mediante a taxação diferenciada dos imóveis urbanos e, conseqüentemente, estimulando ou não a especulação imobiliária, pelo fornecimento de crédito que vai possibilitar o acesso à moradia das demandas não solventes, mobilizando reservas fundiárias públicas e colocando, dessa forma, no mercado áreas até então estocadas; elaborando a legislação urbanística (ou planos diretores específicos para determinadas áreas) que vai orientar o processo de expansão urbana; e por intervenções diretas, com a “produção do chão”, que ocorre através de drenagens, aterros e desmonte de morros, permitindo a apropriação de terrenos não utilizados.

No processo de produção do espaço urbano o Estado tem uma participação muito complexa, diferente a de outros agentes. Isso porque não fica imune as contradições da sociedade e, por isso confronta-se sempre com o dilema de ter que respondê-las, sob a pena de não conseguir se legitimar.

Na urbanização da Barra da Tijuca a intervenção estatal no sentido de promover a infra-estrutura, contribuindo para a habitabilidade e a acessibilidade, foi muito importante. A diferenciação tributária em relação a outras áreas mais afastadas do núcleo da Cidade foi outro fator que promoveu a área, com certeza o bairro não teria alcançado o padrão de crescimento que tem hoje, nem mesmo se tornaria o “sonho de consumo” de alguns segmentos sociais.

O Estado é então o principal agente do processo de segregação espacial observado nas cidades, a medida em que sua intervenção em áreas destinadas aos setores menos privilegiados se dá com menos ênfase, mas pode ser ampliada em momentos estratégicos e não raras vezes utilizada como clientelismo político, surgindo como uma “boa ação”.

Singer (1982: 35-6) critica a forma como o Estado é colocado como o mal feitor deste processo, afirmando segundo mencionado por Souza (1998):

Quem estuda um mapa da distribuição dos serviços urbanos de responsabilidade do Estado no território da cidade verifica facilmente que eles se encontram apenas à disposição dos moradores de rendimentos elevados e médios. Quanto menor a renda da população, tanto mais escassos são os referidos serviços. Isto poderia despertar a suspeita de que o Estado agrava sistematicamente os desníveis econômicos e sociais, ao dotar somente parcelas da população que já são privilegiadas de serviços urbanos, dos quais as parcelas mais pobres possivelmente carecem mais. Mas a suspeita é infundada. Quem promove esta distribuição perversa dos serviços urbanos não é o Estado, mas o mercado imobiliário.

Sendo o montante de serviços urbanos escassos em relação às necessidades da população, o mercado os leiloa mediante valorização diferencial do uso do solo, de modo que mesmo serviços fornecidos gratuitamente pelo Estado aos moradores – como ruas asfaltadas, galerias de águas pluviais, iluminação pública, coleta de lixo e outros – acabam sendo usufruídos apenas por aqueles que podem pagar o seu preço incluído na renda do solo que dá acesso a eles.

Para Souza (1998) está pareceu uma visão simplista defendida por Singer, caracterizando-se como uma inversão do processo, onde estes elementos, em termos infraestruturais são de suma importância no processo de valorização do solo urbano, sem falar de outras medidas empreendidas pelo Estado, como a desfavelização, periferização dos segmentos pobres. As diferentes “reformas” ocorridas na Cidade desde Pereira Passos também auxiliam a ilustrar a questão.

O CAPITAL DE INCORPORAÇÃO

Os agentes incorporadores no processo de produção do espaço urbano apresentam uma flexibilidade em suas ações e estão sempre abertos as inovações. Estes personagens concentram sempre seus investimentos em áreas nobres, ou até mesmo populares, mas em processo de ocupação por setores privilegiados e costumam atuar até ocorrer o início da saturação destas áreas, com o conseqüente encarecimento da terra. Ao acontecer este saturamento os incorporadores se deslocam para outros bairros que demonstrem vantagens locais, nas quais as estratégias de renovação podem ser repetidas (RIBEIRO e AZEVEDO, 1996: 20-21).

Ribeiro (1996: 115) menciona que os ganhos alcançados pela constante busca de inovação não se dão apenas a partir da busca de novos espaços para o empreendimento, mas também pelo estabelecimento de um novo tipo de empreendimento – condomínio fechado com áreas verdes, apart-hotéis, *flats*, e outros, destinados a pessoas de poder aquisitivo superior ao daqueles que tradicionalmente habitam os locais onde tal empreendimento ocorre.

Um dos padrões de incorporação que exerce uma grande influencia na produção do espaço, é a prática que se funda na expansão da fronteira urbana. As áreas são compradas a baixo custo e os empreendimentos são planejados de forma que os primeiros lançamentos sucessivamente revalorizam a área. Para tal faz-se necessária a criação de infra-estrutura, associação entre moradia, comércio e serviços. A Barra da Tijuca pode ser apontado como um exemplo deste processo, onde a partir de um lançamento pioneiro e a criação de um pequeno núcleo de serviços e de comércio, se deu a expansão da área. Hoje ao se falar da Baixada de Jacarepaguá muitas pessoas estão mesmo se referindo a Barra da Tijuca, chegando a se veicular novos lançamentos em Jacarepaguá, no limite com Vargem Grande e até mesmo Guaratiba, como se fossem situados na Barra.

Ao se tratar do período em que se verificou o primeiro *boom* de crescimento da Barra (anos 70), Ribeiro (1997) apresenta alguns elementos para se analisar as estratégias utilizadas pelo capital de incorporação.

Neste período, a Barra é palco de uma estratégia mercadológica que muito se assemelha àquela de criação de Copacabana. Um novo produto é colocado no mercado: o condomínio fechado que pretende reeditar o modo de vida campestre, associativo, protegido, entre iguais, etc. Trata-se de inventar uma nova diferenciação sócio-espacial que, produzindo uma obsolência simbólica, fundamenta uma nova frente de geração de sobrelucros de localização, resolvendo-se assim as dificuldades de expansão criadas no período anterior.

Ribeiro sugere que a estratégia fundamental do capital imobiliário era a expansão, tomando a consolidação da Barra como principal objetivo. Com isso caracterizando um novo momento de alteração do estado da divisão social do espaço da cidade como instrumento de criação de novas bases de apropriação de lucros.

O crescimento do bairro da Barra da Tijuca dentro da Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeira, só foi possível mediante a articulação do Estado, que investiu em infra-estrutura e linhas de crédito, permitindo ao investidor a rentabilidade do investimento. Este por sua vez pode assumir duas posturas: produzir em pequena escala, mas voltado para setores

privilegiados ou interferir diretamente na transformação do uso do solo: de residencial em comercial, rural em urbano, popular em elitizado (Ribeiro e Azevedo, 1997: 19).

SETORES PRIVILEGIADOS

Historicamente a população menos favorecida do Rio de Janeiro, assim como de outros centros urbanos, foi empurrada para as regiões periféricas, muitas vezes desprovida de infra-estrutura e serviços, caracterizando uma situação de segregação induzida (Souza, 1996: 54). Por outro lado a população com uma situação financeira melhor e os setores médios buscam a Barra da Tijuca, com os condomínios fechados exclusivos, realçando um processo de segregação.

Souza (1996: 54-55) menciona o seguinte:

Os condomínios exclusivos da Barra da Tijuca, no município do Rio de Janeiro, são atraentes para a burguesia e a classe média alta devido, em parte, a fatores como a presença de amenidades naturais e cênicas (praia, lagoas, vista nos maciços da Pedra Branca e Tijuca) status e exclusividade. Além do mais, os condomínios proporcionam uma dose apreciável de conforto aos seus moradores, por oferecerem dentro de seus muros, um comércio às vezes significativo (farmácia, padaria, etc.) e vários serviços, sem falar nas possibilidades de lazer e distração existentes em cada condomínio (piscina, sauna quadras de esportes). Há, porém, outro fator, além da exclusividade, que torna os condomínios uma opção muito atraente para os setores privilegiados, e que, precisamente, desde o começo da década d 1980, em larga medida, vem respondendo pela popularidade que essa forma de morar passou a adquirir junto àqueles setores: o fator segurança.

5.3.2. A FRAGMENTAÇÃO DO TECIDO SÓCIO-POLÍTICO-ESPACIAL

O ordenamento territorial da Barra no contexto da Cidade do Rio de Janeiro se apresenta de forma muito especial e particular, sobretudo; quando se percebe a existência de “arranjos espaciais”, que acabam por fragmentá-la, reproduzindo e reinventando uma contradição presente na Cidade, que os empreendedores e moradores um dia acreditaram poder deixar de lado.

A configuração demonstra a setorização, espacialização, especialização de algumas áreas/atividades, que, embora não seja uma prerrogativa do bairro, uma vez que isso é comum em cidades planejadas como no caso de Brasília, ou mesmo Curitiba, assume na área da bacia hidrográfica algumas especificidades.

Mesmo com diversas características e uma ordenação almejada para o bairro, deve-se ressaltar, que a Barra parece um exemplo guardadas as proporções e especificidades, de desorganização do espaço urbano dentro de uma bacia hidrográfica. Cabe aqui esclarecer

que desorganização não deve ser confundido com desordem, que não seria o caso em questão. Souza (1998) cita CHESNEAUX (1996: 21) e esclarece que desorganização pode ser entendido como a perda do sentido da vida na cidade.

A cidade clássica era um lugar de socialização construído no tempo, definido pela pluralidade de suas funções de residência, de troca, de consumo, de relações humanas informais, de vida coletiva. Ela desaparece em proveito dos trevos para veículos pelos quais apenas se passa, e quase nunca a pé. Vias de acesso e desvios, estacionamentos subterrâneos ou galerias com lojas, túneis para pedestres ou espaços de lazer; o equipamento urbano visa apenas a acelerar a circulação, o movimento, a passagem.

A cidade se desarticula sob pressão das prioridades de circulação, explode em zonas monofuncionais que são separadas umas das outras no espaço e no tempo, que tem apenas vida intermitente, e que estão quase mortas fora de suas praias d atividade funcional. Deve-se programar os deslocamentos para o centro comercial, a zona industrial, a região das escolas, o complexo hospitalar, o parque de jogos, o centro administrativo, em função da lógica particular de cada um deles. Pois cada um se inscreve num tempo limitador, como também num espaço limitador.

Para os que moram ou têm negócio na Barra, esta parece ser a relação no e com o contexto do bairro. A rua não é vista como um espaço de sociabilidade ao contrário ela é entendida como uma zona de risco, onde todos os indivíduos se tornam sujeitos à hostilidade, à violência. As avenidas são espaços de circulação, de preferência de carros e com os vidros fechados. Os condomínios são locais de morar e não de viver, pois isto implicaria numa relação impessoal, mais afetiva com o lugar, fato este que não acontece.

Desta maneira o espaço urbano da Barra encontra-se visivelmente fragmentado, concentrando atividades e pessoas incluídas e excluídas numa nova ordem social e econômica. Ao lado de condomínios e dos *shoppings* organizados segundo padrões internacionais, multiplicam-se as favelas, as ocupações irregulares. Isso comprova que o destino de um lugar não pode ser pensado de maneira pontual, mas sim; buscando uma harmonia entre o homem e a natureza.

Ao se considerar a sugestão de Becker (1988: 101):

Certamente o Estado não é a única unidade de poder, embora seja uma delas. E certamente, o poder não é determinado pela configuração das terras e mares e pela geografia dos lugares e, sim, pelas motivações e decisões humanas e pelas relações sociais.

A produção e reprodução do espaço urbano, criação e implementação de infraestrutura e redes de serviços, preservação do meio ambiente carecem do envolvimento de diferentes agentes sociais. A forma como estes elementos vão ser definidos em termos de

prioridades e administrados pelos diferentes agentes passa, necessariamente, por uma relação de forças, onde cada um tenta defender seus interesses, quase nunca afinados com os demais. Isso não significa que no processo de gestão não possa haver entre os agentes interesses díspares, ou mesmo a possibilidade de confluência de conveniências num dado contexto e momento histórico.

Na Cidade do Rio de Janeiro se pode ver à privatização de determinados setores, como energia, telefonia, vias urbanas. No processo de produção do espaço, estas iniciativas acabam repercutindo em ampla escala, antagonizando segmentos que defendem e outros que negam.

Ao analisar o processo de produção do espaço urbano na Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras, tomando como recorte espacial da Bacia, o bairro da Barra da Tijuca, além de gerar uma discussão sobre as diferentes propostas de planificação e ordenação espacial do território, particularmente, e do contexto da Cidade, de uma forma geral, é, sem dúvida, elucidativo no que se refere as contradições e confrontos/articulações entre agentes que encaminham este processo.

Parece complicada a idealização de um lugar imune às contradições do mundo urbano, uma vez que ele está aí circunscrito. Parece ingenuidade supor que muralhas, câmaras, segurança sejam capazes de constranger a violência que ronda o dia a dia do carioca. Parece ingenuidade acreditar nas promessas de lançamentos dos condomínios fechados de que *“você vai morar perto da natureza...”* que natureza é essa?

O Parque da Gleba E foi um importante precedente dos projetos paisagísticos que buscaram uma ecogênese⁶² com base nos ecossistemas de mangue e restinga, situados às margens da Lagoa da Tijuca (Chacel, 1996, 2001, citado por COSTA (2003: 280)). Essa área é de caráter privado, vinculada a um grande empreendimento residencial multifamiliar, não sendo previsto acesso público. Contudo, dado ao seu porte – 300.000 m² –, a situação geográfica e o estado ímpar de degradação em que se encontrava, tornou-se a primeira intervenção com intenções de incorporar ao gesto paisagístico princípios conservacionistas e preservacionistas de recuperação de ecossistemas próprios da região da Barra da Tijuca (Chacel, 2001: 49 citado por COSTA, 2003: 280).

⁶² COSTA (2003: 279) ao citar Mendonça (2001: 4) menciona o seguinte sobre ecogênese: *“o surgimento da noção de ecogênese como sentido precípua de criação pelo homem, de ecossistemas de substituição em relação a ecossistemas degradados vem da década de 40. Foi proposto por uma equipe do Museu nacional (...). O essencial é que esses ecossistemas antrópicos de substituição, embora diferentes dos ecossistemas originais, guardem, preservem e transmitam ao futuro os valores que possuíam para que, assim, continuem presentes na realidade ambiental.”*

Com isso a Gleba E se tornou um verdadeiro laboratório para Chacel, significando um momento importante para o aprofundamento da compreensão das principais características botânicas e paisagísticas dos conjuntos de mangue e restinga para a recomposição da área, permitindo compatibilizar uso e preservação em ecossistemas com tal fragilidade.

O Parque de Educação Ambiental Professor Mello Barreto (1994/1995) é a primeira das áreas livres públicas projetadas as margens da Lagoa da Tijuca. Sob o aspecto político-administrativo e de gestão urbana, revela um esforço do poder público em recuperar uma área não apenas degradada, mas também ocupada irregularmente, e rerepresentá-la para uso público sob a forma de parque.



Figura 17. Parque de Educação Ambiental Professor Mello Barreto

Acervo: Regina Esteves Lustoza Dez./2005



Figura 18 .Parque de Educação Ambiental Professor Mello Barreto Área de mangue

Acervo: Regina Esteves Lustoza Dez./2005

O Parque Fazenda da Restinga (1998/1999) tem sua origem fundiária como uma das medidas ambientais compensatórias exigidas pelo órgão fiscalizador municipal, em contrapartida à implantação de um grande complexo comercial limítrofe à área do parque (Chacel, 2001 – Costa (2003: 281). Ao contrário da área anterior a área aqui ainda mantinha uma significativa área de mangue e restinga, a partir da qual o projeto foi lançado, respeitando o máximo possível o acervo de vegetação encontrado. Os caminhos e áreas de estar em traçado curvilíneo serpenteiam pela mata de restinga e cruzam o manguezal através de passarelas (COSTA, 2003: 281).

Esse parque considerado pequeno com apenas 40.000 m², representa o trato que Chacel e sua equipe deram a esses ecossistemas. Segundo Costa a intervenção paisagística é restrita ao mínimo, de modo a não comprometer a vegetação ainda existente no local e ao mesmo tempo proporcionar o suporte físico que permita ser usado pela população.

O terceiro parque é o Parque Municipal Ecológico de Marapendi (1995), projetado às margens da Lagoa de Marapendi. Possui uma área de 20.000 m², inclui entre seus equipamentos estacionamentos, praças com quiosques de alimentação, pergolados e espelhos d'água, atracadouros, borboletário e ciclovias (Chacel, 2001 citado por COSTA 2003: 282). O Parque se desenvolve em dois setores: junto às margens da Lagoa de Marapendi e numa faixa ao longo da praia, onde está localizado o Centro de Estudos do Mar. O interesse do Parque é a recuperação e manutenção do patrimônio vegetal das formações de mangue e restinga, garantindo sua preservação (COSTA, 2003: 282).



Figura 19. Parque Municipal Ecológico de Marapendi
Acervo: Regina Esteves Lustoza Dez./2005



Figura 20. Parque Municipal Ecológico de Marapendi – vista para a Lagoa
Acervo: Regina Esteves Lustoza Dez./2005

Como afirma Costa vale ressaltar que esses parques vêm consolidar uma postura internacional de projeto e planejamento no que diz respeito às relações interdisciplinares entre paisagismo, urbanismo e ciências ambientais. Os parques públicos vêm sendo desde o início do século XX uma das tipologias de espaços livres públicos mais utilizadas ao longo de lagos e lagoas urbanas em diferentes cidades, tornando-se uma referência para ocupação dessas áreas em intervenções com preocupações ambientais (Costa, 2003; Nassauer, 1997; Heckscher, 1977 e Spirn, 1984).

Com relação as Lagoas de Tijuca e Marapendi, onde os três parques se inserem, a presença de áreas verdes públicas não está resolvendo a grave degradação ambiental. Concordamos com Costa que afirma que se trata de um problema extremamente complexo, cujas soluções devem necessariamente incluir o engajamento imediato do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil.

Parece infantilidade acreditar que os segmentos mais pobres apesar de suas ações nem sempre vivenciadas como políticas possam restringir seus passos, no bairro,

exclusivamente a locais destinados ao trabalho, não vislumbrando a possibilidade de outra circulação pelo espaço público, mesmo que se queira fazê-lo privado.

Colocar a discussão em relação ao processo de segregação faz-se necessário, sobremaneira, quando se depara a frente de um contexto que, num crescendo, vem tendendo a forma de fragmentação/ desordenação do tecido sócio-espacial.

Vale constatar as afirmações de CORREA (2004: 8), de que o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, e que a divisão articulada é expressão espacial de processos sociais, surgindo um outro momento de apreensão do espaço urbano, quando este é um reflexo da sociedade.

O ser humano necessita para viver, ocupar um determinado lugar no espaço. O ato em si não é apenas o de ocupar uma parcela deste espaço, mas sim; de produzir o lugar. O uso do solo ligado ao processo de produção das relações capitalistas é o modo de ocupação de determinado lugar da Cidade, a partir da necessidade de realização de determinada ação.

O bairro da Barra da Tijuca ao nível da prática sócio-espacial se revelou no plano do vivido, mostrou a contradição da vida material, ganhou sentido na vida cotidiana, expressando as condições da reprodução espacial no mundo moderno. Assim, foram se revelando as possíveis formas de apropriação que ocorrem na propriedade privada do solo urbano, não apenas pelo acesso a moradia, defenido pelo mercado imobiliário, mas determinando e orientando s termos e uso do espaço público.

O processo de ocupação da Barra, apresentou o interesse do grande capital no processo de construção/valorização do espaço e destaca-se o modo como o Estado penetrou na vida cotidiana – através do planejamento do espaço – impondo uma relação às pessoas com o lugar, e com isso revelando o significado da reprodução.

Com certeza a consciência dos limites da discussão, que aqui foi empreendida, e isso tem a ver com a complexidade da temática apontada sobre a segregação do espaço que, para ser melhor problematizada demandaria uma investigação maior. Contudo, proceder a esta discussão teve um significado especial, que foi o de poder melhor contextualizar o objeto de estudo e de algum modo por em xeque o pressuposto de que qualidade de vida é somente para aqueles que têm melhores condições financeiras e que a Barra é um paraíso ambiental perfeito.

5.3.3. A BARRA DA TIJUCA EM NÚMEROS: O LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES NOS ANOS DE 2000 A 2001

Dentre os bairros do Município do Rio de Janeiro, que mais cresceram nos últimos anos, destacam-se a Barra da Tijuca; Itanhangá e Joá, que fazem parte da Unidade Especial de Planejamento nº 45 – UEP 45.

Segundo informações do IPP a população desta região praticamente quadruplicou em duas décadas, ou seja; passando de 28.528 moradores, em 1980, para 114.901, em 2000, embora corresponda a apenas 2% da população total do Município, segundo dados preliminares do Censo Demográfico 2000, do IBGE.

Como já foi relatado a região é privilegiada por possuir uma natureza exuberante e pela existência de vários espaços edificáveis, a Barra da Tijuca exerce uma atratividade, tanto sobre segmentos sociais médios, que desejam um determinado padrão de “qualidade de vida”, quanto sobre as grandes empresas do mercado imobiliário, que procuram maximizar a rentabilidade de seus empreendimentos. Todavia, a ocupação urbana acelerada nesta área desafia o poder público a atender às crescentes demandas de consumo coletivo, transformando-se na necessidade de grandes investimentos em infra-estrutura e serviços urbanos.

É necessário para a gestão pública, conhecer a dinâmica da produção imobiliária na Barra da Tijuca, a medida que permite avaliar e adequar os instrumentos disponíveis para a regulação da ocupação do solo urbano, em particular a legislação urbanística, a preservação ambiental e a capacidade de investimentos públicos.

Foram consideradas as informações e os estudos contidos do artigo coordenado por Compans (2002) da Secretaria Municipal de Urbanismo, que teve como objetivo fornecer subsídios à gestão municipal.

A BARRA DA TIJUCA E SEUS TERRITÓRIOS

A UEP 45 possui uma área de 5.094 ha, que ocupam 4% do território municipal, a área de construção licenciada na 4ª GLF – Gerências de Licenciamento e Fiscalização, corresponde a 1.261.736,00 m², cerca de 24% da área total de construção licenciada na Cidade até o ano de 2002, estimada em 5.283.534,61 m².

O mapa MP 17 revela uma concentração da atividade imobiliária no bairro da Barra da Tijuca com 97,6% da área total licenciada, contra 2% no Itanhangá e apenas 0,4% no Joá. Esta concentração ocorre devido ao elevado potencial construtivo, dado pela legislação urbanística com a disponibilidade de grandes lotes ainda edificáveis.

Segundo o artigo “Barra da Tijuca em números” isso ocorre nas subzonas A2 e A18, cujas as áreas de construção licenciadas somadas correspondem a 55% da área total licenciada na UEP45. Nestas duas subzonas estão localizados os maiores empreendimentos residenciais licenciados no período de 2000 a 2001, promovidos por grandes empresas do setor imobiliário (*ver MP 14 e MP 15 – anexo III*).

As subzonas A6 e A13 somente três grandes empreendimentos foram promovidos por grandes empresas, responsáveis pelo excepcional desempenho imobiliário verificado. A subzona A6 contou com dois grupamentos comerciais que contribuíram com 14% da área total de construção licenciada. Já a subzona A13 teve um único grupamento residencial multifamiliar licenciado, que contribuiu com 11% do total (*ver MP 14, 15 e 16*).

Contudo, essas características não foram observadas em outras subzonas que também apresentaram forte atividade imobiliária como as subzonas A1 e A17. Nestas notou-se uma maior dispersão dos empreendimentos e a maior parte das licenças foram requeridas por pequenas empresas ou pessoas físicas. Na subzona A1 pesa predominância do uso residencial multifamiliar, as edificações eram únicas no lote. Por outro lado na subzona A17 predominou as edificações residenciais unifamiliares e bifamiliares (*ver MP 13 e 15*).

O uso residencial unifamiliar foi predominante também nas subzonas A5; A15 e A43, a maior parte desta última no bairro do Itanhangá e no Joá.

O licenciamento de hotéis-residência foi determinante para as subzonas A3 e A4. Nas subzonas A7; A33 e A40 nada foi licenciado, uma vez que os parâmetros urbanísticos para estas subzonas é fortemente restritivo.

O BOOM IMOBILIÁRIO DE 2000

O ano de 2000 foi especial para o setor imobiliário no Rio de Janeiro. A área total de construção licenciada ultrapassou os 3 milhões de metros quadrados. COMPANS (2002) menciona que este aquecimento se deu provavelmente a aprovação da Lei Nº 41/99, que regulamentou a construção de hotéis-residência, combinado à vigência da Lei Nº 2128/94, que regulamentou o instituto das operações interligadas.

Foram cinco hotéis-residência aprovados na região no ano de 2000, totalizando 121.699,96 m², equivalente a 16% da área de construção licenciada na 4ª GLF, neste mesmo período que foi de 740.414,74 m². Os empreendimentos aprovados por meio de operação

interligada⁶³ totalizaram 303.416,44 m², correspondendo a 41% da área licenciada na 4ª GLF em 2000.

O mapa *MP16 (anexo III)* mostra a concentração dos grandes empreendimentos no período de 2000 a 2001, entre edificações multifamiliares e grupamentos residenciais e comerciais, hotéis-residência e hospitais foram licenciadas cerca de 962.921,83 m² de área de construção, 76 edificações e 4.899 unidades licenciadas. A concentração se situou da seguinte forma: 7 na subzona A2; 4 na subzona A18; 2 na subzona A6 e 4 na subzonas A1, A3, A13 e A17.

A maioria das edificações licenciadas na UEP45 até 2002 foram destinadas ao uso residencial, como em grande parte da Cidade do Rio de Janeiro, à exceção do Centro, os empreendimentos imobiliários voltados aos usos comercial e de serviços foram significativos. A Tabela 2 mostra que as áreas das edificações destinadas aos usos comercial e de serviços somadas representam cerca de 23% da área total licenciada.

Com relação ao uso comercial, dois grupamentos de lojas e salas comerciais foram responsáveis por 73% área de construção licenciada.

As informações provenientes do licenciamento de construções permitiram vislumbrar certas tendências e comportamentos do mercado imobiliário diante das alterações econômicas e/ou institucionais. Os dados permitiram perceber que o poder público antecipa decisões com base nas tendências e expectativas de mercado que pode ou não vir a ocorrer.

No caso da Barra da Tijuca supondo que os empreendimentos licenciados no período de 2000 a 2001 foram de fato realizados, isso significou um aumento de 18,8% na área edificada e de 13,5% no número de imóveis, segundo o Cadastro Imobiliário da Secretaria Municipal de Fazenda⁶⁴.

Cabe ao poder público através da integração dos órgãos de planejamento setoriais, envolvendo as áreas de urbanismo, transporte, meio ambiente, habitação saúde e educação entre outras, ter como perspectiva o compromisso permanente com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos cariocas.

⁶³ Lei Complementar nº 16, de 4 de junho de 1992.

“Art.28 – constitui operação interligada a alteração pelo Poder Público, nos limites e na forma definidos em lei, de determinados parâmetros urbanísticos, mediante contrapartida dos interessados igualmente definida em lei.”

⁶⁴ Dados compilados pelo IPP, a área total construída dos bairros da Barra da Tijuca, Itanhangá e Joá, em 1999 era de 6.696.899 m², havendo 46.832 imóveis cadastrados. Ver IPP Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro, 1998.

Foto: Regina Esteves Lustoza – Dez./2005
 Figura 21. Vista Ilhas na Baía de Guanabara –
 Cidade do Rio de Janeiro



Aos nossos filhos

*Perdoem a cara amarrada,
 Perdoem a falta de abraço,
 Perdoem a falta de espaço,
 Os dias eram assim...*

*Perdoem por tantos perigos,
 Perdoem a falta de abrigo,
 Perdoem a falta de amigos
 Os dias eram assim...*

*Perdoem a falta de folhas,
 Perdoem a falta de ar,
 Perdoem a falta de escolhas,
 Os dias eram assim...*

*E quando passarem a limpo
 E quando cortarem os laços,
 E quando soltarem os cintos,
 Façam a festa por mim*

*Quando lavarem a mágoa,
 Quando lavarem a alma,
 Quando lavarem a água,
 Lavem os olhos por mim*

*Quando brotarem as flores
 Quando crescerem as matas,
 Quando colherem os frutos,
 Digam o gosto pra mim*

Ivan Lins e Vitor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar uma situação comum a muitas das cidades litorâneas nos dias de hoje, apontando fatores que têm originado as condições atuais, como o crescimento urbano desarticulado, resíduos urbanos, aumento da densidade populacional, poluição, erosão e desmatamento. As diretrizes baseadas na sustentabilidade do ambiente urbano das cidades devem levar em consideração aspectos como: educação, saúde, segurança, abastecimento, cidadania e as questões físico-territoriais, ambientais e sócio-econômicos, bem como a aplicação de leis e o orçamento participativo.

A harmonia do homem com a natureza foi rompida devido ao descontrolado crescimento do mercado imobiliário e as conseqüências da densificação e expansão urbana, isso gerou a desqualificação de alguns espaços urbanos, bem como o comprometimento do meio ambiente e seus recursos naturais. O modelo social capitalista é um dos fatores que tem perpetuado esta situação, pois este passou a usar a natureza de maneira que compromete os recursos naturais e gera estruturas e resíduos que podem vir a colocar em risco à sobrevivência do ser humano, e sua existência. Os espaços urbanos estão crescendo cada vez mais de maneira desordenada e desrespeitando as condições do meio natural para a implementação dos mesmos. A intensa densidade populacional, a desorganização urbana, a falta de integração social e principalmente a falta de integração entre a cidade e ambiente natural têm resultado na degeneração e degradação das cidades brasileiras, bem como de todos os seus ecossistemas.

Na Cidade do Rio de Janeiro, esta desorganização desencadeou um círculo vicioso que envolveu alguns fatores: o crescimento urbano desarticulado, exclusão social e territorial, aumento da densidade populacional, poluição, erosão, desmatamento, deslizamentos, degradação litorânea, falta de saneamento, problemas de drenagem natural, devido aos diversos aterros e desmonte de morros, além de problemas econômicos, sociais e políticos. As ocupações clandestinas e a pobreza ainda contribuem para piorar este quadro.

Não é possível manter a natureza intacta, pois muitas das regiões e seus ecossistemas já desapareceram. A Cidade do Rio de Janeiro é um exemplo expressivo dessas transformações da natureza, pois diversas áreas sofreram as conseqüências destas alterações dos ecossistemas litorâneos, seja no Centro da Cidade com a Reforma de Pereira Passos no início do século XX, seja na Barra da Tijuca com o Plano Piloto da Baixada de Jacarepaguá na década de 70.

Porém outras paisagens naturais ainda estão intactas, ou podem ser recuperadas, ou podem ser transformadas a favor do homem, urbanizando, através do respeito com as leis ambientais. Desta maneira as cidades podem se tornar mais harmônicas através de um ambiente urbano baseado no equilíbrio, na qualidade de vida populacional e na sustentabilidade tanto da cidade como para suas estruturas.

Os valores ambientais de cada região da cidade devem ser levados em consideração, para que juntamente com as tecnologias, possa produzir uma cidade melhor e assim garantir uma qualidade de vida a todos os seus integrantes. Deve-se buscar relações de coletividade e se promover o gerenciamento para inibir a ocupação espontânea e irregular, procurando acomodar todas as camadas sociais.

Para se combater os problemas ambientais urbanos é necessário o planejamento adequado às questões ambientais, de maneira que tanto as cidades, como a paisagem e seus ecossistemas, se tornem fatores a serem considerados, garantindo assim o equilíbrio e a sobrevivência de todos os ecossistemas existentes.

A Barra da Tijuca era um dos bairros da Cidade onde se poderia encontrar praticamente exemplares dos diversos ecossistemas marinhos existentes, como: manguezais, restingas, dunas, lagoas e outros. Todavia, devido ao crescimento imobiliário e a corrida para adensar a área, muitos desses ecossistemas já desapareceram e estão ocupados por condomínios fechados, *shopping centers* ou algum outro tipo de serviço.

Udo Mohr⁶⁵ afirma em seu artigo do Enfoque Global que o enfoque da temática ambiental só pode se dar, por pressuposto, de forma holística. Ao tratar desta questão na esfera da cidade e do município, o grande desafio que se coloca é o do equacionamento do desenvolvimento urbano sustentado. Substituir o equilíbrio natural existente previamente à construção da malha urbana por um novo equilíbrio urbano é tarefa que implica providências especiais, envolvendo desde o conhecimento completo das características e condições do sítio natural pré-existente, até a implementação de uma política integrada de gestão ambiental.

É necessário conhecer não apenas as condições da estrutura física dos assentamentos, mas compreender as origens e conseqüências da ocupação, identificar os conflitos criados e descobrir os potenciais do sítio e das estruturas sobre ele edificadas.

Para muitos esta forma de se relacionar com o espaço fazendo uma leitura com a finalidade de intervir pode parecer audacioso e ao mesmo tempo desafiador.

McHarg menciona que precisamos produzir as análises dos impactos ambientais, para assim formular um planejamento ecológico, baseado no relacionamento saudável entre o homem e o meio ambiente, e aliados a tecnologia contemporânea e o conhecimento científico, criar uma estratégia que favoreça a ambos.

A cidade não deve ser produzida por normas padronizadas, é preciso articular as dimensões econômicas e sociais das dimensões territoriais, para que haja a gestão do solo. O modelo espacial, as tipologias alternativas, as estratégias e a regulação são fatores que devem estar baseados na articulação dos espaços públicos e privados, na democracia e no relacionamento entre o homem e a natureza. Para isto é preciso que ocorra uma integração e organização entre as diretrizes e os instrumentos de desenvolvimento urbano, de maneira que as políticas habitacionais se articulem com a política fundiária e ambiental, buscando a formação e a garantia de um ambiente socialmente justo e ecologicamente equilibrado quanto à ocupação do território.

O desafio que se apresenta nesse início do século XXI para os arquitetos, engenheiros, urbanistas, geógrafos, paisagistas e administradores é de desenvolver, pensar e interpretar uma cidade auto-sustentável com qualidade de vida. Para se obter essa qualidade é necessário respeitar o meio ambiente e organizar as cidades de maneira saudável, para evitar problemas futuros, como por exemplo a falta de um dos recursos naturais mais importantes: a água.

⁶⁵ Arquiteto e consultor do segundo PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre

Os impactos ambientais urbanos estão relacionados na maioria das vezes a um mesmo fato que gera uma seqüência – a expansão urbana provoca a demanda por infraestrutura e os desmatamentos contribuem para o enfraquecimento do solo, causando erosão, que, aliada à falta de um sistema de drenagem adequado, resulta no carreamento de terra e lixo para os corpos d'água.

O assoreamento reduz a profundidade dos rios e lagoas prejudicando a qualidade desses recursos que são, ainda, comprometidos pela falta de saneamento ambiental e presença de esgotos clandestinos. Junta-se a isso a impermeabilização do solo e o uso de redes de drenagem subterrâneas contribuem para o efeito das ilhas de calor.

O aplainamento da topografia destrói certas características ambientais com a ocupação das margens dos rios e a destruição da vegetação local.

A aplicação da sustentabilidade no ambiente urbano pode combater os problemas urbanos, assim fomentar o surgimento de um planejamento urbano mais saudável e integrado a natureza, onde se pode obter a conservação de todos os ecossistemas, garantindo assim, a proteção ambiental e a adequação dos espaços abertos ao crescimento da cidade.

Para uma melhor organização urbana ambiental a qualidade de vida das cidades deve ser orientada através da análise, organização e do bom funcionamento dos seguintes aspectos: mobilidade urbana, recursos, participação, comunidade, revitalização. É necessário a criação de técnicas e procedimentos projetuais urbanos, arquitetônicos e paisagísticos que possam ser produzidos de maneira compatível a realidade brasileira, garantindo os níveis econômicos e a uniformidade da execução das habitações. É preciso também, a definição de conceitos de implantação urbana, de forma que se possa obter a integração: espacial, social, funcional, morfológica e ambiental.

O eourbanismo ou urbanismo sustentável é uma nova disciplina que articula múltiplas e complexas variáveis e incorpora uma aproximação sistêmica ao desenho urbano com uma visão integrada e unificada, trazendo assim a superação da divisão do urbanismo tradicional e seus critérios formais e estilísticos.

Para se implantar comunidades humanas sustentáveis é necessário observar os ecossistemas naturais, ou melhor, compreender como eles se organizam a fim de maximizar sua duração e empregar este conhecimento na construção de assentamentos humanos duradouros.

Verificou-se através das pesquisas, que se os impactos fossem estudados e analisados anteriormente aos projetos urbanísticos como condição básica para se iniciar um estudo preliminar, poderiam contribuir com o estabelecimento de estratégias e princípios

norteadores, uma vez que são diagnosticadas características socioambientais por profissionais multidisciplinares.

Constatou-se também que, quando se considera a unidade de planejamento urbano, uma unidade hidrológica (como foi o caso da Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras), muda-se completamente de uma visão imediatista para uma visão dos problemas a longo prazo, pois medidas pontuais imediatas podem comprometer a eficiência de uma bacia hidrográfica.

O estabelecimento de princípios de sustentabilidade, para a aplicação ao desenho e ao planejamento urbano é imprescindível, mesmo que as necessidades de cada região sejam diferenciadas quanto aos aspectos físicos, culturais e socioeconômicos. Os princípios desta sustentabilidade são os seguintes:

- A estruturação urbana através de um sistema de espaços públicos na função da articulação social;
- A mobilização urbana pela implantação de um sistema de corredores e serviços de transporte que incentivem o uso de transporte público e a redução dos impactos dos veículos privados;
- A qualificação do ambiente natural através conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais, garantindo uma paisagem saudável e com qualidade de vida;
- A proteção do patrimônio natural e a valorização da paisagem;
- A promoção econômica, através da participação municipal na geração e tutela dos empreendimentos econômicos, gerando emprego e critérios baseados na sustentabilidade ambiental;
- O controle do uso do solo;
- A re-educação social onde haja a participação da sociedade no processo, de maneira que a meta sustentável possa ser alcançada;
- A efetuação de medidas como conforto térmico, acústico, espacial e visual nas edificações;
- A qualificação da água;
- A organização das funções urbanas através da auto-suficiência, para que ocorra o equilíbrio;
- O uso de tecnológico, de geoprocessamento, recursos de informática avançada e comunicação, para acompanhar as transformações, analisar os impactos, simular alternativas e tomar decisões;
- A recuperação de áreas degradadas;
- A criação de soluções para a saúde pública e medidas de ações de saneamento básico;
- O controle dos recursos naturais e artificiais e dos resíduos urbanos;
- A elaboração de um Plano de Gestão Ambiental;
- A democratização pela participação de toda a sociedade;
- A regionalização como base de representação política e da descentralização do poder;
- A acesso a informação de todo sistema de informações de dados;

- A flexibilização das ações de planejamento, geradoras de soluções morfológicas e funcionais para cada caso.

Esses princípios não se modificam em função de culturas, hábitos, estilos ou modismos, cabendo aos profissionais adotarem critérios de acordo com o lugar e, bacias hidrográficas, para que as intervenções urbanas rompam com a tradição urbanística predominante que estabelece relações de densidade e morfologias, e passe a adotar estratégias de planejamento e desenho urbano sustentáveis.

Enfim, torna-se necessário re-organizar as cidades, para assim resgatar as belezas naturais ainda presentes na sua paisagem, garantir o bem estar social integrar harmonicamente a sociedade e a sustentabilidade para as futuras gerações. Com uma visão futura das cidades, baseadas no ambiente urbano e natural, se poderá criar objetivos e metas que busquem uma integração social, econômica e ambiental baseadas pelo menos no princípio: o de formar uma cidade mais sustentável.

Em lugar de cidades que destruam o meio ambiente e alienem as comunidades, deve-se construir cidades que fomentem e alimentem a ambos.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

AFONSO, Cíntia Maria. *Uso e ocupação na zona costeira do estado de São Paulo: uma análise ambiental*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1999.

ALFONSIN, Betânia. "O significado do Estatuto da Cidade para a regularização fundiária no Brasil." In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e CARDOSO, Adauto Lucio (Org.). *Reforma Urbana e Gestão Democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade*. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2003.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro; MORAES, Frederico Eugênio; SOUZA, José Moutinho; MALHEIROS, Telma Marques. *Planejamento Ambiental – caminho para participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum. Uma necessidade, um desafio*. 2 ed. Rio de Janeiro: Thex Ed. Biblioteca Estácio de Sá, 1999.

ASCELRAD, Henri. "Discursos da sustentabilidade urbana". In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, editada pela ANPPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, n. 1, 1999.

BARBOSA, Jorge Luiz. "Modernização urbana e movimento operário", Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociência: dissertação de mestrado, 1990.

BENCHIMOL, Jaime Larry, "A modernização do Rio de Janeiro", In: Del Brenna, Giovanna Rosso (Org.) *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*, Rio de Janeiro: Index, 1985.

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1983

BERNARDES, Lysia M. C. "Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX" In: ABREU, Maurício de Almeida (Org.) *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro* Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992

BERNARDES, Lysia e SOARES, Maria Therezinha de Segadas. Rio de Janeiro: cidade e região. 3ª edição. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 1995.

BERNARDES, Júlia Adão e FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. "Sociedade e Natureza" In: CUNHA, Sandra Baptista da e GUERRA, José Teixeira (Org.). *A questão ambiental – diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda, 2003.

BERTRAND, G., *La science du paysage, une science diagonale*, Revue Geographique des Payénées et du Sud-Ouest, 1972, fasc. 2, p. 127 – 133.

BERTRAND, Frederic, "As relações homem natureza no quadro dos litorais atlânticos" (*Les relations Homme-nature dans le cadre des littoraux atlantiques*), In: R. RA' EGA – n. 4, p 4 -21, Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

BLEY, L. "Morretes: Um Estudo de Paisagem Valorizada", In. DEL RIO, V e OLIVEIRA L. (Org.). *A Percepção Ambiental - a Experiência Brasileira*, São Carlos: EDUSFCar - Editora Universitária, 1996.p 121-138.

BRASIL. *Cidades Sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira*. Organização geral: Maria do Carmo de Lima Bezerra e Marlene Allan Fernandes, Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio Parceria 21 IBAM-ISER-REDEH, 2000. 155p.

_____*Projeto Orla: subsídios para um projeto de gestão*. Organização: Antonio Carlos Robert de Moraes e Ademilson Zamboni, Brasília: Ministério do Meio Ambiente (Secretaria de Qualidade Ambiental dos Assentamentos Humanos); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Secretaria do Patrimônio da União), 2004, 104p.

_____*Constituição (1998) Constituição da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, Senado, 1998.

_____*Lei 7.661, de 16 de maio de 1988, institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro*.

_____*Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre parcelamento do solo urbano*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 1979.

_____*Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan. 1997.

_____*Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade)*, Brasília, Senado Federal, 2001.

CALAI, Helena Copetti. "A cidade e a (re) criação da relação homem-natureza" In: *Ciência e Ambiente* Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, (Jul. 1990).

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CAMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Projeto de Lei Complementar Nº 72/2004, institui o Projeto de Estruturação Urbana – PEU dos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e parte do bairro do Recreio dos Bandeirantes, parte da Barra da Tijuca e parte de Jacarepaguá, nas XXIV e XXVI Regiões Administrativas.

_____ Lei Complementar Nº 74/2004, altera dispositivo da Lei Complementar Nº 16, de 04 de Junho de 1992, Plano Decenal da Cidade do Rio de Janeiro.

_____ Decreto 3.046, abril de 1981, consolida o Plano Piloto da Baixada de Jacarepaguá

CAPRA, Fritjof. “Uma ciência para a vida sustentável” In: Revista Eco21, Jan./2006

CARDOSO, Adauto Lúcio. “Visões da Natureza no Processo de Constituição do Urbanismo Moderno”, In: *Cadernos IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: cadernos IPPUR, ano XIV, n.1, 2000, p.119 – 150

_____ “Trajetória da questão ambiental urbana: da Rio92 às agendas 21 locais”, In: *Resenha Paranaense Desenvolvimento*, Curitiba, n. 102, jan./jun. 2002, p. 51-69.

CARLOS, Ana Fanni Alessandri. *A cidade*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001

_____ *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.

_____ *A (re)produção do espaço urbano: o caso de Cotia*, São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, tese de doutorado, 1986.

_____ *Espaço-Tempo na metrópole: fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

CHACEL, Fernando M. *Paisagismo e Ecogênese*. Rio de Janeiro: Ed. Fraiha, 2001

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992. (350p.)

_____ El reino de lo urbano y la muerte de la ciudad. In: *Lo Urbano*, Angel Martin Ramos, ed. Barcelona: Escola Técnica Superior d'Arquitectura de Barcelona, 2004.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. *Meio Ambiente e Planejamento Urbano na Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano – IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

COMPANS, Rose. *A Barra da Tijuca em números: um estudo sobre licenciamento de construções nos anos de 2000 e 2001*. Rio de Janeiro: Coleção Estudos da Cidade, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo, 2002.

CORREA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 5ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2004.

• Tese/2006

COSTA, Heloisa Soares de Moura. "Desenvolvimento Urbano Sustentável: uma contradição de termos?", material do Curso de Gestão Urbana e Cidades, Belo Horizonte: Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho – 14 a 25 de Maio de 2001.

COSTA, Lucia M. Sá Antunes, "Parques Públicos contemporâneos no Rio de Janeiro: a contribuição de Fernando Chacel", In: SCHICCHI, Cristina e BENFATTI, Dênio (Org.) *Urbanismo: dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*, São Paulo, Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2004.

CUNHA, Sandra Baptista da e GUERRA, Antonio José Teixeira. (org.) *A questão ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

DEMANGEON, Albert. *Uma definição da geografia humana* (original: Problèmes de Geographie Humaine, Paris, 1952 – p. 25-34) Tradução: Jaci Silva Fonseca

DOWBOR, Ladislau e TAGNIN, Renato Arnaldo (org.) *Administrando a água como se fosse importante*, São Paulo: Editora Senac, 2005.

ECO, Umberto. *Viagem na Irrealidade Cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984

EGLER, P.C.G *Perspectivas de uso no Brasil do Processo de Avaliação Ambiental Estratégica Parcerias Estratégicas*, 11: 175-190.

FOLADORI, Guillermo. *Limites do desenvolvimento sustentável*, São Paulo: Unicamp, 2001.

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx materialismo e natureza*, tradução: Maria Teresa Machado, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. *Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável*, São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zaher editora: Garamond, 1999.

GARNIER, Jacqueline Beaujeu. *Geografia Urbana*. Tradução: Raquel Soeiro de Brito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

GASPAR, Claudia Braga. *Orla Carioca: história e cultura*. São Paulo: Metalivros, 2004.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. Tradução de Geraldo Gerson dos Santos São Paulo: Edusp, 1993.

GUNN, Philip. "A ascensão dos engenheiros e seus diálogos e confrontos com os médicos no urbanismo sanitário em São Paulo" In: *Anais do VII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: historiografia da cidade e do urbanismo balanço da produção recente e desafios atuais*, Salvador - BA, 2002

HALL, Peter. *Cidades do Amanhã*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.

HAROUEL, Jean-Louis. *História do urbanismo*: tradução: Ivone Salgado. Campinas – SP: Papirus, 1990.

HARVEY, David, *Justice, Nature & the Geography of Difference*. New York: Blackwell Publisher, 1996.

_____ *A Produção Capitalista do Espaço*. Tradução: Carlos Szlak, São Paulo: Annablume, 1ª edição, 2005.

_____ *Espaços de Esperança*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____ *Condição Pós-moderna*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: Edições Loyola, 12ª edição, 2003.

IBAM/ISER/REDEH – Projeto GeoCidades: Relatório Ambiental Urbano Integrado: informe geo: Rio de Janeiro/ coordenação: Samyra Crespo; Ana Lucia Nadalutti La Reverse. Rio de Janeiro Consórcio Parceria 21, 2002.

IPP – Instituto Pereira Passos (1997) *Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro 1997*, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

_____ (2001) *Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro 2000*, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

KATHOUNI, Saide. *Cidade das Águas*, São Paulo, São Carlos: Rima, 2004.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade Lisboa – Portugal*: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1964.

LA BLACHE, Vidal de. *Princípios de Geografia Humana*, tradução: Fernandes Martins. Lisboa – Portugal: Edições Cosmos, 1921.

LACOSTE, Y. *A Quoi Sert le Paysage? Qu'est-ceun Beau Paysage?*, Herodote 7, 1977.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of space*. Massachusetts: Blackwell, 1974.

_____ *A reprodução das relações de produção*, tradução: Antonio Ribeiro e M. Amaral. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

FERRY, Luc. *A nova ordem ecológica: a árvore, o animal, o homem*. São Paulo: Ensaio, 1994, p.193.

_____ *A Revolução urbana*. Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Ed. Cortez, 2000

_____ *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEITÃO, Gerônimo. *A Construção do Eldorado Urbano: o plano piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá – 1970/1988*, Niterói: Eduff, 1999.

LEIS, Héctor Ricardo. *A Modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*, Uruguai, Motevidéo: Centro Latino Americano de Ecologia Social, 2004

LEME, Maria Cristina da Silva. "A formação do pensamento urbanístico no Brasil" In LEME Maria Cristina da Silva (org.): *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

LIMONAD, Ester. "Questões ambientais contemporâneas, uma contribuição ao debate". In: ANPPAS – Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, São Paulo, Indaiatuba, 2004.

LUCHIARI, Maria Tereza D. Paes. "A (re)significação da paisagem no período contemporâneo" In: ROSENDAHL, Zeny e CORREA, Robert Lobato (org.): *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

LUSTOZA, Regina Esteves. *Análise da paisagem urbana e o planejamento ambiental em Anna Florência, Ponte Nova, Minas Gerais*. Viçosa: Departamento de Engenharia Florestal: Programa de Pós-graduação em Ciência Florestal: dissertação de mestrado, 2001.

MACEDO, Silvio S. "Litoral, urbanização ambientes e seus ecossistemas frágeis" In: *Paisagem ambientes/ensaios*, São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, n. 12, p. 155-232, dez. 1999.

_____. "Paisagem, litoral e formas de urbanização" In: *Projeto Orla: subsídios para um projeto de gestão*, Brasília: Ministério do Meio Ambiente (Secretaria de Qualidade Ambiental dos Assentamentos Humanos); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Secretaria do Patrimônio da União), p. 43-64, 2004.

MACHADO, Carlos José Saldanha e KLEIN, Helena Espellet. "Por uma integração dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos e de áreas costeiras no Estado do Rio de Janeiro", Rio de Janeiro s/d.

MARX, Karl. *O capital*. (*Das Kapital*) (volume I), Berlim, 1981.

MATTES, Delmar. *Desenvolvimento Sustentável: críticas e aplicações*. São Paulo: FAU/USP, mimeo, 1997.

McHARG, I. L., *Design with Nature*, American Museum of Natural History Press, 1969. 197p.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro*. São Paulo: Edusp; Editora Hicitec, 1999.

_____. *A gênese da geografia moderna*. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert de e COSTA, Wanderley Messias da. *A valorização do espaço*. 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.

MORENO, Júlio. *O Futuro das Cidades*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo – Série Ponto Futuro, 2002.

MOTA, Suetônio. *Urbanização e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: ABES, 1999. 352p.

MOURA Fa, Maria Berthilde. “Embelezar a cidade: a concepção de um novo padrão estético para as cidade brasileiras no século XIX e início do século XX” In: *Anais do VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, Natal – RN, 2000

ODUM, E.P. *Ecologia*, Rio de Janeiro, CBS, 1985.

OSEKI, Jorge Hajime e PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. “Paisagem, Sociedade e Ambiente” In: PHILIPPI Jr., Arlindo, ROMÉRIO, Marcelo A., COLLET, Gilda (editores), *Curso de gestão ambiental*, Coleção Ambiental, Barueri, SP: Manole, 2004.

PEREIRA, G. A . “A natureza (dos) nos fatos urbanos: produção do espaço e degradação ambiental”. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente: cidade e ambiente urbano*, Curitiba, PR: Editora da UFPR, n. 3, 2001.

PONTES, Beatriz Maria Soares. “A ciência geográfica e o desafio da questão natureza/sociedade”, In: *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, 11 (21 e 22): 29-43, jan./dez. 1999.

PESSOA, J. A M., *Fortaleza: a re-invenção da Cidade e da Metrópole. Qualificação (memorial de qualificação, mestrado em estruturas ambientais urbanas)*, São Paulo: USP, 1997.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Manguezais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria de Meio Ambiente, 2000.

_____ *Plano Diretor Decenal*, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, 1992

_____ *Plano Diretor Meio Ambiente*, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, 1992.

_____ *O Rio de Janeiro e seus Prefeitos – evolução urbanística da cidade*, Prefeitura do Rio de Janeiro, 1977.

_____ *Mapeamento e Caracterização do Uso das Terras e Cobertura Vegetal no Município do Rio de Janeiro entre 1984 e 1999*, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2000.

REZENDE, Vera M. F. *Planejamento Urbano e Ideologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____ *Planejamento e política fundiária. O caso da Cidade do Rio de Janeiro*, São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo: tese de doutorado, 1996.

_____ “Planos e Regulações Urbanísticas a dimensão normativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.), *Cidade: História e Desafios*, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002, 296p.

_____ “Política urbana ou política ambiental, da Constituição de 88 ao Estatuto da Cidade” In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e CARDOSO, Adauto Lucio (Org.) *Reforma Urbana e Gestão Democrática – promessas e desafios do Estatuto da Cidade*, Rio de Janeiro: Editora Revan: FASE, 2003, 192p.

REZENDE, V. L. F. M. ; SOUZA, C. F. ; LIMA, F. J. M. ; GOMES, M. A. A. F. ; LEME, M. C. S.; AZEVEDO, M. ; FERNANDES, A. . Urbanismo no Brasil, 1895-1965 (1ª edição). In: Maria Cristina Leme. (Org.). *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. 1a. ed. Sao Paulo, 1999, v. 1, p. 1-600

RODRIGUES, A. M. *Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana*. São Paulo: Hucitec, 1998.

ROGERS, Richard e GUMUCHDJIAN, Philip. *Cidades para um pequeno planeta*, Barcelona: Editora Gustavo Gili SA, 2001.

RUANO, Miguel. *Ecourbanism, sustainable human settlements: 60 case studies*. Barcelona: Gustavo Gili, 2ª edição, 2000.

RUTKOWISK, Emília e SANTOS, Rozely Ferreira dos. “Bacia Ambiental: um outro olhar para a gestão das águas doces urbanas” In: Congresso Ibérico sobre Planificación y Gestión de Aguas, Saragoza, 1998.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. “O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas” In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.) *Cidades capitais do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Edusp, 2001.

SANTANA, Paola Verri de. “A dialética homem-natureza: os discursos ecológicos e o fenômeno urbano” Texto baseado na dissertação de mestrado: “*Ecoturismo: uma Indústria sem Chaminé*”, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, São Paulo: Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo – USP, 1998.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____ *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Nobel, 1982

SCHMIDT, Alfred. *A Natureza do capital em Marx (Der Begriff der Natur in der Lehre von Marx)*. 1978

SCHUSSEL, Zulma das Graças Lucena. “O Desenvolvimento urbano sustentável – uma utopia possível ?” In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Editora UFPR, n. 9, p.57-67, Jan./Jun. 2004.

SINGER, Paul. “Desafios com que se defrontam as grandes cidades brasileiras”. In: SOARES, J. (org.) *Os desafios da gestão municipal democrática* . São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

SOARES, Maria Therezinha de Segadas. "O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação na Cidade do Rio de Janeiro" In: BERNARDES, Lysia e SOARES, Maria Therezinha de Segadas. *Rio de Janeiro: cidade e região*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 1995

SOARES, B.E.C. "Perspectivas da Biotecnologia Aplicada à Saúde no Brasil". Boletim Informativo CTNBio, 1: 6-8, 1997.

SOUZA, Maria Alice Martins de, *Barra da Tijuca e Jacarepaguá: uma forma particular de loteamento irregular*, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano – IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ: dissertação de mestrado, 1995.

SMITH, N. *O desenvolvimento desigual*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: Christofoleti, Antonio, ed. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo, Difel, 1985, p. 143-164.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Dois Séculos de pensamento sobre a cidade*. Ilhéus: Editus, 1999.

VILLAÇA, Flávio. "Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil" In: SCHIFFER, Sulei Ramos e DEAK, Csab (org.) *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999.

ZANIN, E. M., *Caracterização ambiental da paisagem urbana de Erechim e do parque municipal Longines Malinowski. Erechim – RS*, tese de doutorado em Ecologia e Recursos Naturais, na Universidade de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 2002.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)